

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Adriana Vilma Ferreira de Martinez

o design das formas políticas
na governamentalidade neoliberal

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo

2020

Adriana Vilma Ferreira de Martinez

o *design* das *formas políticas*
na *governamentalidade neoliberal*

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Edson Passetti.

São Paulo

2020

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

agradecimentos

Hoje, mais do que um obrigado eu quero dizer: saúde! Como brinde à vida.

Saúde! Ao amigo-orientador por querer acompanhar-me pelos meus caminhos tortos e por encorajar-me há anos, em cada conversa ou sugestão, a correr o risco constante de não ser mais quem eu sou estrangeirizando-me.

Saúde! Às caras integrantes da banca, pelo interesse nesta pesquisa e por aceitarem reunir-se a mim contribuindo com o encerramento desta etapa.

Saúde! Às queridas e aos queridos colegas designers, pelo carinho e pelo incentivo para enveredar por lugares desconhecidos. Às meninas, aos meninos e meninos estudantes de design, pelo encontro surpreendente e pela mútua transferência de experiências.

Saúde! A uma moçada extraordinária que encontrei nas salas de aula da PUC-SP, pelas conversas, trocas, risadas, delicadezas.

Saúde! Às existências amigas que me atravessam para além de qualquer fronteira ou classificação e estão presentes nas entrelinhas desta tese.

Saúde! À amiga de longa data, pela revisão de cada palavra, pela indubitável presença e pelas vívidas lembranças.

Saúde! Ao meu companheiro de vida, existência-vendaval que me transforma sempre em maremoto.

Saúde! Aos meus meninos, pelo eterno recomeço e porque de longe irradiam vigor fortalecendo-me muito perto na distância.

Vida longa a toda esta gente!

e o que me importa
é não estar vencida
minha vida, meus mortos
meus caminhos tortos
meu sangue latino ...

Secos & Molhados

resumo

O design é recorrentemente considerado apenas a produção de objetos estilizados, ergonômicos e funcionais. Embora tais características sejam as mais evidentes, suas práticas colaboram para formar condutas capazes de aceitar e propagar a racionalidade neoliberal. Aliado ao capitalismo industrial, seus primórdios encontram-se no século XIX, consolidando-se profissionalmente após a I Guerra Mundial com o desígnio de responder ao crescimento econômico. No curso do design, nota-se como as suas metodologias foram sendo ajustadas em conformidade com seus propósitos. Primeiro, o foco esteve direcionado à funcionalidade do produto, depois, à adequação das máquinas ao corpo, favorecendo o economicamente produtivo, e, sem abdicar dessas premissas, desde o final da década de 1970, os projetos de design passaram a centrar-se nos desejos, nas emoções e nas expectativas das pessoas. Por conseguinte, o objetivo desta tese reside em analisar de que maneira os efeitos das atividades projetuais dos designers incidem nos sujeitos e como interferem no governo de condutas, atendendo aos preceitos da racionalidade neoliberal. Para tanto, parte-se das problematizações realizadas por Michel Foucault acerca da racionalidade neoliberal enquanto uma racionalidade política que age sobre as condutas dos indivíduos e da prática genealógica do poder sugerida por ele para estudar as procedências da produção de saberes do design, bem como a correspondência de forças múltiplas que formaram o exercício de poder plausível de modificar a situação global da sociedade contemporânea. Desse modo, busca-se mostrar, nesta pesquisa, a relação direta entre design e política, não para melhorar as suas práticas ou apontar quais seriam seus benefícios, mas para explicitar o modo pelo qual o design compõe com a racionalidade neoliberal mediante procedimentos técnicos de criatividade e inovação, enformando os sujeitos. Constata-se, por fim, que, hoje, essa relação é de mão-dupla: assim como a política interfere na produção do design, o design contribui na elaboração de novas formas de fazer política.

Palavras-chave: Design. Política contemporânea. Racionalidade neoliberal. Criatividade. Inovação.

abstract

Design is often simply considered as the production of stylish, ergonomic, and functional objects. Although these characteristics are the most evident, their practices collaborate to form conducts capable of accepting and propagating neoliberal rationality. Allied to industrial capitalism, it onsets in the 19th century, consolidating itself professionally after the First World War, aiming to respond to economic growth. During design history, it is notorious how its methodologies have been adjusted accordingly to its purposes. First, the focus was on the functionality of the product, then on the adaptation of the machines to the body, favoring the economically productive, and, without giving up these premises, since the end of the 1970s, design projects began to focus on people's desires, emotions, and expectations. Therefore, the objective of this thesis is to analyze how the designers' work affects the subjects and how they interfere in the government of conduct, considering the precepts of neoliberal rationality. Thus, this research stems from the problematizations carried out by Michel Foucault on neoliberal rationality as a political rationality that acts on the conduct of individuals and the genealogical practice of power suggested by him to study the origins of the production of knowledge of design, as well as the correspondence of multiple forces that formed the exercise of power possible to modify the global situation of contemporary society. Provided that, this exploration seeks to present the direct relationship between design and politics, not to improve their practices, or to point out what their benefits would be, but to explain how design forges with neoliberal rationality through technical procedures of creativity and innovation, shaping subjects. Finally, it is verified that today, this is a two-way relationship: just as politics interferes in the production of design, design contributes to the elaboration of new ways of doing politics.

Keywords: Design. Contemporary politics. Neoliberal rationality. Creativity. Innovation.

sumário

e foi assim que tudo começou	10
<i>apresentação</i>	11
<i>introdução</i>	14
as coisas de boa forma	27
<i>modelar contornos</i>	28
<i>formatar saberes</i>	32
<i>a boa forma das coisas</i>	44
<i>o formalismo</i>	74
<i>a forma do olhar</i>	85
projeções criativas	95
<i>esboços iniciais</i>	96
<i>protótipo de ensino criativo: metodologias e instrumentalização</i>	102
<i>formulação projetual: criatividade, um saber proveniente de guerras</i>	113
<i>planejamento de uma humanidade diversa e tolerante</i>	129
<i>implementação de planos: a ética protestante da classe criativa</i>	143
<i>testes de verificação: capital humano e criativo</i>	150
<i>a vida não cabe em projetos</i>	163
inovar, ativar, conciliar	172
<i>o design inovador</i>	173
<i>o ecumenismo renovado</i>	183
<i>reciclar regiões e agregar valores</i>	197
<i>o custo da novidade econômica</i>	207
<i>inteligências, emoções, linguagens...</i>	223
<i>áreas de inovação</i>	237
<i>design das novas lideranças políticas</i>	246
isto não é o fim	269
<i>estrangeirizar-se</i>	270
<i>isolamentos e distanciamentos</i>	272
<i>caem as máscaras</i>	280
<i>o tangível e intangível das coisas</i>	289
bibliografia	303

e foi assim que tudo começou

apresentação

O novo milênio se aproximava e eu, como tantos outros da minha geração, tinha pensado que nunca ia chegar a ver a aurora do ano 2000. Quiçá pelas experiências vividas. Durante o período da chamada Guerra Fria, os rumores corriqueiros prenunciavam que o *mundo* podia acabar a qualquer momento. De um lado, os Estados Unidos da América lideravam o capitalismo, de outro, a União Soviética comandava o comunismo, e ambos esmagavam gente. E enquanto os homens “no poder” intimidavam as pessoas com a ameaça de apertar o “botão vermelho” para desatar a possível guerra nuclear, os jovens da época queriam saborear livremente cada instante. Tal e qual uma tempestade, sacudiam as autoridades hierarquizadas, a moral conservadora, a política reacionária. A iminência da morte afirmava a vida. Contudo, a cruzada estadunidense havia sido lançada sobre o continente sul-americano empenhada em experimentar como *libertar* o mercado de Estados intervencionistas. A expedição fincou suas bases no Cone Sul e, desde seus gabinetes, os economistas não só projetaram como também iniciaram a empreitada de implementar a racionalidade neoliberal. Para tanto, auspicaram golpes de estado, guerra às guerrilhas, torturas, *desaparecimentos*, encarceramentos, extermínios. Rebeldes aguerridos da região confrontaram os sujeitos fardados com as botas sujas de sangue, até suas bocas serem amordaçadas, seus corpos maniatados e sua juventude anuviada.

Muitos daqueles jovens não chegaram a ver a passagem do século, eles embarcaram na nau que jamais voltou. Outros tantos, como eu, derramaram-se pelo planeta... Meu destino: a cidade de São Paulo. Sem saber o que estava por vir, tornei-me estrangeira. O golpe de estado no Brasil tinha já 14 anos, e talvez por isso, nas ruas, as pessoas transitavam menos circunspectas, diferentemente das ruas de onde eu vinha. Alguma mudança pairava no ar. O Congresso brasileiro, no ano da minha chegada, por meio de uma das tantas emendas, eliminava o ato constitucional nº 5 (AI-5), que havia institucionalizado, durante a ditadura, a tortura e os assassinatos. Parêntese: o AI-5 foi requerido pelo atual governo e seus seguidores, num Brasil agora democrático. No ano seguinte, em 1979, foi promulgada a lei da anistia e os exilados em terras estrangeiras podiam retornar. Quanto a mim, continuo por aqui, ainda estrangeira.

Enfim, o ano 2000 estreou com fogos de artifício. E contrariando as profecias apocalípticas, o mundo não acabou. Na virada, rondaram mistérios sobre o *bug* do milênio, os quais anunciavam um erro de lógica na programação de algum software, porém, nada ocorreu com os computadores, pelo contrário, o seu uso espalhou-se a ponto de hoje serem carregados

continuamente nas mãos das pessoas. O alarme da possível falha no sistema de informação e aparelhos eletrônicos prognosticava a importância destas máquinas. Era um momento em que crescia exponencialmente a conectividade digital e os avanços nos recursos de comunicação. Isso beneficiou o surgimento das primeiras redes sociais que angariavam adeptos para publicar *online* conteúdos pessoais em páginas personalizadas, visando a interação entre indivíduos com interesses comuns. O aumento expressivo da internet alcançou as casas, os lugares de trabalho e as instituições de ensino. As ferramentas virtuais começaram a oferecer serviços com características individualizadas, cujo objetivo era que os sujeitos programassem quem eram e formassem comunidades para permutar informações. Pelas redes transitavam e transitam ininterruptamente mensagens, pelas ruas andam corpos cada vez mais conformados.

Iniciava-se, nesse período, a produção de discurso do apolítico. Livres de sexos proibidos e de amarras *ideológicas*, os jovens da época queriam afastar-se da prática política considerada tradicional, orientada por partidos políticos e sindicatos. Eles pretendiam assumir o protagonismo, portanto, emitiam-se opiniões aos borbotões, convergindo em segurança, inclusão, cultura de paz, sustentabilidade, autonomia e responsabilidades. A democracia os convocava a participar. Assim, tornaram-se pauta habitual, a busca pelos direitos de minoria e a solicitação de políticas públicas. No derradeiro século XX, jovens haviam encampado os movimentos antiglobalização, alguns com protestos *pacíficos* e propostas *alternativas*, outros com a pungência própria das juventudes que não negociam a liberdade. No novo milênio, manifestações de rua irromperam pelo planeta. Por aqui as chamadas jornadas de junho de 2013 mostraram o pulsar de forças ingovernáveis e que nem todos os jovens se deixam capturar.

Ante tais constatações, as perguntas: que subjetividades emergiram no século XXI? Como elas foram constituídas? O embrião dessa inquietação começou a delinear-se na dissertação de mestrado “MERCOSUL e federalismo” (1994-1997) realizada no programa de Pós-Graduação em América Latina (PROLAM) na Universidade de São Paulo (USP). Não obstante, o interesse tornou-se mais acentuado ao ingressar como professora universitária em 1997. Nas salas de aula, os estudantes em transição manifestavam certo saudosismo de períodos anteriores e, ao mesmo tempo, aspiravam engajar-se em inúmeros projetos sociais. Ano após ano, foi possível notar como tanto os estudantes quanto os programas das instituições educacionais adotavam técnicas que atendiam às exigências da racionalidade neoliberal, impulsionando a propagação de ativismos profissionais e empreendedorismos. Isso impeliu minhas primeiras tentativas de compreender como tantos jovens naquelas salas de aula concordavam, sem questionar, em programar suas vidas consoantes com aquilo que lhes diziam

ser o melhor a fazer: conquistar uma posição social, política e/ou econômica. Como havia sido abocanhado, de maneira tão convincente, o ímpeto da juventude? Tais questionamentos surgem porque, quando a marca do tempo se expressa no corpo, procura-se a potência das revoltas nas peles viçosas de corpos rebeldes que resistem a adaptações, capturas, apaziguamentos.

Todavia, esses indícios não eram suficientes para conseguir analisar como se formaram as subjetividades no novo milênio. Precisava escolher uma prática que constantemente atravessasse e tocassem as existências para evitar fazer uma história das sucessivas teorias sobre a subjetividade. Tratava-se, então, de abordar a subjetividade não como identidade psicológica, mas analisar a maneira pela qual os sujeitos conduzem a sua conduta e a dos outros. Por conseguinte, salientar a relação governo-verdade que modifica o contexto global. Assim, a questão estava em lançar mão de um instrumento de análise capaz de orientar a pesquisa para evidenciar as procedências, os efeitos, os valores construídos. Compreender ainda como esses valores são intencionalmente produzidos e as suas implicações na vida dos indivíduos. Por esse motivo, adotei como fio condutor o design, porque tal atividade perpassa imperceptivelmente o cotidiano das pessoas interferindo naquilo que os indivíduos são, pensam e fazem.

A minha formação em Ciências Sociais na PUC-SP (1990-1994) possibilitou-me ministrar aulas, orientar pesquisas e projetos na área de ciências humanas em diferentes cursos e universidades na cidade de São Paulo. Os anos de experiência docente mostraram-me como ensinar é a transformação permanente da própria existência, confirmação essa que estimulou uma mudança de perspectiva e incentivou o tema de pesquisa do doutorado, pois os últimos onze anos de docência foram dedicados ao campo do design, anteriormente desconhecido para mim. As participações e as publicações em congressos nacionais e internacionais na área, as leituras referentes a esse conhecimento, a elaboração de material curricular, as atividades em grupo de pesquisa, proporcionaram-me um campo fértil para elaborar o projeto de doutorado apresentado no primeiro semestre de 2016 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais na PUC-SP, com a orientação do professor Dr. Edson Passetti.

E foi assim que tudo começou...

introdução

Relacionar política e design não é incomum, vários autores, em diferentes áreas do saber, já se debruçaram sobre a temática. De maneira geral, assinala-se a importância de refletir como o design modifica as atividades humanas por meio da produção de objetos que influenciam os indivíduos socialmente e alteram seus cotidianos. Tais análises quase sempre procuram melhorias e restaurações a partir de uma organização hierárquica do conhecimento que desembocam em soluções universais. Uma questão metodológica? Talvez. De todo modo, não se trata de apontar aqui uma escala comparativa de quem tem maior ou menor mérito, mas exibir como o design compõe com a racionalidade neoliberal mediante procedimentos técnicos de criatividade e inovação.

Por conseguinte, na presente pesquisa, analisam-se as condições históricas favoráveis que formaram as práticas contemporâneas do design, e como elas produzem subjetividades suscetíveis de aceitar e propagar a racionalidade neoliberal. Trata-se de um exercício de poder capaz de produzir meios cujos efeitos evidenciam a maneira pela qual é possível conduzir a própria conduta e a dos outros, aspecto que Michel Foucault denominou de governamentalidade (FOUCAULT, 2008). A partir dessa concepção de governamentalidade, salienta-se que a eficácia dos projetos em design incide na modelação dos corpos, na estruturação de espaços, no condicionamento sensorial e emocional, na condução de ações e na criação de valores. O design, portanto, atravessa a vida dos indivíduos sem que sua presença seja advertida. Vilém Flusser, ao tecer a crítica a esse posicionamento, chama os designers de “deuses” e alega: “esse é o olhar do designer: ele possui uma espécie de olho-sentinela (*Scheitelauge*), graças ao qual deduz e maneja eternidades” (FLUSSER, 2013, p. 192). Um olhar, aliás, obstinado em melhorar o *mundo* e em proporcionar à *humanidade* um futuro melhor.

Antes mesmo de que se consolidassem as escolas de formação em design, a sua proveniência encontra-se na Grã-Bretanha do século XIX, quando alguns profissionais individuais se sobressaíram ao elaborarem projetos para a produção industrial. A organização do trabalho e a produção em série provocaram, na segunda metade do século XIX, o movimento Artes e Ofícios (*Arts and Crafts*) e, com ele, o surgimento de diversas oficinas dedicadas a planejar artefatos em escala semi-industrial. No final do século XIX e início do XX, a industrialização fundada na noção de progresso propiciou as grandes exposições internacionais que exerceram o papel de codificar novos estilos ou outras configurações na fabricação de objetos e na arquitetura – a exemplo dos estilos Arte Nova (*Art Nouveau* 1890-1920), associada

às formas orgânicas da natureza, e sua sucessora a Arte Decorativa (*Art Déco* 1920-1930), caracterizada pela geometrização da forma (DENIS, 2002).

A primeira escola de design foi a Bauhaus (1919-1933) na Alemanha. Nela, priorizava-se o uso de novas tecnologias e novos materiais para industrializar objetos, assim como construir moradias que visassem o progresso social. Os professores dessa escola consideravam-se antiacadêmicos e *reformadores* do ensino da arte, inclusive propunham estabelecer um modelo de sociedade no qual a arte devia ser capaz de transformar a vida cotidiana. O *minimalismo* formou parte de toda a produção de saber e desenvolvimento de projetos. A expressão “menos é mais” é a compactação explicativa da proposta estética bauhausiana ancorada na proposição de que “a forma segue a função”, defendida pelo arquiteto modernista estadunidense Louis Sullivan (1856-1924). Tratava-se do design, da arte e da arquitetura funcionalistas do início do século XX, em que a forma de uma moradia ou de um objeto precisava comportar tanto uma solução estética quanto uma técnica funcional utilitárias, voltadas a alguma finalidade específica. A Bauhaus passou por três direções diferentes: Walter Gropius (1919-1928), Hannes Meyer (1928-1930) e Mies von der Rohe (1930-1933), mas sempre, em maior ou menor grau, os métodos seguidos pelos diretores foram influenciados pelo marxismo (DROSTE, 2006). Se a Bauhaus aproximou o design à arte, a Escola Superior da Forma de Ulm¹ (1952-1968) fundou-se na proposta de integrar a ciência ao design. Isso ocasionou, no contexto industrial, o aumento de tarefas transferidas aos designers mudando o eixo metodológico, porquanto aos conhecimentos específicos de planejamento e projeto somaram-se os campos da economia, psicologia, sociologia, antropologia, semiótica, etc., com o objetivo de atender à sociedade capitalista do pós II Guerra Mundial (LACERDA, 2012).

Não obstante, na década de 1960, as críticas dirigidas à sociedade de consumo por ambientalistas e por quem considerava o consumismo alienante mudaram o quadro de ação do design. O objetivo tornou-se, então, adequar a produção de objetos às recomendações governamentais voltadas a garantir, na escolha de produtos, informação e segurança sem bloquear o mercado concorrencial. Posteriormente, nos anos de 1970, a metodologia projetual escorada no discurso universalista da *boa forma* começou a ser questionada pelos países do chamado Terceiro Mundo, principalmente os da América Latina. Estes, apoiados na teoria da dependência, requeriam um modelo de design próprio para competir com as economias industrialmente avançadas. Tal exigência contribuiu indiretamente com a implementação da racionalidade neoliberal sob o patrocínio das ditaduras civil-militares sul-americanas e dos

¹ Em alemão *Hochschule für Gestaltung Ulm* ou ainda conhecida pela abreviatura Hfg-Ulm.

EUA, acorde analisado nesta pesquisa. Outra reviravolta na elaboração dos projetos ocorreu na década seguinte, quando entrou novamente em cena a discussão sobre a forma ligada ao estilo. Os objetos de design ficaram mais caros e eram fabricados em pequena escala para satisfazer os gostos particulares dos diferentes grupos, agora organizados de modo identitário. Já nos anos de 1990, as questões ambientais e o design aplicado à gestão empresarial, alternativas essas desenhadas previamente, encabeçaram as atividades projetuais apontando não tanto para responder ao desenvolvimento social ou econômico, mas, sim, ao desenvolvimento sustentável.

Na trajetória do design, distinguem-se mudanças metodológicas referentes ao foco projetual. Num primeiro momento, destacam-se os estudos direcionados aos aspectos estético e funcional do objeto. Depois, a atenção passou a ser o usuário e sua relação ergonômica com os produtos na execução de tarefas, favorecendo o aspecto economicamente produtivo. A partir da década de 1980, sem abandonar as proposições anteriores e com o avanço das tecnologias digitais, os designers centraram-se no *humano*, na tentativa de atingir expectativas e emoções, gerar experiências supostamente personalizadas, promover a gestão do empresário de si. As pesquisas nas práticas do design avançam sensivelmente todos os anos, elas permeiam desenvolvimento sustentável, inclusão, design vernacular (relacionado às culturas locais), inovação, design *thinking* (gestão empresarial), *hedonomia* e ergonomia afetiva (prazer no conforto), conhecimento experiencial, design emocional e atitudinal, além de propor ações voltadas à saúde, ao bem-estar e à felicidade. Afora essas investigações, estudos aventuram-se em política de projeto, política de economia comunitária, design ativista, e tantas outras questões que formam parte dos projetos de designers. A influência do design sobre a conduta dos sujeitos provocou e provoca efeitos muito mais prolongados que os próprios produtos ou serviços efêmeros elaborados por ele, pois, por meio da sua produção, pode-se definir quem é cada um e como deve atuar. O design tem a capacidade de modular o almejado pela sociedade de tal modo que o *desejável* passa ser a própria realidade.

Com o objetivo de mostrar a condução de valores intencionalmente gerados pelo design e as suas implicações na vida dos sujeitos, adotou-se a análise genealógica sugerida por Michel Foucault, a partir de Friedrich Nietzsche. Assim, realiza-se uma pesquisa que se afasta da investigação da origem ou de teorias que partem de um saber *superior* do qual tudo pode ser deduzido. Esta abordagem evita o traçado cronológico linear bem como a procura incessante de causalidades, possibilitando explorar o contexto atual sem a tendência de apontar o que é o melhor a ser feito ou indicar quais foram os erros cometidos no passado. Trata-se de buscar a proveniência de acontecimentos singulares, mantendo o passado “na dispersão”. Delimitar

desvios, inversões, lacunas: “descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente”. Procurar a proveniência não para descobrir algo monolítico, mas para fragmentar “o que se pensava unido”, mostrando a heterogeneidade. Em suma, assinalar a emergência, “princípio e lei singular de um aparecimento”, no jogo de forças e no lugar de enfrentamento (FOUCAULT, 1992b, pp 21-23). Portanto, questiona-se a produção de saberes, as relações de poder e os autoconvencimentos como um processo de racionalização que acaba por tornar *natural* algumas condutas. Nesse sentido, na presente tese, as análises de documentos, referências bibliográficas e publicações acadêmicas foram empregadas como material a ser problematizado. Já a leitura dos autores Michel Foucault, Friedrich Nietzsche, Gilles Deleuze e o acompanhamento dos textos difundidos através do projeto Ecopolítica associam-se às próprias problematizações para mostrar como se formam as subjetividades, como elas respondem à racionalidade neoliberal e como o momento atual nada tem de *natural*, nem aflora de procedimentos universais e obrigatórios.

Às análises efetuadas por Foucault (2008) sobre a racionalidade neoliberal, por Deleuze (2004) acerca da sociedade de controle e por Nietzsche (1999) relativa ao próprio método genealógico, somaram-se as pesquisas publicadas no livro *Ecopolítica*² (2019), que colaboraram para compreender, na contemporaneidade, os conceitos de resiliência, vulnerabilidade, empoderamento, monitoramento, entre outros. Cabe salientar que as abordagens referentes à ecopolítica não são realizadas sob a ótica da ecologia ou do ambientalismo nos moldes do governo liberal que propõe intervenções políticas no meio ambiente, mas como uma produção de verdade inerente ao capitalismo, que agora, na sua fase de desenvolvimento sustentável, o governamentaliza. Portanto, ecopolítica é uma governamentalidade planetária redimensionada pela racionalidade neoliberal e intrínseca à sociedade de controle (PASSETTI et al., 2019). Todavia, as leituras de todos esses autores não se esgotam apenas nas questões mencionadas, elas se expressam em outras problematizações expostas ao longo dos capítulos.

Para realizar a genealogia do design no âmbito da racionalidade neoliberal, foi preciso procurar a procedência da produção de saberes e a correspondência de forças múltiplas que formaram o exercício das relações de poder plausível de tomar “corpo nos aparelhos estatais,

² Resultado de pesquisas produzidas no decurso do Projeto Temático FAPESP “Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle”. Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/Departamento de Política da PUC-SP. Disponível em: <https://www.pucsp.br/ecopolitica/o_projeto.html> Acesso em: 14 de agosto de 2016.

na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 2003, p. 89). Ao revisitar as táticas do design e seus efeitos desde o presente, constatou-se como o arcabouço de saber e o exercício de poder eram provenientes da Universidade de Harvard. Tal instituição aportou com conhecimentos na constituição da racionalidade neoliberal, que hoje estimula a autonomia individual baseada no ato empreendedor; incentiva a inovação criativa nos negócios como única ferramenta de mudanças; fomenta laços comunitários para garantir o controle social; promove a qualidade de vida e de lugar conforme a equação custo-benefício; controla o presente com o pretexto de garantir um futuro melhor; e instaura um conjunto de valores a serem aplicados em todas as instâncias dos processos da vida.

Isso posto, foi imprescindível recorrer ao estudo realizado por Michel Foucault sobre a racionalidade neoliberal para compreender como as práticas do design estão estreitamente imbricadas nessa racionalidade. No curso “Nascimento da biopolítica” ministrado no Collège de France (1978-1979), ele aborda o neoliberalismo como uma racionalidade política e não como uma ideologia, ou seja, enquanto um conjunto de ações produzidas racionalmente para atingir fins desejados. Assim, racionalidade é a capacidade de executar conexões eficazes em um campo de práticas para agir sobre as condutas. A racionalidade neoliberal consiste, então, por meio do constante processo governamental, em estabelecer uma tecnologia política de acatar as leis da economia e cumprir com princípios jurídicos de arbitragem (FOUCAULT, 2008).

Foucault apresenta ainda o modo pelo qual foi configurando-se a racionalidade neoliberal e de que maneira ela está orientada para produzir os humanos como sujeitos econômicos ou *homo oeconomicus*, empresários de si, tornando-se uma forma efetiva de governo. Trata-se de uma governamentalidade em que a economia é praticada, calculada e racionalizada pelo homem econômico. Destarte, regula-se o governo “pela racionalidade dos que são governados como sujeitos econômicos e, de modo mais geral, como sujeitos de interesse”, os quais desenvolvem certo número de técnicas para agir em conformidade com suas exigências: “racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regulação para a racionalidade do governo” (Ibidem, p 423).

Ao problematizar a escola alemã de Friburgo e a escola estadunidense de Chicago, Foucault mostrou o distanciamento entre o liberalismo praticado nos séculos XVIII e XIX e o exercido após a II Guerra Mundial. Nas duas escolas coincidia a implantação de uma tecnologia de governo efetiva para organizar, dentro dos quadros institucionais ou jurídicos, a concorrência

e evitar os monopólios. À vista disso, o governo do Estado não devia mais limitar o mercado, e, sim, estar a serviço deste.

O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa dele (Ibidem, p. 165).

Entretanto, a diferença entre as duas escolas – Friburgo e Chicago – situa-se na capacidade de o neoliberalismo estadunidense não apenas evitar o intervencionismo estatal na economia, a burocracia excessiva e o enrijecimento dos mecanismos de poder, mas ampliar a racionalidade do mercado para as esferas sociais. Ou seja, conduzir a sociedade com base nos preceitos do mercado concorrencial. De acordo com as análises efetuadas no decorrer da presente pesquisa, evidenciaram-se as correspondências entre a Universidade de Chicago e a Universidade de Harvard. As duas instituições influenciaram-se mutuamente e/ou foram concorrentes, mas, para além de uma produção de saberes oposta ou complementar, ambas promoveram o exercício de poder específico capaz de potencializar a governamentalidade neoliberal. Enquanto Harvard, no período de entreguerras, mergulhava na política sistêmica para controlar a população, a escola de economia de Chicago enveredava-se na constituição do *novo* liberalismo. A confluência dessas práticas irá cingir, definitivamente, o governo da racionalidade neoliberal.

Na Universidade de Chicago, até aproximadamente a década de 1950, as ciências sociais, sem abandonar, em suas pesquisas, a inclusão das questões sociais à lógica do mercado, estiveram mais concentradas nos fenômenos relativos ao meio urbano. Afinal, a expansão urbana e o processo de industrialização dessa cidade colocavam no cerne dos problemas as noções de organização e *estrutura* social. Não por acaso, quando alguns professores da Bauhaus migram, em 1933, para a Escola de Chicago, devido às perseguições dos nazistas, um grupo de industriais fundou uma escola de desenho chamada “Nova Bauhaus” (LUPTON; MILLER, 2002). A proposta dos imigrantes alemães coadunou com as expectativas dos arquitetos estadunidenses no maior aproveitamento do solo, na resolução de problemas das moradias, no uso de novas tecnologias e na concepção da arquitetura e da industrialização de objetos como progresso social (ARGAN, 1998).

Cabe lembrar que nem todos os professores da Bauhaus migraram para a Escola de Chicago. Walter Gropius, o primeiro diretor da Bauhaus e que esteve por dez anos no cargo, passou a lecionar em Harvard a partir de 1937, tornando-se, no ano seguinte, diretor do

departamento de arquitetura. Ele não só vai formar parte do comitê para redigir o documento de unificação educacional nos EUA, como aconselha, em 1950, o diretor da escola de Ulm a eliminar o departamento de política do projeto. Uma decisão relevante, pois a finalidade era invalidar qualquer poder *ideológico* e “facilitar o financiamento dos Estados Unidos para uma continuação da Bauhaus na Alemanha Ocidental” (PAIVA, 2013, p. 140). A orientação socialista, praticada anteriormente na Alemanha, foi deixada de lado por Gropius e seus colegas em Chicago. Gropius, inclusive, estimulou os estudantes a terem como fundamento para o design a “economia livre de mercado, a comercialização e a fantasia artística, que deveriam submeter a técnica a serviço da eficiência da circulação de bens (finalidade social) e à realização de um valor estético (bem cultural)” (Ibidem). Portanto, Gropius apoiou decisivamente a economia de mercado e seus efeitos políticos.

Nesse contexto, Harvard e Chicago assentavam seus estudos no funcionalismo e formularam teorias acerca do mercado concorrencial. Contudo, em Harvard, as teorias sobre consumo, concorrência e estabilidade socioeconômica enfatizavam os estudos *sistêmicos* na interação entre grupos, na conformidade com as normas, na coesão social, nos valores protestantes e nas expectativas futuras em sociedades *dinâmicas* e *complexas*. O que, ali, estava em jogo era mostrar como se devia partir da observação e quantificação da conduta social para compreender a sociedade e, desse modo, mantê-la em *equilíbrio* mediante *regulação* e/ou *adaptação*, sem eliminar a *dinâmica* própria do capitalismo. Todos esses pressupostos foram adotados pelo design contemporâneo, o que justifica a escolha da produção de saberes proveniente de Harvard na elaboração desta tese. E motivo pelo qual a análise genealógica realizada nesta pesquisa não incorporou o instrumental teórico das escolas de Bauhaus e Ulm, mas procurou encontrar o ponto convergente do design com a racionalidade neoliberal.

Michel Foucault, ao efetuar a análise sobre a racionalidade neoliberal, sublinha o modo de vida empresa que, “no interior do corpo social”, forma “o escopo da política neoliberal”. Portanto, empresa não concerne apenas às “grandes empresas de escala nacional ou internacional”, nem tampouco às empresas “do tipo Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 203). A partir dessa análise, foi possível verificar como a produção de saberes organizada em Harvard colaborou também para introduzir nas estratégias do mercado concorrencial as questões sociais e as práticas políticas. Os estudos realizados nessa instituição promoveram a iniciativa autônoma dos indivíduos regrada por organismos reguladores visando programar os sujeitos sob uma lógica capaz de ampliar e propagar o modo de vida empresa. Ou, como disse Foucault,

“fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (Ibidem).

Em suma, no período de entreguerras, iniciou-se a elaboração de uma racionalidade, na qual a conduta dos indivíduos devia ser dirigida segundo as regras do mercado concorrencial e o papel do Estado era – e é – o de formalizar tais procedimentos. Nesse caso, a interferência judiciária atua como árbitro para regular a sociedade e, a exemplo de qualquer outro jogo competitivo, os participantes reconhecem as regras da competição. Já a economia regula-se de acordo com as características inerentes da própria concorrência. Na racionalidade neoliberal, o sujeito é o sujeito econômico, ele mesmo é uma empresa que, como tal, precisa se autoproduzir, investir em si, gerar a sua própria renda (Ibidem). Logo, sugerem-se competências de gestores capazes de desenvolver habilidades técnicas relativas às áreas nas quais pretendem atuar e terem aptidão suficiente para identificar as oportunidades de bons negócios. Negócios esses ligados à constituição familiar, à sua distinção social, às informações absorvidas, às mensagens simbólicas consumidas e transmitidas, a tudo aquilo que o torne próspero e bem-sucedido. Sendo assim, não importa o quanto as demandas de arbitragens judiciárias precisem multiplicar-se, elas devem garantir segurança em todas as instâncias da vida do sujeito empresa, pois, no jogo da concorrência, a maior preocupação é a perda do que foi conquistado.

No decorrer da pesquisa, constatou-se ainda que uma das características do design reside em imprimir ou impedir hábitos, compreendidos como procedimentos eficientes na organização das condutas. A abordagem da noção de hábito também acompanha as pesquisas de Michel Foucault quando problematiza, em diferentes períodos históricos, como o hábito serviu para estabelecer uma ordem política. No século XVIII, teve um uso crítico com o objetivo de trocar a ideia de transcendência “pela obrigação contratual... Criticar a tradição pelo hábito para contratualizar os vínculos sociais”. Já no século XIX, o hábito foi complementar ao contrato e atuou para vincular os indivíduos “não à sua propriedade – pois esse é o papel do contrato – mas ao aparato de produção” (FOUCAULT, 2015, p. 216). Um modo de reunir os não vinculados pela propriedade a um pertencimento de sociedade. Dessa maneira, afirma Foucault, formam-se hábitos por “coerções e punições, aprendizados e castigos”. Hábitos mediante os quais o poder assume, de maneira habitual e ordinária, a norma com a função de “produzir normais” e “é assim que ele se esconde como poder e se apresenta como sociedade” (Ibidem, p. 217). Complementar a esta análise de hábito foi acrescentado o enunciado de Friedrich Nietzsche, em que o hábito pode até tornar os sujeitos mais sagazes por estarem acostumados às mesmas coisas e pessoas, a lugares estáveis e ideias fixas, no entanto, enfraquece a força

inventiva. De acordo com ele, não se trata de viver uma vida de improviso, mas com hábitos *breves* como meio para conhecer as *coisas* e à espera de algo afastado das pequenas covardias cotidianas e do desânimo imobilizador (NIETZSCHE, 2001). Portanto, apesar de a presente tese não estar direcionada especificamente ao hábito como finalidade política nos contextos estudados, todas as vezes que se aborda o hábito no cotidiano dos sujeitos é para salientar os objetivos subjacentes ao governo das condutas.

As análises feitas no decurso desta pesquisa possibilitaram identificar como a produção de *coisas* tangíveis e/ou intangíveis provenientes dos projetos de design interfere, modifica ou conduz as maneiras de ver, ser, dizer, fazer, pensar. E a partir de tal constatação, foi possível relacionar os efeitos dessa produção com a política contemporânea. A tese está composta por quatro capítulos. Neles, o tópico introdutivo apresenta sempre o que será abordado no decorrer do capítulo e o último item sistematiza os principais conceitos analisados. No primeiro capítulo denominado *as coisas de boa forma*, estudam-se as procedências das práticas atuais do design a partir da produção de saberes na Universidade de Harvard, em especial, as teorias produzidas entre as décadas de 1930-1950 e a relação com racionalidade neoliberal que estava em curso. O título e subtítulos deste capítulo fazem alusão à *forma* e, aqui, segue-se novamente a perspectiva de Michel Foucault (2001). Para ele, costuma-se relacionar os valores mais à cultura do que às formas, e isso denota ignorar o quanto as formas, ao surgirem ou desaparecerem, incidem nas maneiras de ver, pensar, dizer e fazer. Isto é, analisar para além do “formalismo”, cuja função estética é universalizar, possibilita compreender quais são as implicações políticas das e nas formas. Portanto, enformar não assume necessariamente uma propriedade depreciativa, mas indica a realidade material e cotidiana que *forma* os indivíduos.

A pesquisa inicia situando a organização do departamento de sociologia na Universidade de Harvard e o contexto dos Estados Unidos da América no período de entreguerras. Durante a década de 1920, a heterogeneidade social promovida pela intensificação do fluxo migratório, pelo desenvolvimento industrial, pelas reivindicações de direitos civis e pelas exigências por mudanças culturais, tensionou os princípios democráticos de liberdade de expressão e igualdade de direitos. Daí, na década de 1930, a construção de conhecimentos na área das ciências sociais ter como objetivo primordial ordenar a sociedade. Entre esses saberes, salienta-se a formação da teoria política sistêmica com orientação empírica e comportamental voltada à observação das condutas no ambiente. Trata-se de um recurso metodológico que não intercepta o conflito, mas o desestimula e reforça a legitimidade dos princípios democráticos. Já no aspecto econômico, as indústrias concorriam lançando produtos que reproduzissem

materialmente as expectativas baseadas num futuro promissor e na prosperidade econômica para todos. O surgimento do estilo *streamline* design colaborou nessa empreitada industrial projetando objetos ligados a uma morfologia atraente que remetia à eficácia, velocidade, mobilidade, higiene e praticidade. Antes, porém, foram implantadas tecnologias educacionais com a finalidade de preparar os corpos para aumentar níveis de eficiência física e mental, pois, considerava-se a vida moderna sedentária motivadora de prejuízos à saúde. Habituar o olhar a uma proporção reconhecida no próprio corpo favoreceu constituir o hábito com as coisas chamadas de *boa forma*, a qual indicava melhor rendimento e satisfação individual. Habituar-se à *boa forma* designava também os valores capazes de regular as condutas individuais e coletivas, um método apropriado para restringir medidas diretamente coercitivas e limitar as ações plausíveis de alterar a estabilidade social. Sobrepor corpos e objetos facilitou o aprimoramento da antropometria, e, com ela, práticas eugenistas foram inseridas nos projetos dos designers. O intuito era, por um lado, distinguir aqueles que não se encaixavam nos padrões da mecânica corporal, por outro, incluir corpos mutilados na guerra ou na indústria nos circuitos produtivos. Os estudos realizados em Harvard promoveram um padrão epistemológico que contribuiu com a constituição da governamentalidade neoliberal.

O segundo capítulo intitula-se *projeções criativas*, e seus subtítulos referem-se a etapas executadas nos projetos de design. Neste momento, problematizam-se as metodologias relativas aos processos criativos provenientes da psicologia cognitiva do pós II Guerra Mundial. A partir desses estudos, identifica-se uma mudança nos programas educacionais e nas relações de trabalho, cujos efeitos aplacam as resistências, incitam a concorrência entre os indivíduos e estimulam o contínuo controle de si e dos outros. Tais metodologias relacionam-se com as políticas de *diversidade* criativa e tolerância. A *diversidade*, nesses termos, diz respeito à característica do ambiente que atrai indivíduos com capacidades e interesses distintos, permitindo interações entre eles para acelerar o fluxo de conhecimento e promover o crescimento econômico. Já a tolerância, segundo o mesmo ponto de vista, exerce um papel primordial para inovar nos negócios. Com o propósito de compreender a procedência do conceito de tolerância, foram analisados documentos emitidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mediante os quais foi possível apurar como a tolerância neutraliza as diferenças ao fomentar o protagonismo democrático e a colaboração entre pessoas unidas pelo sentimento de pertencer a uma humanidade pacificada. Nesse meandro, as culturas passam a ser um recurso econômico ao barganhar as *diversidades* culturais no mercado global, uma forma eficaz de conter ações de singularidades intransigentes.

A abordagem sobre tolerância e *diversidade* criativa é ampliada com análises alusivas ao multiculturalismo, ao pluralismo democrático, à cultura da paz, ao desenvolvimento humano, entremeadas pelos conceitos de resiliência e vulnerabilidade. Debruçar-se sobre tais concepções permitiu conferir a emergência da noção de capital criativo e os efeitos nas subjetividades contemporâneas. Ao diagnosticar o capital criativo enquanto acoplamento do capital humano, notou-se também o quanto essa nova disposição contribui com a atualização de práticas eugênicas, pois, consideram-se talento e habilidade qualidades inatas. Não à toa, o foco do design deslocou-se para outros interesses atinentes às práticas sociais, à pesquisa tecnológica, ao aperfeiçoamento dos processos criativos. Em definitivo, apresenta-se a organização de uma governamentalidade que é própria já da racionalidade neoliberal. Todavia, a vida não cabe em projetos porque forças combativas podem eclodir de maneira contundente e imprevisível.

O capítulo terceiro *innovar, ativar, conciliar* versa acerca da inovação para explanar de que forma as ações em torno dessa noção produzem discursos como a nova economia e a nova política, os quais modificam os modos de conduzir a gestão de si e dos negócios. Assim, os subtítulos relacionam-se às atribuições conferidas à inovação. Procurou-se a procedência da inovação a partir dos conceitos formulados por Joseph Schumpeter, que estipulou a possibilidade de promover alterações eficazes em mercados dinâmicos mediante o que ele denominou “destruição criativa”. Complementar à teoria schumpeteriana, revisou-se a compilação de instrumentos, definições e metodologias registrados no “Manual de Oslo” (1990), pois este estabeleceu padrões adequados no mapeamento de estudos sobre áreas específicas, empresas e impactos inovadores. Mostra-se ainda como o design centra-se menos nas características estéticas-funcionais do produto e mais no humano enquanto ser dotado de emoções, experiências, gestor de si e de seus negócios. Para tanto, os designers lançam mão da inovação e criatividade sob o argumento de modificar estilos visando equilibrar os resultados dos projetos com a satisfação dos sujeitos. Isso demonstra a relação do design com a economia capitalista, hoje especialmente, com a economia de mercado concorrencial, própria da racionalidade neoliberal. Outrossim, neste capítulo, estudam-se as proveniências e problematizam-se os efeitos da economia criativa, estreitamente relacionada ao potencial de inovação, com o propósito de apresentar como alteram-se espaços geográficos, relações de trabalho, produções de saber, práticas políticas e estratégias de governo. Trata-se de práticas políticas e econômicas contemporâneas baseadas no jogo colaborativo em que nenhum participante deve perder. Nesse sentido, geram-se estratégias conciliatórias e diminuem-se as resistências por meio de uma tecnologia de poder ecumênica que pretende homogeneizar as

diferenças, promover técnicas filantrópicas e alastrar a tolerância. Ademais, as estratégias conciliatórias são explicitadas nas novas lideranças políticas em que a figura do ativista aparece proeminente como subjetividade promotora de engajamentos constantes em inúmeros projetos, comprovando seu protagonismo nos meios político e social. O capítulo finaliza com a fagulha de possíveis resistências.

Isto não é o fim, título do quarto e último capítulo. Seu nome exprime uma interrupção e, ao mesmo tempo, a probabilidade de um recomeço. Nele, retomam-se temas abordados nos capítulos anteriores, porém atravessados pela atual pandemia provocada pelo novo coronavírus. A situação vivenciada desde o início de 2020 – e já se foi mais da metade do ano – impossibilitou-me ficar alheia. Este trecho do trabalho até tem traços de considerações finais, mas a proposta é um convite à reinvenção e uma sugestão para enveredar por outros caminhos. No início da tese tinha em mente pesquisar de alguma maneira a questão do estrangeiro, o que rondou meus pensamentos desde o término do mestrado – e já se foram 23 anos –, o motivo é evidente. A proposição para o doutorado consistia em encerrar com estrangeirizar-se constantemente para deixar de ser aquilo que se foi e se é. Uma condição que estimula o estranhamento e, simultaneamente, atíça estranhar-se com o que nos rodeia. Quiçá a melhor definição do que se pretendia estudar anteriormente encontra-se registrada neste quarto capítulo: “estado permanente de ser o de *fora* suscetível de provocar ruído nas linguagens, desconhecer regras preconcebidas e desorganizar hábitos, instituições, leis universais, transcendências”. Uma atitude que rasga continuidades e arruína fronteiras. Sem embargo, parafraseando Michel Foucault, escrever é uma experiência da qual saímos transformados, e ainda é possível acrescentar que, como nada é imutável, as coisas nos chegam e desviam abruptamente o nosso rumo. Perguntei-me, dos assuntos analisados no transcorrer da pesquisa, quais iriam modificar-se, atualizar-se ou seriam deixados de lado. Que efeitos produziria esta pandemia? A racionalidade neoliberal seria atualizada? O que era passível de ser farejado desde agora? Algo desponta enquanto reorganização das condutas: o distanciamento social carregado de valores do chamado *novo normal*. Estratégias de governo que vão além da incumbência com a saúde. E o design atua neste contexto elaborando projetos que corroboram essa nova *normalidade*, e, em definitivo, mostra como, sem abandonar as características anteriores, o objetivo aponta para atuar sobre os corpos. Nem tanto em questões ergonômicas ou antropométricas, mas na fusão efetiva do corpo com os objetos. Nas páginas derradeiras do capítulo não se enuncia qualquer solução. Muito menos assinala-se uma situação idílica,

melhor, da qual tudo pode ser derivado e explicado. Enfim, trata-se apenas de um aceno – contudo, necessário e vital – para profícuas conversas.

as coisas de *boa forma*

modelar contornos

Na década de 1920, enquanto a Europa tentava reconstruir-se dentre os escombros da I Guerra Mundial, os Estados Unidos da América cresciam economicamente devido ao desenvolvimento industrial e ao aumento das exportações. Denominada “os anos loucos”, foi uma época de mudanças políticas, sociais, culturais e de contestações aos valores morais. Um período em que se incentivaram a moda, os grandes espetáculos, o cinema hollywoodiano, os esportes e as festas regadas a muita bebida, enfim, o *estilo de vida americano*. As mulheres exigiam o direito ao voto, cortavam os cabelos, encurtavam as saias, jogavam fora os espartilhos e, em algumas alcovas, homossexuais encontravam-se fora da supervisão puritana. O sexo aparecia em tabloides, peças de teatro, romances. As famílias estadunidenses guiadas, até então, pelo padrão vitoriano, deparavam-se com a rachadura de tal moral. As cidades substituíram a vida bucólica do campo, e, nelas, os laços comunitários pregressos afrouxaram-se em meio à fumaça das indústrias e o fascínio da agitação urbana. Os primeiros arranha-céus indicavam o início de outra era. A dos centros financeiros e comerciais, dos escritórios sobrepostos para albergar trabalhadores engravatados.

Todavia, a expansão da liberdade e o dinamismo das cidades produziram uma reação conservadora, autoritária, racista, xenofóbica, homofóbica. O Ato de Imigração de 1924 restringiu o número de imigrantes, os estrangeiros em solo *americano* foram alvo de expulsões, comunistas e anarquistas eram deportados, perseguidos, presos ou condenados à morte, como a execução dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti em 1927. A ku klux klan, defensora da supremacia dos machos *americanos* brancos protestantes, operava como braço do Estado na tortura e matança de negros, homossexuais, mulheres, imigrantes, judeus, socialistas... Medidas essas tomadas para que nada impedisse a prosperidade dos homens de negócio, pois os anos de 1920 mostravam-se promissores. A competição industrial impeliu o surgimento dos setores de propaganda e marketing, consolidando a venda a crédito sob o slogan preponderante “compre agora e pague depois”, o que estimulou as dívidas individuais e empresariais culminando no *crack* da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929.

A década de 1930 dará uma guinada política e econômica modificando as condutas dos sujeitos. Por um lado, Franklin D. Roosevelt assumiu a presidência em 1932, trazendo debaixo do braço o *novo contrato* com reformas na previdência social, na legislação trabalhista, nos controles de preço e produção. Por outro, nas universidades, começavam a ser tecidos os baixos começos da nova racionalidade liberal com o objetivo de dar um fim a todo e qualquer

intervencionismo estatal. E em paralelo, o design entrava em cena com a elaboração de artefatos morfológicamente atraentes, auxiliando a concorrência industrial. Era preciso que as pessoas contestassem menos e trabalhassem mais para consumir os produtos identificados com a *modernidade*: velocidade, eficiência, mobilidade social. O design tornou-se um meio e colaborou com a implementação da governamentalidade liberal que estava em curso. Nesse sentido, este capítulo aborda as procedências da relação entre o design e a racionalidade neoliberal a partir da análise da produção de saberes na Universidade de Harvard, no período de entreguerras até a década de 1950. Mostra-se, também, de que maneira foram constituídas práticas cotidianas voltadas a modelar corpos e inteligências com o objetivo de atender aos requisitos do mercado concorrencial. Por fim, apresenta-se o *hábito* com as *coisas*, como meio para os sujeitos se moldarem à *boa forma*, de acordo com as estratégias do design conjugadas à política sistêmica para manter o equilíbrio social, mesmo quando fosse conflituoso o jogo de interesses.

Michel Foucault, no curso “Nascimento da biopolítica”, expõe em que consiste o exercício de governar, refletindo na prática e sobre a prática de governo. A opção de Foucault foi problematizar ações concretas tornadas universais e não deduzir tudo de categorias universais para explicar as práticas concretas. “Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer” (FOUCAULT, 2008, pp. 5-6). Assim, a análise das relações de poder quando explicada como exercício, explicita de que maneira se articula a ação de alguns sobre as possíveis ações de sujeitos ativos. Não se busca reerguer uma teoria que possa esclarecer o todo, mas uma análise dos efeitos dessas relações de poder. As noções expostas nesse curso – o *homo oeconomicus* como homem empresa dentro de uma política baseada no mercado concorrencial, a concepção da racionalidade neoliberal e a governamentalidade como maneira de conduzir-se e conduzir a conduta dos outros – foram indispensáveis para realizar as análises presentes neste trabalho. Foucault possibilitou compreender o quanto haviam sido impulsionadas as iniciativas individuais, coletivas e de mercado para satisfazer o que se deseja. Desejo este inerente ao livre empreendimento, próprio do mercado competitivo. Por conseguinte, não será sob a ótica do Estado que se assegura a coesão e a ordem, como expresso pelas teorias contratualistas, mas na multiplicidade de interações com finalidades específicas capazes de garantir a eficácia de governar.

A escolha da produção de saberes em Harvard justifica-se porque, quando traçadas as proveniências de conceitualizações contemporâneas utilizadas pelos designers, elas

desembocavam, direta ou indiretamente, em um conjunto de proposições forjadas nessa instituição. Proposições que não se esgotam no período pesquisado, mas foram o mote para que as atividades projetuais adotadas pelos designers configurassem desdobramentos, reforços, programações e projetos dentro da racionalidade neoliberal. Para pesquisar a relação da produção de saberes em Harvard com as práticas do design no período de entreguerras, acompanhou-se também as análises efetuadas por Foucault. De acordo com ele, não se trata de assinalar um conjunto de saberes que elaboram alguns poderes, nem de procurar por um poder exercido externamente sobre o saber, mas, sim, considerar as relações existentes entre o poder e o saber. Apreender as produções de saber consiste em compreender as estratégias de poder, com as quais se “vai definir o efeito de conhecimento” em determinados contextos. “Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as grandes relações com a verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 27).

Do mesmo modo, colaboraram para esta pesquisa as aulas de Gilles Deleuze no curso sobre Foucault “O saber”, ministrado em 1985. Deleuze apresentou como o saber é um procedimento e uma prática com elementos daquilo que é visível e enunciável. Visibilidade consiste nas condições sob as quais surgem as ações: o que é feito em uma época está em evidência. Já os enunciados incidem em tudo aquilo que se pensa em um contexto histórico e torna possível a produção de condutas específicas, pois os efeitos de poder transitam entre os enunciados. Isso não quer dizer uma concordância direta entre o evidente e o enunciável. Encontra-se, sim, uma reciprocidade nos dois elementos e eles podem ser entrelaçados, mesmo quando não tenham pontos em comum, ao instaurar-se a dimensão do poder. Para explicar a interrelação saber-poder no campo social, Deleuze assinala o modo pelo qual o enunciado mantém uma regularidade segundo regras relativas a singularidades. Trata-se, então, da “distribuição das singularidades e das relações de força entre singularidades” como problema do poder, para constatar as conexões capazes de produzir enunciados como área do saber (DELEUZE, 2013, p. 253). Em outras palavras, esses saberes elaboram em cada sociedade regimes de verdades, ou seja, discursos aceitos que não “são em si nem verdadeiros nem falsos”, porém procedimentos e regulamentos valorizados por aqueles incumbidos de dizer “o que funciona como verdadeiro”. E é precisamente em tais discursos, concebidos como uma multiplicidade de elementos plausíveis de participar de diferentes estratégias, que reside a ligação entre poder e saber, cujo processo possibilita alterar a situação global da sociedade (FOUCAULT, 1992a, pp. 4-12).

A análise da produção de saberes em Harvard teve como propósito mostrar a organização de certas práticas de governo. Por sua vez, a abordagem das ações do design expôs como este instrumentalizou a constituição de condutas específicas e a condução delas. O design trabalhou na construção de um regime de visualidade em conformidade direta com os enunciados ao mudar a *forma* e treinar o *olhar*. Olhar esclarecido, visualidade aumentada, contornos afinados. O desígnio estético conjugou-se com o político e o anatômico. Aprimoraram-se as posturas como indicação precisa na regulação de ambientes e condutas. A cultura do olhar *habituado* forneceu um conjunto de regras sociais e inaugurou a prática política sistêmica. Portanto, a escolha do contexto histórico nos EUA possibilitou situar, dentro de um campo de forças, o início das estratégias que configuraram operações baseadas na concorrência como princípio de organização do social e do político.

Na década de 1930, a livre competição estava prejudicada pelo aumento da centralidade estatal e a economia mundial sustentava-se mediante uma política governamental articulada internacionalmente por acordos reguladores do mercado. Desde o fim da década de 1920, o Estado passou a interferir na economia com a finalidade de equilibrar a relação oferta-demanda, valendo-se para tanto de todo um arcabouço de normas destinadas a dirigir produção, produtores, consumo, preços e trabalhadores (PASSETTI, 1994). Quase todos os Estados capitalistas da época fortaleceram o intervencionismo que destinava mais da metade de seus orçamentos à seguridade social, além de obstruir o comércio exterior e provocar uma retração no mercado internacional. O Plano *New Deal* (1933-1937), realizado nos EUA sob o governo de Franklin Delano Roosevelt e seus técnicos, pode servir de exemplo, por adotar soluções intervencionistas. Pretendia-se melhorar a economia, mediante o planejamento e a colaboração conjunta entre o governo, empresários e trabalhadores.

A ampliação da democracia mostrou como os indivíduos esperavam do Estado um campo de possibilidades a seu favor, por meio da produção de direitos e pela constituição de novos processos e novas instituições. Essas reformas, apoiadas ou exigidas pela população, engendraram o crescimento das chamadas políticas sociais, transferindo para o Estado a responsabilidade do *bem-estar* social, aumentando o processo de monopolização do mercado, as condições para o estatismo e a possibilidade de diminuir a concorrência. Diante dessa configuração, os liberais começaram a buscar saídas para um capitalismo que não limitasse as margens de ação do mercado concorrencial e fosse afastado dos moldes da economia socialista concentrada e controlada pelo Estado, pois os soviéticos utilizaram a planificação estatal para determinar a produtividade e os bens de consumo. O marco, amplamente estudado por Foucault

(2008), foi o Colóquio Walter Lippmann no final de agosto de 1939 em Paris, onde se reuniram liberais de várias escolas, principalmente os defensores do liberalismo clássico e os entusiastas de um *novo liberalismo*. Este último grupo estava disposto a abrir concessões para poder conquistar um arranjo econômico capaz de aumentar a produtividade, sob uma ordem jurídico-política adequada. A hipótese estava orientada a uma sociedade democrática voltada ao mercado competitivo.

Trata-se de uma situação em que a economia incorpora em seus processos – produção, trabalho, consumo e investimentos – a conduta dos sujeitos com o propósito de analisar a racionalidade no interior do conjunto de atividades e rotinas, programando as ações dos indivíduos como sujeitos economicamente ativos. Não por acaso, a produção de saberes a partir do entreguerras conjugou os métodos das ciências humanas, exatas e naturais. Os aspectos físicos e psicológicos dos indivíduos em seus ambientes foram pesquisados para obter maior rendimento dos sujeitos e melhor adaptação: estudos direcionados à construção do *humano* como ser *complexo*.

formatar saberes

A escola sociológica de Harvard surge na década de 1930 incentivada pelo fisiologista e bioquímico Lawrence J. Henderson. Ele se encarregou de mostrar como as ideias do economista e sociólogo Vilfredo Pareto revelavam uma *complexidade sistêmica* próxima da fisiologia.

Uma vez concebida essa analogia, Henderson decidiu socializá-la entre seus colegas de Harvard e, em 1932, iniciou um seminário sobre a Sociologia de Pareto no Departamento de Sociologia. Nele participaram vários de seus colegas, como Joseph Schumpeter, C. P. Curtis, Talcott Parsons, William F. White e Crane Brinton. Também estiveram alguns estudantes avançados como o doutorando de sociologia Robert K. Merton (QUEVEDO; CORTÉS, 2015, p. 113).

Henderson utilizou as formulações de Vilfredo Pareto³ (1848-1923) apenas como ponto de partida e prosseguiu suas investigações mediado por outros dois estudos. O primeiro baseou-se nos conceitos de meio interno e *regulação*, definidos pelo médico e fisiologista francês Claude Bernard; o segundo teve como referência a concepção de *sistemas* extraída do físico, químico e matemático estadunidense Josiah Willard Gibbs (Ibidem). De Bernard, ele extraiu

³ Sociólogo e economista italiano.

como o meio interno podia garantir ao organismo certa autonomia, mesmo quando no meio externo houvesse variações em suas condições de vida. De Gibbs, incorporou o comportamento de *sistemas complexos* em evolução que poderiam multiplicar-se em infinitas diversidades de componentes, porém mantendo as suas atividades coordenadas. As análises de Henderson acerca das relações dos organismos com o meio ambiente o levaram a associar esses sistemas com as interrelações sociais; ele

começou a pensar que o conceito de ‘sistema social’ de Pareto poderia ser articulado sem problema ao ‘sistema físico-químico’ de Gibbs. Segundo Henderson, o sistema social de Pareto não continha elementos físicos e químicos, mas continha indivíduos, que eram análogos aos componentes do sistema de Gibbs. Era heterogêneo (como as ‘fases’ de Gibbs), porque os indivíduos formavam parte de famílias diferentes, de intercâmbios, de profissões e de distintas classes sociais e econômicas (Ibidem, p. 113).

O fisiologista estadunidense, ao se debruçar sobre essas duas teorias, focou seu interesse em mostrar como o sistema social era capaz de articular a vida individual com o ambiente coletivo, pois o todo construído seria apenas o suporte das partes componentes. A preocupação consistia em conter reações *espontâneas* para sanar possíveis diferenças dentro do *sistema*. Por conseguinte, o *meio* devia proporcionar regras capazes de manter a autonomia dentro de uma totalidade: sobreviver às pressões externas, provocar mudanças sem alterar a harmonia do todo, expandir-se sem comprometer o equilíbrio dos sistemas. A teoria de Henderson expunha a capacidade do sujeito guiar-se pelas próprias normas de conduta, ao conseguir compensações de autorregulação. A disputa salutar seria aquela que, independente dos conflitos e tensões encontrados no ambiente social, provocaria transformações necessárias, sem modificar radicalmente o sistema vigente. Também deixa implícito como o Estado, suporte das partes do todo, mediante atributos jurídicos, devia apenas regular as regras do jogo político dentro de uma economia concorrencial.

Com base na mesma projeção de Henderson, seu colega Walter Bradford Cannon, também fisiologista, criou o conceito de homeostase, que concerne à maneira de manter o *equilíbrio* orgânico em condições fisiológicas estáveis “sempre que este for alterado por condições adversas (perturbações), externas ou mesmo internas ao seu funcionamento” (RODRIGUES, 2013, p. 171). A descrição do processo de homeostase mostrava o que acontecia com o corpo quando precisava proteger a estabilidade do *sistema* exposto a situações limites, e como, perante essa situação, havia uma dinâmica no organismo com a finalidade de sobrevivência.

Os sistemas homeostáticos descritos por Cannon parecem ter como finalidade dar ao organismo liberdade e autonomia. Por esse motivo ele insistiu muito

em suas referências no ambiente interno de Bernard, que mantém o corpo em um estado estável para o mundo exterior. Para que lhe é concedida essa liberdade com relação ao meio externo? (LOZANO, 2014, p.174).

Quando anuncia que o corpo tem liberdade e autonomia, expande sua teoria para além do estado fisiológico. Por analogia, queria transferir ao corpo social os mesmos critérios de *estabilidade* produzidos no corpo fisiológico com a finalidade de determinar o corpo político. Ademais, Cannon havia deslocado suas pesquisas dos conceitos da mecânica para o campo da energia, e essa mudança proporcionou uma outra visão de sistemas. Energia compreendida como algo que se expande, gera força nos corpos, nas substâncias, nos sistemas. A energia cria, modifica e destrói ambientes, portanto, mesmo quando usada a concepção mecânica, ela deve ser concebida como energia total de um sistema. Trata-se da somatória da energia cinética, estabelecida pelo movimento definido como trabalho necessário para acelerar um corpo em repouso, e da energia potencial elástica, encontrada quando uma força deforma um corpo, o qual pode voltar à sua situação inicial dependendo de suas características inerentes e da atuação da força deformadora segundo duração e intensidade (CORRADI et al., 2010). Nesse sentido, nas teorias produzidas em Harvard, também estava subentendido um conjunto de motivações atuantes em dois campos. Um estimulava a mobilidade social amparada na noção de prosperidade e equilíbrio. O outro explicitava a necessidade de conter as mobilizações, utilizando-se uma força restauradora nos corpos individual e social. Os sujeitos precisavam atuar dentro de certos limites reguladores auspiciados pelo Estado, pois a restauração devia ser proporcional à alteração, evitando que *perturbações deformassem* o modelo político democrático e o modelo econômico da concorrência.

A abordagem centrada na *complexidade*, bem como no modelo *sistêmico* de regulação e equilíbrio, manifestava o interesse em saber como conduzir as condutas dos indivíduos, inexplicável apenas pelos propósitos assentados na configuração de instituições eficientes. O Estado intervencionista que devia, por meio de suas capacidades, atender às necessidades sociais havia demonstrado incompetência nas organizações e nos processos próprios para resguardar a vida das populações. Afinal, as agências temporárias promovidas pelo *New Deal*, para resolver os problemas econômicos, não tinham sido bem-sucedidas. Os programas, durante o primeiro período de mandato presidencial de Franklin D. Roosevelt, se direcionaram às mudanças sociais com o objetivo de angariar votos dos setores sindicais e agrícola, já na segunda etapa do mandato, a finalidade se concentrou em realizar alianças para conter os opositores dentro do Congresso, mas suas atividades não recuperaram a área econômica.

De acordo com Foucault, o que ocorreu nos EUA no decorrer dos anos de 1930, quando deflagrada a crise econômica, foram implicações políticas dessa crise “e viu-se nelas um perigo para certo número de liberdades consideradas fundamentais” (FOUCAULT, 2008, p. 92). A política de Roosevelt alinhou, em um contexto de desemprego, garantias sociais e produção com liberdades no âmbito do consumo, da política e do trabalho, mediante uma série de intervenções econômicas no mercado. Dessa maneira, as liberdades democráticas asseguradas pelo intervencionismo econômico, para evitar a “passagem ao socialismo, ao fascismo, ao nacional-socialismo”, introduziram “mecanismos de intervenção econômica” colocando em perigo essas mesmas liberdades que pretendia proteger (Ibidem, p. 94).

Segundo Talcott Parsons, dadas essas condições, para um sistema social conseguir sobreviver era preciso desenvolver formas que cumprissem com as demandas impostas pelo *ambiente*, “o ponto de partida fundamental é o conceito dos sistemas sociais de ação. Nesse sentido, a interação dos atores individuais dá lugar a condições tais que é possível considerar esse processo de interação como um sistema” (PARSONS, 1999, p. 6). O sociólogo classificou seus “objetos de estudo” em três categorias: sociais, físicos e culturais. O objeto social é um ator que pode ser “ator individual (alter), ou o ator que se toma a si mesmo como referência (ego), ou uma coletividade, considerada uma unidade a fim da análise de orientação”. Os objetos físicos correspondem a elementos empíricos que não “interatuam nem respondem” ao indivíduo, servem como meio e qualidade de ação dos sujeitos. Os objetos culturais atrelam-se aos valores simbólicos da tradição cultural, mas as expressões simbólicas não podem ser fatores constitutivos da personalidade do sujeito, elas devem ser usadas como componentes para entender uma determinada situação (Ibidem, pp. 6-7).

Sob essa ótica, Parsons reforçou a teoria da regulação para manter o equilíbrio esperado dentro do sistema, e adotou a noção de *ator* representado na democracia e que serve de modelo para outros; introduziu os artefatos no âmbito da experiência, submetida ao exame das ações das pessoas para identificar seus significados; e incluiu os valores simbólicos como elementos plausíveis de serem alterados ou resgatados dentro de uma tradição cultural intrínseca à continuidade histórica, pela qual seria possível amalgamar elementos dispersos no interior de uma mesma unidade. O sociólogo formulou os sistemas sociais moldados por tecnologias de *integração* e *adaptação*: quem conseguisse obter essas condições podia transformar-se, quem não, podia colapsar. A ação considerada motivacional dentro dos sistemas deveria ser orientada a lograr gratificações ou evitar privações em um processo denominado “ator-situação”, e para atingir esse objetivo precisava-se da energia do “esforço”. O sistema social parsoniano era

formado por subsistemas (econômico, político, religioso, entre outros) que, com funções específicas, precisava manter intercâmbios de informação e/ou *energia*. A harmonia e o intercâmbio entre os subsistemas conservavam o equilíbrio e a coesão do sistema social global. A importância da informação consistia em conhecer e fazer circular quais eram as possíveis resistências dentro dos subsistemas. Quanto à energia, estavam a energia do “esforço” correlata à mobilidade social pelo trabalho e a energia dos aparelhos do Estado ou de algumas organizações sociais, quando necessário fosse voltar à situação inicial para estabelecer a harmonia almejada dentro do sistema (Ibidem).

Por sua vez, o sociólogo Pitirim A. Sorokin, mediante o estudo da influência da mobilidade e suas implicações na estabilidade da ordem social, formulou ser a distribuição social uma classificação econômica, que reforçava a estabilidade.

Estando satisfeitos com as funções que preenchem, os indivíduos não pensam em revoltar-se contra a ordem existente. Além do mais, uma boa distribuição das competências eleva a produção, permite satisfazer às necessidades e diminuir, assim, os riscos de desordens sociais. Pode-se também observar que uma forte mobilidade torna possível a ascensão dos líderes e das pessoas ambiciosas: ao invés de virem a ser chefes de revolução, transformam-se em protetores da ordem social (SOROKIN⁴, 1959, p. 533).

Duas considerações tecidas por ele acerca da mobilidade social complementam-se e se reforçam. Uma aborda como, com a ausência de privilégios hereditários, declinariam os descontentamentos, pois os indivíduos reconheceriam seu êxito por capacidade própria, conferindo-lhes segurança ao garantirem seus direitos: “as pessoas que não triunfam não podem queixar-se senão de si mesmas. A mobilidade, de certo modo, pode diminuir o ciúme e o ódio entre os grupos sociais” (Ibidem, p.534). A outra referia-se aos riscos de uma sociedade móvel, particularmente em momentos de recessão econômica ou *crise* social, porque ao não terem os sujeitos sentimentos de “predestinação”, quando contrariados, poderiam prejudicar a ordem política. “Assim se instala, nesta sociedade móvel, uma luta permanente entre os indivíduos, os grupos e as facções” (Ibidem, p.535). Nesse caso, o autor sugere a criação de mecanismos de regulação para se evitar colocar em risco os *hábitos* regulares, necessários na manutenção da união e coesão do sistema.

O contexto de entreguerras nos EUA deve ser compreendido nos termos de uma racionalidade que devia atender à *heterogeneidade* presente nesse país. A consolidação estaria

⁴ Refere-se a Lenin que o havia condenado à morte sob acusação de estar contra os líderes do partido. Liberado, deixou Rússia em 1923, exilando-se nos Estados Unidos (The Pitirim A. Sorokin Foundation, EUA). Disponível em: <<http://cliffstreet.org/index.php/foundation>> Acesso em: 8 de setembro de 2017.

na construção de identidades baseadas em afirmações que caracterizassem um *estilo de vida*. De acordo com Cristiane Mesquita, o *estilo* assume ao longo do século XX certa banalização e algumas apropriações, as quais multiplicam sua noção no campo do mercado e esvaziam sua significação inicial atrelada à escrita ou a outras manifestações artístico-culturais. Desde o século XIX, a materialidade dos produtos e o respectivo consumo geraram uma “cultura de visibilidade”, que relacionou os objetos e as subjetividades. Em decorrência, os artefatos consumidos associaram-se às preferências dos indivíduos “como signos reveladores da personalidade do comprador”. O *estilo* começou a adquirir conotações referenciadas naquilo que era consumido, como expressão da maneira de viver. Já no século XX, com a sedimentação das práticas em marketing, publicidade, design e moda, o *estilo* passou a formar parte integral do mercado (MESQUITA, 2008, pp. 81-82). “Os predicados usados na caracterização de *estilos* de vida são constituídos a partir de relações compostas nas tramas sociais, econômicas e políticas de subjetividade” (Ibidem, p. 83).

No período de entreguerras buscava-se, na sociedade estadunidense, um *estilo* intimamente relacionado à formatação das organizações social e política. A *heterogeneidade* que mais incomodava estava composta pelo elevado número de mulheres, negros e mexicanos desempregados, bem como o influxo de imigrantes intensificado nesse momento. O desenvolvimento industrial levou setores da sociedade a aspirar outras organizações políticas, dividindo-se as opiniões em meio à profusão de forças apresentadas por democratas, comunistas, anarquistas, isolacionistas, pacifistas, nazistas e fascistas. A industrialização explicitou estruturas sociais verticalizadas e imprimiu, simultaneamente, inquietações dos trabalhadores que começaram a questionar as condições de trabalho e o repúdio dos industriais pelo declínio da produção decorrente das greves.

Também se encontravam os adeptos da ideia de mobilidade social, os quais acreditavam estarem disponíveis as oportunidades para todos. Segundo Christopher Lasch, ao internalizarem o “mito do homem que se fez sozinho, os trabalhadores com muita frequência sacrificaram a solidariedade pela esperança ilusória de progresso individual”. Mais do que isso, o fracasso era encarado como “um julgamento moral por sua própria falta de ambição ou inteligência” (LASCH, 1996, pp. 67-68). Pode-se acrescentar ainda que, se esse sujeito considerava ter a capacidade de arcar com seus obstáculos, não podia admitir os outros, em condições *iguais*, exigirem auxílios. Essa foi a base para produzir o imaginário de que uma sociedade próspera oferece *bem-estar* pelos benefícios materiais ofertados. Fornece também a indicação de segurança, pois o sujeito, ao reconhecer haver possibilidade de *oportunidades* e ao ter como

princípio norteador a vontade individual, em algum momento conquistaria o emprego e a garantia de uma vida estável.

Os movimentos migratórios e imigratórios direcionaram-se para os centros urbanos onde havia mais ofertas de emprego pelas indústrias ali instaladas. Mudanças relevantes ocorriam na nova cultura urbana como desmoronamento da estrutura familiar tradicional; enfrentamentos geracionais; movimento das mulheres que haviam conquistado o voto e se revelavam contra a moral vitoriana; aumento do índice de divórcios; diminuição do número de filhos no casamento; propagação da emancipação sexual; questionamento da moral vigente pela produção literária; divulgação da música feita pelos negros (o jazz); costumes alterados pela moda (DIVINE et al., 1992). A moda quiçá seja um bom exemplo para mostrar de que maneira a proliferação de exigências particulares proporcionava às pessoas a ideia de ter maiores chances de escolhas e mais segurança com relação às suas individualidades. Evidencia-se um reordenamento do pressuposto de igualdade, atenuando diferenciações simbolicamente mediante a constituição de *estilos* compostos de valores modernos relativos à vida *dinâmica, impessoal e complexa*. Gilles Lipovetsky, referindo-se à moda no começo do século XX, assinala como:

[a] democratização da moda não [significou] uniformização ou igualação do parecer; novos signos mais sutis e mais nuançados, especialmente de grifes, de cortes, de tecidos, continuaram a assegurar as funções de distinção e de excelência social. Ela [significou] redução das marcas da distância social, amortecimento do princípio aristocrático do *conspicuous consumption*⁵ (LIPOVETSKY, 1989, p. 76).

Duas vertentes podem ser analisadas nesse contexto: uma relativa à cultura urbana em ascensão após o término da I Guerra Mundial, e a outra, intimamente ligada à primeira, refere-se à reação nacionalista dirigida a alguns imigrantes. A produção em série conjugada com o desenvolvimento tecnológico, principalmente máquinas com uso de energia elétrica, ocasionou alterações no modo de vida estadunidense. Em um curto período (dez anos) as cidades mais industrializadas receberam o contingente de oito milhões de pessoas à procura de empregos nas indústrias que produziam bens de consumo, particularmente a automobilística. Tal indústria incentivou o marketing, como ferramenta para pesquisar o mercado, a propaganda, com o propósito de difundir imagens e mensagens, e, sobretudo, as compras a prazo (DIVINE et al., 1992).

⁵ Consumo conspícuo ou consumo ostentatório. É um termo introduzido pelo economista e sociólogo Thorstein Veblen em seu livro “A teoria da classe ociosa” publicado em 1899. O termo refere-se aos consumidores que compram itens caros para exibir riqueza e renda. Disponível em: <<http://www.conspicuousconsumption.org/>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

A indústria automobilística aumentou ainda a circunferência das cidades. O meio de locomoção privado proporcionou novas estradas, alterou modelos de organização espacial e, com isso, o lugar considerado mais apropriado para cada um morar.

Postos de serviço, cabines de turistas ... e *drive-ins* de todos os tipos começaram a aparecer na paisagem, ao lado das autoestradas, grandes e pequenas. O automóvel mudou todos os padrões de vida da cidade, disto resultando uma explosão suburbana, agora que os incorporadores podiam construir moradias em círculos cada vez mais afastados do centro das cidades (Ibidem, p. 548).

Nos contornos mais longínquos dos centros urbanos, a chamada família padrão estadunidense fincou suas casas com jardins e cercas brancas para desfrutar, com nostalgia, dos antigos valores que o passado rural representava e longe da *agitação* que a cidade proporcionava, pois a concentração urbana era uma *ameaça* à tranquilidade da vida *americana*. “Os bares, os bordéis, pequenas Itália e pequenas Polônias, células comunistas, amor livre e ateísmo – tudo era identificado com a grande cidade” (Ibidem, p. 556). Os valores tradicionais ficaram circundando as cidades tal e qual um muro de contenção, impedindo qualquer *perturbação* de deformar o estilo de vida local e atuando também como força para assegurar ou interferir sobre os valores *heterogêneos* em formação.

Aos poucos, as características conferidas às grandes cidades acirraram o nacionalismo em ascensão desde o término da I Guerra Mundial, cujo objetivo primevo era o chamado *perigo vermelho* atribuído ao crescimento do comunismo nos EUA – movimentos operários deflagraram greves e alguns atos contra instituições e figuras oficiais –; depois, sob a mesma denominação, foram incorporados anarquistas, feministas e imigrantes. Alexander Mitchell Palmer, ministro da Justiça de 1919 a 1921, organizou junto com agentes federais uma série de medidas para deportar mais de quatro mil estrangeiros *suspeitos* de serem anarquistas ou comunistas, como ocorreu sob os Atos de Exclusão Anarquista – leis aprovadas pelo congresso dos EUA em 1903 e 1918 que proibiam a entrada de anarquistas no país e promoviam sua deportação (Ibidem). Palmer contava com amplo apoio da população ansiosa por medidas pungentes, como os veteranos de guerra e a Ku Klux Klan, que consideravam os estrangeiros uma ameaça para a sociedade estadunidense. A Klan, além disso, “punia os negros que não sabiam o seu lugar e mulheres que praticavam a nova moralidade”. Esse grupo também tinha métodos baseados em “códigos de conduta” e na oferta de segurança para obter o respaldo da sociedade, encorajando “espancamentos, chicoteamentos, queimaduras com ácido e assassinatos”, em troca de títulos honoríficos e de “um sentido de identidade nas atividades do grupo” (Ibidem, p. 559).

A esses grupos somava-se o crescimento dos fundamentalistas, a exemplo da seita Testemunhas de Jeová nas classes média e alta *pregando* as *boas obras* e a respeitabilidade. Todas essas práticas discursivas promoveram leis imigratórias de “Cotas de Origens Nacionais” que limitavam “a imigração da Europa a 150 mil pessoas por ano, alocando a maioria de vagas para imigrantes da Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Escandinávia e barrando todos os imigrantes da Ásia”. Com isso, amparavam-se os tratados eugenistas a fim de eliminar o geneticamente *inferior*. O eugenista Madison Grant alertava, na década de 1920, que “a raça anglo-saxônica que tinha fundado a nação estava a ponto de ser subjugada por raças menores, geneticamente inferiores. Os psicólogos, armados de testes de coeficientes de inteligência usados no Exército na Primeira Grande Guerra, confirmaram o julgamento” (Ibidem, pp 559-560). Jean-Louis Vullierme reforça essa informação ao dizer de que maneira Grant reduziu tudo à questão restritamente racial conciliada ao nacionalismo “com a condição de confundir a Nação com a raça” (VULLIERME, 2019, p. 52).

Michel Foucault analisou como, muito antes de ter conotação biológica, o conceito raça era, desde o fim da Idade Média, ligado a um discurso de oposição entre grupos inimigos. Raça designava historicamente um grupo de origem local, linguística ou religiosa, diferente de outro que podia conquistar ou ser conquistado para formar uma unidade política. Indicava, também, a convivência de dois grupos que — apesar de unidos — continuavam mantendo privilégios, hábitos, leis e exercícios de poder diferentes. Nesse momento não havia dualidade social, pois a sociedade unificava-se num só grupo de indivíduos. Porém, o confronto entre grupos irá deslocar-se, a partir da segunda metade do século XIX, para duas direções estreitamente relacionadas. Uma retomou a noção conflitiva dos grupos, mas sob a perspectiva de construir uma sociedade biologicamente monística, definida como a mais forte e melhor. A outra vertente encarregou-se de regular os elementos heterogêneos internos, para evitar possíveis *ameaças* a essa unidade biológica. Tratou-se, assim, dentro da mesma sociedade, de subordinar a uma *purificação* permanente todos os que eram considerados *sub-raça* ou *subproduto* social. O nacionalismo era, portanto, algo muito mais intrincado que o simples fato de cumprir uma função identitária, visto que, quando articulado com os aparelhos do Estado, criou princípios normativos para *defender* a integridade e superioridade social dos *perigos* externos e internos capazes de *macular* sua particularidade. O que estava, então, intrínseco nesse nacionalismo era a nova noção de raça absorvida pela soberania estatal (FOUCAULT, 1992).

Vullierme mostra que Grant subdividiu o gênero humano em raças, situando a nórdica “no topo de uma escala de raças em competição umas com as outras pelos recursos e o espaço ‘vital’”.

Ao conceber os humanos como predadores entre si, admitiram-se, simultaneamente, a impossibilidade de *adaptação* e a capacidade de extermínio (VULLIERME, 2019, p. 53). Madison Grant conferiu uma garantia científica para responder à secular demanda social estadunidense de tradição escravagista e aniquilamento indígena, estendida no início do século XX aos imigrantes. Foi nesse contexto “que Grant desenvolveu sua ciência e veio convencer o congresso a reduzir permanentemente em nove décimos o fluxo migratório”, por meio das leis de cotas, as quais se restringiram à entrada dos “candidatos de raça nórdica que gozassem de saúde perfeita” (Ibidem, pp. 62-63). Não obstante, o resultado dessa imposição foi o afluxo de negros dos estados do Sul para os estados do Norte e a migração em massa de mexicanos, para preencher a frente de trabalho anteriormente ocupada por imigrantes.

A eugenia no início do século XX com a finalidade de melhorar a população mediante a *reprodução* controlada não circulava apenas entre um punhado de extremistas, mas foi codificada em leis e práticas. Mulheres e homens de ascendência mexicana foram, entre as décadas de 1920 e 1950, por exemplo, *patologizados* pela assistência de saúde pública a fim de justificar a esterilização. Em cidades como Los Angeles e El Paso, onde muitos imigrantes mexicanos se estabeleceram, as autoridades de saúde doutrinavam mulheres e crianças com programas de *americanização* com o objetivo de *curá-los* dos *males* que obstaculizavam o progresso nacional. As mensagens subjacentes nesses programas eram demonstrar como as mulheres mexicanas não tinham habilidades para serem mães idôneas. Os mexicanos continuaram atravessando a fronteira para fornecer mão de obra barata na indústria agrícola e eram considerados, pelos adeptos da *racialização científica*, uma ameaça maior à *pureza* nacional do que os europeus, estes próprios, conforme já assinalado, sujeitos a cotas rigorosas da Lei de Imigração de 1924 (MOLINA, 2019). Independentemente da procedência, a maior parte dos imigrantes tendia a querer identificar-se com o *estilo de vida americano*, mas eles eram sempre lembrados de seus lugares “graças a seus idiomas, sua alimentação e seus costumes (...) fossem chineses, irlandeses, italianos, poloneses ou de qualquer outra nacionalidade” (FORTY, 2013, p. 328). Apesar dessa delimitação, os recém-chegados, que serviam não só como mão de obra barata, mas como “eleitorado manipulável”, eram perseguidos simultaneamente “no modo racial (...). O processo prossegue até hoje, exercendo os Estados Unidos seu poder de atração mais forte sobre cada grupo quanto mais precária for a situação que justificou a imigração” (VULLIERME, 2019, p. 90).

Era preciso manter distância daqueles que pudessem ameaçar a *normalidade* do *estilo de vida* de uma classe média em ascensão, por conseguinte a heterogeneidade devia ser

recontextualizada. A confirmação da diluição do espaço entre os *bons cidadãos* e os *outros* amedrontava a ponto de instar por medidas capazes de afastar o que era avaliado como perigoso e responsável pelas desgraças. Tratava-se de atribuir os insucessos a esse inimigo virtual, que não podia ter lugar nem na história nem na política, e de defini-lo segundo um conjunto de valores alicerçados em alguma ciência, lei ou aspecto econômico, sob a hipótese de preservar qualquer herança genética, *hábitos* culturais ou tradições sociopolíticas. A tensão encontrava-se entre, de um lado, a crença nos princípios democráticos de igualdade de direitos e liberdade de expressão, e, de outro, o medo imanente das massas que se manifestavam publicamente solicitando mudanças políticas, sociais e culturais. A desconfiança na democracia estava depositada em não conseguir constituir-se um cidadão *esclarecido* capaz de exercer, na sociedade liberal moderna, o papel efetivo nos assuntos públicos. Isto sinalizava eliminar as revoltas para suprimir interferências nos *negócios* de grupos empresariais que ambicionavam organizar uma nação tida como *viril* e *poderosa*, ancorada no *americanismo* puritano de eterna lealdade à *ordem* e aos *bons costumes*.

Nesse momento, a questão era como preservar as normas *democráticas* em meio a uma reconstrução social que utilizava procedimentos avaliados como *não democráticos*, embora os resultados punitivos contra os que questionavam a moral tradicional e as estratégias capitalistas fossem os esperados por uma ampla parcela da população. De acordo com Walter Lippmann, graduado em Harvard, a sociedade industrial, o crescimento das cidades e a impessoalidade das relações sociais acarretavam uma *complexidade* de problemas que inibia o exercício da ação política democrática. Para ele, prevalecia a interferência de alguns grupos sobre a opinião pública, pois as pessoas ao desconhecerem os fatos *verdadeiros* eram suscetíveis a acreditar na divulgação da imprensa, uma vez que os sujeitos assimilavam mais facilmente os preconceitos e os estereótipos – técnica utilizada pelos jornalistas para formular “ideias fixas” e as generalizar na população. “Em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e seus interesses e nem tão pequena que todos possam saber sobre tudo o que se passa, ideias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance” (LIPPMANN, 2008, p. 28). De maneira correlata, para Charles Wright Mills (1981), os humanos comuns estavam imersos em seus cotidianos e as mudanças ocorriam sem que eles tivessem controle, limitando-os a projetos de outrem. E, com os meios de informação e de poder centralizados, eram poucos os que tinham a prerrogativa de tomar decisões. A esses poucos o sociólogo denominou de elite do poder, a qual estava composta por aqueles que ocupavam posições basilares ligadas às

grandes empresas, a cargos dentro da máquina do Estado ou da organização militar, e pelos que detinham disposições estratégicas na estrutura social.

Dessa maneira, os atos promovidos para expurgar todo e qualquer movimento que compromettesse a harmonia, o equilíbrio e as conquistas dos *bons cidadãos* estavam enraizados na cultura e no *hábito*. Lippmann mostra como “os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos”. Acrescenta ainda: “nós não vemos em primeiro lugar para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura” (LIPPMANN, 2008, p. 85). Na sua visão, a democracia era somente parte de um processo jurídico-político com a participação da população na escolha dos governantes. O interesse desse público desvinculava-se da realidade dos eventos sociais e o empenho estava em defender o útil e/ou vantajoso, por isso o que importava nas leis não era o conteúdo em si, mas o método delas enquanto regras indicativas de dever. Lasch ao discorrer sobre Lippmann mostra como o autor reputava a população incompetente e incapaz de escolher governantes, ademais os sujeitos não se incomodavam com isso desde que deixassem o governo nas mãos de “especialistas – na condição, é claro, de que eles distribuíssem os benefícios, a abundância de confortos e conveniências tão intimamente identificada com o estilo de vida americano” (LASCH, 1995, p. 196). Em suma, o interesse de Lippmann radicava em estabelecer uma racionalidade política capaz de uma ordem legal advinda da interferência jurídica do Estado. Pouco importava se a sociedade assimilava preconceitos e estereótipos, tampouco se a imprensa manipulava a opinião pública. Importava, sim, que os representantes políticos escolhidos dentro do sistema democrático garantissem todas as disposições legais necessárias para assegurar os princípios do mercado concorrencial, ampliados cada vez mais para as relações sociais.

Em uma vertente semelhante encontra-se o professor de Harvard Joseph Schumpeter (1961), ao afirmar não existir um consenso coletivo voltado para o *bem-comum*, pois essa concepção era desprovida de sentido visto que os indivíduos tinham desejos e valores diferentes. Também indicou como os cidadãos careciam de interesse pela política, a não ser em momentos de decisão eleitoral que poderia atingi-los diretamente. Nessa ótica, os sujeitos eram facilmente manipuláveis pela propaganda e o que eles realizavam era exclusivamente aprovar ou rejeitar as lideranças apresentadas nas eleições. Schumpeter compara a luta pela liderança, e seus seguidores, à concorrência no âmbito da economia, a qual considera imperfeita como muitos dos líderes cujo destaque se dá apenas pelo apoio popular. Tal e qual a concorrência

livre na esfera econômica deveria ser a concorrência política pelo voto livre. Portanto, tratava-se de uma ação competitiva (econômica e política) que oscilava, periodicamente, entre o mais e o menos da liberdade.

a boa forma das coisas

No fim da década de 1920, começam a despontar nos Estados Unidos ações processadas menos pela intervenção estatal explícita e mais por maneiras sutis de restrições espalhadas pela sociedade, para que as resistências fossem enfraquecidas. Os discursos produzidos no início da década de 1930 a favor da *complexidade* e dos *sistemas* apontavam para pesquisas que privilegiavam as análises quantitativas, na tentativa de calcular, dentro de uma probabilidade limitada de combinações, o conjunto de fatos que poderia colaborar com o entendimento de algumas constantes nas condutas humanas. Não se tratava de promover técnicas coercitivas, pelo menos de maneira direta, porém de instituir mecanismos que limitassem ações suscetíveis de alterar a harmonia, o equilíbrio e/ou a estabilidade. A produção de saberes nesse período formulou as bases para os sujeitos encontrarem, individualmente, procedimentos adequados de autorregulação quando mudanças aleatórias viessem a modificar o sistema social global.

Em concomitância, evidencia-se, nesse contexto, como a promoção do *hábito* com as *coisas de boa forma* possibilitou a segmentação do mercado, o controle social e a decantação do que se convencionou chamar um *estilo de vida americano* em uma sociedade considerada *complexa*. Uma das instrumentalizações utilizadas nos EUA foi o movimento chamado *streamline design*. Esse movimento tornou-se

o símbolo de modernidade, do progresso e da esperança de um futuro melhor. Os designers viam a sua tarefa como tornar os produtos ‘irresistíveis’, isto é procurar interpretar os desejos ocultos e esperanças do usuário e projetá-los sobre os objetos, de forma a estimulá-los à compra (BÜRDEK, 2010, p. 180).

Outros autores discorrem sobre a crise econômica de 1929 como motivo decisivo para mudar a produção industrial. Entre eles, Tomás Maldonado que apresentou como as empresas do início do século XX, dedicadas a aumentar apenas a produtividade de bens materiais funcionais e de longa duração, haviam desconsiderado consumidores à procura de estilo e conforto. “Trata-se em última análise, do nascimento do *styling*, isto é, daquela modalidade de *design* industrial que procura tornar o produto superficialmente atraente, em detrimento, muitas vezes, da sua qualidade e conveniência” (MALDONADO, 2009, p.46). As empresas entenderam que a concorrência não se limitava aos preços, e mudaram a estratégia colocando

no mercado produtos com características mais atrativas para convencer o consumidor da importância em obtê-los. *Embelezar* os objetos e ainda lhes atribuir vantagens no uso foram motivos substanciais para se contrapor a um mercado de produtos funcionais e com aspecto uniforme. Gilles Lipovetsky e Jean Serroy também seguem a abordagem da importância estética industrial. Para eles, na década de 1930, surgiram várias agências interessadas em oferecer serviços às empresas sob o argumento de o fator estético ser primordial para o aumento de vendas. Os produtos assumiram a morfologia curvilínea, polida, baseada nos avanços tecnológicos utilizados em aviões, barcos e trens. O *streamline style* traduziu “nos objetos o sopro da velocidade e da potência tecnológica e em que o emprego de materiais inéditos – aço inoxidável, alumínio polido, baquelite, materiais de síntese – [dava] forma a objetos com linhas aerodinâmicas e futuristas que [dissimulavam] as engrenagens e/ou outros elementos necessários à sua utilização” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p.169).

Rafael Cardoso Denis parte do pressuposto de que algumas empresas, após a depressão econômica, recorreram à publicidade e ao design sob o conceito de *styling* com a finalidade de proporcionar valor estético aos produtos e alimentar a substituição não pelo mau funcionamento, mas por estarem obsoletos esteticamente. Ele ainda atribui aos meios de comunicação da época a divulgação de estilos e moda como elementos de identificação entre os grupos. Denis concede as qualidades aerodinâmicas, as estruturas arredondadas e o alongamento assimétrico à palavra *streamlining* referenciada em *streamline*, indicando “fluxo de uma corrente de ar”, portanto, algo passageiro e efêmero. Característica transitória “de qualquer proposta de design; ou seja, as funções de um objeto não podem ser reduzidas apenas a seu funcionamento”. Os designers trabalham para as exigências mercadológicas, e, sendo assim, o *styling* não mediu esforços na elaboração de identidades visuais de empresas: “a estilização de um produto também visa uma transformação de identidade, ou seja, a conquista de uma nova imagem para algo que já existe”. Segundo Denis, a sociedade moderna acompanha os ciclos da moda e a procura de estilos, com o objetivo de expressar identidades para se destacar em meio a uma sociedade massificada (DENIS, 2000, pp. 133-137). Enfim, quando modificou o aspecto dos produtos, o *streamline* foi além de beneficiar a economia (concorrência e consumo): colaborou para moldar subjetividades, ao alterar a relação com as *coisas de boa forma*. O *streamline* afirmou um regime de visualidade, que tornou inteligível as relações sociais e as condutas individuais.

Para o filósofo tcheco Vilém Flusser, a palavra *design* em inglês pode ser usada como verbo ou substantivo. Quando usada como substantivo, ela manifesta “‘propósito’, ‘plano’,

‘intenção’, ‘meta’, ‘esquema maligno’, ‘conspiração’, ‘forma’, ‘estrutura básica’, também relacionados à ‘astúcia’ e à ‘fraude’”. Como verbo, suas definições “transitam entre ‘tramar algo’, ‘simular’, ‘projetar’, esquematizar’, ‘configurar’, ‘proceder de modo estratégico’”. Por fim, o *good design* ou a *boa forma* liga-se à expressão em inglês “*god’s design*”, em sua tradução “desígnios de deus” (FLUSSER, 2013, pp. 181-192). Embora alguns desses verbos e substantivos possam encerrar certas características de resistência, nesta pesquisa, optou-se por evidenciar a regularidade outorgada pelo próprio Flusser, quando assinalou “querer trazer à luz os aspectos perversos e ardilosos da palavra design, que normalmente costumam ser ocultados” (Ibidem, p.186). Pode-se acrescentar ainda que, para além da consideração de Flusser, a presente análise propõe-se mostrar como o caráter *ardiloso* do design não se encontra escondido, mas se apresenta numa *visualidade* enquanto fonte de valores entranhada nas práticas discursivas do cotidiano.

A expressão *boa forma* esteve associada à Escola Bauhaus pela redução da forma aos elementos geométricos básicos e pelas funções práticas dos produtos industrializados. Contudo, após a II Guerra Mundial, quando se impulsionou o movimento chamado “*Die Gute Form*” (a boa forma) design baseado no funcionalismo, essa concepção difundiu-se amplamente (BÜRDEK, 2010). Para Max Bill, que havia estudado na Bauhaus e foi diretor da Escola de Design na cidade de Ulm na Alemanha (1953-1968), o papel da *boa forma* consistia em transformar a relação entre produtor e consumidor. Bill aspirava uma estética com economia de detalhes, espaço, energia e custos. Pressuposto de elegância e “honra puritana sem pompas, no rigor, na inteligência, na precisão, na clareza, na solidez, na tranquilidade e na disciplina” (PAIVA, 2013, p. 140). Sendo assim, os humanos do pós-Segunda Guerra, por meio das coisas de *boa forma*, deveriam “reestabelecer a medida e retomar as proporções”, uma dimensão moral na qual o design corresponderia a um objeto “que evita acidentes, garante segurança ao operador, transmite limpeza, ordem, economia de tempo, rapidez nos resultados, eficiência” (Ibidem). Entretanto, o propósito de trazer aqui a expressão *boa forma* é para analisar um contexto histórico em que a forma foi *formalizada* e colaborou na condução do sistema social, conferindo-lhe uma validade global imersa na economia de mercado concorrencial.

O referencial estético do *streamline* pode ser localizado no *Art Déco* ou arte decorativa que teve como marco oficial a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Modernas Industriais em Paris em 1925. Entre as regras estipuladas para participar dessa exposição estavam: só podiam ser aceitos trabalhos originais que mostrassem renovação estética da forma,

implicando a eliminação dos imitadores de estilos anteriores⁶. Essas exigências dirigiam-se à desaprovação do movimento precedente *Art Nouveau*, que se referenciava na natureza, bem como ao uso excessivo de ornamentos na arte. Adolf Loos havia escrito em 1908 um ensaio-manifesto chamado *Ornamento e crime*, no qual, por meio de uma leitura evolucionista, afirmou que o uso de ornamentos era primitivo, criminoso e sinal de *degeneração* do homem moderno. Para ele, a *evolução* de uma cultura estava atrelada à remoção da ornamentação dos objetos de uso cotidiano (LOOS, 1980).

Tais discursos aspiravam excluir qualquer manifestação que expressasse o *sombrio* – considerado inaceitável pela demanda puritana – e o valor à natureza. A *boa forma* foi associada à ciência, ao engenho, à técnica e aos estudos de seus efeitos na sociedade. Ao instituir-lhe um significado específico à forma, buscava-se uma mudança geral na cultura: adaptação social eficaz e adequação moral baseada na satisfação individual. Apesar de ter sido rejeitada a imitação da natureza, o *streamline* retirou do *art déco* os ângulos agudos substituindo-os por formas orgânicas de curvas simples, não para voltar a estilos do passado nem abrir mão do *formal*, mas para que tais formas fossem facilmente absorvidas pelos sujeitos. A *boa forma* nos EUA mostrou-se limpa, saudável, vigorosa, dinâmica, reconhecível, agradável, satisfatória, compensatória, prática e funcional. O critério prático-funcional também esteve presente na Escola de Bauhaus, porém, a intenção era satisfazer as necessidades físicas a partir de poucas variantes de modelos, enquanto, em um mercado concorrencial, o pressuposto é distinguir-se na homogeneidade.

A *boa forma* foi propícia para avaliar as sociedades *complexas* e útil para identificar dentro dos *sistemas* aqueles que fugiam de suas práticas, assim a interação com o objeto serviu para decifrar as condutas dos sujeitos. O que o *streamline* teceu foi o conceito de *boa forma* a ser utilizado depois da II Guerra Mundial, quando os valores foram atrelados a uma inteligência técnica, como a cibernética, entrelaçada à harmonia estética de sujeitos *pacíficos* com direitos universais. Até o final dos anos de 1930, a eficácia da *boa forma* associada à técnica, à economia concorrencial e aos valores sociais a serem seguidos tinha sido incontestável. Os efeitos da II Guerra Mundial redefiniram, então, a *boa forma* aproximando-a ao *bem moral*, quando a categoria *humana* passou a ser um valor universal. Esperava-se, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, emplacar a *boa forma* no homem *digno* capaz de acumular direitos para

⁶ Disponível em: <<https://madparis.fr/francais/musees/musee-des-arts-decoratifs/dossiers-thematiques/l-exposition-internationale-des-arts-decoratifs-et-industriels-modernes-de/l-exposition-de-1925>> Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

garantir a sua vida com qualidade, conquistar individualmente seus bens e ter, segundo João Duarte (2019), uma liberdade amparada por dispositivos de segurança globais.

Por sua vez, *coisa* são objetos, eventos, fatos, interesses, vínculos, negócios, incentivos, ocorrências, ocupações. Para explicar melhor o significado de coisa recorreu-se à análise etimológica realizada por Martin Heidegger numa conferência em 1950 denominada “A coisa”. Ele parte das palavras do alto-alemão antigo “*thing* e *dinc*”, as quais “se tornaram termos para dizer assunto e questão; designam tudo que, de alguma maneira, atinge e concerne o homem e que, por isso, está sempre em debate”. Segundo ele, os romanos usavam a palavra *res* para “falar sobre alguma coisa, tratar de alguma coisa, negociar uma coisa”, a *Res-pública* não estava relacionada com o Estado ou a República, mas era tudo o que dizia respeito aos cidadãos e se tratava em praça pública (HEIDEGGER, 2008, p. 152). A palavra *res* também encerrava aquilo que estava em *causa*, assim as duas palavras concentravam o mesmo sentido. “Mas este termo latino não significa própria e primordialmente a ‘causa’, no sentido de causalidade. *Causa* designa o caso e, por isso também, o que está em jogo e na lide”. Dessa palavra *causa* com a conotação de caso e assunto decorrem os termos *la cosa*, *a coisa*, *la chose*, no alemão *das ding* e, em inglês, *thing*, este último “conserva ainda toda a eloquência da palavra latina *res*: *he knows his things*, ele entende de suas coisas, daquilo que lhe toca, concerne e diz respeito”, por exemplo. Ao voltar à acepção da palavra *thing* do alto-alemão antigo no sentido de “recolher e reunir, numa unidade as diferenças”, Heidegger mostra como o termo sugere, ao mesmo tempo, a dinâmica de aproximar o distante e resguardar a distância (Ibidem, pp. 152-155, grifos do autor).

As *coisas* de *boa forma* são uma ação enformadora dos sujeitos com a finalidade de ordenar a realidade em relações oportunas, transações admissíveis e atividades aceitáveis. O *streamline* instaurou, dentro do jogo *estético* estabelecido na época, uma medida valorativa nas *coisas* que diziam respeito ao governo de si e dos outros. No contexto em que a democracia se afirmava como modelo político para garantir a igualdade de direitos, a liberdade de expressão e a livre concorrência, reunir os indivíduos sob o mesmo modelo de existência expressava aglutiná-los nas mesmas regras sem eliminar a distância própria da competição.

Segundo Lipovetsky e Serroy, a era moderna no Ocidente trouxe para a arte a incumbência de transgredir os códigos e hierarquias, mas também o encargo de transformar a trivialidade em arte. Ela se tornou o veículo capaz de modificar as subjetividades, um agente político apropriado para operacionalizar a “nova sociedade” e o “novo homem”. Para os autores, essa estetização assumiu dois caminhos: um que proclamava a arte pela arte de obras

que não apresentavam qualquer finalidade utilitária, e, o outro, era uma arte que precisava ser útil e visível em todos os pormenores do cotidiano, uma arte voltada para o *bem-estar* da maioria. “A arte não deve mais ser separada da sociedade nem ser apenas um prazeroso passatempo para os abastados: a estética do engenheiro deve poder formular, num ‘design total’, a integralidade do ambiente cotidiano dos homens” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 24).

Nesse período, nos Estados Unidos da América, houve a elaboração de mecanismos formais para ensinar o desejo da *boa forma*. Um exemplo encontra-se no livro *Arte em toda a vida* (*Art in every day life*) de Harriet e Vetta Goldstein, duas irmãs que ensinaram arte na Universidade de Minnesota até 1949 e, durante esse tempo, encorajaram a ideia de *arte relativa*, uma prática na apreciação da arte e do design como algo a ser consumido. Para as autoras, a arte devia estar presente em toda realização do cotidiano e em tudo o que era selecionado para o uso, assim como qualquer objeto de design. “Bom gosto, no campo da arte, é a aplicação dos princípios do design aos problemas da vida em que a aparência e a utilidade são consideradas. Isso inclui a seleção e o arranjo de todos os nossos pertences – os comunitários, assim como nossos bens pessoais” (GOLDSTEIN; GOLDSTEIN, 1929, p. 1).

As produções de saber, por mais diferentes que fossem suas abordagens, encerravam uma preocupação e um interesse com elementos que tangenciavam a arte ou as concepções estéticas. Uma estética intimamente relacionada à configuração morfológica e que precisava ser lapidada mediante uma educação, com envergadura suficiente, para demonstrar a importância da *boa forma*. Nas salas de aula, desde os primeiros ciclos de ensino até a faculdade, implantou-se o interesse pessoal e social pela *boa forma*, os estudantes aprenderam a reconhecê-la e analisá-la no corpo humano e nas artes decorativas, respectivamente. Carma Gorman estudou a relação entre as máquinas de formas simplificadas de 1930 e 1940 e os corpos humanos submetidos a uma tecnologia ministrada pela subdisciplina da educação física chamada de “mecânica do corpo”. A autora explica que o termo tecnologia, nesse contexto, refere-se tanto às máquinas quanto aos corpos humanos, na medida em que foi constituída “uma tecnologia de natureza corporal com a qual os defensores esperavam a melhoria social e econômica” (GORMAN, 2006, p. 841). Mecânica alude ao dinamismo, “era uma palavra útil não só porque se referia ao campo de matemática preocupado com movimento e equilíbrio, mas também porque a palavra foi derivada da *Mechane* de raiz grega, que significa máquina ou artifício” (Ibidem, p. 843). A mecânica relacionada à energia atuava como produtora de mobilidade para alcançar, com o próprio esforço, uma vida satisfatória; enquanto o artifício mostrava o processo pelo qual era possível qualquer alteração morfológica para alguma

finalidade prática. Aliás, praticidade e facilidade eram o indicativo em todos os âmbitos do cotidiano.

A organização do trabalho nos escritórios evidenciou como a administração devia ser processada em ambientes que produzissem maior rendimento. Para tanto, era necessário limpeza, mínimo acúmulo de objetos e destreza nos movimentos. Segundo Adrian Forty, essas características tornavam o escritório parecido com a fábrica, uma associação conveniente para aumentar a vigilância e para a “administração científica” mostrar como “seus métodos e análises tinham aplicação universal a todos os tipos de trabalho, independente das pretensões sociais dos trabalhadores” (FORTY, 2013, p. 184). As casas estadunidenses tiveram outros arranjos na disposição interna indicando mudanças de valores. Algumas dependências assumiram destaque, como as cozinhas e os banheiros; a primeira porque o crescimento da classe média sem empregados domésticos revelava as novas posturas de como devia ser organizado o espaço familiar; a segunda por uma questão de higiene, assim “a principal função da casa era ser uma fonte de bem-estar físico e de saúde”. Às virtudes religiosas e habilidades domésticas praticadas pelas mulheres no século XIX foram acrescentadas as “preocupações com a maternidade, os filhos e a higiene” (Ibidem, p. 157).

Essas mudanças no cotidiano encontram-se dentro do processo de reformas do *New Deal*. A lei de segurança social ou da previdência social aprovada em agosto de 1935⁷ delimitou que o termo emprego era a execução de qualquer serviço por um empregado ao seu empregador, com exceção do trabalho agrícola e do serviço doméstico em casas particulares, entre outras cinco disposições. Interessam para este estudo as duas mencionadas, pois incidiram diretamente na alteração dos hábitos na classe média estadunidense. A mesma lei determinou que todo empregador precisava pagar um imposto especial de consumo às pessoas em seu emprego e os indivíduos deviam aportar com um percentual do salário, o que explicitava impostos cobrados sobre a renda de cada um. Margaret Reid em *Economia da produção doméstica*, um ano antes de ser promulgada a lei, já indicava que a gestão de empregados domésticos não era igual à gestão de uma empresa, porque, enquanto o gerente de empresa tinha descontos do seu rendimento bruto, o empregado doméstico não colaborava com o fundo do qual era pago o seu salário. Dessa maneira, as decisões para ter ou não empregados determinavam a utilidade do tempo ou outros bens fornecidos por essa produção doméstica. Se o objetivo do gestor familiar era ter mais tempo e energia para estar com a família, outras vantagens deveriam ser levadas em conta, como os equipamentos que poupavam o trabalho familiar; o aumento de serviços

⁷ Disponível em: <<https://www.ssa.gov/history/35act.html>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.

(lanchonetes, supermercados); e os estabelecimentos de limpeza (lavanderias), os quais poderiam reduzir os custos dos empregados pagos na casa. Também assinalou as dificuldades para treinar essa mão de obra nos bons padrões de saneamento, ordem e limpeza. Afirmou ainda como um empregado doméstico reduziria a privacidade familiar e a sua “honestidade” ou não poderia influenciar na educação dos filhos (REID, 1934, pp, 264- 270).

A lei de 1935 apenas coroou o que estava configurando-se na sociedade: quem produzia, como produzia, quais eram as suas obrigações, investimentos e garantias. Soma-se a isso a concepção de o serviço doméstico não ser considerado em si um emprego, tampouco uma função humilhante, mas cuidados com a família e *boa* influência sobre os filhos. Frances Perkins, da secretaria do trabalho no governo de Roosevelt, havia alertado que as mulheres casadas não deviam trabalhar, e sim cuidar da educação de seus filhos. Os legisladores ao aprovarem a lei de 1935 argumentaram como as “mulheres casadas com seus maridos trabalhando, quando conseguiam emprego, tornavam-se o ‘cartão de visita para a desintegração da vida familiar’”. A postura de que mulheres brancas, casadas e de classe média trabalhassem foi aceita durante a II Guerra Mundial, quando as barreiras políticas do Estado foram revogadas devido à escassez de mão de obra masculina (BLAKEMORE, 2019). A moeda de troca para as mulheres que desempenhavam suas tarefas domésticas não foi o dinheiro, mas um valor sentimental, uma expressão voluntária de amor sem interferir em nada na aspiração de pertencer à classe média. Assim, homens e mulheres dedicavam-se a ter um lar eficiente, com harmonia e bem administrado. Os casais preocupavam-se com os projetos de suas casas próprias “seu interesse [era] fomentado e estimulado pelos fabricantes e designers de equipamentos para o lar e utilidades domésticas... uma casa moderna e bem equipada [significava] uma propriedade valiosa” (FORTY⁸, 2013, p. 157).

A vida em família devia ser eficiente, bem conduzida e próspera, qualidades que o ambiente doméstico precisava para ajudar a construir uma economia forte. As mortes nas trincheiras durante a I Guerra Mundial subjaziam nas declarações médicas e nos estudos de ciência doméstica, tratava-se de uma organização social orientada pela doutrina militar da disciplina, que, quando transferida para a iniciativa familiar, transformou-se em autodisciplina e regulação do próprio ambiente. Nesse sentido, as casas estadunidenses passaram a ser desenhadas para facilitar a limpeza, daí a inovação de móveis embutidos, artefatos dispostos à mão, bancadas de trabalho aparelhadas, tal e qual uma linha de montagem automobilística.

⁸ Forty extraiu essa citação de um livro de utilidade doméstica *The home of Today*, publicado por Daily Express Publications, Londres, [s.d.], [c. 1935], p.7.

Ademais, tornar as tarefas mais fáceis, racionais e com menos dispêndio de energia física era o que se esperava com o desenvolvimento das indústrias de aparelhos domésticos.

A facilidade de créditos e a propaganda foram complementares ao design, uma vez que promoveram, na classe média, a aquisição de produtos, não apenas para facilitar os serviços domésticos ou torná-los símbolos de distinção social, mas como efeito direto sobre a conduta dos sujeitos. O foco começou a ser deslocado da assistência social do Estado para a responsabilidade de si e do núcleo familiar. Reconfiguram-se as noções liberais de vida e propriedade, porque o espaço físico casa passou a ser um ambiente compreendido em termos de investimentos. A equação seria: maior facilidade doméstica, mais tempo para procurar oportunidades de emprego, e com isso mais renda destinada aos investimentos individuais e familiares, proporcionando uma capitalização gradativa dos próprios sujeitos. E como o liberalismo, arraigado na ética protestante, condiciona as vidas para um futuro melhor, essa equação torna-se um moto-contínuo. Tudo começa a girar em torno de uma economia que assinala a necessidade de valorizar o tempo a ser utilizado na busca de rendimentos próprios. Rendimentos estes que precisam garantir a premissa de vida saudável, a segurança da vida familiar e a reserva de recursos para os futuros investimentos ou qualquer imprevisto.

Todas essas alterações no cotidiano são justificadas por alguns estudos, afinal, considerava-se que a vida moderna e sedentária causaria prejuízos à saúde, afetaria a eficiência pessoal e social, principalmente das crianças. Adrian Forty cita um trecho do livro *Problemas econômicos da família* (*Economic Problems of the Family*) de Hazel Kyrk publicado em 1933 que retrata as características do chamado estilo de vida *americano*.

De acordo com o padrão americano, o que recebe uma classificação relativamente alta? Educação formal certamente faz parte dessa lista ... A proteção à saúde – tudo promovendo a saúde física, o vigor corporal e a longevidade – também está, sem dúvida, na lista de valores relativamente bem classificados. Esse motivo, sem dúvida, justifica qualquer gasto de tempo e dinheiro (FORTY, 2013, p. 328).

Desse modo, foram implantadas tecnologias educacionais para preparar o corpo das crianças com a finalidade de desenvolver níveis de eficiência que diminuíssem o cansaço e aumentassem a energia física e mental. Quanto mais elas fossem formatadas nessa lógica, os corpos teriam melhores aspectos *morais* e estariam preparados para render mais utilidade socioeconômica. Alcançar o bom alinhamento do corpo, e, portanto, melhor saúde e mais produção, era a conquista para obter máxima capacidade pessoal. Ao inculcar nas crianças e imprimir em seus pequenos e frágeis corpos essas práticas, estimulava-se a força de vontade por um treinamento físico, como recurso para as pessoas ambicionarem um corpo adaptado a

certos padrões da *boa forma*. Na época, Parsons também colocava a aprendizagem e a motivação como problema crucial na relação cultural de tradições compartilhadas e no sistema de interação social.

Com o propósito de estimular novos *hábitos*, em 1932, o presidente Herbert Hoover (mandato, 1929-1933) promoveu na Casa Branca uma conferência em “Saúde Infantil e Proteção”, na qual médicos e professores de educação física formaram, dentro do comitê de “Assistência Médica para a Criança”, o subcomitê em “Ortopedia e Mecânica do Corpo”, emitindo no relatório final as seguintes recomendações: “que todos os filhos dos Estados Unidos recebam instrução em uma boa mecânica do corpo... princípio básico para toda a educação física, todos os jogos e esportes que devem ser usados para desenvolver uma boa postura” (GORMAN, 2006, p. 846)⁹.

⁹ Os membros do Subcomitê de Ortopedia e Mecânica do Corpo foram Robert B. Osgood, Professor de Cirurgia Ortopédica da Universidade de Harvard; Lloyd T. Brown, Instrutor em Cirurgia Ortopédica em Harvard; John B. Carnett, Professor de Cirurgia Universidade da Pensilvânia; Armin Klein, Professor Assistente de Cirurgia Ortopédica da Tufts College Medical School; e Leah C. Thomas, Professor do Departamento de Higiene e Educação Física, em Smith Faculdade (GORMAN, 2006, p.867).

POSTURA PADRÃO

Média de meninos

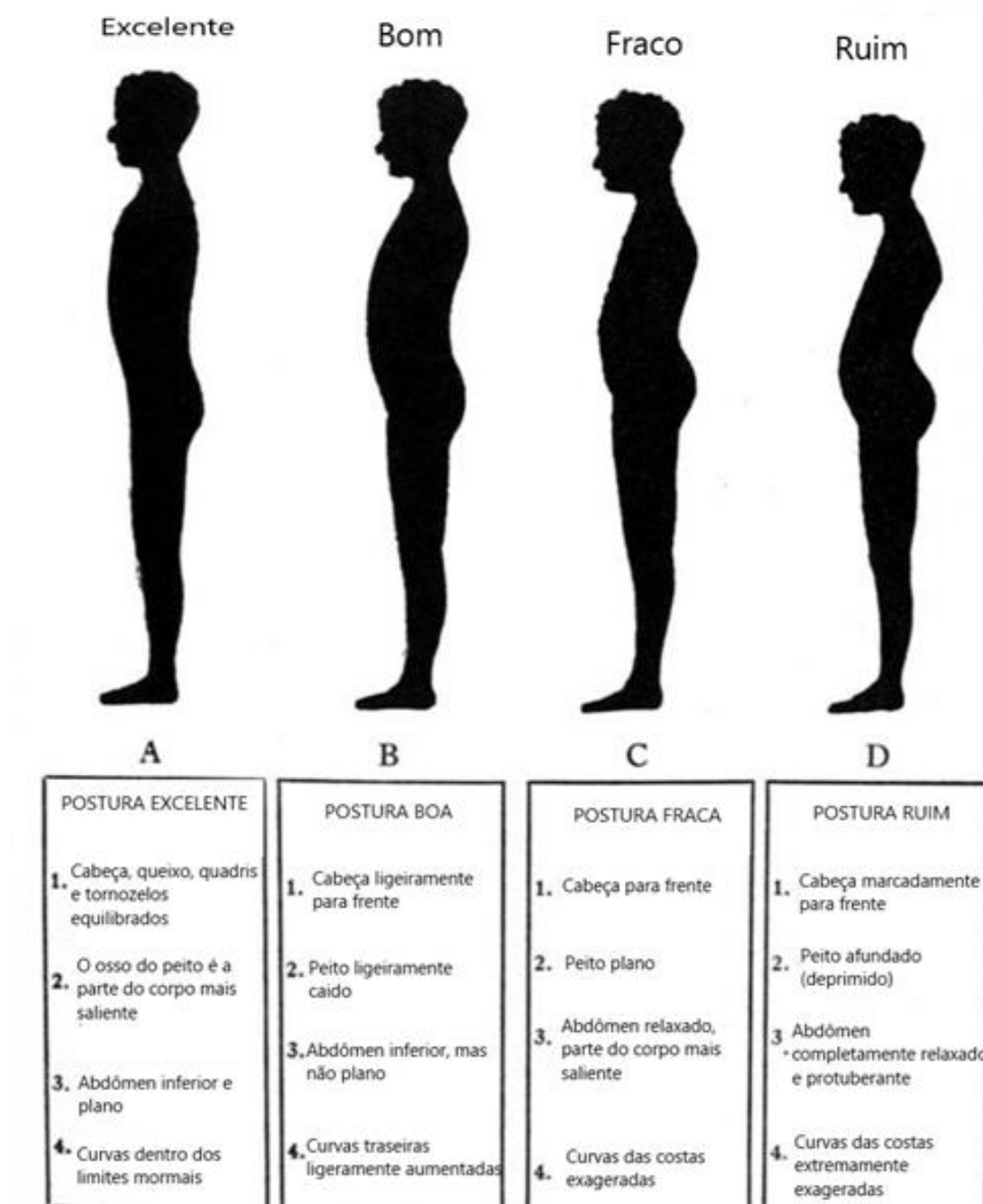


Figura 1. “Características Média de meninos” (GORMAN, 2006, p. 850).¹⁰

¹⁰ “Intermediate-Type Boys”, de Body Mechanics: Educação e Prática. Relatório do Subcomitê em Ortopedia e Mecânica do Corpo do Branco, Conferência da Casa sobre Saúde e Proteção Infantil (New York: The Century Company, 1932). Originalmente publicado por Armin Klein, M.D., “Clínica de Postura”: Organização e Exercícios, U. S. Department of Labor / Children's Publicação do Bureau No. 164 (Washington: Government Printing Office, 1926) (GORMAN, 2006, p. 850).

Na Academia Greenwich, uma escola de preparação para meninas em Connecticut, as estudantes eram obrigadas a posar nuas para fotografias tiradas pelos professores encarregados de avaliar os corpos e suas posturas. Primeiro, eram fotografados os corpos inteiros frontalmente e de costas, depois, de perfil com os estômagos aspirados¹¹. A avaliação era registrada nos boletins e as fotos enviadas aos pais com os comentários do professor apontando nas silhuetas as áreas que precisavam ser *trabalhadas*. As sessões de fotos nuas chegaram a se transformar em exames finais nos cursos de postura (DUNNE, 2017). A obediência à escola, principalmente dos que frequentavam as mais caras, estava atrelada ao preço socioeconômico que iria acarretar, pois qualquer desistência ou reclamação implicava sérios custos para uma família que esperava, por meio de altos *investimentos*, formar o *bom cidadão*.

Care Dunne relata como a médica Bess Mensendieck criou, durante a primeira metade do século XX, um conjunto de atividades para instituir o programa de movimentos funcionais. Neste, era possível fortificar cada músculo ou grupo de músculos mediante exercícios repetitivos. A noção fundava-se na possibilidade de modificar o aspecto corporal das mulheres, sem ajuda de roupas modeladoras, para obter a ascensão feminina dentro da escala social. Ou seja, conforme essa leitura, a inferioridade feminina procedia de seu corpo. O método continha ideais *estéticos* oriundos de explicações científicas que mostravam às mulheres os efeitos negativos da sociedade moderna e a necessidade de exercícios físicos como questão de saúde: visão de mundo terapêutica para uma sociedade cada vez mais competitiva (DUNNE, 2017).

Com seu método, a médica aspirava remover qualquer tipo de relaxamento considerado típico de corpos enfraquecidos; para ela, os sujeitos deviam cultivar a “autoconsciência vigilante, autocontrole e aumento da tensão muscular”. Do mesmo modo que o aperfeiçoamento das máquinas, a mecânica do corpo efetivou uma economia de esforços, com o objetivo de prevenir o uso desnecessário de energia para ser aplicada em outras atividades mais eficientes. A solução era “corpo e mente” trabalharem juntos em constante renovação para promover um rendimento comprometido com o novo sentido de simplificação da vida moderna (VEDER, 2010, pp. 830-831).

¹¹ Harvard fundou seu programa de “postura fotográfica” na década de 1880, e outras faculdades da costa leste seguiram o exemplo (DUNNE, 2017).

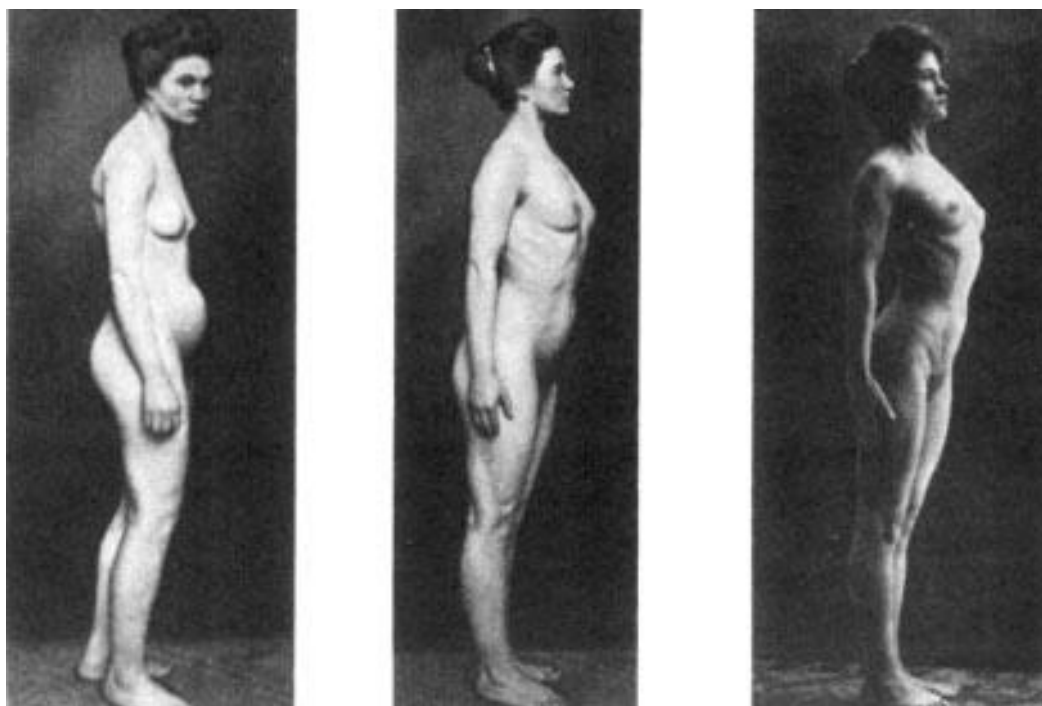


Figura 2. Bess Mensendieck. Postura após 3 meses de exercício¹²

Desde o final do século XIX, buscou-se transformar os estados mentais em desempenho corporal. Controlar os corpos convulsivos que se recusavam a obedecer aos ditames médicos foi sempre a ambição da ciência para um mundo sem excessos. Os programas desenvolvidos durante a primeira metade do século XX colocaram todo o esforço para domar corpos rebeldes e construir o sujeito maleável. O autocontrole físico foi recíproco ao autocontrole emocional, uma projeção de autoconfiança e uma afirmação de capacidade individual. As “invariantes anatômicas” deveriam “assinalar invariantes no plano mental” (VULLIERME, 2019, p. 53). Essa cultura de autocontrole físico-emocional contribuiu também com a formação da ginástica alemã, embora não fosse exclusivamente responsável pela prática nazista em ascensão. O uso do treinamento físico com o propósito de formatar corpos e mentes “já estava em vigor na educação alemã desde o início do século XIX. Diversos livros de história da Educação Física remetem a obras como o ‘Livro de Ginástica para os Filhos da Pátria’, que inauguraram uma nova perspectiva sobre a utilização da ginástica na educação escolar” (FERNANDES de SÁ, 2007, p.80). Desde então, tanto escolas quanto academias militares utilizaram a atividade física para preparar jovens estudantes e soldados mediante a disciplina do adestramento corporal.

No entanto, a liga Mensendieck para corpos melhores, criada em 1924 na Alemanha, mostra como os programas alemães e estadunidenses de eugenia se entrecruzaram (VEDER, 2010). A médica polonesa Lily Ehrenfried, apesar de ter fugido do nazismo na década de 1930,

¹² Nikolas Muray no livro de Bess Mensendieck *It's up to you*. Tradução livre “Você decide”.

não apenas exalta as práticas adotadas por Mensendieck, como adere a seu método terapêutico, reconhecendo sua importância na Alemanha, quando “em 1925 os interessados nesse método se reuniram e fundaram a federação alemã de ginástica” (EHRENFRIED, 1991, p. 90). Aos poucos, o poder que irá exercer-se sobre os corpos na vida cotidiana passa a ser a vontade individual de *fabricar-se*, enraizando-se nos sujeitos a ponto de perder de vista que essa preparação do corpo é a preparação disciplinar do soldado. Assim, os projetos voltados para a mecânica do corpo promoveram a introspecção e o autocontrole que motivaram ou aplacaram os indivíduos. As técnicas corporais organizadas em torno da força de vontade propiciaram movimentos racionalizados como premissa para a expressão individual, semelhante às noções de livre mercado e liberdade de escolha. Os programas somáticos forneceram os elementos para retificar a estabilidade, na medida em que qualquer *improvisação* corporal era viável, pois o corpo estava habilitado para se autorregular.

A preparação do corpo foi um antídoto para os problemas decorrentes da depressão de 1929. Programas estabelecidos pelo *New Deal* a fim de revigorar a economia estadunidense centraram-se em procurar ocupações aos desempregados, e, para isso, nada melhor que selecionar os corpos jovens. O Corpo de Conservação Civil (*Civilian Conservation Corps*, CCC¹³.) *recrutou* jovens entre 18 e 25 anos, solteiros, cidadãos estadunidenses, com bom condicionamento físico, que morassem em grandes cidades e estivessem amparados por agências de assistência social. O objetivo era enviá-los para reflorestar áreas públicas e privadas, construir estradas e trilhas, ampliar linhas telefônicas, melhorar instalações e estimular as economias regionais. Esse programa, na realidade, serviu para retirar os benefícios do Estado em troca de uma renda de 30 dólares por mês dos quais 25 eram obrigados a enviar para suas famílias, o que não passava da disposição moral de responsabilidade; reduzir *crimes* atribuídos a esses jovens, levando-os a campos de confinamento distantes na costa Leste ou inóspitos como o Alaska; segregar a população, pois negros, indígenas e hispano-americanos tinham suas inscrições vetadas ou estavam em acampamentos onde não havia brancos. Aliás, Roosevelt não admitiu oficialmente as práticas eugenistas, tampouco as suprimiu, e durante a II Guerra Mundial muitos estados começaram a recrutar trabalhadores mexicanos temporários através do “Programa Bracero”, porque precisavam de mão de obra em tempos de guerra (LITTLE, 2019). Outro auxílio oferecido foi o treinamento vocacional e programa educacional visando inculcar os benefícios de uma *boa* preparação para obter melhores rendimentos. Os

¹³ United States History “Civilian Conservation Corps”. Disponível em: <<https://www.u-s-history.com/pages/h1586.html>> Acesso em: 7 de dezembro de 2018.

efeitos do Corpo de Conservação Civil (CCC) foram sentidos até décadas depois quando empresários mostraram preferência pela contratação daqueles que haviam participado no CCC, pois os empregadores acreditavam que quem tivesse feito parte do programa saberia o significado de um dia inteiro de trabalho e cumpriria as ordens de maneira disciplinada.

Outra frente de trabalho na década de 1930 procede da Administração do Progresso do Trabalho (*Works Progress Administration*, WPA¹⁴). Este programa absorveu desempregados na folha de pagamento federal e forneceu aos estudantes das áreas de arte e cultura a oportunidade de “manter vivos o talento e a capacidade dos artistas, atores e escritores, pagando-lhes para praticar a sua arte” (DIVINE et al., 1992, p. 575). Portanto, a estratégia aplacou as atividades consideradas *subversivas* dessas categorias, fossem elas de caráter moral ou político, conquistando sob o aspecto de uma *pseudoliberalidade* submetida à fórmula de que cada um podia prover seu *bem-estar* em uma sociedade próspera. O fim dos programas aconteceu com a entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial: os corpos treinados com o propósito de mostrar a importância da força física e de vontade ficaram prontos para defender a *vida melhor* prometida por Roosevelt. Os corpos franzinos *nipo-americanos* oriundos dos dez campos de concentração construídos na costa Oeste pela ordem executiva 9066, depois do ataque a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, também foram alistados em 1943, como prova de lealdade aos Estados Unidos da América. E para continuar provando a sua lealdade, após o término da guerra, muitos dos *nipo-americanos* “trabalharam como tradutores no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, comumente conhecido como o Tribunal de Tóquio, criado para julgar os líderes do Japão por crimes de guerra” (OI, 2017).

O *investimento* no corpo também preparou as mulheres para serem uma nova força produtiva e, assim, obterem maior destaque social sem abandonar seus destinos biológicos de maternidade. Um corpo produtivo e reprodutivo para servir aos objetivos capitalistas de melhor desempenho com custos reduzidos. Se analisada sob a ótica schumpeteriana, que avalia ser primordial a inovação no capitalismo para resolver condições desfavoráveis, essa prática revela como o corpo da mulher foi, então, um lugar plausível de aplicar estratégias de negócios para inovar o mercado¹⁵. Dessa maneira, o fortalecimento dos músculos aprimorou a eficiência e constituiu parte do conjunto de decisões para criar capacidades no produto-corpo-mulher.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/today-in-history/april-08/>> Acesso em: 7 de dezembro de 2018.

¹⁵ Hoje a noção de inovação, além de ser muito utilizada pelos designers, é componente central da economia criativa, a qual será abordada no capítulo III.



Figura 3. Nikolas Muray no livro de Bess Mensendieck *It's up to you*

A preparação do corpo das mulheres por meio dos exercícios físicos resultou em duas finalidades: a composição de um corpo apto para realizar tarefas de maneira simplificada, reforçando o gerenciamento de tempo pela movimentação exata nos trabalhos domésticos ou não, e, de caráter secundário, a emergência da ciência de economia doméstica como procedimento administrativo da vida familiar. E ainda balizou, com o “auto aperfeiçoamento, a mentalidade de culpa e vítima”, porque se a “mulher não era magra ou bonita o suficiente para garantir a estabilidade financeira ao encontrar um marido ou um empregador generoso, então era culpa dela que não trabalhava mais para esculpir sua carne” (DUNNE, 2017, n. p.).

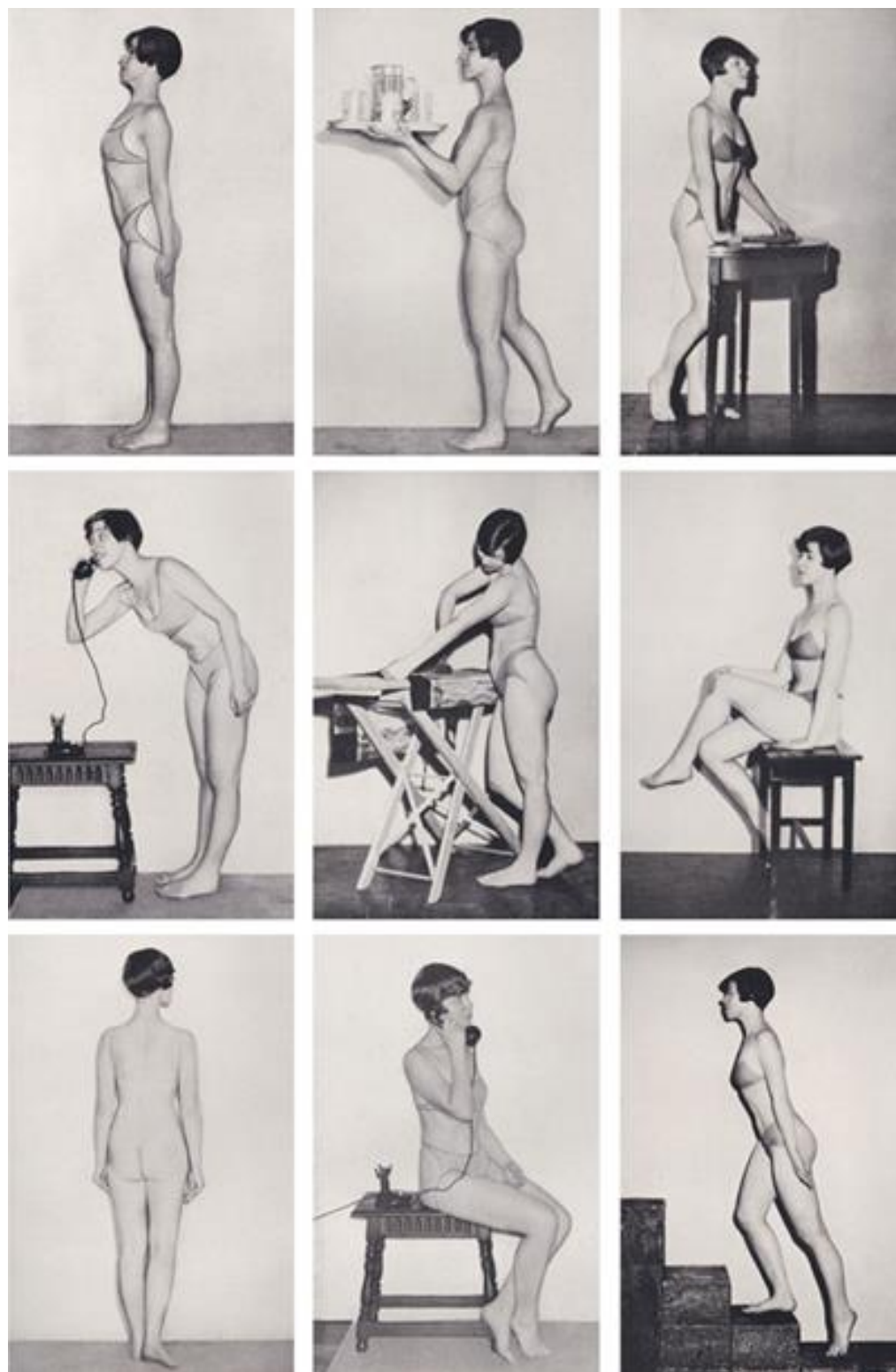


Figura 4. Nikolas Muray no livro de Bess Mensendieck *It's up to you*¹⁶.

As atividades físicas foram amplamente estimuladas. Os esportes espetáculos como o boxe, o golfe e o futebol americano ganharam adeptos e criaram heróis. Novas categorias de

¹⁶ Foto extraída do artigo *The Emperor's New Corsets March* de Carey Dunne, 2017.

diversões começaram a ser propagadas a exemplo das corridas de bicicleta ou maratonas de dança (DIVINE et al., 1992). A cultura corporal do movimento migrou inclusive para a moda: os trajes esportivos influenciaram os modos, o aspecto de praticidade e o conforto se fizeram presentes nas roupas. A imagem devia ser associada ao sujeito atlético, ágil, jovial em detrimento de uma anatomia considerada descuidada e improdutiva. O treinamento corporal, antes usado para disciplinar e docilizar os sujeitos, transformou-se em um investimento necessário para o exercício de governo em que o corpo de *boa forma* poderia adquirir e produzir a *boa forma* como *estilo* de vida. Uma construção voluntária de si como provedor da sua renda, a qual deve saber administrar e, principalmente, cuidar.

Embora se presuma que o ensino de educação física se limite ao treinamento corporal para o desenvolvimento de uma postura adequada, os técnicos da época consideravam que apenas os exercícios sozinhos não constituíam um meio apropriado para desenvolver a mecânica corporal dos estudantes. A solução encontrada foi a de “educar o olho” como estratégia para reconhecer as *boas* e *más* mecânicas no próprio corpo e no corpo dos outros, algo visualizado nos contornos (GORMAN, 2006). Outra comparação visual incentivada era relacionar os corpos com edifícios e objetos de consumo com formas curvilíneas e ausência de protuberâncias exageradas. Segundo Carma Gorman, havia recomendações dos professores para que estudantes olhassem seus corpos nos reflexos das janelas de lojas onde as imagens das silhuetas estariam em justaposição com o modelo de produtos (Ibidem). Tais checagens com o corpo bem desenvolvido poderiam proporcionar ao seu *proprietário* a ideia de ter a mesma eficiência do objeto inanimado e servir para as tecnologias produtivas.

Muitos designers industriais desse período realizaram produtos *simplificados* cuja forma provinha do corpo humano *ideal*. O designer Raymond Loewy comparou o corpo feminino a um *bom design* ou à *boa forma*, e, nos estudos “gráficos de evolução do projeto” realizados em 1934, o modelo selecionado para demonstrar a *simplificação* da forma foi o contorno corporal e as vestes da mulher, como mostra a figura 5.

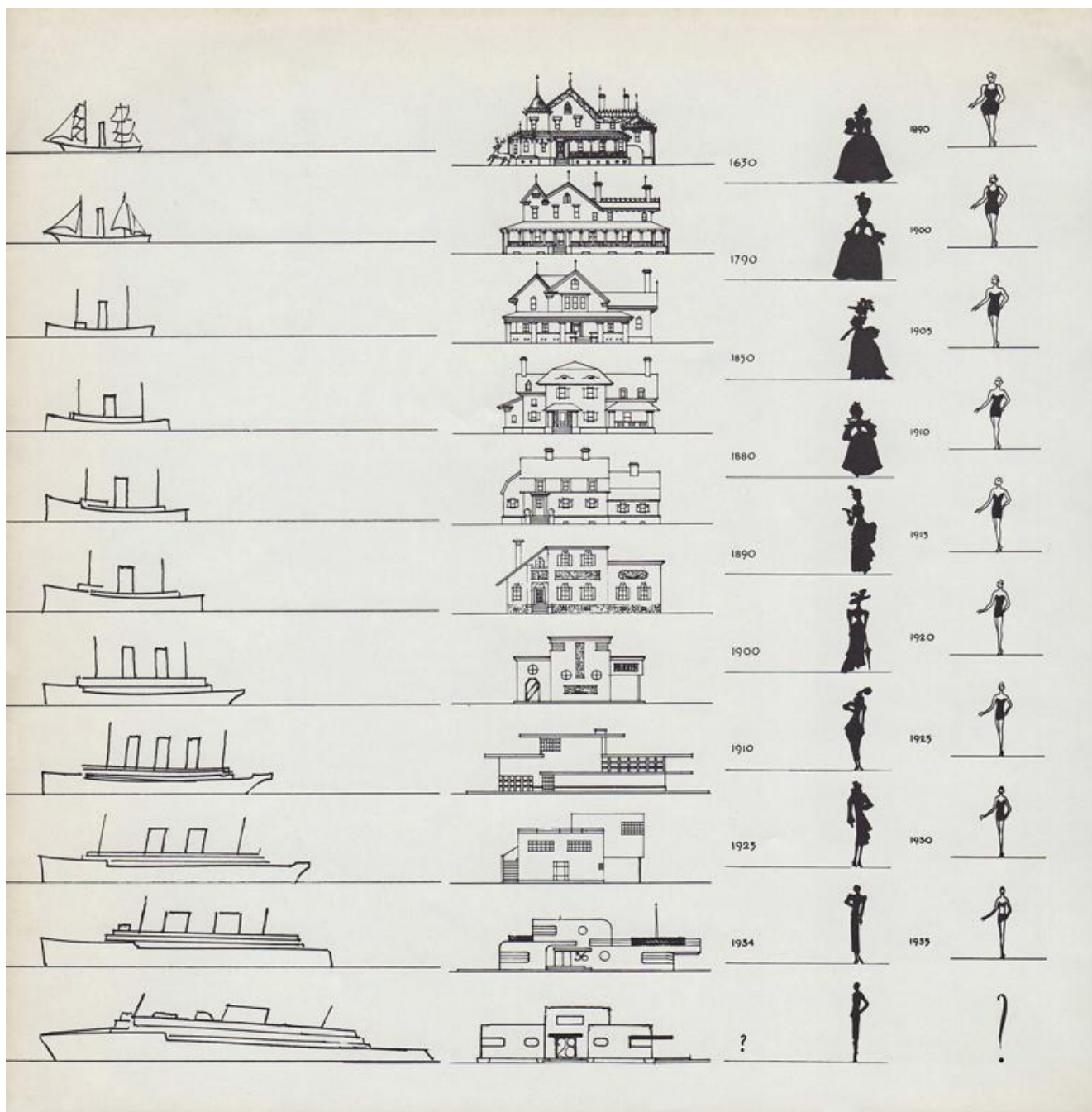


Figura 5. “Gráfico de evolução do projeto de design”. The Official Website of Raymond Loewy¹⁷

O corpo humano vigoroso e em ação é o campo de estudo mais expressivo quando se quer encontrar, nesse contexto, uma definição do termo *simplificação* usado no design. Essas análises decorrentes dos padrões da mecânica corporal estimularam a apreensão de códigos sutis de acordo com uma proporção já conhecida que era o próprio corpo, uma maneira de *habitu*ar o olho para distinguir pequenas diferenças, em que o modelo de *boa forma* indicava eficiência e satisfação individual. O corpo treinado não exprimia necessariamente uma

¹⁷ Disponível em: <<https://www.raymondloewy.com/about/photos/>> Acesso em: 28 de outubro de 2017.

disciplina, mas uma autorregulação que encerrava as possibilidades para os sujeitos atuarem autonomamente em seus ambientes. No momento em que o Estado de Bem-Estar começou a retirar os mecanismos de encargos sociais de seu orçamento, outras disposições passaram a atuar como política social deixando a cargo dos próprios sujeitos a capacidade de produzir seu *rendimento*. *Habituar* o olhar, portanto, implicou estabelecer um campo de visualidade para regular, nos ambientes, as condutas individuais e coletivas. Ainda que não seja o único fator, a mudança de conduta estadunidense, a partir da década de 1930, relaciona-se com a configuração particular da *boa forma*, a qual se tornou comum nesse período. O design modificou a informação visual e colaborou para que os sujeitos engendrassem aspirações e desejos como maneira de definir a sua individualidade e estabelecer com os outros laços de identidades.

Houve toda uma rede de práticas capazes de transmitir aos cidadãos e não cidadãos estadunidenses como tinham que se comportar para atingir o sucesso. Cada indivíduo precisava investir em si mesmo, e em todos os aspectos do cotidiano, para alcançar características supostamente *americanas*, estratégias que coordenavam a diminuição das resistências e o equilíbrio social dentro dos sistemas. Os traços *americanos* apresentados na época eram, por um lado, vagos e gerais, por outro, evidenciavam que era necessário a motivação impelida pela energia do esforço, nos moldes parsonianos, e todo um zelo individual para vencer, como havia apontado Sorokin. Eram abundantes as propagandas dedicadas a espalhar essas particularidades em revistas, cartazes, rádio e cinema, abrindo caminhos para os designers gráficos e industriais. Empresas públicas e privadas demonstraram maior preocupação em comunicar suas marcas ao público, e, assim como a identidade visual do mundo corporativo precisava destacar-se, os indivíduos encarregaram-se de tornar visíveis suas qualidades físicas e psicológicas fundadas em *hábitos* que só os seres com caráter *elevado* poderiam ter.

Essas características compartilhadas dentro imaginário coletivo propiciavam a gradação do *branqueamento*, dificilmente conquistado pelos negros, hispânicos, asiáticos ou ameríndios. Era preciso “viver como um branco (...) identificado por uma maneira específica de se vestir, se alimentar e se expressar verbalmente”. Devia-se também pensar “como um branco” enquanto “culto [aos] textos fundadores e [ao] credo do sonho americano”, adquirindo, assim, por méritos boa solvência econômica. Irlandeses e italianos, por exemplo, passaram pelo teste do *branqueamento* por duas gerações, e “até mesmo um escandinavo de religião protestante podia não ser inteiramente ‘branco’ se pertencesse ao ‘*White Trash*’” ou lixo branco, denominação dada aos chamados criminosos (VULLIERME, 2019, pp. 90-91, grifo do autor).

Embora alguns técnicos da mecânica do corpo simpatizassem com a eugenia, a maioria apoiou a proposição de que os problemas eram causados por fatores ambientais e não hereditários, por conseguinte, plausíveis de serem corrigidos mediante *hábitos* sujeitos às diretrizes educacionais. Entretanto, as teorias eugenistas, como a do antropólogo de Harvard, Earnest Albert Hooton, foram em parte complementares ao modo de vida *americano*. O historiador estadunidense Daniel Kevles informa que, entre os anos de 1920 a 1940, criaram-se os testes de QI e os registros de *incapazes*, usados como parâmetros para aprovar leis que permitiram a esterilização de pobres, negros, mexicanos, alcoólatras, prostitutas, criminosos, deficientes físicos e com *problemas* mentais (KEVLES, 2016). Em alguns estados essa prática se estendeu até 1979, como na Virginia, onde se aplicava “a regra conhecida como de ‘uma só gota’, atribuindo a ‘cor’ a qualquer pessoa que tivesse algum ancestral de raça não branca, vale dizer, de uma maneira bem mais rigorosa que as leis de Nuremberg definiam a judeidade: ‘o cruzamento entre um branco e um negro é um negro’, escrevera Grant” (VULLIERME, 2019, p. 61).

Para o geneticista Hermann J. Muller¹⁸, a eugenia tinha a função de “fazer homens melhores para viver no mundo” (KEVLES, 2016). Não se tratava apenas de esterilizar parte da população, mas de estimular a procriação daqueles considerados com *boa* herança genética. Em entrevista a Peter Lang-Stanton e Steven Jackson da BBC (2017), Kevles comenta:

a eugenia se converteu em uma palavra familiar nos Estados Unidos: aparecia nos jornais, no rádio, nos filmes. Nas feiras agrícolas, começaram a aparecer alguns ‘concursos de famílias mais aptas’ ... as famílias se submetiam a provas médicas, psicológicas e de inteligência, além de entregarem um histórico familiar. Os ganhadores recebiam uma medalha com a frase bíblica: ‘Tenho uma bela herança’ (Salmo 16:6) ... também havia concursos nas universidades, e os jovens mais privilegiados eram incentivados sobre o ‘dever de se reproduzir’ (KEVLES *apud* LANG-STANTON; JACKSON 2017).

A eugenia foi apoiada pelas elites econômicas¹⁹ mediante suas fundações filantrópicas, as quais condenavam os chamados delinquentes fruto de suas “raízes genéticas e da miséria”, porquanto a fortuna era “estritamente relacionada ao mérito”. Daí a esterilização obrigatória aos definidos de “mente fraca”, e ampliada a “qualquer tipo de deficientes ou desajustados sociais, os marginais, os analfabetos, os sem-teto, os criminosos” (VULLIERME, 2019, p. 61). Às vezes, a eugenia intensificava-se encoberta por outros mecanismos e leis. Por exemplo, a esterilização forçada dos *inadaptados* era decorrente da legislação introduzida “em 27 estados a partir de 1907, sancionada pela Corte Suprema, visando, em longo prazo, a 14 milhões de

¹⁸ Hermann Joseph Muller obteve o prêmio Nobel de fisiologia e medicina em 1946.

¹⁹ Dentre elas “os Harriman, os Carnegire, os Rockefeller” (VULLIERME, 2019, p. 60).

pessoas no país e que só chegaria ao fim em 1956”. Essa lei de modo algum se importava com a “possibilidade de recurso nem informava as vítimas quanto à natureza da cirurgia que lhes era infligida” (Ibidem, pp. 60-61).



Figura 6. Manchete de revista: “Devemos reproduzir ou esterilizar os defeituosos?” Junho 1934²⁰.

Outro exemplo de disposições legais encontra-se quando a sociedade civil branca estadunidense e funcionários do governo começaram a usar imigrantes mexicanos como bodes expiatórios para os problemas econômicos e sociais. Vários estados, não necessariamente

²⁰ Holdings/Corbis via Getty Images. Disponível em: <<https://www.history.com/news/when-american-lawmakers-took-a-page-from-the-nazi-playbook>> Acesso em: 25 de fevereiro 2018.

fronteiriços, deportaram, sob a campanha do *repatriamento*, cerca de um milhão de mexicanos e seus filhos nascidos nos EUA. Na década de 1930, o senador supremacista branco Coleman Livingston Blease, para atender os interesses da indústria agrícola, propôs limitar o número de imigrantes mexicanos através de uma lei que criminalizasse quem não cruzasse a fronteira por um ponto de entrada oficial, onde se deveria pagar uma taxa e se submeter a testes. A lei de Blease foi aprovada e constituiu “a Seção 1325 do Capítulo 8 do Código Penal dos EUA. Pela primeira vez na história dos EUA, a lei tornou crime algumas pessoas atravessarem a fronteira”, resultando em multas e/ou prisão. Em tempo: essas ações continuaram sob as presidências de “Barack Obama e Donald Trump e a seção 1325 é a base para a separação de pais e filhos na fronteira” (LITTLE, 2019, n.p.).

A ciência trabalhou com esmero para provar como algumas doenças eram geneticamente transmitidas e como certos organismos apresentavam maior aversão ou propensão para contrair enfermidades ou deficiências. Entre as décadas de 1910 e 1950, e em alguns lugares até 1970, centenas de mulheres nos EUA eram detidas e examinadas, à força, sob acusações de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). O programa denominado “Plano Americano” delegava às *autoridades* a perseguição e o aprisionamento de mulheres consideradas *suspeitas*. Essas mulheres eram trancadas em instituições penais ou internadas em locais de saúde pública durante períodos que podiam variar de alguns dias a muitos meses. Registros mostram tratamentos com injeções de mercúrio e a ingestão forçada de medicamentos à base de arsênico. No caso de recusa ou de não mostrar “deferência ‘adequada’”, as mulheres podiam ser espancadas, banhadas em água fria, jogadas em confinamento solitário ou mesmo esterilizadas” (STERN, 2019, n.p.).

Nos estudos sobre *raça*, Earnest Albert Hooton afirmou que havia diferenças nas *patologias raciais* e os brancos teriam desenvolvido imunidades para várias doenças porque foram expostos a elas durante muito tempo na história, mas, ao difundi-las para negros e *outras raças*, que nunca as experimentaram antes do contato europeu, esses “povos não desenvolveram resistência contra tais infecções e foram dizimadas por eles” (HOOTON, 1931, p. 563). Também o design e os designers estiveram estreitamente relacionados com a eugenia. Em fevereiro de 1939, a revista Vogue convidou designers industriais com o objetivo de projetar roupas e acessórios para a “Mulher do Futuro” como parte de sua edição especial, a qual promovia a Feira Mundial de Nova York com o tema “O Mundo de amanhã”. Eles não se limitaram a desenhar as peças solicitadas e comentaram sobre o aspecto físico das futuras mulheres, prevendo que corpos e mentes poderiam ser aperfeiçoados mediante a

implementação da eugenia desenvolvida pelos estudos da medicina (COGDELL, 2006). Conotações estas que colocavam as mulheres como objetos de desejo e de satisfação sexual para reforçar uma virilidade ancorada no pressuposto da supremacia ininterrupta do macho branco.

O próprio programa “Plano Americano” ilustra bem essa supremacia do macho branco, pois, apesar de ser dirigido às doenças sexualmente transmissíveis, quase todas as pessoas perseguidas e aprisionadas, com base nele, foram mulheres. “Existem arquivos que documentam como as mulheres eram detidas e examinadas por estarem sentadas em um restaurante; por mudar de emprego; por estar com um homem; por andar na rua de maneira que algum oficial do sexo masculino achou suspeito; e, muitas vezes, sem motivo algum”. Inúmeras mulheres foram detidas por se recusarem a fazer sexo com policiais ou agentes de saúde, outras, além de ameaçadas, tiveram examinadas as suas vaginas quando não cediam às exigências sexuais. As negras e as imigrantes latino-americanas, em particular, foram alvos preferenciais e submetidas a um maior grau de abuso sexual quando presas (STERN, 2019, n.p.).

A retirada do apoio aos nazistas por membros da Sociedade Americana de Eugenia (*American Eugenics Society*) no final da década de 1930 não indicava uma desaprovação ao programa eugênico alemão, mas ao totalitarismo político praticado. E quando a crítica internacional atingiu o racismo étnico nazista, tampouco foi questionado nos EUA o princípio de aprimorar a *raça*. Técnicas políticas e estudos científicos faziam questão de se apresentar como domínios diferentes, justificando-se com definições imprecisas e com o apelo de melhorar o ser humano. Henry Ford até quis dar um verniz científico quando afirmou que os judeus haviam estabelecido um vasto monopólio multinacional financeiro com controle político, o qual representava uma barreira para o livre mercado dos países capitalistas. Ford foi um aliado de Hitler e eles se apoiaram mutuamente, a ponto de o industrial receber “a mais alta condecoração que a Alemanha nazista podia conferir a um estrangeiro, a Grande Cruz da Águia Alemã” (VULLIERME, 2019, p. 50).

O fordismo tornou-se o modelo na reorganização industrial nazista. A Ford, em conjunto com a General Motors, não só participou da indústria automobilística civil e militar, mas também foi fonte de financiamento privado “do partido nazista e futura responsável pela exploração do campo de trabalhos forçados de Auschwitz-Monowitz”, cujo gestor era o filho único de Ford, Edsel Ford. Ademais, forneceu veículos para transportar tropas nazistas, bem como produziu munições e peças de aviões (Ibidem). Essa indústria não parou por aí, precisou mostrar fidelidade aos compromissos assumidos. A admiração atravessava o Atlântico de um

lado a outro, tanto que o diretor da Ford-Werke, subdivisão da Ford na Alemanha, declarou em 1941 na revista interna da empresa: “No início deste ano, tínhamos prometido fazer o nosso melhor e o nosso máximo pela vitória final, com uma confiança inabalável no nosso Führer. Hoje podemos dizer com orgulho que conseguimos” (WALLACE, *apud* VULLIERME, 2019, p. 51). A política liberal, entretanto, coloca-se diametralmente oposta a uma economia e uma política como as adotadas pela Alemanha nazista ou pela União Soviética, sequer é adepta do programa do *New Deal*. A centralização do poder e o intervencionismo eram (e são) obstáculos que a economia política estadunidense queria evitar, afinal a proposta em pauta do *novo* liberalismo desde o colóquio Walter Lippmann em 1938 era um mercado concorrencial que devia reger as ações governamentais.

Contudo, se a *boa forma* não era encontrada em alguns sujeitos, o trabalho dos designers mostrava também a possibilidade de incorporar esses corpos humanos *despossuídos* de vigor físico no desenvolvimento dos seus projetos. Não se tratava de incluir aqueles com uma deficiência hereditária, pelo menos não foi este o objetivo primordial, mas *compensar* os corpos mutilados na guerra ou nos acidentes de trabalho. A responsabilidade que o Estado de Bem-Estar havia assumido, para reparar os prejuízos corporais daqueles que tinham *pago* muito alto por defender os ideais democráticos e a moral puritana, passou a ser encargo dos próprios sujeitos facilitado pelo trabalho dos designers, com a finalidade de restaurar o espaço perdido socialmente. Henry Dreyfuss foi o primeiro designer a se destacar no aprimoramento do campo da antropometria e na codificação de dimensões no desenho. Seus estudos foram a base para a posterior constituição da disciplina de ergonomia. “Enquanto no passado o alcance dos objetos e a facilidade de uso destes se destinava a ‘pessoas aptas’ saudáveis, a partir dos anos 40 a preocupação em estudar e conceber o meio físico do ser humano tornou-se francamente mais abrangente” (PESSEGUEIRO, 2017, p. 23).

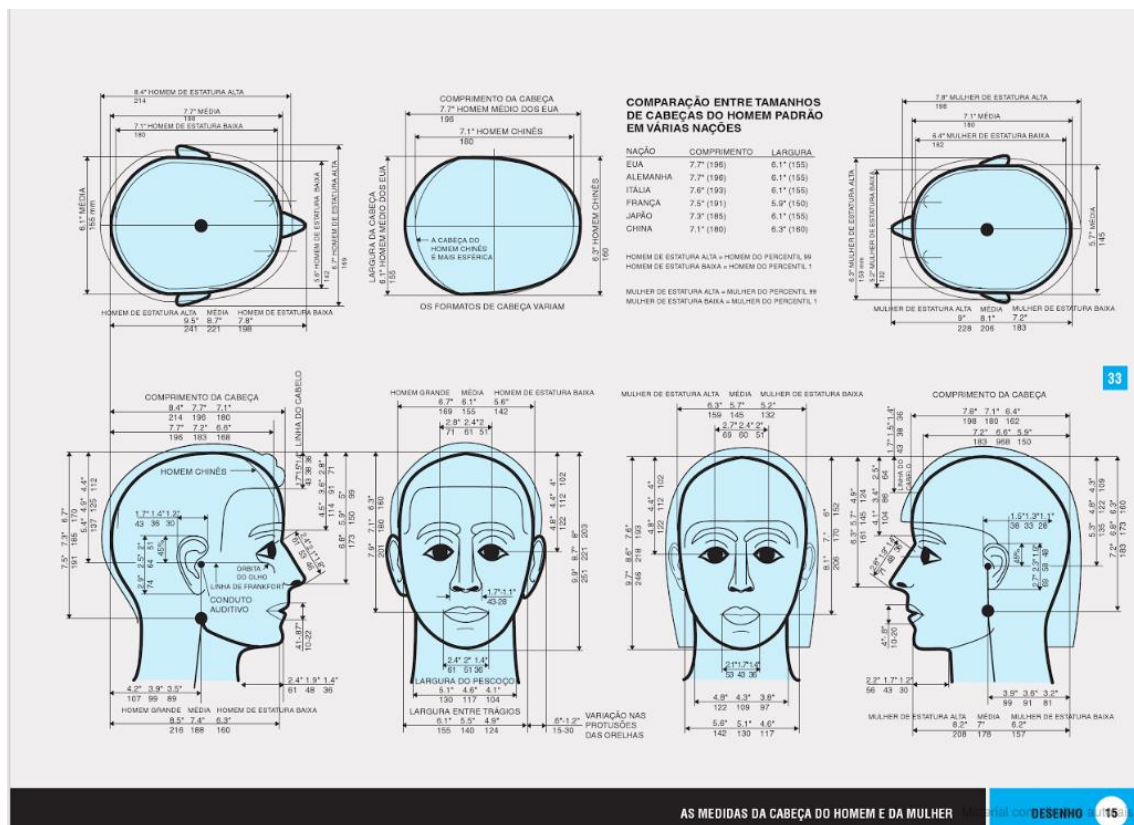


Figura 7. Henry Dreyfuss Associates 2009, p. 33.

Para realizar tais estudos, Dreyfuss e sua equipe efetuaram as medidas dos corpos humanos distinguindo as *capacidades métricas* de acordo com sexo, idade, *raça* e etnia. O sistema de medição contava com equipamentos que proporcionavam a coleta de dados referentes ao tamanho do corpo, aos movimentos e suas limitações, bem como à capacidade de força (DREYFUSS Associates, 2009). Para os designers, a relação objeto-sujeito dependia do cálculo médio da constituição física, isso não expressava estipular somente um padrão, mas executar vários modelos a fim de atender à multiplicidade de corpos que tinham sido descartados do exercício de obter a sua própria renda. O propósito consistiu em encontrar soluções para incluir, nos espaços físicos de cidades, escolas e trabalho, os que haviam sido *marginalizados* pelas condições físicas inesperadas.

A antropometria precedeu outras exigências relativas à vitalidade geral das populações e foi complementar a todas as práticas de eugenia para determinar o lugar biológico dos seres humanos no âmbito da sociedade. Basta revisitar Cesare Lombroso (1835-1909) quando produziu o modelo da antropologia criminal baseado nas características físicas e fisiológicas. Ele estudou não só o tamanho e formato do crânio, como também a fisionomia, a qual reportaria quem seria considerado *delinquente*: “mandíbulas volumosas, assimetria facial, orelhas desiguais, falta de barba nos homens, fisionomia viril nas mulheres, ângulo facial baixo”

(LOMBROSO, 2010, p. 197). Para ele, o *criminoso* era geneticamente determinado por questões congênitas e tinha a tendência inata para o crime, constituindo, portanto, um perigo constante para a sociedade.

Não obstante, a antropometria desenvolvida nos EUA nesse período destinou-se à reparação dos danos de corpos que, pelo avesso, exibiam o vigor daqueles deformados nas trincheiras da guerra por defender a pátria, ou a imagem do *bom cidadão* incapacitado pelas máquinas das indústrias. Também não hesitou em esquadrihar os corpos de jovens e mulheres para classificá-los e inseri-los em tabelas seletivas definindo ocupações e indiretamente os níveis de rendimento. Com isso, Dreyfus contribuiu na elaboração de mecanismos de vantagens para quem estava em desvantagem e aplacou qualquer sentimento de *culpa* social. Ora, se *a boa forma* imprimiu como se conduzir e conduzir os outros, adaptar máquinas e objetos a esses corpos expressou retirar a ideia de omissão civil. Os corpos mensurados por essa *nova* antropometria não estavam mais apenas no governo da normalização, mas no regime da visualidade, a qual desenhava a tônica dos valores morais na sociedade democrática.

Jean-Jacques Courtine assinala que, junto à produção de saberes sobre os corpos mutilados, forjou-se, no campo da visualidade, a noção de desvantagem ou *handicap*. A configuração humana considerada *disforme*, e “longamente identificada à figura do monstro”, virou objeto de conhecimentos associados à reeducação. O autor assinala que, nos anos de entreguerras, e por um bom tempo após a II Guerra Mundial, o mutilado seria o inválido ou o infortunado e aquele que precisava de uma assistência de reparação (COURTINE, 2013, p. 137). Quando inseridos novamente os corpos em *desvantagem* nos circuitos produtivos, reforçou-se o esforço individual e, com isso, marcou-se sobre outros corpos a noção de incapacidade. Propiciou-se ainda, com a adequação das máquinas ao corpo, um método eficaz para introduzir no mercado quase todos os corpos que poderiam ser produtivos, afinal Parsons insistia em afirmar como a integração e a adaptação eram indispensáveis ao sistema social. Tal condição motivou estudos sobre as condutas, as quais se tornam preponderantes no reconhecimento dos chamados criminosos. Esse fenômeno foi reforçado por uma disposição à severidade intensa “em relação aos criminosos, que tinham perdido qualquer desculpa na ‘terra de todas as possibilidades’: as classes médias se mostravam tanto mais deferentes em relação às camadas superiores na medida em que queriam, elas próprias, ser respeitadas pelas camadas mais baixas” (VULLIERME, 2019, p. 87).

De acordo com Sérgio Salomão Shecaira, o sociólogo Robert King Merton, formado em Harvard, apresentou que, na sociedade estadunidense, para se atingir a ascensão social como valor e a riqueza como símbolo do sucesso, era necessário seguir as vias legítimas regidas pela

democracia, pois, quando isso não ocorria, haveria uma tensão plausível de desviar as condutas dos padrões aceitos moralmente. Essa tensão era decorrente da incompatibilidade entre a estrutura cultural e a estrutura social. Por estrutura cultural Merton define um conjunto de “valores normativos que governam a conduta comum dos membros de uma determinada sociedade ou grupo. E por estrutura social entende-se o conjunto organizado de relações sociais, no qual os membros de uma sociedade ou grupo são implicados de várias maneiras” (SHECAIRA, 2012, p. 237).

O esforço do sociólogo concentrou-se em demonstrar o *equilíbrio* ou não entre as duas estruturas. Quando a estrutura cultural correspondia à social em termos de meios legítimos para alcançar os preceitos culturais prescritos, verificava-se uma relação *harmônica*. Já quando havia um descompasso entre as estruturas, conferiam-se uma situação anômica e a produção de condutas *desviantes* (Ibidem). Com isso, Merton retira o inatismo das condutas para colocar a responsabilidade no sistema social pelas aspirações humanas. Portanto, não será a determinação anômica a que irá descrever o *criminoso*, mas a anomia oriunda do desregramento normativo. Conforme essa visão, os setores econômicos menos favorecidos, com pouco grau educacional, ou aqueles politicamente insatisfeitos seriam os mais propensos à anomia. Eram os *julgados* “‘dejetos’ da sociedade, homens e mulheres incultos, ‘sem fé nem lei’, tendo como única atividade o crime ou as tarefas vergonhosas” (VULLIERME, 2019, p. 87).

Ao procurar explicar a criminalidade, Merton partiu da apreciação da sociedade estadunidense estimulada para alcançar o sucesso e bem-estar no âmbito democrático liberal e igualitário, em que todos estariam, supostamente, nas mesmas condições “dependendo apenas do próprio esforço, das próprias virtudes e de muita dedicação” (PINTO, 2017, p. 42). O objetivo do sociólogo estava em distinguir condutas *desviantes* dos padrões legais, em particular de caráter criminal. A distinção consistia entre os que atingiam o sucesso por meios legais e os demais incapazes de ter autocontrole e com pouca capacidade de conviver com frustrações. Merton tipifica em cinco classificações as anomias: “conformidade, ritualismo, retraimento, inovação e rebelião” (SHECAIRA, 2012, p. 238).

O conformista caracteriza-se pela simetria entre os objetivos culturais e os meios institucionalizados, e é ele quem garante a *estabilidade* social. O ritualista, em geral, localizado na figura do funcionário público, é o incapaz de realizar as finalidades valoradas culturalmente, porém obtém certa mobilidade social seguindo obstinadamente as normas institucionais. No retraimento, abandonam-se tanto os valores culturais, quanto os meios legais: são “os párias, proscritos, errantes, mendigos, bêbados crônicos e viciados em drogas”. Essa tipologia,

segundo Merton, manifesta o derrotismo e a improdutividade. Na classificação inovação, valorizam-se em demasia os padrões culturais atingindo-se a meta por meios inapropriados legalmente. Trata-se dos homens de negócio, cujo desvio é parametrado pela competição. Por último, encontra-se a categoria rebelião, caracterizada pelo inconformismo e a revolta, são os indivíduos que contestam os padrões socioculturais propondo outros critérios (Ibidem, pp. 239-240).

Note-se que essa teoria atualiza a prática eugênica nos improdutivos e rebeldes como desvio social vinculado à criminalidade; enaltece a sociedade concorrencial, porquanto confere à meritocracia a interiorização dos objetivos almejados, assim a inovação não estipula o fracasso, mas configura o jogo parcial que pode incluir alguns desprivilegiados; situa, ainda, como anomia toda manifestação contrária aos princípios democráticos, estimulando a expansão de regulações; e por fim, sugere a *estabilidade* social na tipografia do conformado. Merton institui a probabilidade de qualquer conduta ser *desviante*, trata-se de uma reação perante as pressões socioculturais, de modo que a intervenção normativa devia estender-se a todos os setores populacionais. Por isso, as condutas *desviantes* relacionavam-se menos às questões biológicas individuais e mais ao impacto diferencial de tais pressões provenientes da cultura do sucesso econômico.

O *sonho americano* serviu para esconder a desigualdade na sociedade democrática de igualdade de direitos, e foi precisamente esse *sonho* que possibilitou o critério para atingir, cada um, a sua meta. “[A] própria natureza do sonho americano estabelecia que o sucesso sempre decorre do mérito, e que esse é medido em uma escala monetária”, portanto, as chamadas camadas baixas da sociedade estadunidense “não podiam atribuir sua situação inferior à injustiça nem perseguir valores que não dessem lugar a um reconhecimento material” (VULLIERME, 2019, p. 89). A formatação de um sistema social capaz de apresentar fenômenos condizentes com uma *boa* vida cotidiana, criminalizou condutas consideradas *desviantes* e regulou o funcionamento da sociedade mediante a convicção do *esforço* individual.

Trata-se de mutações nas práticas governamentais de gerir o corpo espécie ou população, ou seja, na biopolítica elaborada e estudada exaustivamente por Michel Foucault. Foucault analisou como, durante muito tempo, o poder soberano deteve o direito sobre a vida e a morte. A figura jurídica do soberano estava associada a uma sociedade na qual vigorava o direito de apoderar-se de tudo, até mesmo da vida dos súditos. O soberano causava a morte ou deixava viver. Entretanto, “a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação profunda desses mecanismos” com a emergência de um poder que tinha como objetivo gerir a vida (FOUCAULT,

2003, p.128). Estratégia própria dos Estados que substituíram a temática da guerra para a conquista pela temática biológica da luta pela vida. Esse poder, prossegue Foucault, desenvolveu-se desde o século XVII de duas maneiras interligadas. Num primeiro momento, predominou o poder disciplinar, que consistia no adestramento do corpo como máquina com o propósito de ampliar sua utilização e aperfeiçoar a extração do trabalho. Buscava-se retirar o máximo de energia econômica desse corpo, para não lhe sobrar energia política, ou, melhor dizendo, energia de sublevação. Depois, sem abandonar a noção do poder disciplinar, por volta da segunda metade do século XVIII, o foco será o corpo-espécie; um poder que irá intervir e regular o corpo social formado por seres vivos com seus respectivos processos biológicos: natalidade, mortalidade, longevidade, saúde etc. “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: *uma biopolítica da população*” (Ibidem, p. 131, grifo do autor).

As duas faces, disciplinas nos corpos individuais e as regulações da população, caracterizaram o poder sobre a vida e foram imprescindíveis para o capitalismo. Mais ainda, os processos da vida passaram a ser finalidades do saber e de intervenções do poder, na tentativa de regular os fatores que ameaçassem a *unidade biológica* e de modificar as existências não moldadas às normas vigentes. Nesse sentido, outra característica da biopolítica é o aumento progressivo da norma no sistema jurídico como instrumento regulador e/ou corretivo constante na organização dos vivos enquanto “valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar”, para normalizar a sociedade (Ibidem, p. 135). Em suma, propagaram-se instituições para cuidar da vida e decidir a conduta dos sujeitos por intermédio de normas estabelecidas, visando corrigir possíveis *desvios* das regras sociais estipuladas a partir de uma moralidade.

Entretanto, os anos de 1940-1950 demarcaram o surgimento de um “novo direito, uma nova moral, uma nova economia, uma nova política do corpo” (FOUCAULT, 1990b, p. 96). A limpeza e a higiene, por exemplo, deixam de ser o foco da saúde: cada vez mais as pessoas passam a receber tratamentos médicos na tentativa de corrigir as *desigualdades*. “A saúde, a doença e o corpo começam a ter suas bases de socialização. Ao mesmo tempo, eles se convertem em instrumento da socialização dos indivíduos” (Ibidem). O Estado não vai estar mais a serviço do indivíduo em boa saúde, mas é precisamente esse indivíduo saudável ou os corpos *compensados* de alguma maneira os que devem estar a serviço do Estado enquanto força econômica, política, social e militar. O que começa a emergir a partir da década de 1940 mostra como o objetivo não se limitava mais a extrair somente energia econômica e docilidade política desses corpos: instiga-se neles mesmos o aumento do rendimento para serem eficientes. Se, de

um lado, todo o saber da eugenia ganhava força – saber fundamental para o ápice da biopolítica com os campos de concentração nazistas –, de outro, investia-se para que cada corpo se adequasse a uma vida eficiente em *boa forma*.

o formalismo

Em um mercado concorrencial voltado, principalmente, para o comércio exterior, todo e qualquer estudo para aumentar a produção era bem-vindo. O economista russo Wassily Leontief, radicado nos Estados Unidos desde 1931 e professor de Harvard de 1932 até 1973, desenvolveu a teoria de *input* e *output* ou análise de insumos e produtos, com o objetivo de mostrar como, para se ter projeção exterior, era necessário um contingente de trabalhadores qualificados em todos os setores da economia estadunidense (LOEB, 1954). A estimativa de investimentos em determinada indústria devia incluir os gastos indiretos na execução do produto que se encontravam distribuídos nos demais campos da economia, portanto, era imprescindível incorporar, no cálculo da produção direta de mercadorias e serviços, os trabalhadores. Ele justificou sua explicação dizendo que, se a tecnologia era lucrativa para os Estados Unidos da América, também poderia ser para qualquer outro país, porquanto todos poderiam obtê-la. Mesmo substituindo a tecnologia por mão-de-obra os demais países não conquistavam a mesma produção, porque nos EUA a eficiência dos trabalhadores era evidenciada quando os operários produziam, com menos capital, os bens fabricados. Leontief (1988) atribuiu essa característica à capacidade empresarial e à educação, o investimento em homens-hora e capital poderia ser reduzido pela melhor utilização dos equipamentos e pelo uso racional da mão-de-obra.

Na mesma esteira encontra-se David Easton, doutorado em Harvard em 1943 e professor nessa universidade de 1944 a 1947, quando foi, então, convidado para ser docente na Escola de Chicago. A partir dos seus trabalhos publicados distinguem-se três estágios no desenvolvimento de seu pensamento, embora em todos ele aborde e aprofunde a política sistêmica. O primeiro estágio estende-se entre os anos de 1940 e 1950, quando lançou *O sistema político* (*The Political System*). Nesta fase preparatória, Easton elaborou uma visão abrangente da ciência política e da teoria política, estabelecendo as bases metodológicas para a construção, na década seguinte, de uma estrutura conceitual de análise política. A segunda etapa, já impregnada pelo comportamentalismo, culminou com a publicação de dois dos seus principais trabalhos: *Uma teoria de análise política* e *Uma análise de sistemas da vida política*. No final da década de 1960, Easton entrou na fase de considerar os estudos orientados empiricamente e iniciados pelas

ciências naturais um grande avanço não só para as ciências sociais como para outros campos do conhecimento, pois a interligação das disciplinas que utilizavam o mesmo método favorecia “a compreensão da interação social em sua totalidade” (EASTON, 1970, p. 13).

A ideia de propor uma teoria geral na política de orientação empírica teve a influência de Leontief, com a análise dos *inputs-outputs*, e da teoria de Parsons, que havia introduzido quatro subdivisões no sistema social: adaptação, pertinente à economia; alcance de objetivo, referente à política; integração, relativo às normas legais ou ao controle social; e a manutenção de vínculos culturais, concernente às ações motivacionais²¹. Entretanto, diferentemente da visão sistêmica de Parsons, para Easton, o sistema político podia abarcar vários tipos de sociedades por não ser um subsistema perdido no meio de conceitos gerais, como cumprimento de finalidades e coesão dentro do sistema social. Também identificou, por meio da conduta política, regularidades expressas em generalizações, as quais podiam ser verificadas, quantificadas, avaliadas e sistematizadas. Neste caso, interessava entender a conduta política dos sujeitos, pois pertencer a um grupo não indicava estar integrado “a uma organização formal, mas sentir que [participava] da mesma orientação, que se [tinha] ideais e pressupostos semelhantes, que cada um [respeitava] os interesses do outro, que se [procurava] ajuda e apoio recíprocos ou se [aceitava] uma liderança comum” (EASTON, 1999, p. 21).

Nesse aspecto, a vida política era um *sistema* de condutas que podia distinguir-se do *ambiente* no qual existia, mas, por estar aberto às influências externas e às variações produzidas nas estruturas e processos políticos, haveria *respostas*. Para tanto, considerava necessária uma retroalimentação ou *feedback*. Trata-se de um sistema em tensão ser substituído pelas informações/influências dos protagonistas do conflito, ou dos que tomavam as decisões no momento. “Os conceitos principais que precisam ser compreendidos para analisar a vida política no quadro sistêmico são os de sistema, ambiente, *feedback* e resposta” (Ibidem, p.49). O autor interpretava os fenômenos políticos como fatores constituintes de um sistema aberto que deveriam abordar os problemas gerados pelas influências dos ambientes. Para perdurar o sistema, tornava-se necessário ter o *feedback* de práticas anteriores e tomar medidas para regular a conduta futura. O modelo de sistema político funcionaria como uma *caixa preta* que, após *filtrar* (*gate keeper*) as entradas (*inputs*) fornecidas pelas exigências (demandas da sociedade) e pelos apoios (instituições reguladoras), produziria as ações (*outputs*) (Ibidem). As ações dentro do sistema político seriam ativadoras de diminuição ou maximização da autoridade, que,

²¹ Cabe assinalar que Parsons se baseou na divisão dos quatro capítulos do livro *Economia e sociedade* (1919) de Max Weber, no qual o autor descreve sociologias tradicionais vinculadas à sociologia econômica, à sociologia política (ou do poder), à sociologia jurídica e à sociologia da religião (ou cultura).

em termos parsonianos, denotam normas legais ou o controle social. A *caixa preta* era, então, um conjunto de procedimentos que permitia ao sistema controlar e regularizar qualquer *perturbação* no sistema sociopolítico, mediante um conjunto de valores. Ora, *input* e *output* nada mais são que desdobramentos da homeostase na economia e na política.

Dessa maneira, ante qualquer descontentamento, o controle social poderia ser alterado dentro do sistema, incitando a probabilidade de intervenção jurídica e diminuindo as resistências. O suporte institucional procedente das organizações estatais amorteceria a amplitude do confronto político, porque os mecanismos utilizados poderiam atuar em duas frentes. De um lado, os grupos não oponentes ao sistema seriam estimulados, pelas instituições reguladoras, para aumentar os valores do *bom cidadão*. De outro lado, os grupos opositores, ao intensificarem o descontentamento contra o poder político, possibilitariam, em um sistema aberto, primeiro, ser localizados com precisão como atuantes contra o modelo vigente, e segundo, por decorrência, ativar mecanismos de controle sobre o grupo, limitando sua liberdade de ação. Trata-se de um recurso que não inibe o descontentamento dos opositores e as resistências, mas os desencoraja e realça a legitimidade do sistema democrático, baseado na liberdade de expressão e igualdade de direitos. O efeito consiste em um acréscimo das capacidades para gerar ou manter valores, benefícios, recursos, concessões, e em uma redução da *insatisfação*.

Na premissa de sistemas *dinâmicos* e *complexos* está implícita a *teoria do controle* para regular as entradas e saídas dos *sistemas* com o propósito de obter efeitos desejados. O estudo interdisciplinar da estrutura de sistemas reguladores de maior relevância na década de 1940 foi a cibernética²². Essa teoria pretendia explicar os fenômenos naturais, artificiais ou sociais por meio do estudo da comunicação. A cibernética desenvolveu *linguagens* e *técnicas* capazes de formular modelos de controle para criar classificações e procedimentos generalizantes. Esse pressuposto partiu do princípio que qualquer espécie de comando chegava a seu receptor desorganizada e menos coesa. Contudo, nem todas as mensagens deviam ser consideradas, mas aquelas que possibilitassem “uma forma de configuração e organização” (WIENER²³, 1968, p. 21). Nesse aspecto, a informação designava interconexão e ajustes, ao mesmo tempo, era aquilo que fazia com que o sujeito, uma vez adaptado, tivesse lugar na política. O papel do Estado passou a ser o de garantir a estabilidade a partir da regulação dos setores da economia e do intercâmbio de informações, para acompanhar a lógica do livre mercado (Ibidem).

²² Cibernética é decorrente da palavra grega *Kubernetes*, que eventualmente deriva da palavra governador (WIENER, 1968).

²³ Norbert Wiener também foi formado em Harvard.

A cibernética influenciou a teoria política de Easton, principalmente na concepção de retroalimentação ou *feedback*²⁴, pois a informação acerca do sistema e seu ambiente poderia ser retransmitida às autoridades. Daí a necessidade de haver um fluxo contínuo de informações, de tal modo que quaisquer dos objetivos propostos pelas autoridades fossem atingidos. Outra relação com a cibernética foi o conhecimento transversal entre as áreas de saber, importante na esfera política. Segundo Easton, as Ciências Sociais se ocupavam de quase a totalidade humana, por esse motivo a investigação política não podia prescindir de outras disciplinas, do contrário reduziria a validade de seus resultados. Reconhecer a interligação implicava adotar o comportamentalismo em detrimento de metodologias anteriores. O termo comportamentalista abrigava qualquer indagação que estivesse interessada em compreender o homem *cientificamente* dentro da sociedade, por isso as ciências sociais deviam unir os três campos de conhecimento em um único núcleo e incorporar o comportamentalismo (EASTON, 1999). Em definitivo, a proposta dizia respeito aos estudos do homem em sociedade sem circunscrevê-los a uma ciência específica, mas constituir um conjunto de saberes especializados na ciência da conduta.

Unificar o conhecimento foi a tarefa de estudiosos e do governo dos EUA. Na década de 1950 a educação desse país mudou seus objetivos. O reitor da Universidade de Harvard convocou em 1943 um comitê universitário composto por doze membros das faculdades de Artes e Ciências e de Educação, para que redigissem os “Objetivos de uma Educação Geral em uma Sociedade Livre”²⁵. Eles estavam encarregados de avaliar o problema da educação em todos os âmbitos do ensino (da escola à faculdade). O relatório foi publicado em 1950 com o propósito de estender seus objetivos para a maioria da população, tendo como cerne a tradição liberal, mas com o *investimento* humanista. No documento, identifica-se como o eixo educacional não se restringiu às ciências exatas ou à capacidade de escrever, mas abrangia uma experiência prática e emocional para um cidadão fincado em uma *nação livre*. Designava, ainda, que o estudante aprenderia a distinguir o *certo* do *errado* no sentido moral do seu dia a dia. Por esse motivo, a preocupação com uma educação que fosse universal em termos de “multidão”²⁶.

²⁴ Easton refere-se a Karl W. Deutsch, cientista social nascido em Praga que foi para Harvard em 1939 (1999, p. 179, nota de rodapé 7).

²⁵ BRYANT Conant, James; et al., relatório do comitê de Harvard, 1945. Walter Gropius, um dos fundadores da Escola de Bauhaus, formou parte do comitê e assinou o documento. Desde 1937, ele lecionou em Harvard, onde foi diretor da faculdade de arquitetura.

²⁶ Multidão foi a expressão utilizada por James Bryant Conant na introdução do documento em junho de 1945.

Curiosamente, no mesmo ano da divulgação do relatório, David Riesman, também formado em Harvard, publicou o livro *A multidão solitária*, no entanto, a sua concepção de multidão era diferente à de Conant J. Bryant. Para o presidente do comitê universitário, multidão referia-se à unificação da educação para formar o futuro cidadão numa prática democrática, fundada na responsabilidade individual e guiada pela moral protestante. Para Riesman, o processo histórico-cultural nos EUA havia desembocado num sujeito médio. Ele distingue três categorias sociais segundo a dinâmica populacional. A primeira era dirigida pela tradição, na qual as pessoas não se incumbiam de mudanças, pois administravam suas vidas de acordo com os vínculos ancestrais. A segunda, que Riesman chama de caráter autodirigido, estava associada principalmente à geração dos que iniciaram os negócios familiares. Por último, e essa compõe a multidão solitária, encontram-se os sujeitos dirigidos pelos outros. Trata-se de indivíduos que buscam a aprovação dos demais, dependem dos meios de comunicação, da opinião dos chefes, das incitações da moda, da profusão de *coisas* derramadas sobre eles. Homens e mulheres da classe média urbana orientados por outros que acabam, em definitivo, decidindo as eleições e influenciando o rumo da economia. Não por acaso, Riesman mostrou, como educadores defensores desses programas educacionais incentivavam “‘o homem total’ e [falavam] sobre a preparação dos cidadãos para a democracia”. Embora os programas não garantissem o esperado de um *bom cidadão*, aqueles formados dentro deles deveriam atestar, pelo menos, “que eles [seriam] mais eficazes” profissionalmente (RIESMAN, 1964, pp.138-139).

A proposta apresentada pelo comitê encerrava o trabalho de politização sobre as crianças a partir das instituições educacionais. A infância considerada uma fase universal, ou seja, igual para todas as crianças, e etapa reputada como imatura, por vezes irracional, foi o período de vida escolhido para incutir normas e regras com a finalidade de enformar os futuros *bons cidadãos*. Talcott Parsons denominava de “invasão bárbara” a chegada dos recém-nascidos, os quais deveriam aprender as condutas esperadas “nos distintos status sociais” (PARSONS, 1999, p. 137). O primordial, na sua concepção, era o processo dos mecanismos de aprendizagem provenientes das instituições sociais: família, comunidade e, principalmente, escola. A criança precisava absorver a moral e os costumes promovidos pelas regras coletivas para ser incorporada ao convívio social. “Na escola a criança aprende a se ajustar em um sistema específico-universalista-abrangente, numa proporção muito maior que no seio de sua família” (Ibidem, p. 156). Posteriormente, em 1965, David Easton e Jack Dennis vão enunciar, num artigo, que, para manter uma sociedade heterogênea, ampla e exigente de recursos sociais do

governo, era preciso a socialização política de novos membros. Para eles, cabia ao sistema político fornecer um fluxo de informações e criar continuamente sentimentos de *lealdade* e obediência. O governo dessas condutas era o foco principal para gerar orientações politicamente favoráveis ou não-eficazes. O estudante médio deveria colocar em prática algumas mudanças em sua concepção sobre o governo, mudanças essas que o levariam a uma imagem cognitiva adaptável às exigências de um sistema político democrático (EASTON; DENNIS, 1965).

Portanto, a tarefa do professor desde os anos de 1950 era capacitar a criança a acatar normas morais e preparar o intelecto compatível com os interesses coletivos e as escolhas individuais. As normas morais consistiam em disciplinas voltadas para manter a harmonia ou a sociabilidade, com o intuito de ascender a estratos sociais superiores. Conforme as escolas se tornaram mais numerosas, “acessíveis e ‘democráticas’, a obrigação de ensinar, à criança de classe média”, a conduta correta exprimia, no ambiente escolar, ajudá-la “a superar o nível de seus pais” (RIESMAN, 1964, p. 65). A escola era, desse modo, o auxílio da família, pois fixava as metas que deviam ser *claras* para todos: direção e valores *certos* para uma *vida melhor*. “A criança logo entende que a conformidade no comportamento é o preço da paz e aprende a estar satisfeito com aqueles ao seu redor, ou, pelo menos, não os irritar”. Em concomitância, os pais exigem uma conformidade mais sutil na conduta, “como prova de adequação de caráter e autodisciplina” (Ibidem, p.52).

A sugestão incidia em moldar as condutas e formatar os saberes das crianças para que rendessem o máximo possível na vida adulta dentro de quadros normativos. Todos os pressupostos transmitidos por esse modelo de instituição educacional compreendiam um sistema de igualdade *formal*, independente se no futuro a criança viesse a ser um adulto emoldurado como exitoso ou fracassado, visto que toda a gradação de diferenças individuais deveria ser classificada, regulada e homogeneizada. A criança, nesses termos, devia aprender o que ela podia conquistar, distinguir a presença de grupos competitivos, buscar ampliar suas possibilidades, definir seus objetivos gerais e motivar-se para selecionar os meios específicos com os quais pudesse alcançar tais objetivos. A mobilidade social exprimiu a maneira de educar a criança com o propósito de que vivesse conforme os *ideais sociais* instaurados, mediante a capacidade de gerenciar seu autocontrole.

A primeira questão divulgada no relatório de 1950 relacionava-se ao aumento de pessoas em áreas urbanas e distritos metropolitanos. De acordo com o relatório, o ambiente dos indivíduos passou a ser constituído de máquinas e *coisas* feitas pelos homens, até os fazendeiros tinham mecanizado o trabalho, podiam deslocar-se às cidades de carro e se manterem

informados pelo rádio. Entretanto, os estados desprovidos de indústrias e menos ricos apresentavam *desvantagens* educacionais em comparação com os centros industrializados e as grandes cidades. Isso provocava êxodos migratórios das regiões agrícolas para as cidades industrializadas, o que, segundo os técnicos, não era apropriado para nenhuma das regiões: as mais necessitadas aumentavam o desfalque e as mais abastadas aguçavam os problemas. Semelhante ao que acontecia com as deficiências corporais, era necessário reparar as *desvantagens* das cidades desindustrializadas, assim, prover conhecimento denotava aumento de capacitação e desenvolvimento regional, bem como a manutenção das tradições locais, geralmente conservadoras.

Nesses termos, a sugestão foi ter um bom ensino dentro de um currículo mais amplo, levando-se em consideração a remuneração dos professores, a maior preparação dentro dos moldes estabelecidos e um reconhecimento “digno de honras”, tanto dos estudantes quanto do professor. Por conseguinte, avaliavam a necessidade de uma dedicação constante e uma luta incessante para tirar a educação do controle político direto, sem, contudo, esquecer que o objetivo final da educação deveria ser político. A democracia envolvia dois comandos: o primeiro era descobrir e oferecer *oportunidades* para o estudante mais capacitado e, o segundo, versava em elevar o nível do estudante mediano. Uma das propostas foi ofertar no ensino médio cursos técnicos e com orientação para carreira universitária, isso operaria como princípio de seleção profissional, aliás como distinção social. A igualdade que havia sido o ponto crítico no início da década de 1930 estava agora circunscrita à *oportunidade* de quase todos terem acesso à educação, pois, em um mercado cada vez mais concorrencial, o jogo da diferenciação é aquele que regula a economia e a sociedade.

O propósito unificador da educação fundou-se em recuperar o exercício do cidadão-cristão e erradicar as mudanças curriculares ocorridas nas décadas anteriores, as quais, de acordo com os técnicos do relatório, haviam diversificado demais os currículos educacionais e, com isso, destruído a unidade e trabalhado contra o *bem* da sociedade. O terreno comum sugerido na prática educacional foi procurar a “herança”: um apelo ao “patrimônio” para ressaltar a importância do passado naquele presente. Nessa preocupação pelo *patrimônio* estava contida a educação religiosa, para condicionar as “forças intelectuais” dos estudantes. A educação poderia ser apreciada tal e qual a continuação secular do protestantismo, que havia rejeitado a autoridade da igreja medieval e tinha depositado a interpretação individual das “escrituras” (BRYANT et al., 1945, p.43). A proposta era, segundo os técnicos, aperfeiçoar, no maior número possível de cidadãos livres, a apreciação pela responsabilidade individual para

colaborar com o futuro dessa nação. E qual seria, particularmente, o futuro *dessa nação* para o puritano? Ele examina, com obstinação, “seus filhos e a si mesmo”, com o propósito de identificar os sinais da sua escolha, ou seja, “de salvação pelo Deus da predestinação”. Com a secularização, tais sinais tornaram-se sinais que predizem a mobilidade social, eles passaram a indicar a futura “‘ascendência’, não do inferno ao céu, mas na hierarquia do status” (RIESMAN, 1964, p. 52).

Na medida em que as implicações da democracia foram expostas, moldar os estudantes em torno de uma moral era viável para respeitar a liberdade de expressão e os direitos de uma consciência privada, pois consideravam não haver oposição entre uma educação religiosa e a democracia moderna. Certamente não havia oposição, o que estava implícito era uma vida pública dentro dos limites permitidos pelas regulações jurídico-políticas e/ou pelas leis do novo testamento, enquanto a discordância ficaria restrita ao *dilema* privado do exame de consciência ou culpa. Unificar a educação em uma tradição comum manifestava estar subentendida apenas uma igualdade: todos poderiam compreender o significado de *bem*. Tampouco viram problemas em conciliar tradição com uma sociedade movida pelas inovações tecnológicas, somente se exigiam outras qualidades e novas visões. A saída encontrada foi explicar como olhar para o passado era algo virtuoso, a exemplo da inclusão da filosofia grega no currículo, pois esta havia colaborado “com as ideias de liberdade política, o universo ordenado e as leis construídas racionalmente” (BRYANT et al., 1945, p.47).

Nessa linha de raciocínio, o especialista era incapaz de cumprir com seus deveres de cidadão por não compreender as *complexidades* da vida como um todo, principalmente do ponto de vista econômico. Os negócios exigiam capacidade de ajustar-se a diferentes situações e às técnicas em constante alteração. Ademais, o estudante com treinamento específico poderia não ter mais utilidade quando tivesse que ganhar a vida. Preparavam-se os sujeitos como especialistas em alguma profissão e na “arte geral do homem livre e do cidadão” (Ibidem, p.53). Como era impossível ser um bom especialista em todas as áreas, a indicação foi treinar o senso crítico para reconhecer a competência daqueles que dominavam algumas atividades. Um sujeito bem formado, então, estava apto para distinguir um trabalho de *boa* ou *má* qualidade, da mesma maneira, saberia avaliar em uma democracia quais eram os melhores líderes. Almejava-se com essa educação a constituição de um homem *útil* e um *bom cidadão* equilibrado na vida enformada.

A cidadania aludia ao questionamento de propósitos e os indivíduos deviam estar preparados como membros competentes prontos para julgar erros e corrigi-los. O

individualismo, essencial para uma *boa* cidadania e uma *boa* sociedade, consistia em seres independentes terem a chance de propor a sua visão e estarem dispostos a se sujeitar pelo *bem comum*. *Bem comum* em que se abrigam interesses irredutíveis e irrenunciáveis do *bom* cidadão, portanto, autonomia e autodeterminação são disposições para manter inalteráveis a suas conquistas. A competência ou a preparação de cada um foi a base da diferenciação social. Reconhecer diferenças exprimia capitalizá-las por meio do treinamento especial ou uma tarefa socioeducativa. Isso era possível porque a unificação educacional ancorada na religião proporcionava uma visão de homem e de mundo. Da mesma maneira, como só se aceitava um sistema de governo – democrático –, as diferenças de *oportunidades* e de interesse também poderiam ser melhoradas. Por fim, a estruturação das áreas de conhecimento estabeleceu as ciências naturais com o propósito de conhecer o ambiente físico para entender a melhor relação com ele; o estudo das ciências sociais com o objetivo de compreender o meio social e as instituições, a sociedade do passado e do futuro; as humanidades com o intuito de capacitar o sujeito para conhecer o humano em relação a si mesmo, enquanto aspirações e desejos (BRYANT et al., 1945). O foco estava dirigido às ciências sociais e às humanidades, inclusive em humanidades poderia incluir-se toda e qualquer área, os técnicos até exemplificaram com a psicologia que, independentemente de estar alocada nas ciências naturais, poderia aportar com o conhecimento das condutas humanas.

Os dados deveriam estar concentrados nos valores subjacentes às mudanças na economia política, os sujeitos precisavam investir em si para ter uma vida de sucesso e um futuro promissor. Assim, de um lado, a ciência esteve voltada para pesquisas que afirmassem o sujeito à sua individualidade, de outro, foi necessária toda uma investida orientada ao núcleo familiar, base da segurança e do bem-estar. Diminuir o trabalho doméstico, principalmente o feminino, foi uma premissa política para permitir que mais recursos humanos se voltassem à busca do bem-estar, traduzido em estar bem preparado intelectual e fisicamente para o mercado concorrencial. A partir dessa configuração, os sujeitos *investiram* ou *adquiriram* conhecimentos específicos com a finalidade de contornar desafios mercadológicos mediante informações que garantissem uma visão setorial do domínio produtivo e de uma adequada profissão para alcançar o emprego apropriado.

Trata-se de um momento no qual é possível identificar os baixos começos das chamadas capacidades (ou habilidades) e competências que vigoram até hoje. O interesse residiu (e reside) em ter aptidão para resolver problemas ordinários com destreza, a perícia em executar atividades, produzir com o máximo da faculdade de cada um e esperteza de decidir pela *melhor*

escolha. Escolha racional entre duas ou mais coisas que segue as regras do utilitarismo associadas à felicidade de si e dos outros, as quais colocam como limite e elo das relações o interesse individual em harmonia com o todo, sendo que o interesse individual não pode ferir os interesses coletivos e estes não devem interceptar os individuais. Desde a década de 1930, inicia-se então a produção de sujeitos *capacitados* que coexistiam como parte de um *sistema* interligado com limites próprios, onde as ações de alguns podiam influenciar as ações de muitos. Por conseguinte, precisou-se de todo um processo para *habituat* os sujeitos com as *coisas* pertencentes aos cidadãos de *boa forma*, mediante as normas de condutas.

O psicólogo comportamentalista Burrhus Frederic Skinner (1972), professor em Harvard, sugeriu o estudo do homem voltado para a observação das reações psicológicas provocadas por estímulos oriundos do ambiente. O que Skinner e seus colegas pretendiam era identificar a função dos impulsos e dos hábitos, em que os impulsos conduziram à ação e, quando a resposta recebida pelo organismo fosse gratificante, a ação poderia repetir-se até formar um *hábito*. Quando retirado o reforço positivo que causava a satisfação e administrado um estímulo negativo, Skinner chamava de punição à ocorrência de uma resposta. A punição era utilizada como um procedimento na tentativa de eliminar uma conduta indesejada ou induzir alguém a se comportar de um modo específico, reduzindo quase que imediatamente a sua frequência. Provocar estímulos adversos, porém, não significava eliminar por completo o comportamento punido, pois este seria desviado para uma outra conduta punível. Portanto, seu maior interesse estava nos efeitos indiretos obtidos na punição ao reforçar a recompensa (MAYER; GONGORA, 2011).

George Caspar Homans, contemporâneo de Skinner em Harvard, e adepto do comportamentalismo, empenhou-se em investigar pequenos grupos sociais para realizar estudos experimentais e consolidar proposições que poderiam ampliar-se em situações gerais. Sua apreciação era lançar mão da teoria do comportamento social fundamentado na troca de bens materiais e imateriais “como os símbolos de aprovação ou prestígio” (HOMANS, 1999, p. 311). A *retroalimentação* também figurou na teoria deste cientista. Homans atestou como vantagem adicional da teoria do intercâmbio a aproximação da sociologia à economia, porque esta última brindaria as bases para interpretar, sob circunstâncias especiais e por meio de medidas numéricas, o *valor* e a maior *utilidade* na troca. Além disso, incorporou a *variável coesão*, quando as pessoas reunidas usavam como valor referencial de cada um as atividades efetuadas no grupo, e a *variável comunicação*, para medir com que frequência se emitia uma conduta verbal *valiosa* e *cara*. David Easton compartilhava em parte dessa ótica, pois ele

atribuía ao conceito de sistema dois sentidos, intimamente relacionados. Um referia-se à conduta empírica caracterizada como vida política, mediante a qual se podia formular uma teoria explicativa dos fenômenos. O outro dizia respeito a uma série de símbolos com os quais era viável identificar, explicar, descrever e delimitar a conduta no sistema. A relação entre ambos residia em que o sistema simbólico encontrava maior ou menor correspondência com o sistema de condutas a serem explicadas. Para Easton, “uma teoria política causal constituiria um sistema simbólico cujo ponto de referência é o sistema de conduta que [se chama] de política” (EASTON, 1999, p. 50).

A configuração das forças presentes no contexto estudado (1930-1950), nos EUA, foi uma das contribuições para a emergência do capital humano. Michel Foucault analisou esse conceito com base nas leituras de Gary Becker e Theodore Schultz mostrando como os autores introduziram o trabalho em termos de “conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (FOUCAULT, 2008, p. 307). Essa mudança de estratégia colocou o trabalhador como sujeito econômico ativo provedor de seus rendimentos. O capital humano forma-se por elementos inatos e/ou adquiridos. Os inatos dizem respeito ao material genético com o qual se nasce e que pode ser modificado para se tornar válido à economia, pois esse capital, quando constituído pela “utilização de recursos raros”, aplica-se para finalidades específicas. Conforme se torna raro, ingressa “em circuitos ou em cálculos econômicos, isto é, em opções alternativas” (Ibidem, p. 313). Como já foi assinalado, a eugenia encarregou-se não só de uma reprodução seletiva, mas de incentivar uniões entre sujeitos considerados aptos em termos biológicos e privilégios socioeconômicos. Somam-se a isso os corpos que careciam de *boas formas* e os estudos antropométricos se incumbiram de adequá-los para serem uma alternativa econômica normativa.

Com relação ao capital humano adquirido, Foucault assinalou que sua constituição se realiza no decorrer da vida dos sujeitos, segundo suas próprias vontades de produzir renda, “ou melhor, que vão ser remunerados por renda” (Ibidem, p. 315). O investimento nesse caso consiste na dedicação e nos cuidados que os pais têm com os filhos e na preparação educacional dos pais, quanto mais preparados eles estiverem melhor será o capital humano do filho. Os pais precisam não só estar atentos “aos sinais de potencial fracasso – uma busca que surge em parte da culpa e preocupação ansiosa sobre si mesmo”, como também procurar pelos “sinais de talento, que não devem ser desperdiçados” (RIESMAN, 1964, p. 52). Em suma, uma análise ambiental “da vida da criança, que vai poder ser calculada e, até certo ponto, quantificada, em todo caso, que vai poder ser medida em termos de possibilidades de investimento em capital

humano” (FOUCAULT, 2008, p. 316). Para valorizar o capital humano levam-se em conta os problemas relacionados à saúde e à higiene, pois o capital humano precisa ser melhorado, conservado “e utilizado pelo maior tempo possível” (Ibidem). Outro fator considerado é a migração, porque a mobilidade, com o intuito de obter uma melhor posição e remuneração, é um investimento incentivado em termos de empreendimento individual. Por fim, é imprescindível a educação formal, investir na formação dos corpos e das ações para que cada um esteja apto na condução de suas atitudes e dos outros.

Consoante com o apresentado, vê-se, então, que a atenção ao núcleo familiar, a nova política sobre os corpos, o incentivo da mobilidade social, os deslocamentos para os grandes centros urbanos e o desenvolvimento de artefatos apropriados para *simplificar* o cotidiano e aumentar a capacidade de autoprodução constituíram o grande empenho da ciência e do desenvolvimento tecnológico favorecido pelo design. O *streamline* foi além do símbolo de modernidade, expressão de progresso e esperança de um *futuro melhor*, como costumam assinalar alguns autores. Esse estilo evidenciou ainda o aumento de eficácia e responsabilidades na gestão das vidas, nas escolas, no trabalho, nas tarefas domésticas. Desse modo, é possível, enfim, constatar como a partir da década de 1930 foram tecendo-se as condições históricas para que a racionalidade neoliberal emergisse após a segunda metade do século XX.

a forma do olhar

Harvard organizou, aprofundou e difundiu a teoria dos *sistemas complexos*, a qual explicitou como conjuntos de unidades (diferentes ou não) interagem e apresentavam regularidades coletivas. Se, desde o século XIX, as ciências sociais europeias haviam tomado como modelo as ciências naturais para explicar a sociedade por meio do positivismo e do funcionalismo, na década de 1930, em Harvard, foram os pesquisadores das áreas de ciências naturais que fundaram os departamentos de sociologia e política. Com isso, validaram parte das teorias pregressas e as completaram ao mostrar, via fisiologia e física, como os sistemas sempre tendiam a ser abertos, portanto, o equilíbrio não podia se dar pelo consenso, pois invariavelmente haveria *perturbações* externas sobre os sistemas. Tais constatações visaram, inicialmente, encontrar uma nova ordem para aplacar os movimentos da década anterior que haviam questionado as organizações políticas e os arranjos econômicos do capitalismo.

A teoria *sistêmica* adotou uma outra maneira de se obter o equilíbrio: os *inputs* e os *feedbacks* organizaram um conjunto de medidas para prevenir ou adequar as transformações

sociais. É certo que as teorias do funcionalismo, procedentes de Herbert Spencer, e do positivismo, provenientes de Augusto Comte e Emile Durkheim, inspiraram, principalmente Parsons, na influência das partes sobre o todo, e Merton, na noção de anomia. Não obstante, os cientistas sociais que adotaram em seus estudos o comportamentalismo e os sistemas simbólicos, para avaliar as ações de grupos, desvincularam o equilíbrio do consenso, compreendido este último como pressuposto de ordem social baseado no acordo tácito e na mudança produzida de modo lento e ordenado.

Charles Wright Mills posiciona-se contrário à teoria do equilíbrio. Na sua interpretação, o Estado não consiste numa máquina reguladora de interesses opostos oriundos da pluralidade de grupos independentes situados nos níveis intermediários das áreas do poder. Segundo ele, essa teoria, ao classificar grupos, ocupações, organizações pela sua relevância política, desconsiderava as mútuas interligações nos mecanismos do poder, “pois em virtude de sua perspectiva o interesse conservador e romântico se centraliza em vários ambientes, e não em suas ligações dentro da estrutura de poder” (MILLS, 1981, p. 291). Mills assinala a falta de análise do próprio poder e responsabiliza por isso o método empírico das ciências sociais, o qual ficaria aquém da apreciação social. Foi certo em dizer que o equilíbrio de poder implicaria igualdade política e como isso de fato não era viável, na medida em que os grupos mais fortes ou mais privilegiados fariam valer, pela força, seus pressupostos. O exemplo apresentado por ele diz respeito a quem ocupava cargos políticos, que, em geral, eram economicamente ricos ou tinham profissões liberais (principalmente advogados), e mantinham seus negócios nas suas cidades de origem, representando, portanto, apenas a parcela social exitosa em atividades econômicas. “Homens mais velhos, são das camadas privilegiadas, brancos, americanos natos de pais americanos protestantes. São formados em cursos superiores, pelo menos, no que se relaciona com renda e status social. Em média, não conhecem o trabalho assalariado de condição inferior” (Ibidem, p. 296).

Embora essa crítica seja relevante, para Easton, por exemplo, o equilíbrio era mais intrincado, provavelmente, porque sua análise ia além do centralismo do Estado ou das estruturas que ele denominava sistema político societário. Era visível, inclusive, como ele e os adeptos da teoria *sistêmica* aspiravam manter a democracia como estrutura política vigente, daí justamente que os esforços consistissem em conter os grupos suscetíveis de mudanças abruptas sem eliminar por completo os conflitos. Os conflitos proporcionavam, dentro da rede de *sistemas*, dados e possibilidade de produzir técnicas de regulação por meio de valores gerados de acordo com os grupos e o contexto. Os partidários dessa teoria, de forma alguma,

desconheciam a disparidade de poder e reconheciam a capacidade de alguns indivíduos, tanto em sociedades pequenas quanto grandes, correrem riscos com a finalidade de ter voz ativa nos arranjos políticos. A industrialização e tudo o que ela implicava tinham mostrado o impacto da mudança, “sistemas políticos de sociedades que antes haviam mudado lentamente (...) viram-se de pronto expostos a forças que aceleraram enormemente o ritmo da mudança. A natureza e o alcance dos problemas que hoje são colocados aos sistemas políticos alteraram-se de modo radical” (EASTON, 1999, p. 117). A teoria do equilíbrio, quando estudada como componente da teoria *sistêmica*, trabalha de maneira mais insidiosa. O método praticado no entreguerras pretendia abranger a política exterior enquanto defesa e regular a política interna entremeada de uma vasta quantidade de grupos em confronto iminente com as estruturas de governo. Em definitivo, tal teoria atualizou-se em vários períodos históricos sem perder de vista a *dinâmica* dos *sistemas*, chegando à contemporaneidade nas modalidades de políticas públicas, direitos de minoria, multiculturalismo, pluralidade democrática e no próprio design sistêmico, organizados para atender aos pressupostos da racionalidade neoliberal.

O resultado dessas pesquisas instituiu um outro modelo epistemológico. Embora os intelectuais das ciências humanas da época tivessem adotado a premissa de uma nova ordem, aos poucos, identificaram a dificuldade de encontrar estabilidade em um ambiente permeado por diferentes forças, onde não havia uma correspondência direta dentro dos *sistemas* abertos e *dinâmicos*. Para atingir o equilíbrio foram, então, desenvolvidas tecnologias que incidiam sobre o ambiente com a finalidade de atingir o *comportamento* humano. Assim, a solução foi abordar os sistemas de maneira quantitativa e interdisciplinar. Unificar os saberes indicou compreender as ações dos sujeitos enquanto condutas que poderiam ser mensuradas e modificadas. Por esse motivo, tornaram-se fundamentais as relações de comunicação provenientes da troca de informações nos sistemas e do conjunto de signos contidos na *boa forma*. A troca de informações assegurou o controle dos grupos ajustando-os a regulações flexíveis no âmbito jurídico-político ou das organizações sociais. Também colaborou para que as mensagens comunicativas chegassem ao receptor de modo a garantir o mínimo de conflito e o máximo de estabilidade das heterogeneidades afiançadas dentro do quadro democrático, que ampliava cada vez mais as representações políticas. Por sua vez, a relação com a *boa forma* instaurou, por meio de elementos simbólicos, a divisão entre os *bons cidadãos*, merecedores de recompensas satisfatórias ou compensação das desvantagens, e os que deviam arcar com a insatisfação do dano. Produziu ainda uma conduta que dirigiu os sujeitos à moral da responsabilidade de si e

da sua família em termos vitais e à responsabilidade sobre seus bens, em termos de obtenção, conservação e reprodução.

Note-se como, mesmo dentro do amparo do Estado de Bem-Estar, estratégias foram criadas para transferir responsabilidades sob a direção federal para os sujeitos, ou seja, certos procedimentos de governamentalidade organizaram a conduta da sociedade estadunidense a partir da década de 1930, quando passaram por um regime de visualidade. No Colóquio Lippmann, foram explicitadas as críticas referentes à política de Roosevelt e às tecnologias contidas no *New Deal*. Críticas essas que, após a II Guerra Mundial, incidiram diretamente sobre o intervencionismo estatal e os programas assistencialistas, mostrando que o Estado de Bem-Estar devia sair de cena²⁷.

O *streamline design* instrumentalizou um modo de vida no qual os valores deveriam estar atrelados à *boa forma*. Logo, habituar-se às *coisas* que diziam respeito aos *cidadãos* mostrou não o mero uso de determinados produtos, mas a adequação dos objetos cotidianos e a preparação dos corpos para capitalizá-los e inseri-los nos circuitos do mercado concorrencial. Além disso, cooperou para fixar os sujeitos aos mecanismos de consumo, pois o duplo satisfação/insatisfação, impregnado na sociedade, alimentou o ritmo exigido pela concorrência, em especial dos produtos que respondiam aos desejos daqueles que ambicionavam distinguir-se em meio a qualquer uniformidade. O hábito através dos mecanismos de consumo gerou condições favoráveis aos sistemas das diferenças e das identidades. Fixar os sujeitos aos aparelhos de consumo mediante hábitos significou produzir um conjunto de procedimentos direcionados à obtenção de direitos cíveis e políticos, afinal direitos e mercado se complementam. Também *habitou* o olhar a um regime de visualidade auxiliar à análise sistêmica, beneficiando a investigação das condutas para distinguir quem atendia aos princípios da economia política e os que precisavam ser adaptados.

A *boa forma* estabeleceu metodologias, regras de equilíbrio, harmonia e proporcionalidade que funcionaram para a construção de objetos e subjetividades. Serviu, ainda, como subterfúgio para tirar do caminho qualquer associação com os modelos totalitários nazista e fascista ou com o modelo soviético. Pretendia-se, assim, tornar visual tanto a racionalidade política baseada na representação de certos setores sociais quanto a racionalidade do mercado concorrencial, que iniciara o processo de orientar as decisões de governo. Dar visualidade à autonomia das escolhas individuais, em prejuízo dos regimes que haviam

²⁷ Isso não impediu que outros programas fossem “implantados pelos administradores democratas principalmente, Truman, Kennedy, Johnson, etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 107).

infringido os direitos básicos dos cidadãos, principalmente, a liberdade de escolha. Visualizar como cada um era capaz de tomar conta da sua existência, e o tratamento igualitário, garantido pelo direito, não estava atrelado à homogeneização exercida no âmbito dos regimes totalitários.

Contudo, não foram abandonadas as tecnologias nazifascistas, elas estiveram presentes na produção de saberes e se pulverizaram pela sociedade reconfigurando o racismo de Estado em misoginia, homofobia, xenofobia, racismo e tantas outras maneiras de extermínio praticadas pela sociedade civil organizada ou instituições estatais, como a polícia e por aí vai. No período de entreguerras nos EUA e algumas décadas depois, ou até, às vezes, ainda hoje, os que corriam à margem da sociedade e não eram integrados à “comunidade branca canônica, podiam (...) assumir uma identidade comunitária”, mediante a qual sentissem “orgulho de filiação”, mas o resultado do “pertencimento comunitário exclusivista” os deixava posicionados como alvo fácil de eliminação (VULLIERME, 2019, p. 92). Os estudos antropométricos se encaixam nesse jogo, pois adequar os objetos aos corpos deficientes não indicava a aceitação desses corpos pela sociedade civil enformada na *boa forma*, apenas serviu para transformar o corpo incapacitado em corpo útil. Inclusive, a concepção da *boa forma* tangenciava a noção estética do nazismo pela busca da perfeição atrelada ao vigor; pela configuração asséptica de espaços, objetos e corpos; pelo princípio de conduta *mente sã corpo sã*; e pela adoção da estética clássica, a qual era inseparável da *medida* e da *contenção* como qualidades morais que os homens de *bem* precisavam ter.

Os machos brancos, adultos, defensores do liberalismo democrático, haviam planejado e apoiado duas guerras mundiais. O ditame da igualdade de direitos podia ser traduzido em direito à propriedade privada, ao voto para perpetuar o mesmo sistema, a ser controlado pelo estatuto jurídico-político, a ser julgado, a produzir, a negociar, a associar-se de maneira pacífica, a satisfazer as exigências morais e da ordem pública. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada oficialmente em 1948, buscou-se afastar a fobia do Estado, efeito direto dos regimes nazifascistas e do comunismo soviético que levaram ao limite o racismo inerente a todo e qualquer Estado. A noção de raça que historicamente havia sido absorvida pela soberania estatal tinha fortalecido os Estados, e isso desencadeou a ideia de o Estado, independente da sua *forma*, ter em si uma capacidade expansiva ilimitada sobre a sociedade civil. Para esse *novo* liberalismo em curso, era necessário retomar a inevitabilidade do Estado por meio da disseminação de valores democráticos pela sociedade, sem que ele chegasse a esse limite. Nesse sentido, insere-se no regime de visualidades: uma tentativa que se mostrou exitosa ao universalizar a *boa forma*.

Apesar disso, os mecanismos utilizados entre as décadas de 1930 e 1950 não conseguiram conter práticas de resistência de alguns grupos. Os dois períodos subsequentes às Guerras Mundiais mostraram o que não se pode esconder, e, na década de 1950, uma parcela da sociedade estadunidense começou a esquentar a mornidão do país rebelando-se contra os homens nos ternos de flanela cinza. A liberdade de expressão foi atropelada por corpos onde o poder, mediante exercícios meticulosos, havia investido para produzir a *boa forma*. O próprio exercício de poder sobre os corpos provocou esse efeito. Uma juventude *transviada* gerou-se da ameaça atômica. Jovens questionavam o como viver em detrimento do porquê ou do que viver. Eles zombaram da *boa forma* ao se apresentarem esfarrapados, drogados, vadios, desempregados, noctívagos...

Nas duas décadas seguintes, outros grupos despontaram não só nos Estados Unidos da América, mas sacudiram os quatro cantos do planeta: questionamentos a submissões; lutas gays; combates antirracistas; protestos de ambientalistas; movimentos feministas; críticas ao consumismo; ataques a ditaduras, militarismos e colonialismos... Tudo entrou em ebulição. Complementar a essas experimentações, apareceram jovens em meio às novas programações para fundarem suas empresas de computadores. Enquanto uns zombavam da *boa forma*, outros usaram drogas como incentivo a um potencial *criativo* para produzir equipamentos cada vez mais usados hoje para o controle. Como o caso de Steve Jobs e a Apple na Califórnia, usuário de LSD, frequentador de espaços budistas, defensor de relacionamentos *abertos* e vida comunitária, posicionado contra a Guerra no Vietnã e o *american way of life*. Simultâneo a tantas lutas, gestava-se um novo modelo de juventude, formatando-se o ideal do empreendedor de si.

O design e suas *formas* também estiveram presentes. Na década de 1960, os designers aderiram às críticas orientadas à sociedade de consumo e igualaram seus discursos aos anseios de uma sociedade organizada pelas chamadas minorias. Tudo levava a marca de uma época empenhada em imprimir a diferença. Enquanto nas ruas solicitava-se direitos, nos escritórios dos designers o solo era fértil para projetos ávidos em propor objetos que atendessem novos desejos. Assim, continuou a produção de itens atrativos como o *pop design* ou design radical, encaminhando-se na direção contrária à contenção do consumo, ao tornar possível a fabricação em larga escala dentro do processo industrial.

Não era o consumo que devia ser contido, mas os confrontos sucessivos à política. A procedência dos direitos do consumidor pode ser localizada na mensagem enviada, pelo então

presidente John F. Kennedy, ao Congresso dos Estados Unidos em 15 de março de 1962²⁸. Tal mensagem inicia-se com a seguinte afirmação: “consumidores, por definição, somos todos nós”. Se no pós-II Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o humano passou a ser uma categoria universal, com a busca de direitos civis e políticos, corria-se o risco de que os *humanos*, como cidadãos, deixassem de participar em conjunto com o Estado. Desse modo, ao humano cidadão universal soma-se o consumidor universal como exercício de governo baseado na unificação social. As práticas políticas começam a ser estimuladas para se constituírem em sociedade civil organizada pelo consumo, estratégia conveniente para juntar tanto os que estavam contra, quanto os que ambicionavam possuir bens como recompensa de suas *boas* condutas.

O discurso de proteção ao consumidor continha, indiretamente, uma resposta aos ambientalistas e a quem considerava o consumo massificador e alienante. Quanto aos ambientalistas, que começaram a relacionar o consumismo às bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, pelo potencial destruidor de natureza e seres vivos, o presidente, na tentativa de acalmá-los, solicitou aos representantes da indústria automobilística mudanças nos equipamentos de automóveis com novos projetos e alterações de design, para reduzir a emissão de poluentes no ar. Discorreu sobre os prejuízos do avanço da tecnologia, a qual, segundo Kennedy, atingia alimentos, medicamentos e aparelhos domésticos, embora considerasse que a capacidade tecnológica tinha favorecido economicamente aos EUA. Expressou, ainda, preocupação com a energia ao iniciar um programa de gás natural com preços equivalentes aos da energia elétrica, para diminuir custos e estimular o melhor uso dos recursos naturais e o maior desempenho das indústrias. O recado para quem criticava o consumismo abrangeu o marketing, para ele “impessoal”, bem como a publicidade de massa por utilizar táticas “persuasivas” e “enganosas”. Demonstrou, inclusive, inquietação com a *saúde* financeira do consumidor, indicando a possibilidade de endividamento e consumismo pela falta de informação adequada sobre o crédito. Formulou a necessidade de colocar ao alcance dos consumidores dados de pesquisas qualitativas e quantitativas realizadas pelo governo que os auxiliariam em suas escolhas. “O uso excessivo e prematuro de crédito decorrente da ignorância de seu verdadeiro custo é prejudicial tanto para a estabilidade da economia quanto para o bem-estar do público” (KENNEDY, 1962).

²⁸ Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/47308/a-importancia-do-discurso-do-presidente-john-kennedy-para-o-direito-do-consumidor/2>> O texto original encontra-se em: <<http://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/037/JFKPOF-037-028>> Ambos acessos em: 14 de abril de 2019.

Em suma, para Kennedy, os consumidores formavam o “maior grupo” econômico, o qual “afetava e era afetado” por decisões nos âmbitos públicos e privados, “eles [eram] o único grupo importante na economia que não [estavam] efetivamente organizados, cujos pontos de vista muitas vezes não [eram] ouvidos”. O esmero consistiu em afirmar os benefícios do capitalismo, visando retirar indícios de inclinações comunistas, afinal a revolução cubana tinha apenas três anos. Mostrar como o capitalismo era o sistema econômico que havia provocado, a “cada nova geração”, a oportunidade de ter maior renda e “uma maior variedade de produtos e serviços”, resultando no “nível de vida” mais elevado “do mundo” (Ibidem). E acentuar, novamente, a responsabilidade de cada um, porque nem os negócios, nem o Estado poderiam arcar com os desperdícios do consumo.

Inerente ao consumo, a mensagem enunciava o controle de revoltas, insurreições, o uso *apropriado* de drogas, a expansão do comércio exterior, a dilatação e variedade de concorrência. A função do Estado assume-se *porta-voz* dos cidadãos, no intuito de ajustar as necessidades dos consumidores aos seus interesses, de maneira “justa e adequada”. A solução imediata consistiu na promoção de *direitos* e regulamentações (Ibidem). Entre as medidas estava impedir a distribuição *ilegal* de barbitúricos e anfetaminas, substâncias tão usadas para sedar ou estimular as mulheres por décadas. Além disso, essa diligência acentuou o controle das demais drogas sob o argumento de prevenir “acidentes, delinquência juvenil e criminalidade” – discurso revestido de *segurança* e *proteção* da saúde e da vida (Ibidem). Uma prática eficaz na *caça* de jovens e grupos em busca de direitos civis que contestavam as estratégias de governo.

Outra determinação relativa à informação pressupunha o incentivo de opções apropriadas mediante a construção de estações de televisão educativa, as quais deviam reforçar leis de promoção da concorrência e proibição do monopólio, quando ampliadas as redes televisivas, afinal a televisão nesse ano de 1962 havia realizado a primeira transmissão via satélite. Um instrumento expansivo de baixo custo, para colaborar com a constituição do capital humano. Também se colocavam os direitos de escolha, ante a variedade de produtos/serviços com preços competitivos, e de ser *ouvido* como consumidor, para formular políticas e soluções rápidas em tribunais administrativos. Esses programas demandavam pouco investimento orçamental e podiam render altos dividendos ao fortalecer o controle social associado à livre concorrência.

Vozes passaram a ser ouvidas em Washington com bastante atenção. Nas palavras de Kennedy “como as vozes de grupos menores e mais bem organizados”, porque as solicitações

dos consumidores ainda não eram bem definidas e apresentadas (Ibidem). O Estado precisava, pois, desenhar a *boa forma*, ancorada na “forma de democracia econômica e política”, para proteger “o interesse comum” da sociedade reunida, agora, na negociação do direito de e como consumir. “Nova Fronteira” era a denominação dada por Kennedy às séries de leis reformistas dirigidas a mudar a política interna dos EUA. Ele havia chegado à presidência acusando os republicanos do alto índice de desemprego, baixo crescimento econômico e descaso com problemas referentes à saúde, aos direitos civis e à educação. Cumprir com as promessas de campanha não lhe era tarefa fácil, pois a composição do Congresso estadunidense apresentava-se desfavorável, “uma coalizão conservadora de republicanos nortistas e sulistas democratas se opunha a todos os esforços da reforma” (DIVINE et al., 1992, p. 659).

Portanto, a mensagem direcionada aos consumidores procurou reunir os eleitores admiradores de seu estilo jovial e *dinâmico*, e contar a seu favor com as matérias de jornalistas impressionados pelas entrevistas repletas de exemplos, dados estatísticos e comentários jocosos. Contudo, a mensagem enviada ao Congresso não mencionava as verbas destinadas à defesa do espaço para compensar a frustração estadunidense causada pelo programa Sputnik de satélites soviéticos e pela primeira viagem ao espaço realizada pelo russo Yuri Gagarin em 1961. O compromisso com a *corrida espacial* explorava o sentimento nacionalista e colocava qualquer ação contrária ao governo como inimiga dos EUA. Em 1962, “mais da metade do orçamento federal era gasto em defesa e projetos aeroespaciais” e não em questões sociais, como havia anunciado Kennedy durante a campanha. “As companhias de equipamento aeronáutico e de computadores no Sul e no Oeste” foram as mais beneficiadas em detrimento das antigas regiões industriais, que só se favoreceram um ano depois com o corte maciço de impostos e o aumento nas linhas de crédito (Ibidem, p. 660).

A mensagem aos *consumidores* abrangia dois flancos, ambos direcionados à manutenção do apoio da população estadunidense e de seus aliados na política internacional. Essa estratégia encobriu os problemas sociais internos que cresciam potencialmente, em especial, o avanço do movimento negro pelos direitos civis e o recrudescimento da chamada Guerra Fria, com a promessa de conduzir o país à vitória sobre a União Soviética – fazendo a *guerra* às guerrilhas, associadas ao comunismo. Nada apagou o racismo, só foram amortecidos os movimentos com a lei de direitos civis em 1964 e a lei dos direitos ao voto em 1965. Tampouco terminaram as inúmeras execuções por *subversão* quando os EUA apoiaram as ditaduras na América Latina sob o pretexto de combater o comunismo, nem mesmo na redemocratização.

Na racionalidade neoliberal a economia é um jogo entre parceiros, no qual a sociedade participa e o Estado define as regras, garantido sua efetiva aplicação. Essas regras devem tornar o jogo econômico *dinâmico* e atender o maior número de pessoas possível, salvaguardando para que os parceiros não percam tudo. Portanto, “cabe à sociedade e à regra do jogo imposta pelo Estado fazer que ninguém seja excluído desse jogo”, apesar de o sujeito “nunca ter desejado explicitamente participar dele” (FOUCAULT, 2008, pp. 277-278). A continuidade é viável a partir de determinados subsídios capazes de proporcionar recursos suplementares a quem de modo provisório ou definitivo não atingiu o nível econômico esperado nem “certo patamar de consumo que a sociedade considera decente” (Ibidem, p. 280). Assim, a economia de mercado conjuga-se, paulatinamente, a um projeto social em que os encargos sociais passam a ser cobrados sobre os salários, “uma parte será considerada na forma de salário propriamente dito e a outra na forma de prestações sociais” (Ibidem, p. 274). Trata-se de uma política social baseada em benefícios compensatórios ou subsídios, por meio dos quais realiza-se uma série de modulações visando que os sujeitos assegurem algum consumo e se motivem a persistir, voluntariamente, no mercado de trabalho.

A forma muda e o poder sobre os corpos apresenta-se agora de maneira mais maleável. Porém, haverá sempre os que escapam às práticas de governo, essa atividade incessante de imprimir condutas e exigir melhorias de performance. Com corações pulsantes, estão aqueles que não se deixam seduzir pelas relações de poder; aqueles que provocam *perturbações* para abalar *sistemas*; aqueles para quem a vida não é *complexidade*, mas existência feita na prática. São os dispostos a rasgar manuais de identidades e de condutas prudentes. E estão por aí, na luta incessante contra as *formas* de governo, na afirmação da vida outra.

projeções criativas

esboços iniciais

A operação ultrassecreta denominada Projeto Manhattan (*The Manhattan Project*) tornou-se pública na ocasião em que o presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman, ordenou, em 1945, que lançassem bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. As explosões anunciavam como o poder que se fundava em garantir a vida, denominado por Michel Foucault de biopolítica, quando levado ao limite, era capaz de extingui-la, suprimindo, assim, o exercício de si mesmo. O fim da II Guerra Mundial foi um marco de mudanças nos âmbitos social, econômico, político e cultural. Algumas indicações dos rumos que seriam adotados após 1945 já estavam contidas na produção de saberes construída no período de entreguerras. No entanto, o término da guerra rearranjou os conceitos elaborados e colocou em prática outras relações de poder que deram forma a um governo estendido em níveis planetários, conduzido pela recém instituída Organização das Nações Unidas (ONU, 1945) e afiançado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948). O design aderiu a essas transformações respondendo a elas com o deslocamento de seu eixo para a criatividade *humana* como capacidade voltada à formação educacional, ao mercado de trabalho, às *melhorias* socioeconômicas, à *responsabilidade* democrática pluripartidária, à diversidade cultural e aos interesses empresariais.

Sendo assim, o presente capítulo problematiza a produção de metodologias concernentes à construção de processos criativos e sua relação com políticas fundadas na premissa de *diversidade*. Tal enfoque mostra como a concepção de *diversidade* criativa baseada na politização da cultura instrumentalizou o multiculturalismo, além de contribuir com a propagação de exercícios relativos à tolerância, provenientes de acordos instaurados após a II Guerra Mundial e ao longo da chamada Guerra Fria. A análise efetuada também diagnosticou a emergência da noção de *capital criativo* enquanto acoplamento do capital humano e o quanto esta nova disposição colabora com a construção de práticas eugênicas. Na constituição do capital criativo, notou-se, ainda, de que maneira o redimensionamento da eugenia funda-se em designar habilidade e talento qualidades inatas, consideradas imprescindíveis para assegurar a sobrevivência das pessoas com os recursos ofertados no ambiente onde residem.

Por sua vez, analisa-se o papel do design dentro da racionalidade neoliberal, como prática focada na integração entre criatividade e inovação. As estratégias criativas, próprias do design, instrumentalizam a inovação exigida pelo mercado concorrencial. Motivo pelo qual, a característica maleável do design, ao transitar por diferentes conhecimentos, provoca o

constante processo de ampliar seus limites, não para compreender as necessidades dos sujeitos, mas para apreender como eles desejam *projetar* suas vidas. O design é uma atividade projetual que ingressou em quase todos os âmbitos sociais com a finalidade de introduzir algo *novo*. Embora a aceção do termo design já justifique seus *desígnios*, o significado é reforçado pela etimologia da palavra projeto. Do latim *prōjectus*²⁹, ‘ação de lançar para a frente, de se estender, extensão’, participio de *projicere*, que é projétil e denota ‘lançar para diante’, concedendo ao design a característica permanente de promover a *novidade* e prometer um *futuro melhor*.

Outrossim, apresenta-se, neste capítulo, de que maneira os humanos aprenderam a reconhecer-se como sujeitos dotados de *criatividade*, capazes de introduzir *novidades* no seu cotidiano imediato. E, ainda, quais fluxos são produzidos para efetivar as relações de poder, contidas em projetos, cujo escopo é a *projeção* do sujeito empreendedor de si, provido de propósitos expressos em relações empáticas, jogos educacionais competitivos (*gamificação*³⁰), técnicas de processos criativos, ambientes favoráveis, gestões compartilhadas, investimentos em capital humano e estímulo do capital criativo. Esboçar-se em projetos é uma autoprodução ilimitada, assim o insucesso é a falta de projeto ou um projeto mal elaborado. A concepção de projeto proporciona não só a esperança de conquistar um *futuro melhor*, trata-se de uma forma eficaz de produzir subjetividades e sujeição caracterizadas pela *responsabilidade* consigo, com os outros e com o meio ambiente, enquanto *otimização* da vida. Tudo deve ser projetável, desde a vida até a morte. Tudo precisa estar formatado, ordenado, previsto e programado, com vista a uma qualidade de vida e de lugar.

Pensar por projetos implica estimular a capacidade de gerir e planejar os desejos, mediante a instauração de metas. E isso se inicia desde a mais terna idade, com as escolas encarregadas de elaborar currículos voltados para aprender a organizar-se, estabelecer objetivos futuros, programar o cotidiano, esforçar-se na realização dos propósitos, persistir nos fins, ter autoconfiança, autonomia e autoestima. Tudo devidamente orientado pelo mercado de trabalho em conformidade com as novas tendências profissionais e econômicas. Há muito, aliás, que a educação é subordinada ao mercado: um investimento permanente na formação do capital humano para aumentar a autoeficiência. Empreendedores de si comprometidos com seu projeto de vida procuram lidar com pressões, frustrações, *adversidades* e dificuldades, porque ambicionam novos desafios como protagonistas sociais. Afinal, ser competitivo refere-se a dar

²⁹Referência dicionário latino-português Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001612.pdf>> Acesso em: 25 fevereiro de 2016.

³⁰ Termo derivado do inglês *gamification*. São técnicas do design que utilizam jogos em diversos contextos para atrair indivíduos a desafios constantes e bonificações, não relacionados especificamente aos jogos.

o *melhor* de si, um predicado a ser valorizado. Consolida-se, dessa maneira, um saber que objetiva aperfeiçoar talentos, habilidades e competências individuais. Vale destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 1996 no Brasil e vigente até hoje, inclui competências, habilidades e valores, como atributos a serem enaltecidos no “projeto de vida” que torne viável “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”³¹.

Harvard equacionou as teorias que migraram para outras universidades e atraíram estudiosos de outros países. A profusão de *coisas* com a *boa forma* democrática da igualdade de direitos e da liberdade de expressão arrastou-se até a década de 1970 e foi semeando técnicas que colaboraram para estimular identidades, as quais iriam acirrar a busca por mais direitos e propiciar, posteriormente, as políticas de identidade. Em paralelo, o avanço científico promovido pela II Guerra Mundial impulsionou a aplicação da teoria sistêmica aos problemas de gestão, primordialmente, aos estudos relacionados à comunicação, ao controle social e à computação. Contudo, segundo a pesquisa de André Pedroso Lacerda, as dificuldades tecnológicas militares, observadas durante e depois da II Guerra Mundial nos EUA, apontavam para a deficiência de um conhecimento específico sobre as *inteligências* criativas, e o divisor de águas foi o lançamento do satélite Sputnik em 4 de outubro de 1957. Tal acontecimento despertou, nos EUA de 1950, a preocupação com a falta de *individualidades criativas*. “Em resposta à corrida espacial, que pareceu convencer os cientistas e engenheiros americanos dos problemas de lapso criativo, o governo americano patrocinou uma corrida para a geração de pesquisas sobre criatividade” (LACERDA, 2012, p. 35). Esse foi o ponto de virada para que, nos anos seguintes, houvesse “um crescimento considerável na literatura e na pesquisa sobre o assunto, com o foco principalmente na personalidade, nos valores, no talento de pessoas potencialmente criativas” (Ibidem, p. 34). A saída foi começar a preparar as áreas *civis* mediante a modificação do ensino para formar sujeitos aptos operacionalmente nos métodos sistêmicos auxiliados por processos criativos e direcionados à resolução de problemas. Isso mostra como a sociedade civil passa a ser complementar aos propósitos militares.

No design, as práticas projetuais também foram transformadas enquanto métodos, procedimentos, objetivos, e, nos anos de 1970, os designers começaram a reconhecer a capacidade política de seus projetos. O Conselho Internacional das Sociedades de Designers Industriais, atual Organização Mundial do Design (*World Design Organization* – WDO³²),

³¹ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 01 de novembro de 2019.

³² Disponível em: <<https://wdo.org/>> Acesso em: 6 de setembro de 2019.

cresceu rapidamente, e, desde 1963, tem a categoria de conselheiro especial na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujo propósito é usar o design para melhorar a *condição humana*. Motivo pelo qual a organização foi considerada uma “ponte entre mundos”, pois *transcendia* as fronteiras políticas da chamada Guerra Fria. Assim, em 1971, um novo tipo de seminário reuniu “designers industriais de todo o mundo para estudar um problema de importância regional e internacional, resultando no primeiro workshop de *Interdesign* em Minsk, na antiga URSS” (WDO³³).

Nesse contexto, os princípios do design associados apenas à cultura do consumo foram questionados. Outros interesses, como a ergonomia aplicada ao trabalho (principalmente vinculada ao uso de computadores), a ênfase às práticas sociais, a introdução da semiótica para avaliar valores simbólicos, a pesquisa tecnológica e o aperfeiçoamento de materiais, tornaram-se pautas relevantes dos projetos (LANDIM, 2010). Daí os materiais derivados do petróleo fossem contestados não só pelos ambientalistas, mas também pelos propulsores do design ecológico. Cabe lembrar que, para além dos discursos relativos ao meio ambiente ou aos recursos naturais limitados de algumas regiões, a década de 1970 enfrentou a chamada crise do petróleo, a qual colocava em xeque as economias capitalistas ocidentais, em particular, a dos EUA, que consumia 40% do suprimento mundial e reascendia a ameaça nuclear global, dado o apoio soviético aos países árabes exportadores de petróleo (DIVINE et al., 1992).

Michel Foucault analisou como, antes de 1973, o crescimento do desemprego e o aumento da inflação ocasionaram “uma inversão do saldo credor da balança de pagamentos”. Tais sinais registravam “não uma situação de crise keynesiana” definida pelo subconsumo, mas uma crise “no regime de investimentos” ou equívocos na política e nas opções de investimento, que “não haviam sido suficientemente racionalizados e programados”. Portanto, não foi a elaboração de um cartel dos vendedores que produziu a alta de preço na energia, mas “a diminuição da influência econômica e política do cartel dos compradores”. O que, por conseguinte, provocou o ponto de inflexão da economia neoliberal em níveis globais, conjugada à gestão de uma política social afastada de procedimentos centrados “no pleno emprego e na distribuição de bens sociais” (FOUCAULT, 2008, p. 270).

Em definitivo, as economias liberais planificadas, dirigidas ou intervencionistas entraram em declínio, emergindo, então, uma política social com o objetivo de cada indivíduo ser partícipe do espaço econômico. Na racionalidade neoliberal, essa política social é o próprio crescimento econômico, e este, “por si só”, precisa conceder a todas as pessoas a viabilidade de

³³ Disponível em: <<http://wdo.org/about/history/>> Acesso em: 6 de setembro de 2019.

alcançar “um nível de renda que lhes [possibilite] os seguros individuais, o acesso à propriedade privada, a capitalização individual ou familiar”, para assumirem seus riscos (Ibidem, p. 198). Procedimento esse adotado no jogo econômico como espécie de regulador da sociedade “com os efeitos desigualitários que [o mercado concorrencial] comporta” e ante os quais “todos devem se prestar e se dobrar”. Dentro da racionalidade neoliberal, os meios utilizados estão longe de socializar a renda, ao contrário, trata-se de capitalizar ao máximo a sociedade, para que cada um obtenha rendimentos suficientes na tentativa de garantir a si mesmo, quando houver riscos em sua vida, “a partir do que constitui sua própria reserva privada” (Ibidem, pp. 196-197).

Os efeitos desigualitários foram encobertos por outras estratégias políticas, convenientes para o alastramento da racionalidade neoliberal. Alguns grupos desde 1950 e, inclusive, outros que adentraram no novo milênio foram capturados e enredados, progressivamente, na igualdade de direitos civis e/ou na produção de identidades que iriam codificar as suas existências. Cabe assinalar que não se trata, aqui, de recusar os direitos conquistados, e, sim, de mostrar como isso implica circunscrever a liberdade e os direitos dos humanos dentro de determinados limites. Exprime, ainda, evidenciar como os direitos sempre são conquistas do *vencedor*, basta lembrar que foi a burguesia após a Revolução Francesa que elaborou os Direitos do Homem e do Cidadão (1789 e 1793), ou que foram os países aliados da II Guerra Mundial, conduzidos pelos EUA, os formuladores da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Por sua vez, não houve, por exemplo, nenhum tribunal internacional para condenar àqueles que atiraram as bombas em Hiroshima e Nagasaki, semelhantes aos de Nuremberg e Tóquio que julgaram crimes de guerra. Ou seja, a vitória é indispensável para a *justiça*. Nesse sentido, esta pesquisa propôs analisar como os direitos formam parte das estratégias de poder, cujo objetivo consiste em aplacar revoltas, permitindo apenas uma indignação controlada.

Ademais, é necessário questionar a política de identidade, base para a obtenção de direitos, visto que os sujeitos unidos por laços identitários começaram a transitar entre os grupos, avultando a quantidade de classificações e desembocando em uma mistura pacificada do multiculturalismo nas práticas democráticas representativa-inclusiva-participativa. Representativa, porque são escolhidos os representantes em meio aos diferentes setores sociais; inclusiva, pois procura-se incluir, mediante a construção de direitos, aqueles avaliados como possíveis ameaças, na tentativa de evitar *perturbações* nos *sistemas*; participativa, porquanto,

numa política sistêmica, é conveniente a participação dos sujeitos para a produção dos *feedbacks* com a finalidade de impedir resistências.

A partir dos anos de 1980, a produção do design aderiu, de certo modo, ao arranjo social pautado em relações identitárias. De acordo com Gui Bonsiepe (1997), os projetos dessa época atenderam aos gostos ancorados no lema de formas e estilo *funny* (divertido). O que pode explicar a disposição do ambiente apropriado para a criatividade: diversão e entretenimentos vão sendo incorporados, gradualmente, nos âmbitos de trabalho e estudo a fim de aumentar os lucros empresariais e a produtividade de capital humano eficiente. Também na mesma década rescindia, paulatinamente, o predomínio do *american way of life*, visto que, os padrões culturais globais incluíam não só os EUA, mas países europeus, asiáticos e latino-americanos. As diferenças entre os *usuários* começaram a ser observadas de perto pelas redes de empresas espalhadas em diversos pontos de Europa, Ásia e as Américas com o intuito de *sondar* melhor os mercados. Motivo pelo qual o design inicia uma mudança metodológica, que vai da solução de um problema geral para a quem se dirige o projeto a ser colocado no mercado, ou seja, as empresas buscam determinar, mesmo antes do lançamento do produto, a aceitação do consumidor (BÜRDEK, 2010).

Por fim, outra abordagem efetuada neste capítulo refere-se aos conceitos de vulnerabilidade e resiliência. Para tanto, acompanha-se a análise realizada por Salete Oliveira, na qual a pesquisadora parte da proveniência do termo resiliência elaborado no início do século XIX pelo físico Thomas Young, que constatou a “suportabilidade de um material diante de um impacto” quando este voltava à forma original após “deformar-se e restaurar-se”, assumindo esse fenômeno a denominação de “módulo de elasticidade” (OLIVEIRA, 2012, p. 106). Antes de instaurar-se o conceito de resiliência da maneira como hoje é conhecido, Oliveira assinala que, num primeiro momento, resiliência era considerada sinônimo de invulnerabilidade, mais tarde, foi associada à “sua própria elasticidade, para rever o conceito de invulnerável, e passar a demarcar o resiliente como o vulnerável que é capaz de forjar e se revestir de mecanismos de proteção”. Proteção correlacionada à procedência etimológica do substantivo resiliência: do latim *resilio*. Palavra esta usada “para nomear um dos ligamentos entre as valvas, conchas, de um molusco segundo a gramática presente na anatomia zoológica de invertebrados”. Definição particularmente pertinente, quando hoje se propaga a “política da resiliência e seus efeitos distendidos dos apaziguamentos de confrontos como conceito, como prática, como gestos muito ordinários, mínimos mesmo, neste nivelamento, neste revestimento de mil vestes que encontram seu nome justo e justificado na proliferação de direitos em camadas justapostas de

uma concha protetora, conservadora” (Ibidem, pp. 106-107). Assim, vulnerável torna-se quase um sinônimo de vítima, impulsionando políticas sociais incumbidas de salvaguardar situações de vulnerabilidade na tentativa de “reorganizar uma vida eficaz” (Ibidem, pp. 112 e 117).

Em suma, expõe-se, neste capítulo, uma governamentalidade atravessada pela tecnologia de poder proveniente da criatividade, a qual combina a modulação *vulnerável-responsável*, baseada em técnicas de autoestima, respeito, qualidades criativas, e ajustada às políticas de diversidade, cultura de paz, multiculturalismo e pluralismo democrático. Políticas essas que produziram a noção de *diversidade* criativa, a qual redimensiona a eugenia operacionalizada pela concepção de capital criativo, este alicerçado nas orientações dos programas globais da ONU e efetivado pelos Estados mediante a *capacitação* dos sujeitos para que cada um possa garantir a sua *sobrevivência*. Abordar-se-á, portanto, uma governamentalidade que é própria já da racionalidade neoliberal.

protótipo de ensino criativo: metodologias e instrumentalização

A transformação da concepção de estética, motivada por um regime de visualidade, pela construção da *boa forma* encontrada nos artefatos utilitários do cotidiano e nos corpos, e pela a capacidade de todo trabalhador reconhecer seu produto finalizado como *artístico*, estabeleceu, a partir da segunda metade do século XX, a elaboração de uma metodologia que organizou a inauguração do ensino de processos *criativos* e a importância da criatividade para o empreendedorismo, tanto corporativo, quanto no âmbito governamental e do empresário de si. No decorrer da história e em diferentes áreas do conhecimento houve várias abordagens sobre o conceito de criatividade. Porém, interessa aqui analisar a proveniência da criatividade nas produções de saber voltadas à resolução de questões imediatas, e à geração de *coisas* e subjetividades orientadas para o mercado. Dessa maneira, destaca-se como a comunidade científica nos EUA, desde a década de 1950, começou a se importar e incorporar, nos debates acadêmicos, assuntos relacionados ao pensamento *criativo*.

Joy Paul Gilford, presidente da Associação Americana de Psicologia na época, considerava fundamental realizar estudos que salientassem a personalidade, os valores e o talento das pessoas com características criativas *excepcionais*. Em resposta, o Estado sob o comando de Dwight David Eisenhower, de 1953 a 1961, patrocinou pesquisas sobre criatividade. Esses esforços conduziram a uma série de conferências na Universidade de Utah sobre a Identificação do Talento Criativo Científico (*Conference on the Identification Creative*

Scientific Talent) (LACERDA, 2012). O resultado foi a compilação de relatórios³⁴ com interpretações teóricas e metodologias quantitativas para mensurar a criatividade, com as quais eram identificados indivíduos e procedimentos. Os principais temas giravam em torno do relacionamento da criatividade com os fatores de inteligência e condições ambientais, com as características pessoais e com a habilidade de expressão individual. Outras abordagens compreendiam influências sociais ou tecnológicas, processos relativos ao pensamento criativo, métodos de criatividade produtiva e problemas de identificação de talento. Os procedimentos utilizados pelos engenheiros *criativos* e instrutores militares deviam ser também incorporados nos estudos. As conferências foram adicionando outros conteúdos concernentes ao incentivo da criatividade científica, estudos que exploravam habilidade, comunicação, estilos de personalidade e “estrutura do intelecto”. As condições estabelecidas em programas de graduação científica ou em questões sociais, culturais e educacionais que inibissem a criatividade eram utilizadas para ilustrar a dependência da atividade criativa aos fatores ambientais³⁵.

O psicólogo cognitivista Ellis Paul Torrance³⁶ também realizou outras ações atinentes à organização de testes para mensurar a criatividade e/ou identificar personalidades inovadoras. Por seu turno, os professores da Escola de Chicago, Jacob W. Getzels e Philip Jackson, redefiniram medidas de inteligência a partir do que reputaram criativo na sociedade dos anos de 1960, na tentativa de mostrar a falha nos testes de Quociente de Inteligência (QI). Eles dedicaram-se a procurar candidatos capazes de encontrar os “problemas certos” no lugar de “soluções certas”, porque, segundo esses professores, no “mundo real” havia antes a exigência de *selecionar* o que era importante resolver (HASAN; BUTCHER, 1966). Aliás, os psicólogos Torrance e Guilford são considerados um marco na difusão de inúmeras pesquisas sobre o assunto. Torrance, no prefácio do livro *Criatividade: descobrindo e encorajando*, resultante da tese de doutorado da sua orientanda brasileira Solange Múglia Wechsler, avalia que, na década de 1950, iniciou-se nos EUA “uma revolução sutil, e na surdina, em relação aos objetivos e métodos educacionais” (TORRANCE, 1998, n.p.). Para ele, a criatividade constitui o processo para detectar deficiências ou lacunas na informação recebida, identificar as dificuldades ou elementos faltantes, buscar soluções mediante a formação de hipóteses e comunicar os resultados encontrados. Além disso, os elementos importantes para facilitar essa criatividade

³⁴ Disponível em: <https://archive.org/details/ERIC_ED015123> Acesso em: 4 de setembro de 2019.

³⁵ Disponível em: <https://archive.org/details/ERIC_ED013762> Acesso em: 04 de setembro de 2019.

³⁶ Graduado em Mercer University, fez o mestrado na Universidade de Minnesota e o doutorado na Universidade de Michigan. Foi docente na Universidade de Minnesota e de Geórgia.

eram: o *humor*; a capacidade de *embeleazar* uma solução; a realização de algo notório; a *autossatisfação*, relacionada às aspirações pessoais ou à *projeção* do próprio futuro. Ainda segundo Torrance, o procedimento para verificá-la poderia ser aplicável em qualquer área de conhecimento, pois os sujeitos agiriam com o objetivo de se sentirem *felizes* e *realizados* em suas expectativas.

Deve-se considerar que, intrínseco às atividades do sujeito empresa, encontram-se os inúmeros investimentos em si, com o propósito de obter benefícios satisfatórios econômicos e psicológicos. Isso implica ampliar os recursos aplicados no capital humano, superestimando a criatividade. Desde Harvard, em 1955, o então diretor do curso de arquitetura Walter Gropius e que havia sido o fundador da Bauhaus, defendia o equilíbrio entre “as pretensões práticas e estético-psicológicas da época”; as questões da beleza e da forma eram, para ele, de natureza psicológica e não apenas funcional, motivo pelo qual o ensino devia também incorporar as emoções e as sensações (BÜRDEK, 2010, pp. 41-42).

A primeira etapa da metodologia de Torrance consistia na formulação de certa hipótese, na qual o *pensamento* predominante era o *divergente*, aberto a inúmeras possibilidades. No processo de testar a hipótese se favorecia o *pensamento convergente*, isto é, o de ser crítico e analítico para se encontrar a *melhor solução*. A última fase, a de comunicação dos resultados, era a mais importante, na medida em que o processo criativo seria relevante quando, após a publicação ou divulgação do resultado, fosse viável estimar o seu impacto (WECHSLER, 1998). Nada diferente, portanto, do processo de *feedback*. Com as informações obtidas, podia-se aprimorar as técnicas e conseguir concorrer melhor no mercado. O autor também desenvolveu um método chamado de incubação para o ensino e programas de testes destinados a mensurar a *criatividade* e o *pensamento criativo*. “É somente através da mobilização do pensamento criativo dos estudantes e da compreensão de suas características de personalidade que poderá ocorrer a fusão entre a aprendizagem feita na escola e o mundo real do trabalho” (TORRANCE, 1998, n.p.).

Ele elaborou ainda o método “Testes de Pensamento Criativo de Torrance” (*Torrance Test Creative Thinking TTCT*), para quantificar a criatividade, mediante a interpretação de atividades verbais e figurativas. As categorias cognitivas e emocionais eram: fluência, relativa ao número total de ideias interpretáveis, significativas e relevantes geradas em resposta ao agente inicial; flexibilidade, a qual assinalava o número de diferentes categorias empregadas ou as mudanças nas respostas; originalidade, referente à quantidade de ideias incomuns e à *raridade* estatística das respostas; elaboração, que contabilizava a abundância de detalhes

usados para estender uma resposta (WECHSLER, 1998). Posteriormente, com o propósito de melhorar a pontuação nos testes de figuras, Torrance introduziu as categorias de resistência ao fechamento prematuro e abstração de títulos. A abstração de títulos serviria para interpretar a figura ou *contar* uma *história* relacionada com ela. Já na resistência ao fechamento, o sujeito criativo controlava a tensão e mantinha em aberto um problema o tempo necessário para obter uma resposta original. Esta concepção de resistência ao fechamento se contrapunha à Gestalt, que define como se tende a completar um estímulo de modo mais simples. Por último, a incubação consistia em preparar conteúdo acadêmico e *competências* criativas para produzir conhecimento, combinar noções opostas e utilizar modalidades sensoriais na aprendizagem (AZEVEDO, MORAIS, 2014).

A partir desses estudos, verificam-se mudanças metodológicas e teóricas no âmbito da produção de saber sobre a criatividade e no “mundo real do trabalho”, como mencionado pelo psicólogo. Torrance enfatizou suas pesquisas em resultados, nas “consequências das ações”, nos cenários futuros, e não nas causas ou mecanismos que possibilitavam a criatividade. De tal modo, o foco central das investigações foi no plano prático, destacando os propósitos decorrentes dos processos criativos. O empenho passou a “identificar o talento criativo e avaliar as realizações criativas”, utilizando-se técnicas individualizantes para reconhecer as habilidades pessoais. E nada foi mais efetivo do que inserir em programas educacionais esse método. “A maioria das revoluções é explosiva e violenta. Porém, esta tem sido tão quieta e sutil que muitos educadores ficarão surpresos ao saber que ela já aconteceu e ainda está acontecendo. Ela não foi proclamada por órgãos educacionais ou governamentais” (TORRANCE, 1998, n.p.).

Antes mesmo de articular a sua metodologia sobre criatividade, Torrance, em 1937, recolheu algumas experiências como docente e conselheiro de ensino médio em escolas rurais da Geórgia, aonde eram levados estudantes considerados de comportamento *inadequado*. Ele verificou que aqueles tidos como os mais difíceis haviam conquistado sucesso nas áreas política, militar, de educação e negócios, e tinham em comum o potencial criativo. Também esteve atento às publicações acerca do imaginário criativo conduzido de acordo com a aptidão individual para obter resultados satisfatórios. Mas foi, sobretudo, quando trabalhou como psicólogo de pesquisa no “Programa de Treinamento para a Sobrevivência da Força Aérea” dos EUA, de 1951 a 1957, que ele pôde desenhar os procedimentos metodológicos destinados a construir “personalidades” criativas. Para o psicólogo, a diferença entre os estudantes e os pilotos era que os últimos souberam como se “disciplinar para usar produtivamente a criatividade” (HÉBERT et al., 2002, p.23). Disciplina como *responsabilidade* individual capaz

de responder por suas ações e respectivas consequências. Durante os sete anos de estudos sobre sobrevivência na força aérea estadunidense, compilou, junto com seus colegas, 135 trabalhos usados dentro e fora dos EUA. O objetivo consistiu em ensinar maneiras de sobreviver em condições extremas e ambientes incomuns, como desertos, selvas, regiões montanhosas ou de baixas temperaturas. Em entrevista concedida à revista Times em 1954, ao relatar o estudo “Retrato de um ás”, produto da guerra da Coreia, Torrance declarou admiração pelos pilotos. O elemento subjacente no programa de sobrevivência era a criatividade, assim como “o risco e outras habilidades criativas, essenciais para a produção do comportamento construtivo e realizações incomuns” (Ibidem).

Algumas análises podem ser realizadas com base nessas considerações. A primeira delas é como o risco, ao qual o autor se refere, em nenhum momento sugere a possibilidade de morte. O que está em jogo é permanecer vivo, mesmo quando fatores externos intensos possam ameaçar a integridade do sujeito. Nada muito diferente dos sistemas de homeostase, em que, através de uma série de ajustes e mecanismos de regulação, era viável manter a estabilidade ou adaptar-se ao meio. Na segunda, como desdobramento, ressalta-se que os riscos mencionados envolvem a resolução de problemas com certo grau de *criatividade*, uma qualidade propícia para a produtividade em circunstâncias desfavoráveis, e que permite manter-se vivo na vida conformada. Ou seja, ambas as características também são encontradas na concepção de resiliência e no sujeito resiliente enquanto aquele que “suporta, tolera, resigna, restaura, protege, pacifica” (PASSETTI et al., 2019, p. 337).

Tais aspectos enunciados por Torrance incentivaram o aparecimento de um *éthos* baseado no grupo, dentro do qual as *responsabilidades* individuais convergem com as coletivas. As equipes no âmbito educacional ou no mercado do trabalho respondem a tarefas peculiares de curto prazo que são realizadas com *satisfação* pelos integrantes, pois a figura de autoridade ficou esvaecida na nova configuração em que todos os componentes se sentem *coparticipantes* ou *colaboradores*. Nesse arranjo, os integrantes participam na construção das regras, e, em alguns casos, até improvisam, porquanto depende da própria *aptidão*. A importância centra-se no trabalho em andamento, no subsequente, os componentes podem mudar, visto que estão treinados para executar várias atividades. Eles são condicionados a serem *polivalentes* (executar várias tarefas) e *proativos* (tomar iniciativas antes da solicitação). Por esse motivo, não pretendem vínculos duradouros, o que também tranquiliza a *consciência* dos membros do grupo ao assumirem, quando requerido, a postura de acusar o outro. Essas práticas garantem o fortalecimento da *liderança*, não mais concentrada em alguém específico, mas espalhada nos

membros da equipe, garantindo-se, assim, melhor condução de condutas e assertividade mercadológica.

Algumas características exigem ser ainda assinaladas nesse *éthos* fundado no grupo e na liderança dissolvida entre os membros, pois, sob tal estratégia, reforçam-se tanto a responsabilidade pessoal quanto a responsabilidade da equipe ante a competitividade do mercado. Na concorrência entre os componentes, destacam-se os interesses particulares de manter-se *empregado* ou angariar melhores posições. A pressão entre os colegas e sobre si equivale ao trabalho verticalizado concentrado na figura do *antigo* chefe, cada um atua como seu próprio líder e líder do outro. Já o trabalho em conjunto, dirige-se à *vitória* da organização empresarial pelo empenho do grupo na elaboração do projeto *vencedor* no mercado concorrencial e pela cooperação voltada ao alcance de *metas comuns*. A atenuada presença do gestor faz parte das técnicas que tentam escapar do aspecto hierárquico, daí a função do gestor hoje apresentar-se como facilitadora, capacitadora ou mediadora: ele administra processos, verifica resultados, produtividade e relacionamentos interpessoais.

Trata-se de uma gestão com o encargo de administrar vários indivíduos sem demonstrar hierarquias formais, proporcionando, assim, um gerenciamento mais eficiente. Os baixos começos de *horizontalidade* e de participação nas decisões procedem da década de 1970. Os sindicatos escandinavos, com a introdução da tecnologia de informática nas empresas, foram pioneiros nas questões relativas ao processo de trabalho *horizontal*. As demandas sindicais reforçaram a sua posição exigindo *democracia* nas empresas. A proposta era estender, para os trabalhadores, informações sobre os novos sistemas de informática a um nível análogo ao dos administradores e produzir conhecimentos para atender aos problemas empresariais. O sindicato norueguês, entre os anos de 1971 e 1973, elaborou um projeto para planificar, controlar e organizar dados sob o ponto de vista dos trabalhadores. Outros empreendimentos parecidos foram feitos nessa década na Suécia, por exemplo, a “Confederação Geral dos Trabalhadores (LO)” que produziu, em seu interior, um grupo “temático denominado ‘Democracia Industrial e de Computadores’”. Em 1976, essa Confederação propôs quatro estratégias de ação sindical: “(a) política pessoal; (b) organização do trabalho; (c) democracia no local de trabalho e uso de informática; (d) controle de investimentos” (COTANDA, 2015, p. 191).

Na Suécia houve, também, a iniciativa de realizar projetos junto às universidades, com a intervenção sindical. Sindicalistas e pesquisadores uniram-se para elaborar o programa de “pesquisa-negociação dos sistemas de informática”, dentre os mais salientes encontram-se o

projeto “Planificação e Controle Democrático na Indústria” (*Demos*) e o projeto “Utopia”. O *Demos*, concretizado na segunda metade dos anos de 1970, efetuou estudos de caso com a finalidade de estimular a influência sindical no âmbito da produção (Ibidem, p. 191). Por sua vez, o *Utopia* (de 1981 a 1984) – já com a participação dos sindicatos de Noruega, Dinamarca e Finlândia – focou na concepção do ambiente de trabalho, e uma das questões mais proeminentes foi a de incorporar o “trabalhador em todas as etapas do processo” (MERKLE; KIRA, 2016, n.p.).

No campo legislativo, na Suécia, as mobilizações sindicais conseguiram instituir as leis de “Codeterminação” (1977) e de “Condições de Trabalho” (1978). “A partir dos artigos 10, 11 e 19 da lei de Codeterminação e do artigo 1 da lei sobre as Condições de Trabalho”, destacam-se: ambiente de trabalho satisfatório; negociações conjuntas quando mudanças fossem previstas no âmbito da empresa ou do empregado individual; influência dos trabalhadores nas análises organizacionais e métodos de trabalho; informação contínua aos trabalhadores acerca dos salários, planejamentos e orçamentos empresariais (COTANDA, 2015, p. 192). Os sindicatos trabalhistas escandinavos comprometidos com a democracia conjugaram processos de trabalho, trabalhadores e a nova tecnologia computacional. Os efeitos dessas ações conduziram, progressivamente, à condescendência dos trabalhadores nas incursões econômicas do neoliberalismo e ao enfraquecimento das resistências. As relações de poder relativas ao trabalho, na racionalidade neoliberal, devem ser compreendidas sob a ótica do trabalhador para conseguir apreender determinadas condutas, como a cooperação com as organizações empresariais e as subordinações consentidas.

De acordo com Michel Foucault, para os neoliberais estadunidenses, a economia política liberal clássica considerou a produção de bens ligada à terra, ao capital e ao trabalho, porém este último foi muito pouco explorado. Com relação a Karl Marx, Foucault mostra que, na teoria marxista, o trabalhador vende sua força de trabalho por certo tempo em troca de um salário constituído a partir da oferta e da procura, portanto, segundo a circunstância do mercado. Esse trabalho realizado pelo trabalhador gera um valor, do qual uma parte lhe é retirada. Nesse processo, disse Foucault, para os neoliberais estadunidenses, Marx apresentou a lógica do capitalismo e fez do trabalho um produto mercantil. Desse modo, tanto para Marx quanto para os liberais clássicos, o trabalho não foi incluído nas análises econômicas, ambas as vertentes abordaram o objeto da economia apenas “como processos – do capital, do investimento, da máquina, do produto etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 306). Mas é no trabalho, encarado em termos econômicos, que vão ater-se os neoliberais, a fim de compreender como são utilizados os

recursos adquiridos: “situar-se do ponto de vista” do trabalhador com o objetivo de “estudar o trabalho” enquanto “conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (Ibidem, p. 307). Conforme essa explicação, já é possível detectar, na iniciativa dos sindicatos escandinavos, o prelúdio da racionalidade neoliberal relativo à proposta de inserir o trabalho no campo da análise econômica. Não se pretende afirmar aqui que tais sindicatos foram os responsáveis (ou, pelo menos, não os únicos) por incorporar o trabalhador e o trabalho nas análises econômicas, mas mostrar como as práticas adotadas por eles condizem com os pressupostos dos neoliberais, que se dedicaram à atividade trabalho em termos estratégicos e colocaram a atenção no trabalhador como sujeito econômico ativo.

O trabalho *cooperativo* ou *participativo* requer mecanismos econômicos-jurídicos capazes de identificar e controlar a eficiência entre as partes do negócio. Assim, formulam-se acordos ou contratos com a intenção de melhorar os resultados e incentivar a cooperação. A teoria dos contratos promove arranjos dirigidos a cumprir-se com o comprometimento de cada parte do acordo. Ora, essa teoria não é novidade para os economistas, porém, ela volta de forma inequívoca quando se quer instrumentalizar regras de melhor performance. Em 2016, Bengt Holmström e Oliver Hart ganharam o Nobel de economia ao atualizar a teoria dos contratos. Eles basearam-se no pressuposto de “‘Economia da Informação e Incentivos’ conhecido como modelo ‘Principal-Agente’ ou ‘Modelo de Delegação Monitorada’” (BUGARIN, 2016). Segundo Maurício Bugarin, esse modelo estabelece a relação entre o *superior* e os demais envolvidos, chamados de *agentes*, cujo objetivo é que estes últimos efetuem eficazmente o trabalho. O *superior* dispõe de táticas de compensação como salário, prestígio dentro do grupo, progressão na carreira ou cargos, para persuadir os *agentes* a executarem melhor o trabalho.

Considerando-se que as compensações devem estar atreladas àquilo que o *superior* deseja, todos precisam, portanto, se esforçar de igual maneira o tempo todo. A função consiste em detectar, entre diversas variáveis informativas, a ação preponderante, e apenas essa pode ser usada na elaboração dos contratos com vistas a obter os melhores efeitos. Desse modo, o controle contínuo, seja do gestor seja entre os integrantes do grupo, constitui a própria fonte de dados. A qualidade dos contratos, segundo esses economistas, encontra-se, pois, na capacidade de prever situações fortuitas na tentativa de manter o equilíbrio, uma vez tomada a decisão (Ibidem). A partir do momento que se estabelece um contrato, instituem-se a competição entre os integrantes do grupo e a guerra de interesses no meio corporativo, assim, longe de constituir laços de colaboração mútua, o trabalho cooperativo expressa apenas o caráter conciliatório entre as partes: um estado permanente de disputa pelo poder fixado no reconhecimento das

habilidades ou capacidades. Segundo o filósofo Gilles Deleuze, a sociedade disciplinar, cuja técnica principal é o confinamento, começou, depois da II Guerra Mundial, a ser substituída pela sociedade de controle. A característica de operar em espaços fechados, como o da fábrica, demandava hierarquias bem definidas, horários rígidos e a vigilância simultânea de cada um e de todos. Porém, na sociedade de controle, o modo empresa “substituiu a fábrica”, introduzindo “o tempo todo uma rivalidade inextinguível como a emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 2004, pp. 221-222).

Nesse sentido, os contratos sugerem, ainda, não só avaliar o nível de esforço dos *agentes*, mas demarcar, dentro de todo um sistema de obrigações, o que irá acontecer caso seja infringido o contrato. Os economistas laureados, Holmström e Hart, chamaram isso de “risco moral”, atribuído à mudança de conduta do agente contratado, “que estaria agindo de ‘má-fé’”, beneficiando-se às custas do *superior* ou contratante (BUGARIN, 2016). Trata-se de uma moralização dos empresários de si, com a finalidade de estabelecer regras objetivas de concorrência, bem como uma utilização do fluxo de informações de cunho profissional e pessoal para organizar arquivos individuais. Contratantes e contratados, *superior* ou *agentes* são inteligências sempre dispostas a produzir, compartilhar, opinar, encaminhar, responder, aceitar. Hoje, o *superior* é o *head*³⁷ (cabeça) cuja função principal é *facilitar* ou *mediar* ações. A terminologia *head* define o que é esperado dos *colaboradores*. O nível hierárquico está fora de questão, o importante é identificar qual integrante irá realizar com afinco a *missão* solicitada. As organizações corporativas começaram a valorizar a modalidade *missão*, como guia para os sujeitos realizarem um trabalho direcionado às operações empresariais bem-sucedidas. Quando bem propagada a *missão*, infunde-se nos participantes desse *jogo* o consenso de realização própria, oportunidade aproveitada e notoriedade social.

Otimizar é a palavra recorrente. Otimizar recursos, processos, espaço, tempo. Portanto, flexibilizar as resistências até que elas, por opção, equiparem seus objetivos às instâncias de máxima vantagem econômica. O procedimento é simples, basta convencer os indivíduos do quanto aportam ao entorno e aos desejos comunitários ao *compartilharem* sua bagagem de vivência pessoal. O pressuposto é garantir que os negócios não escapem do socialmente *responsável*. No empreendedorismo, requer-se ser consciente de seu comprometimento ao estabelecer o próprio negócio ou ao realizar negócios com outros. O projeto implantado

³⁷ Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/qual-a-missao-do-seu-cargo>> Acesso em: 03 de junho de 2019.

demanda reunir lucratividade, satisfação pessoal e transformação socioambiental. Com a união desses ingredientes, aspira-se encontrar soluções para a escassez de empregos, imprimindo nas subjetividades a noção de que se contribui com o bem da *humanidade* e do *planeta* ao proporcionar para si mesmo e para seu entorno uma *ascensão* social guiada pela sustentabilidade.

Os especialistas na área do design persuasivo, decorrente da prática do design comportamental ou *Behavior Design*, concorrem para a expansão das técnicas de convencimento e comprometimento. A metodologia utilizada, a fim de automatizar condutas, consiste em identificar e definir fatores que controlam se um comportamento esperado é realizado ou se outro precisa ser inibido. Por conseguinte, a tecnologia persuasiva não trabalha somente para estimular um comportamento desejado, apesar de, em geral, ser essa a meta, ela também é empregada para impedir que um comportamento indesejado ocorra, dentro de padrões previamente traçados. De acordo com Brian J. Fogg (2009), especialista em design comportamental e diretor do laboratório de pesquisa na área na Universidade de Stanford, mudar hábitos por meio de aplicativos instalados em dispositivos móveis é altamente eficiente devido à facilidade de intervenção direta e às respostas imediatas.

O especialista identificou e classificou, assim, três pares de motivadores: prazer/dor; esperança/medo; aceitação social/rejeição. A primeira dupla agiria de maneira quase imediata nos níveis de motivação, fazendo com que as pessoas respondam a um estímulo no momento. O segundo par relaciona-se à antecipação de que algo *bom* vai acontecer ou alguma perda pode vir a ocorrer. Fogg acredita, aliás, que a esperança e o medo são a dimensão mais influente, quando usada no *comportamento* cotidiano. O terceiro e último motivador direciona-se a influenciar o *comportamento* dos indivíduos no âmbito social. Para o design persuasivo, as pessoas são motivadas quando aceitas socialmente, pois temem a rejeição. A persuasão conduz os sujeitos a pensarem que suas práticas quebram normas sociais, mas, na realidade, bloqueia-se a possibilidade de pensar diferentemente do esperado. Em pouco tempo e com escassos recursos, induz-se as condutas a efetuar atividades afastadas de qualquer *desvio* social. E as ações dos sujeitos são realizadas de forma voluntária, porque se pressupõe que algo vai ser obtido em troca. Incita-se os indivíduos a serem aceitos socialmente, manterem altos níveis de desejo e terem esperança no *futuro*. As pessoas temem a rejeição e depositam suas expectativas nas virtudes básicas de todo *bom* cristão, ao lado da boa-fé e da *filantropia*. O medo de ser suprimido de uma comunidade (virtual ou não) e perder a *admiração* dos outros torna-se inaceitável. E assim, com as técnicas persuasivas, incute-se a necessidade de ser calmo,

cuidadoso, receptivo, pacífico, ativo, confidente, paciente. O design persuasivo é, portanto, uma ferramenta útil para controlar, estimular e interferir nas ações dos sujeitos.

Metodologias e técnicas de persuasão são executadas para obter-se benefícios recíprocos. Dessa maneira, estabelecem-se parcerias convenientes objetivando o ganho de todos e a satisfação coletiva. Ações são previstas na melhoria das performances e do empenho voluntário para aprimorar o empreendimento econômico. Com um sorriso no rosto o *time* responde de maneira mais eficaz. Não por acaso, cada vez mais foram fundindo-se os ambientes de trabalho, estudo e divertimento. Ambientes nos quais os sujeitos não reconhecem qualquer diferença entre organização, controle e diversão. Trabalhar muito passou a ser condizente com divertir-se e aprender muito. Facilitados pelas conexões digitais, os sujeitos disponibilizam todo o seu tempo como tempo inteiramente produtivo. Para tanto, aumenta-se o monitoramento ao compartilhar conhecimentos transformados em armazenamento de dados. E por monitoramento compreende-se não apenas o controle mediado pelos equipamentos eletrônicos, mas, de acordo com Edson Passetti, como estratégia de “dividir e controlar os *outros*: suspeitos, potenciais perigosos, vulneráveis, pobres e subversivos” (PASSETTI, 2018, p. 389, grifo do autor). Para tanto, afirma o autor, espera-se a concordância de todos numa vida “regular para o trabalho, para a convivência pacífica em sua área de habitação e em toda a cidade”. Nada deve perturbar o fluxo de pessoas, coisas e informações, porque dessa circulação “depende a lucratividade do capital e a rentabilidade do capital humano” (Ibidem, p. 390), e é possível acrescentar o *melhoramento* do capital criativo. Característica da sociedade de controle, pois, se o humano da disciplina produzia descontinuamente energia, o humano da sociedade de controle é “ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo” (DELEUZE, 2000, p. 223).

A racionalidade neoliberal ampliou seus horizontes quando absorveu grupos considerados revoltosos e insubordinados. Para Richard Florida o capitalismo “levou os que antes eram vistos como rebeldes excêntricos atuando à margem para o centro do processo de inovação e crescimento econômico” (FLORIDA, 2011, p. 6). Ora, se este autor, alinhado aos interesses políticos e econômicos da noção de produtividade criativa neoliberal, notou como é possível inserir os rebeldes ao empreendedorismo, demais está dizer que a estratégia mais saliente dessa racionalidade se encontra, sempre que possível, na capacidade de abocanhar as revoltas.

formulação projetual: criatividade, um saber proveniente de guerras

Idealizadores de programas pedagógicos *criativos* e *inovadores* são peritos em procurar técnicas educacionais para reforçar exercícios do governo de si e preparar estudantes para o mercado. Trata-se de um método ministrado presencialmente ou online, com o objetivo de oferecer conteúdo adequado e tornar os futuros diplomados seres competitivos internacionalmente, a premissa fundante é formar profissionais para o mercado atual. Ensinam-se valores e procedimentos considerados *positivos* na orientação da conduta, como processar informações e orientar a tomada de decisões acertadas de acordo com uma moral estabelecida pelo consentimento de todos. Assim, os sujeitos devem priorizar obrigações relacionadas a interesses de Estados, acordos internacionais, organizações privadas e da sociedade civil organizada. Nas aulas, aprende-se a controlar a impulsividade; aumentar a capacidade de planejamento; trabalhar em equipe; gerir conflitos; avaliar a escolha feita entre as opções disponíveis. Delimitam-se, também, processos suscetíveis de *conscientizar-se* da própria *capacidade* para atingir os fins pretendidos nos ambientes natural e social. Para possibilitar isso, há toda uma gestão das atividades e estratégias de autocontrole, que visam construir a autoimagem de *aprendiz* produtivo. Dentre as habilidades estimuladas, encontra-se a *motivação*, a qual orienta a aprendizagem de persistir na ação até a *missão* solicitada ser atingida.

Presume-se que a oportunidade de estudar não se restringe ao status socioeconômico, nem aos recursos governamentais. A fórmula consiste em formar alguns profissionais – os *privilegiados* economicamente ou financiados por organismos públicos ou privados – na *missão* de agregar valor *moral*. Logo, mostrar o melhor a fazer para progredir e conquistar o mercado de trabalho, sendo uma pessoa *ativa* e *criativa*. Esses estudantes são não só o centro de todo planejamento, como os replicadores da aprendizagem adquirida. Com um capital humano bem formado, deslocam-se a lugares onde *desprivilegiados* são vistos como aqueles que esperam para serem atendidos. Na África do Sul, por exemplo, grupos estudantis precisam estar engajados em algum tipo de trabalho comunitário a fim de *compartilhar* conhecimentos e *aconselhamentos*³⁸. Dessa maneira, quando há impossibilidade de as instituições públicas ou privadas de educação imprimirem o conhecimento formal do capital humano nos primeiros anos de vida, os novos *missionários* estendem seus aprendizados.

³⁸ Dados obtidos da *Laureate International Universities* rede global de instituições acadêmicas privadas, criada em 1998 com sede em Baltimore, Maryland, nos EUA e que atua no Brasil há mais de 10 anos.

Estudantes e professores se esforçam em mostrar como as novas gerações nasceram para *innovar* e *empreender*. Um programa de extensão universitária em administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) organizou o *Manual do empreendedor mirim*³⁹, cujo objetivo é formar empreendedores para as futuras demandas econômicas visando o desenvolvimento sustentável. O material com linguagem apropriada para as crianças ensina o que é empreendedorismo, inovação, economia criativa, liderança, administração pública, planejamento, manejo do dinheiro, internacionalização, enfim, uma metodologia de ensino eficiente difundida gratuitamente nas escolas públicas. Não por acaso, os chamados *inovadores* e *criativos* exploram novas abordagens, novas tecnologias, novos planos de negócios e novas maneiras de *atuar*: propriedades para garantir a *tranquilidade* social coletiva. Os estudantes assumem voluntariamente o *papel* de modificar suas regiões. Empreendedores, eles impulsionam o desenvolvimento econômico, reforçam estruturas institucionais, mantêm as comunidades *saudavelmente* fixas em seus lugares e organizam formas de monitoramento.

Para um sistema de monitoramento funcionar eficazmente coletam-se dados, os quais permitem mensurar o fluxo de pessoas, determinar se há alterações de condutas, conferir qualquer mudança local. Empreendedores sociais e ativistas, munidos de informações, colaboram inclusive com os órgãos governamentais, alertando-os quando agir. E o Estado não precisará dispor de altos gastos numa eventual intervenção, visto que o registro de dados e o acompanhamento contínuo e sistemático dos fatores sociais, políticos e econômicos obtidos pelos *criativos* fornecem o mapeamento das atividades em determinados ambientes. Como o monitoramento é realizado em vários locais simultâneos, com abrangência local, regional, nacional e internacional, além de fornecer uma base de dados, aumenta o conhecimento sobre um lugar específico ou ações pontuais, permitindo tomadas de decisão compatíveis com as constantes reformas de técnicas restritivas em nome de um *futuro melhor*.

O autocontrole, neste âmbito, é um exercício sobre si para, posteriormente, ser aplicado aos demais. As práticas apresentam-se como *verdadeira realidade*, que, de outro modo, não seria possível viver. Buscam-se um *reconhecimento* imediato pelo aprendizado e a transmissão ininterrupta do conhecimento obtido no seu cotidiano. Desde muito cedo, aprende-se a necessidade de absorver tudo em volta: leituras dinâmicas, cursos contínuos, elaborações rápidas, ou seja, aprender a obedecer para saber mandar. O importante é posicionar-se, demonstrar comprometimento, explicitar que se está preparado para alcançar e outorgar boas *oportunidades*. A educação é um grande negócio e, assim como qualquer outro, rende muito

³⁹ Disponível em: <<http://esagkids.com.br/manual-do-empendedor-mirim.pdf>> Acesso em: 12 de junho de 2019.

dinheiro dentro da racionalidade neoliberal. Nesse negócio, a transação é uma promessa de futuro bem-sucedido. Por isso, aposta-se alto em *innovar* o sistema considerado ultrapassado para os padrões econômicos atuais. O mercado da educação especula na venda do *diferenciado*, construindo toda uma rede de produtos, desde material editorial até ferramentas tecnológicas para *melhorar* a aprendizagem. E o operador logístico dessa lucrativa transação é o Estado, gestor de todas as relações.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) atualizou e complementou o Plano Nacional de Educação rumo à educação 4.0, incluindo a exigência de algumas competências relacionadas com o pensamento criativo, o compartilhamento de informações, a *cultura* digital, o *projeto de vida*, a negociação, o autoconhecimento, a empatia, a responsabilidade e a cidadania⁴⁰. A chamada educação 4.0⁴¹, com o uso da tecnologia *edtech*, transformou-se no setor mais lucrativo dos últimos tempos. *Edtech* remete ao uso de realidade virtual, automação de inteligência artificial e *gamificação* como procedimentos educacionais. A diversão, ou entretenimento, permeia o trabalho e o ensino com o propósito de estimular a meritocracia mediante recompensas, proporcionar *feedbacks* instantâneos, mudar comportamentos, incitar a competição, exercitar a repetição até que se conclua o desafio.

A *gamificação* bem como o *game design* formam parte das iniciativas educacionais defendidas por pesquisadores e especialistas das áreas de inovação e metodologias ativas. *Gamificação* é uma metodologia com dinâmicas e componentes de jogos para aumentar a motivação e o engajamento das pessoas, no caso específico, dos estudantes. O alvitre consiste em reproduzir as mesmas vantagens obtidas em qualquer jogo de videogame, como níveis de dificuldade e categorias expressas em pontos ou premiações, assim, elaboram-se programas de recompensas para quem se dedica mais às atividades propostas em aula. O uso de *games* na educação apresenta-se com regras, narrativas e estratégias para conduzir a um determinado conhecimento. Já a construção de jogos fica por conta do *game design*, com o objetivo de estimular, nos estudantes, capacidades voltadas ao mercado de trabalho e de aprofundar as habilidades que o próprio jogo pretende desenvolver nos participantes. Nessas práticas educacionais, a meta não se restringe a vencer no jogo ou avançar em suas etapas, trata-se ainda de motivar *comportamentos* e identificar características capazes de reconhecer o que deve ser ajustado para produzir imersões eficientes mediante a *gamificação*. Destarte, a empresa

⁴⁰ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 1 de novembro de 2019.

⁴¹ Disponível em: <<https://eventos.startse.com.br/edtech/>> Acesso em: 2 de junho de 2019.

*Geekie*⁴², uma startup de aprendizado *adaptativo* que personaliza o ensino por meio da tecnologia, foi selecionada pelo Ministério da Educação no Brasil, em 2016, como plataforma oficial na preparação de estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A empresa elaborou infográficos informativos para indicar os *benefícios* da *gamificação* na educação e os diferentes formatos que podem ser utilizados, dentre estes, a simulação.

Os jogos simuladores são projetados para promover, nos estudantes, *experiências* próximas da realidade tal e qual os simuladores de guerra. No Brasil, o Sistema Simulador de Guerra Naval⁴³ foi inaugurado em 2004, com o objetivo de simular diferentes ações, coletar informações relacionadas aos aspectos táticos e aprimorar as manobras militares. As forças armadas dos EUA são exímias no uso de videogames para recrutar soldados e submetem os já soldados a treinar com jogos de realidade virtual. Historicamente os tabuleiros de xadrez e Go também foram simuladores de campos de batalha, a diferença mais evidente consiste em que, no campo de batalha, o enfrentamento era corpo a corpo, hoje acionam-se as armas a milhares de quilômetros de distância, apenas com um joystick. As ferramentas digitais direcionadas à educação propiciam aos jovens *emoções* e *experiências* análogas aos jogos de guerra: priorizar alvos e ações.

As *startups*, empresas novas que conseguem crescer rapidamente e gerar altos lucros, dedicam-se à produção dessas ferramentas e podem multiplicar cinco vezes o capital inicial em pouco tempo, extrapolando tecnologias desenvolvidas para o mercado financeiro. Facebook e Twitter demonstram interesse em entrar nessa área. Outras plataformas semelhantes já atuam, como Google e a rede social de negócios LinkedIn a qual comprou a empresa estadunidense Lynda de cursos online para promover *habilidades criativas* e empresariais aos usuários⁴⁴. O investimento global nessas tecnologias, em 2020, deve chegar a 252 bilhões de dólares, de acordo com projeções dos maiores investidores de startups⁴⁵.

Os professores também precisam estar por dentro desses procedimentos. Daí a figura do *teacherpreneur*, uma tendência em formar professores empreendedores (do acrônimo em inglês *teacher* + *entrepreneur*). Eles devem privilegiar o futuro dos profissionais com programas online e o uso de tecnologia em sala de aula, visando sempre interatividade e *criatividade*⁴⁶. Os estudantes são *protagonistas* no processo ensino-aprendizagem e o professor co-protagonista

⁴² Disponível em: <<https://www.geekie.com.br/blog/gamificacao/>> Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

⁴³ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/Simulador_Guerra_Naval> Acesso em: 4 de novembro de 2019.

⁴⁴ Disponível em: <<http://inoveduc.com.br/o-que-e-edtech/>> Acesso 2 de junho de 2019.

⁴⁵ Disponível em: <<https://eventos.startse.com.br/edtech/>> Acesso em: 2 de junho de 2019.

⁴⁶ Disponível em: <<http://inoveduc.com.br/o-que-e-teacherpreneur/>> Acesso em: 2 de junho de 2019.

ou figurante. O protagonismo do estudante foi incentivado com a aprendizagem baseada em projetos ou solução de problemas. Essa metodologia teve seu impulso com o aumento das tecnologias digitais e a gestão do conhecimento. Após a II Guerra Mundial, o Japão reestruturou o processo de produção, que se solidificou entre as décadas de 1970 e 1980 com o avanço da informática e da microeletrônica. As transformações no mercado de trabalho exigiam outros modos de aplicar conhecimentos na organização do trabalho e de gestão empresarial, substituindo de maneira crescente e gradual a produção taylorista. O conhecimento alinhou-se à competitividade e o resultado foi trocar a produção linear por ciclos de produção flexível “para obter melhores resultados com a maior rapidez possível”, organizada por grupos de trabalho (equipes) (SENNETT, 2006, p. 53). Processo de produção gerenciado e compartilhado pelos funcionários, agora colaboradores.

Em 1999, a Declaração de Bolonha⁴⁷, complementar à Declaração de Sorbonne⁴⁸ de 1998 – dedicada ao ensino superior para regular a circulação de trabalhadores –, juntou a gestão do conhecimento empresarial com uma metodologia de aprendizagem. O processo da União Europeia, com a inclusão dos países do Leste, havia se tornado uma preocupação nas esferas política, econômica e social, no que dizia respeito à construção das dimensões acadêmica e cultural orientadas ao *melhoramento* das *capacidades* do capital humano, indispensável para a consolidação do *cidadão* europeu competitivo. O investimento na educação universitária, com a finalidade de alargar a eficácia da racionalidade neoliberal sobre os demais países, trazia o reforço dos valores universais democráticos ancorados na pacificação, participação e inclusão. O objetivo era aumentar a competitividade mercadológica internacional, mediante o sistema integrado de ensino superior, com o qual fosse viável controlar os efeitos de poder e saber. A Declaração de Bolonha consolidou, assim, a estratégia de o estudante desenvolver suas competências, exercitar a autonomia, estimular as habilidades individuais e o trabalho colaborativo. Com a expansão da internet, a gestão do conhecimento ganhou o espaço sideral na permuta de informações entre organizações e universidades. Críticos, criativos, autônomos, responsáveis e dinâmicos foram, a partir de então, as qualidades esperadas dos estudantes para atender às novas demandas econômicas e políticas.

O professor passou a ser um tutor ou mediador de soluções de problemas considerados elementos motivadores do estudo. As aulas expositivas ou *teóricas* começaram a ser tachadas

⁴⁷Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>> Acesso em: 03 de junho de 2018.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.uc.pt/ge3s/pasta_docs/outros_docs/decl_sorbonne> Acesso em: 03 de junho de 2018.

de enfadonhas, contraproducentes e sem conteúdo expressivo, as quais limitavam o *empreendimento* do discente. Uma das propostas para a organização da aula é a utilização de *metodologias ativas*, que pretendem a participação *responsável* dos estudantes na sua aprendizagem⁴⁹. O interesse recai nas competências profissionais e as atividades concentram-se em casos práticos na busca por *melhores* escolhas e soluções rápidas. Ademais, o *tutor* não é o único responsável por avaliar o discente, o estudante também avalia os seus colegas, o professor (aprende a denunciar) e o seu próprio rendimento (realiza o *mea-culpa*), com a proposição de *corrigir* erros. Da mesma maneira, o professor se autoavalia e é avaliado pelos estudantes. Quando o resultado, oriundo da avaliação dos discentes, é insatisfatório dentro da escala classificatória constituída pela instituição, o docente é convocado a realizar um *plano* de *melhorias*. Ele deve indicar ações *didáticas* e *pedagógicas* que aspira implantar para instituir um aprendizado mais eficiente: efetuar uma *autocrítica* capaz de despertar nos estudantes o *fazer a crítica*. *Autocrítica* que se traduz em exame de consciência individual feito antes de *confessar* os motivos do baixo rendimento e pedir *perdão* com a esperança de obter a *misericórdia* da empresa educacional. Enquanto *fazer a crítica* emana dos estudantes e reforça a *justiça* pessoal: pratica-se a vingança e o interesse de suprimir o *mal* contra o causador de sua baixa performance. Caso o professor reitere os índices abaixo do esperado, ele será substituído por outro mais adequado aos códigos de conduta formulados pelas instituições de ensino, os quais subsidiam o recredenciamento, reconhecimento e renovação de cursos junto às instâncias governamentais.

Michel Foucault, desde meados da década de 1970, nos cursos ministrados no Collège de France, em entrevistas concedidas como “É importante pensar” (1981) e “Polêmica, política e problematizações” (1984), ou em conferências como “O que são as Luzes” (1984), já assinalava a inflexão política da crítica e sua relação com as mudanças. Nessas problematizações, Foucault refere-se a Kant em vários aspectos, entre eles, a passagem da minoridade à maioridade, ou seja, abandonar “um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão” (FOUCAULT, 2000, p. 337). A maioridade, então, define-se ao abdicar-se a tutoria de outrem. Não obstante, a democracia tem demonstrado como a manifestação da maioridade na capacidade de decidir cada um por si, quando do voto, só redimensiona a forma de governo entre governados e governantes, seja ela de obediência ou parcerias. Mas ambas as ações

⁴⁹ Informações obtidas de um curso obrigatório para professores da *Laureate International Universities* no Brasil em 2017.

corroboram a manutenção dos mesmos princípios, impossibilitando ultrapassar os projetos já consolidados. Hoje, no ensino, notam-se essas duas concepções imbricadas: de um lado, mantém-se a tutoria, de outro, instiga-se a face kantiana da crítica direcionada à autonomia, na qual a dependência abstém-se da relação de tutoria para assumir decisões próprias. Nessa situação, a crítica não opera necessariamente em oposição à condução, pois o sujeito dotado de autonomia passa a governar dentro de um mesmo jogo de verdades, ao julgar inadequada a conduta do outro, no caso específico, do professor. Isso demonstra o que Foucault havia assinalado, ou seja, que a maioridade no sentido kantiano jamais será alcançada, pois está sempre em processo. Ainda segundo Foucault, a crítica deve ser dirigida àquilo “apresentado como universal, necessário e obrigatório”, portanto, passar ao largo do previsível e do imperativo, desviando-se de projetos globais. Transformar a “crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível”. Uma crítica não transcendental e sem o desígnio de tornar-se metafísica, senão uma crítica “genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método”. Arqueológica, porque aborda “tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos”, e genealógica, pois, “ela deduzirá da contingência que nos faz ser o que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (Ibidem, pp. 347-348).

Sem embargo, na contemporaneidade, outras tecnologias de poder surgem, complementam-se e entrelaçam-se ao exercício da crítica kantiana, evidenciando o governo direcionado ao gerenciamento das *emoções* e das *experiências* individuais como condição para o convívio social. A empatia é uma das ferramentas utilizadas nesse processo, cujo objetivo consiste em visualizar o que o outro faz, pensa e sente. Planeja-se compreender o *mundo* pelas *experiências* alheias e pelas suas *emoções*. Empatia é ainda o recurso que pretende extirpar a apatia. Nas organizações empresariais ou educacionais, a apatia é desqualificada ao não promover o retorno esperado dos investimentos, da capacidade de produção e do cumprimento das metas. Por esse motivo, o design *thinking* utiliza o instrumento mapa da empatia a fim de implantar estratégias de negócios e atingir o *público-alvo* com base nos sentimentos dele, para além das características demográficas. Em suma, toma-se emprestada a *vida* dos outros de maneira *afável*, para facilitar a elaboração de novos fluxos de negócios com eficiência operacional.

As pessoas empáticas praticam o *perdão*, são compassivas, compreendem o sentimento dos demais. Para o filósofo australiano Roman Krznaric, empatia é estar disposto a “descobrir gostos diferentes” (KRZNARIC, 2015, p. 10). Em seus doze anos de pesquisa sobre o tema, o

filósofo opõe-se a Thomas Hobbes e a Sigmund Freud na premissa de que os humanos estão uns contra outros, voltados para seus próprios fins. Krznaric apoia sua tese em três vertentes, sendo uma das fontes a neurociência, à qual atribui o auxílio pela identificação, no cérebro, de um conjunto de “circuitos da empatia” que, quando danificados, reduzem a capacidade de compreender o sentimento de outras pessoas. A segunda frente estaria na biologia evolutiva, segundo ele, os seres humanos seriam “animais sociais” que evoluem “naturalmente para ser empáticos e cooperativos”. E sua última referência se ancora na corrente da psicologia que trabalha a capacidade de se colocar no lugar do outro (Ibidem, pp. 13-14).

Jean-Louis Vullierme, por sua vez, tangencia, de certo modo, essa noção com o neologismo “anempatismo”, cuja compreensão consiste na “educação que não concede nenhum sentimento ao sofrimento do outro”, pois o prefixo “an-” atua como negação (VULLIERME, 2019, p. 17). Não obstante, a avaliação efetuada por Krznaric abre um leque de questões e se envereda por outras relações de poder e construções de saber, que se vinculam à prática psiquiátrica-terapêutica escondida nos novos *descobrimientos científicos* do sistema nervoso, zelados pela neurociência. É a atualização da associação entre psiquiatria e criminologia calcada na seguinte equação: maior dano neurológico menos empatia, resultando em transtorno psiquiátrico e comportamento violento.

De acordo com os psiquiatras Elias Abdalla Filho, Hilda Morana e Michel H. Stone, os “transtornos de personalidade antissocial” não devem ser considerados uma “doença mental”, embora não se descarte a possibilidade de apresentarem propriedades psicopáticas. Para esses psiquiatras a diferença versa em que, na chamada *doença mental*, a capacidade de o sujeito entender o ato criminoso encontra-se comprometida, enquanto, no *portador do transtorno de personalidade antissocial* com características *psicopáticas*, há uma “perturbação da saúde mental” que envolve desarmonia da “afetividade e da excitabilidade com integração deficitária dos impulsos, das atitudes e das condutas, manifestando-se no relacionamento interpessoal” (ABDALLA et al., 2006, p. 575). Entre as *personalidades* estudadas pelos psiquiatras estavam pessoas com um histórico considerado violento decorrente de elementos ambientais, mas que não possuíam *transtornos* físicos cerebrais; já outro grupo, também classificado de violento, tinha, segundo dados do estudo, algum prejuízo cerebral favorecendo ações agressivas. No primeiro caso, haveria chances de reverter o quadro mediante o exercício de práticas empáticas. No segundo, os autores julgam preciso um aprofundamento dos estudos para identificar as chamadas *personalidades antissociais*, bem como do comportamento violento para elaborar

tratamentos medicamentosos ou terapêuticos eficazes, e delinear estabelecimentos apropriados para isolar essas pessoas.

O professor de psiquiatria estadunidense Hare desenvolveu uma escala de vinte itens utilizada como *checklist* para traçar o perfil da pessoa com *transtorno de personalidade* do tipo *antissocial* com *traços psicopáticos*, validada e reorganizada por Morana no Brasil. Cada item tem uma pontuação de zero a dois, o não *criminoso* estaria na faixa de 0 a 12, o portador de transtorno parcial (TP), na de 12 a 23, e o de transtorno global (TG), na faixa de 23 a 40 (tanto na faixa do transtorno parcial, quanto na do global diagnostica-se *personalidade antissocial*). Tal escala contém os seguintes componentes:

1) loquacidade/charme superficial; 2) autoestima inflada; 3) necessidade de estimulação/tendência ao tédio; 4) mentira patológica; 5) controle/manipulação; 6) falta de remorso ou culpa; 7) afeto superficial; 8) insensibilidade/falta de empatia; 9) estilo de vida parasitário; 10) frágil controle comportamental; 11) comportamento sexual promíscuo; 12) problemas comportamentais precoces; 13) falta de metas realísticas em longo prazo; 14) impulsividade; 15) irresponsabilidade; 16) falha em assumir responsabilidade; 17) muitos relacionamentos conjugais de curta duração; 18) delinquência juvenil; 19) revogação de liberdade condicional; e 20) versatilidade criminal (ABDALLA et al., 2006, p.576).

Não se trata, nesta pesquisa, de deter-se na análise dessa tabela, porém, mesmo de maneira muito sucinta, é possível notar, para além da ambiguidade e amplitude do conteúdo dos itens, como a criminalização tem alvos bem específicos: aqueles fora do padrão marital estável heterossexual; os pobres, os jovens imprevisíveis, insubmissos aos projetos traçados pela racionalidade neoliberal; quem enfrenta governos e Estado, quem recusa acordos. E mais, é a nova patologização das resistências, de modo algum resilientes, senão quando capturadas. A saber, em julho de 2014 na cidade do Rio de Janeiro, “véspera da final da Copa de Futebol da FIFA”, 23 militantes, entre eles anarquistas, foram detidos sob a acusação de “formação de quadrilha”, “corrupção de menores” e “porte de artefato explosivo”. Após as prisões, o chefe de polícia da mesma cidade declarou que os acusados “pretendiam praticar atos violentos”. O processo foi estendido e “a última sentença, assinada pelo Juiz Flávio Itabaiana, em 17 de julho de 2018, estipulou penas que vão de 5 a 13 anos de prisão em regime fechado”, entre as argumentações usadas fazia-se menção à *personalidade antissocial* (MARESTONI, 2019, pp. 95-96).

Lembre-se de que Robert Merton havia deslocado a eugenia, não mais fixada às características biológicas, centrando-a nos rebeldes e improdutivos, como desvios sociais vinculados à criminalidade. Hoje, os fatores sociais condicionados ao ambiente não saem de

cena, mas se retomam as abordagens biológicas de predisposição neurológica e psíquica explicada pela suposta falta de hábitos socioemocionais. Motivo pelo qual Krznaric (2015) indica seis hábitos indispensáveis ao exercício da empatia: mudar as estruturas mentais; colocar-se no lugar dos outros, mesmos dos inimigos; explorar vidas e culturas diferentes; incentivar a escuta, a curiosidade e expor-se emocionalmente; munir-se de arte tanto quanto das redes sociais na internet; promover a empatia como mudança social e distender as habilidades empáticas à natureza.

As investigações científicas nessa área propagam-se exponencialmente. Para aferir, por exemplo, os impactos da *violência* em regiões de Porto Alegre estimadas *vulneráveis*, realizaram-se, em jovens, mapeamentos cerebrais, testes oculares, recolhimento de amostras capilares e salivares. Todos esses procedimentos formam parte do projeto VIVA⁵⁰ (Vida e Violência na Adolescência), conduzido por Augusto Buchweitz (e sua equipe), professor da Escola de Ciências da Saúde da PUCRS e pesquisador no Instituto do Cérebro do RS (InsCer). Durante a pesquisa, estudantes secundaristas foram submetidos a exames de ressonância magnética funcional a fim de demonstrar como os jovens mais expostos a situações de violência ou *vulnerabilidade* apresentavam alterações no hemisfério direito do cérebro, reputado, pela equipe, importante no desenvolvimento da *empatia*. Entre as atividades cerebrais, uma das características apontadas como essencial é a plasticidade cerebral ou neuroplasticidade, definida como a capacidade de reorganização do cérebro quando submetido a mudanças no ambiente circundante. Portanto, seria possível dizer que se trata de um cérebro resiliente? Cabe assinalar que esse projeto, vigente ainda em 2020, não se limita ao Rio Grande do Sul, mas abrange o Brasil e a América Latina, e é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Hoje, muitos designers também aderiram aos conhecimentos da neurociência relativos às atividades atribuídas ao hemisfério direito do cérebro, para utilizar melhor a empatia, as habilidades criativas e implementar ações educativas que promovam melhores resultados nos estudantes em geral (BRANCO et al., 2015). A empatia, para os designers comprometidos com a neurociência, é muito mais que uma postura vencedora no mercado, ela é uma obrigação social, uma moral na base de qualquer ação individual e um elemento efetivo para se ter uma vida com *sentido*. Desse modo, o designer sente-se numa posição privilegiada para operar mudanças na educação e na qualidade da vida das pessoas, mediante o melhor uso da empatia.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.pucrs.br/blog/estudo-aborda-impacto-da-violencia-na-vida-dos-adolescentes/>> e em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/desc.12799>> Acessos em 4 de janeiro de 2020.

Conforme exposto anteriormente, a politização inicia-se no corpo das crianças, as quais precisam ser capacitadas para as condutas esperadas no âmbito social. Krznaric sugere que se eduque as crianças para agirem empaticamente e não para “cuidar de si mesmos”, atitude esta considerada ultrapassada pelo filósofo australiano. Na sua ótica, a empatia está no cerne das relações sociais, portanto, a educação estaria formulada sob a égide “você é, logo eu sou” (KRZNARIC, 2015, p. 14). Ou seria, se você é uma *boa* pessoa dentro dos padrões aceitos, eu serei *bom* com você? Ou seja, trata-se de reconhecer-se governado para se governar e governar os demais. Em suma, os projetos e estudos relativos à empatia combinam medidas de competência escolar e capacidades cognitivas, avaliações cerebrais e propensões genéticas, com o intuito de adequar e apaziguar os jovens por meio de um amplo espectro de mediadores capazes de interferir diretamente nas suas existências via práticas educacionais.

A educação é um negócio tão profícuo e eficaz, que o problema e a solução de tudo estão nela. Sociedade, Estado, mercado e a própria academia solicitam outros arranjos em nome de um *novo* mundo. Sob os discursos de a educação estar obsoleta ante a complexidade social, pede-se redenção à geração criativa, autônoma e crítica. Dessa maneira, atribuem-se, a instituições e estudantes, a característica de serem ousados, pois exploram um aprendizado sem fronteiras e *revolucionam* o ensino tradicional. Torrance mostrou o significado e qual a procedência dessa *revolução*: a guerra. Na metodologia desenvolvida por Torrance e seus colaboradores, deve-se levar em conta o treinamento de sobrevivência para soldados em situação de guerra e, apesar de não ter sido especificamente mencionado nem pelo autor e sua equipe, nem pelos seus seguidores, o ensino considerado *inovador* e a *criatividade* entram como componentes-chave para pacificar o inimigo ou estabelecer alianças. Michel Foucault analisou como as relações de poder estão fixadas na guerra e pela guerra, o poder político, mesmo em momentos de paz, não suprime os efeitos da guerra, ele introduz constantemente essa relação de força “mediante uma espécie de guerra silenciosa” e a reinsere “nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (FOUCAULT, 2016, pp. 15-16).

A criatividade é o investimento no saber proveniente da guerra. Parafraseando Torrance: uma guerra imperceptível gerada fora do Estado e de seus programas educacionais, baluarte da aceitação sem revoltas e produtora de existências resignadas. Em uma política pautada pelo mercado concorrencial o sujeito irá, paulatinamente, incorporar o atributo *criatividade* e passará a agir na vida tal qual o piloto de caça a jato: *mira* o alvo que é seu objetivo em potencial para o futuro; *pilota* sozinho, mas faz parcerias se achar útil para seu estilo de vida; aprende a *ejetar-se*

quando não consegue controlar a situação na área de atuação; planeja *missões* e cria *estratégias* com o intuito de traçar seus propósitos no mercado. Não importa o itinerário a ser seguido, apenas mantém o foco nos projetos de cada ação executada.

Os experimentos de Torrance assumiram extensões globais, quando seus estudos ajustaram os processos do método com problemas particulares vislumbrando o futuro. Com isso, os jovens não só aprenderam a pensar *criativamente*, como também aumentaram o interesse e preocupação com o porvir. Procura-se, por meio de um programa educacional de aprimoramento de habilidades *criativas*, projetar “futuros otimistas”. Exploram-se questões de sociedades *complexas* para antecipar resoluções futuras e incentivam-se as participações de grupos. Inicialmente, a aplicação desse programa, na década de 1970, foi realizada mediante competições e concursos promovidos entre escolas, nos níveis de ensino fundamental e médio, depois ampliada às universidades. Em menos de uma década, essa prática enraizou-se em vários países a ponto de fundar o Programa Internacional de Solução de Problemas Futuros (*Future Problem Solving Program International*⁵¹), vigente até hoje.

Contudo, nesse futuro inexistente e idealizado é o aqui e agora que se pretende constituir. A vida factível dos seres humanos passa a ser transformada pela programação sequencial exata das escolhas atuais, assegurando futuros sujeitos incluídos e participantes nas funções da política, da economia e da sociedade. Nessa ótica, o indivíduo precisa de disposição para enfrentar situações sob tensão; arriscar-se ante o imprevisto; avaliar os pontos fortes de suas atividades; questionar suas ações; persistir diante de quaisquer obstáculos; convencer-se de que tudo é *complexo* mesmo não tendo noção do que isso quer dizer; e preparar-se para influenciar os outros. Trata-se de uma conduta em que, na construção do reconhecimento individual, estão implícitas a *autoestima* e a valorização do *respeito* por ser especial e *diferente*: um sujeito *governamentalizável*.

Respeito como princípio e finalidade de condução de condutas. *Respeito* para pacificar confrontos e estabelecer alianças. *Respeito*: modo de escamotear discriminações, nacionalismos, extermínios de corpos pretos, pobres, homossexuais, mulheres, crianças, velhos e tantos outros. É bom lembrar que tanto o substantivo respeito quanto o verbo respeitar denotam obediência, tolerância, medo, consideração, reconhecimento, veneração. Respeito, portanto, está relacionado à tolerância, e não respeito pelas atitudes emanadas de singularidades que fazem do seu cotidiano, nos mínimos detalhes, uma luta para ampliar a perspectiva de

⁵¹ Disponível em: <<https://www.fpspi.org/>> Acesso em: 27 de maio de 2018.

liberdade. Nas palavras do poeta: “Aquilo que vem ao mundo para nada perturbar não merece respeito nem paciência” (CHAR, 1995, p 77).

Já com relação à *autoestima*, espera-se que ela seja *moderada*, como um direito de todos e que todos devem ter, embora não deva ser “inflada” para evitar o diagnóstico de *transtorno de personalidade antissocial*. *Autoestima*: fonte de identificação entre aqueles que souberam enfrentar e *suportar* suas *vulnerabilidades*. Trata-se de satisfazer-se com seu modo de existência e demonstrar confiança nos seus atos e julgamentos. Ser, assim, um sujeito merecedor de *felicidade*. O que se questiona aqui é a autoestima utilizada para sinalizar possíveis transtornos psíquicos ou problemas psicológicos, seja quando se apresenta em demasia ou déficit (baixa autoestima). Ela tornou-se um instrumento de medição com a finalidade de conferir responsabilidades individuais e sociais; valorizar iniciativas próprias voltadas ao mercado; mostrar autonomia para realizar suas tarefas ou qualquer atividade; atingir metas; provocar *boa impressão* no meio social. Enfim, por meio do cálculo da autoestima, o sujeito *conscientiza-se* da relação que mantém consigo, pois essa relação virou o pilar do vínculo *empático* de cada um com os *outros*.

No discurso da *autoestima* está subentendido o sujeito aceitar-se e aceitar os outros, afinal, esse sujeito não quer fazer aos demais aquilo que não gostaria que fizessem consigo. Tal orientação conjuga-se à formulação do imperativo categórico kantiano: “age com base em uma máxima que também possa ter validade como lei universal”, sob essa sentença qualquer “máxima que não seja assim qualificada é contrária à moral” (KANT, 2003, pp. 67-68). Destarte, todas as ações dos sujeitos devem estar submetidas a uma preparação ou conscientização moral precedente às regulamentações. Uma moral que presume sujeitos programados para viver do modo esperado; limita as resistências, esquivando-se das lutas; tem objetivos a seguir dentro da racionalidade neoliberal; relaciona-se de maneira uniforme em meio à multiplicidade de forças; e tenta conservar a configuração política da democracia representativa-inclusiva-participativa como valor universal. Isso de modo algum elimina extermínios e hostilidades, mas evita reforçar a culpabilização pela situação pessoal *desfavorável*, e mostra como é possível conduzir as ações, por meio de estratégias fortalecedoras da *autoestima*, às metas desejadas. A culpa não acaba, apenas ameniza, pois, a dívida com o deus cristão, que entregou o próprio filho para salvar a humanidade, ainda permanece. Dívida transmutada em exaustivas *responsabilidades* para ter cada um sua salvação neste mundo. A *autoestima* prende os sujeitos à sua identidade pela conscientização da própria condição e gera técnicas sofisticadas de autoconhecimento.

Motivo pelo qual, atualmente, surge o *novo* politicamente correto. Conforme o consultor em inclusão social Romeu Kazumi Sassaki (2003), não se deve utilizar a denominação *portador* de deficiência, pois ele considera o termo “portador” pejorativo, alegando que as pessoas não portam *carências* como se fossem objetos. O consultor elenca classificações de deficiências intelectual, motora, psicossocial, sensorial etc. Ou nomeia de cego, surdo, com transtorno mental, paraplégico, tetraplégico etc. Estabelecem-se, inclusive, novas designações para particularidades físicas, psíquicas, etárias, sexuais, étnicas. Assumir-se é parte integrante da *autoestima*, e seu reverso infunde a competição de quem sofre mais de discriminação, postura esta que também aponta para a mesma direção: direitos.

O termo *portador* considerado depreciativo se transfere para os direitos de minorias gerando um “sujeito portador de direitos inacabados, dentro e fora das comunidades, em todos os espaços da cidade é o indivíduo tomado como capital humano, empreendedor de si que se individualiza constantemente” (PASSETTI, 2018, p. 391). É a imagem do empreendedor, cujo esforço emana de si mesmo e da superação dos entraves. O seu mérito está naquilo que qualquer sujeito pode conquistar por conta própria. Em troca, exige-se *respeito* como retribuição pelo empenho redobrado ante a disparidade enfrentada. Assumir-se, então, não passa de uma aceitação passiva pelos direitos galgados ou ainda por conquistar. As características individuais tornam-se marketing de empresas *acessíveis* e *inclusivas*, as quais são premiadas sob a chancela da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aumentando o alto índice de *fidelização* dos clientes por serem tão *responsáveis*. Isso desencadeia um conjunto de regulamentações sobre acessibilidade para uma efetiva *inclusão*⁵². Ademais, acarreta determinações legais que criminalizam e penalizam quem não reconhece o exercício de direito desse *outro*. “A produtivista racionalidade neoliberal encontrou o terreno preparado para a ampliação e pouco importa o comportamento considerado desviante até então ou mesmo as deficiências físicas. Acoplada à produção computo-informacional, ela simplesmente *inclui* os competentes na concorrência” (Ibidem, p. 384).

Autoestima implica também entender a felicidade como fim e a autonomia como dever. Segundo Immanuel Kant, é dever de um ser humano (expressando-se enquanto humanidade) chegar à perfeição quando cultiva suas faculdades, reduzindo “sua ignorância através da instrução e [corrigindo] seus erros” (KANT, 2003, p. 231). Felicidade como sacrifício a favor de outros, por medo de fazer qualquer coisa da qual depois se arrependa. Felicidade individual

⁵² Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-e-brasil-lancam-cartilha-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-no-mundo-do-trabalho/>> Acesso em: 12 de junho de 2019.

ligada à prosperidade, por isso, a felicidade passa a ser condicionada à busca perpétua de segurança, restringindo cada vez mais a liberdade, na mesma proporção em que aumentam o dever e a submissão. Fecha-se, assim, a equação kantiana formulada entre os deveres morais, que exigem uma ampla *responsabilidade* dos sujeitos, e os deveres jurídico-políticos de obrigação estrita.

Trata-se de um conjunto de práticas que investem na *superação* de barreiras. Nada pode impossibilitar a autorrealização nem promover o insucesso. Busca-se com a *autoestima*, orientada pela empatia, alterar as condições vividas. O obstáculo não é o estímulo para se relacionar consigo e os outros de modo diferente, mas o enfraquecimento e a rogativa pela trégua. É a *inclusão* social propiciada pela prosperidade individual que produz um sujeito almejado pela racionalidade da concorrência. Uma ação considerada emancipatória e democrática que promete melhorar a própria vida, visando felicidade e autonomia. A estratégia da *autoestima* tampouco trabalha com a imposição de finalidades a serem alcançadas, ao contrário, age persuadindo e incitando para que cada um procure superar-se por sua própria iniciativa e vontade, por isso, é preciso persistência, empenho, desejo de prosperar. Esse processo não é uma questão individual e privada, mas se configura no campo fértil da sociedade civil organizada para elaborar instrumentos de se autogovernar e governar os outros. Estratégias articuladas na tentativa de eliminar resistências transformadoras, reforçar a meritocracia e privilegiar a *autoestima* como padrão de *superação* de desvantagens *imerecidas*. Inibem-se, assim, possíveis combates e promovem-se sujeitos condescendentes que agem por ponderações de crivo moral para obter vantagens sociais, políticas e/ou econômicas. É a construção de si na qual o sujeito “define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se a prova, aperfeiçoa-se, transforma-se” (FOUCAULT, 1990, p. 28). Logo, o sujeito preparado para pôr em prática sua *criatividade inovadora* coloca-se como *protótipo* a ser imitado e conduta a ser seguida.

O processo de distinguir-se dos demais é um processo coletivo baseado na sobreposição de identidades que agem por *modulações* de rótulos. De acordo com Gilles Deleuze, a sociedade de controle produz *modulações* tal qual “uma modelagem auto-deformante” em constante mudança, diferentemente da sociedade disciplinar, que gerava moldes ou modelagens díspares, conforme os espaços ou meios de confinamento pelos quais os indivíduos passavam. Nas sociedades disciplinares sempre se recomeçava, nas sociedades de controle “nunca se termina nada” (DELEUZE, 2004, p. 221). Assim, ter domínio dentro das *modulações* designa certo

prestígio e reduz possíveis ameaças, porque o sujeito é, ao mesmo tempo, *representante/representado* em determinados grupos e *protagonista* ativo das relações de seu cotidiano. A novidade é procurada obstinadamente, a máxima hoje é ser *diferente*, mas tamanho tem sido o esforço para se sobressair que o discurso do diferente homogeneiza a diferença. As pessoas se autodefinem críticas, sensíveis aos problemas da comunidade, comprometidas com a natureza, adaptáveis a seu tempo, especiais, compreensíveis. Desse modo, os indivíduos mapeiam as variedades para selecionar qual será sua expressão mais eficaz. Seres resilientes que praticam com louvor a qualidade elástica da resiliência, “[e] o que se cultiva e se forma são plasticidades amorfas, repletas de formas e formas moldáveis e moduláveis, que se dilatam, encolhem e se recolhem, distendem-se, absorvem, acomodam, dissimulam e se conformam como bolhas elásticas que são” (OLIVEIRA, 2012, p. 107). Variedade de modulações com o desígnio de colocar-se operacionalmente na cultura global expressa pelo *multiculturalismo*.

Em paralelo, o multiculturalismo também despertou a reconfiguração de nacionalismos e xenofobia. De acordo com Tzvetan Todorov, “a partir do fim da Guerra Fria” adotou-se, na vida pública dos países, a construção de “um adversário que lhe servisse de contraste” após a supressão do rival comunista. Na Europa, os imigrantes, em particular, os muçulmanos, ocuparam esse lugar e as ações desenvolvidas por alguns grupos, como a “Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus”, coordenaram a *prevenção* nacionalista por meio dos programas partidários (TODOROV, 2012, pp. 153-155). Processo igualmente constatado nos EUA com o fluxo migratório dos latino-americanos, ou no Brasil com o ingresso de haitianos e venezuelanos, a lista é interminável. O multiculturalismo ou à “coexistência de várias culturas dentro de uma mesma sociedade” engendra discursos referidos ao esvaziamento da cultura principal, ou melhor, do *mainstream* da cultura dominante referenciada numa identidade nacional (Ibidem, p. 164). Nesses termos, a *tolerância* cultural só é possível quando os pertencentes a outras culturas *respeitam* e aceitam a identidade nacional regimentada pela democracia liberal. Vullierme (2019) mostrou como nos EUA, por exemplo, a aceitação de imigrantes passava e passa pelo crivo de pensar e viver acorde aos preceitos do *sonho americano*.

Dessa maneira, sob o pretexto de conservar a cultura nacional, ataca-se o multiculturalismo responsabilizando-o pelo fracasso político e pela *degradação* sociocultural, com base em argumentos sustentados por dados intencionalmente eugênicos. A ligação entre degradação e eugenia é extremamente coerente se se acompanha a questão da resiliência, pois nota-se um deslocamento da noção de degeneração abordada por Foucault, e que esteve

presente na sociedade disciplinar, para a incidência, hoje, da degradação (OLIVEIRA, 2012). O que também se conecta com o próprio multiculturalismo enquanto investimento “no governo do planeta” e como “restauração do vivo frente à iminência ou conseqüências de sua *degradação*, que se inicia pela prerrogativa da *sobrevivência*” (Ibidem, p. 108, grifos da autora). Os imigrantes e refugiados, quando avaliados sob o ângulo da resiliência, são relacionados “ao conceito de *vulnerabilidade* e *adversidade*”, motivo pelo qual se promovem “adaptações, mais próximas de adequações, e simultâneos apaziguamentos” (Ibidem, p. 109, grifos da autora).

Todorov assinala que as sociedades, historicamente, foram formadas por múltiplas culturas, portanto, o multiculturalismo não deveria ser, em princípio, um projeto político, embora, amparado pelo discurso de segurança sob a fórmula de proteger a unidade territorial dos Estados, tenha se tornado de fato. Para explicar em que consiste esse discurso, tomar-se-á emprestado o depoimento, transcrito por Todorov, do primeiro ministro britânico David Cameron em 2011, durante uma conferência internacional sobre segurança, em que postula uma “tolerância passiva” alicerçada na subordinação das leis “e uma democracia ativa, animada por um ‘liberalismo enérgico’, que defende certos valores” (TODOROV, 2012, p. 169). Conforme as proposições democráticas, a liberdade de expressão ficaria, então, restrita ao permitido pelo Estado e pela sociedade civil organizada local, e a igualdade de direitos seria parcial, circunscrita a certas concessões outorgadas via minorias. Uma política que “consiste em impor o regime democrático e os direitos humanos pela força” (Ibidem, p. 55). Ou seja, uma guerra democrático-humanitária orquestrada pelo Estado de direito e pela ONU.

planejamento de uma *humanidade diversa e tolerante*

As tecnologias de processo criativo elaboradas desde a década de 1950, que influenciaram instituições de ensino e ambientes de trabalho, foram incorporadas à economia e delinearam outras formas de governo. Entre as estratégias adotadas, encontra-se a teoria do *capital criativo* atribuída ao estadunidense Richard Florida, cientista político e consultor em economia criativa e urbana. Florida não renega a teoria do capital humano, mas afirma ter desenvolvido um olhar diferente, fundamentalmente, em dois pontos. O primeiro consiste em identificar, dentro do capital humano, os *sujeitos criativos* como elementos indispensáveis ao crescimento econômico; no segundo, procura localizar a motivação dos indivíduos para trabalhar em algumas regiões e não em outras. Ele parte da premissa de haver uma correlação entre o lugar onde se fixam as empresas e as *pessoas criativas*. Nessa visão, o lugar é essencial para organizar a economia e a sociedade, pois os sujeitos criativos procuram áreas com vastas

oportunidades de trabalho. “A escolha da habitação tornou-se mais relevante que a implantação da empresa no espaço urbano, sendo muitas vezes ela a motivar seu deslocamento ou inauguração”, assim, o lugar “entrou no cálculo do desenvolvimento econômico” (BARRETO, 2016, p. 29).

De acordo com essa teoria, os sujeitos buscam lugares que ofereçam inovação tecnológica e 24 horas de atividades culturais, esportivas e de lazer para atender a seus *estilos de vida* marcados por longas jornadas de trabalho em horários flexíveis. O *ambiente* é central para essa concepção do *capital criativo*, ele deve fornecer distração, relaxamento, exercícios físicos, contato com a *natureza*, enfim, tudo o que Florida compreende por *qualidade de lugar* como sobreposição à noção qualidade de vida. O autor elenca três aspectos da *qualidade de lugar*: o primeiro é a conjugação do ambiente construído com o ambiente natural; o segundo relaciona-se à *diversidade* de pessoas que interagem na constituição de objetivos comuns; e o terceiro liga-se aos empreendimentos *culturais* e *artísticos* que estimulam a criatividade, desde bares até galerias de arte.

Richard Florida contrapõe-se à noção de espaço advinda dos chamados, pelo próprio autor, “tecnofuturistas”, os quais afirmavam que, com o avanço tecnológico da informática, a localização e a comunidade tornaram-se irrelevantes para o trabalho, pois a presença física no mesmo lugar seria totalmente dispensável. Para ele, o espaço, nesses termos, apresenta-se demasiado abstrato, o importante é o lugar delimitado pelas cidades ou regiões criativas, e tal interesse parte de dados relacionados ao deslocamento de pessoas em busca de trabalho. Na sua opinião, houve, no final do século XX, uma mudança no fluxo migratório por trabalho: antes, “as pessoas se mudavam à procura de emprego e, de bom grado, se deixavam transferir para um fim de mundo atrás de outro”, com o objetivo de obter status e “subir na vida”, já os “membros da classe criativa” selecionam o lugar “em que gostariam de viver e começam a procurar emprego por lá” (FLORIDA, 2011, p. 95). Essa classe criativa pode até ser transferida, porém, temporariamente, para lugares com características análogas ou, talvez, melhores, como cidades ou regiões com núcleos criativos.

O empresário *cultural* e assessor especial do ministro da cultura no Reino Unido na década de 1990, John Newbiggin, corrobora esse ponto de vista ao afirmar que as indústrias criativas estão ligadas a uma particularidade geográfica reconhecida pelo *ambiente* cultural apropriado e variado em termos das artes formais, bem como na “existência de cafés, bares, clubes, espaços públicos não construídos, e uma diversidade de estabelecimentos de ensino” (NEWBIGGIN, 2010, p. 35). Tais características produzem um *ambiente* favorável para as

empresas criativas, combinando trabalho e conhecimentos numa só região. Essas empresas atraem outras que trabalham em áreas afins gerando “os chamados *clusters* [aglomerados] autossustentáveis” (Ibidem, p. 36). A noção de *clusters* foi cunhada pela IBM na década de 1960 para interligar computadores de grande porte dedicados ao processamento de um vasto volume de informações, estabelecendo um modo de distribuir tarefas específicas entre os diversos computadores interligados⁵³. Posteriormente, na década de 1990, o professor de Harvard Michael Porter refere-se a *clusters* em termos industriais, uma abordagem direcionada aos aspectos de estratégia empresarial de produtividade e competitividade. A explicação reside no *ambiente* econômico, nas políticas governamentais e nas instituições envolvidas (como as educacionais) que estimulem vantagens concorrenciais (SILVA, 2004).

Note-se como a economia é o eixo determinante na produção de políticas sociais, urbanas, culturais e educacionais, cuja métrica de valor requer o crescimento econômico sustentável de regiões, cidades, territórios. Quimera de um futuro *melhor* baseado em práticas sociais amparadas pela premissa de realização pessoal conciliada com os interesses coletivos do *bem-estar comum*. Cabe lembrar que a racionalidade neoliberal é um jogo de diferenciações entre concorrentes e opera por fenômenos desigualitários: “é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam” (FOUCAULT, 2008, pp. 195-196). Assim, nenhum *bem* será *comum* a todos, pois a igualdade é alheia à política social do governo neoliberal, o qual não interfere nos efeitos do mercado sobre a sociedade e sim sobre a própria sociedade, para que cada um, como empresa, consiga garantir a sua existência.

Numa conversa de 1976, entre Michel Foucault e alguns geógrafos da revista *Heródoto* de geografia e geopolítica, foi abordado como o saber geográfico é um discurso estratégico e encerra relações de saber e poder. A profusão de metáforas espaciais envolve múltiplas conotações: jurídico-política (território e domínio); econômico-jurídica (campo); administrativa, fiscal e militar (região); mobilidade de populações e exército (deslocamento). “Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos” (FOUCAULT, 1992c, p. 158). Dessa maneira, o interesse de Florida voltado à descrição espacial evidencia o discurso relacionado aos efeitos de poder concernentes a estratégias de negócios, crescimento econômico, ações

⁵³ Disponível em: <https://www.ibm.com/ibm/history/history/history_intro.html> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

políticas, coleta de informações, mapeamento urbano e da natureza. Portanto, trata-se, sim, de uma questão espacial e uma proposição de *ambiência*, um espaço físico (natural ou construído) que abriga um conjunto de práticas sociais, culturais, morais, econômicas e científicas, intercedidas pelo protagonismo político. Os estudos acerca da produção de *ambiência* pressupõem um exercício de *humanização* na *gestão* das relações humanas e da relação dos humanos com a natureza. Isso implica atualizar projetos morais no *humanismo* contemporâneo, em que tanto o humano quanto a natureza são categorias universais e objetos na construção de um saber voltado a uma prática política gestora do natural e das condutas humanas.

Alguns exemplos podem ser citados nesse aspecto. Na área da educação, o convênio efetivado entre a UNESCO Brasil e o Ministério de Educação e Cultura (MEC)⁵⁴, em 2006, estabelece técnicas de observação dos espaços escolares para delinear a *ambiência* das relações “sociorraciais”, focalizando temas correspondentes ao comportamento escolar “de crianças e jovens”, bem como à “desqualificação da humanidade dos negros em relação à escola e sua identidade” (Ibidem, p. 22). O intuito consiste em implantar a *cultura de paz* promovida por meio de atividades que envolvam Estado, organizações não-governamentais e a sociedade civil. O processo metodológico encerra a investigação comparativa da trajetória “de vida de alunos brancos e negros em diferentes estratos socioeconômicos e em distintas ambiências sociais” (Ibidem, p. 133). Numa democracia inclusiva-participativa, tenta-se reparar exclusões pregressas, mediante o *respeito* social e os direitos civis. Ao incorporar os pretos nos meandros educacionais, garantem-se a produção de condutas resilientes, o ensino formal do capital humano e o pluralismo democrático pacífico. A UNESCO também divulgou, em 2016, o manual de “Gestão do Patrimônio Mundial Natural⁵⁵”, para regular práticas de gestão relacionadas às áreas naturais protegidas, nas quais “a interação entre as pessoas e a natureza produziu uma ambiência de caráter distinto com significativo valor ecológico, biológico, cultural e cênico” (Ibidem, p. 19). Nesses parâmetros, a natureza passa a ser uma outra empresa, que precisa ser bem gerida a fim de resguardar os negócios economicamente apreciáveis pelo mercado. Nos dois exemplos constata-se um conjunto de obrigações elaboradas com a função de penalizar quem não cuide da *ambiência*, ou melhor, procura-se punir aquele concebido como *desumano* incapaz de interagir com a natureza e com os classificados de *verdadeiros* humanos.

A constituição de *ambiências* prevê delimitações monitoradas por equipamentos públicos e privados, por indivíduos e comunidades, em áreas físicas (naturais ou construídas) e

⁵⁴ Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000145993>> Acesso em: 21 de novembro de 2019.

⁵⁵ Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244902>> Acesso em: 21 de novembro de 2019.

no ciberespaço, em espaços domésticos ou de convivência social, um procedimento, portanto, de policiamento permanente. “O monitoramento não é somente eletrônico e se exerce por cada um sobre cada outro frente às condutas esperadas ou desejáveis, a partir do controle sobre si mesmo e as formas de projeção dessas condutas” (PASSETTI, 2018, p. 383). Na produção de *ambiência*, para a *qualidade de lugar*, o intuito é classificar condutas utilizando subterfúgios seletivos que segregam com base na melhor ou pior performance, numa expressiva distinção de *capacidades* criativas e *responsabilidades*. David Easton já apontava como o sistema político corresponde ao conhecimento empírico do cotidiano para verificarem-se, entre as variáveis disponíveis, valores com os quais fosse possível identificar a presença ou não da adequação *comportamental* do humano nas relações sociais em determinados ambientes (EASTON, 1999).

Com base na propalação dos processos criativos, a cada ano, são lançadas ao mercado planejamentos arquitetônicos e projetos de design inovadores que ofertam conforto, facilidades, sustentabilidade e segurança na produção de *ambiências*. A automação dos recintos sugere aplicar as tecnologias existentes com vistas a diminuir o tempo na execução de tarefas e, mediante sistemas eletrônicos interconectados aos dispositivos móveis, oferecer o total controle da propriedade. Tais soluções, em edificações domésticas, indicam aumentar o tempo do sujeito para ele investir em oportunidades passíveis de proporcionar maior capitalização particular, já em construções empresariais, asseguram maior produtividade, e, em ambas, garantem o monitoramento de cada movimento dentro e fora do espaço construído.

A empresa Kieran Timberlake⁵⁶, nos EUA, desde o ano 2000, fez uma parceria com a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (*National Aeronautics and Space Administration* – NASA) e institutos de inteligência estadunidenses para implantar uma estação de trabalho virtual em Marte. O objetivo é, segundo a empresa, atrair estudantes do ensino médio em ciências da construção e faculdades de arquitetura para desenvolver habilidades de trabalho em equipe e atuar como gerentes responsáveis em instalações arquitetônicas requeridas por corporações públicas e privadas, universidades, empresas, departamentos estatais, locais comerciais, entre outras acomodações.

⁵⁶ Disponível em: <<https://kierantimberlake.com/updates/mars-model-completed>> Acesso em: 21 de novembro de 2019.

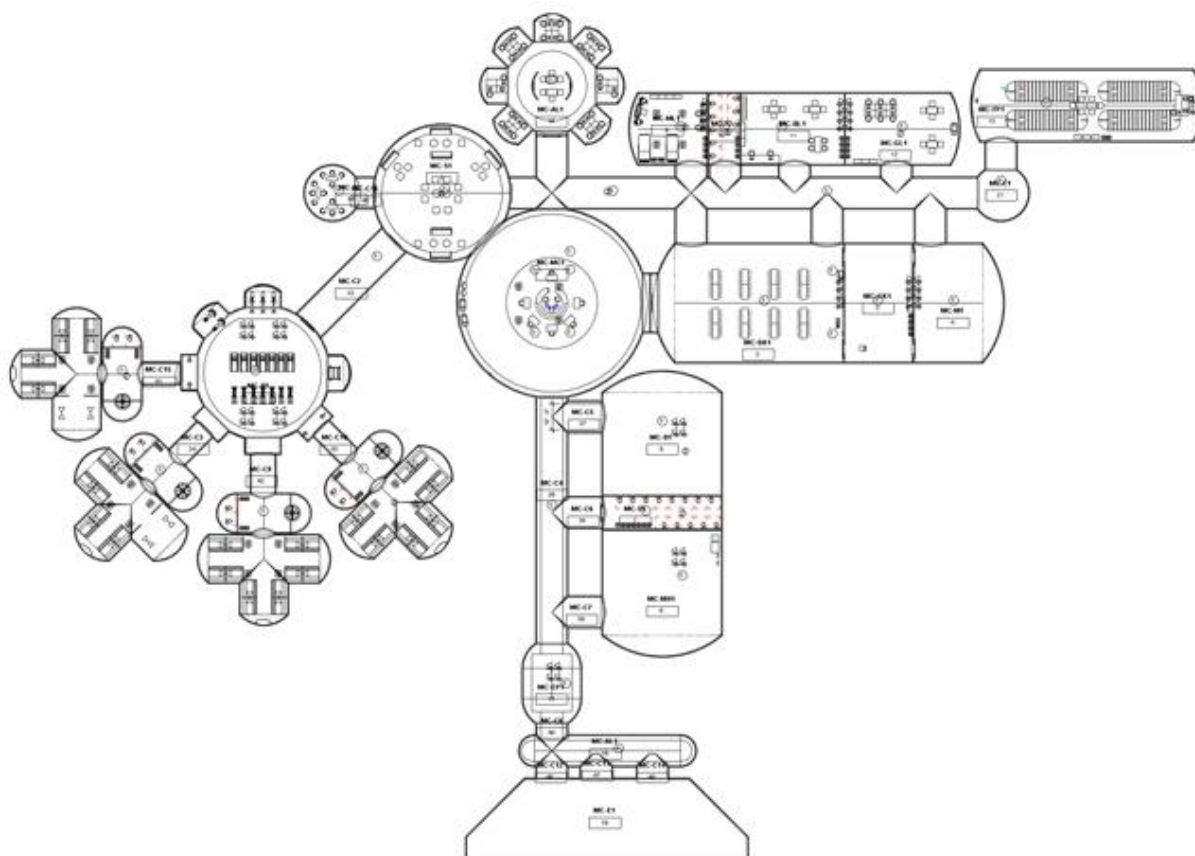


Figura 8. O projeto *Mars City* (Cidade em Marte) inclui o centro de controle, espaços para refeições e recreação, local de trabalho e cabines para dormir, além de uma garagem para os veículos *robóticos*⁵⁷.

Chama a atenção não ser qualquer cidade, mas a virtualidade de um complexo planejado para *albergar* trabalhadores. No atual contexto, já se transferiram, para o ambiente interno das empresas, os equipamentos de entretenimento, cuidados com a saúde, alimentação nutritiva, cursos de especialização, zonas de descanso etc. Quando o trabalhador precisa deslocar-se para o espaço do trabalho, trazer para o interior da empresa essas *comodidades* implica monitorar a conduta dos indivíduos para obter altas performances e reforçar as *responsabilidades* dos *funcionários* em todos os âmbitos de sua existência. Em contrapartida, os trabalhadores ficam *satisfeitos* por usufruir de todos esses *benefícios*. Como se vê, configurações análogas às vilas operárias dos séculos XIX e XX, em que os trabalhadores eram assistidos pelos proprietários de indústrias mediante um conjunto de habitações onde se concentravam também equipamentos de lazer, instituições educacionais voltadas às atividades da fábrica, estruturas religiosas como

⁵⁷ The Mars City model includes Mission Control, dining and recreation spaces, workshops, and sleeping pods—as well as a garage for the Mars Rovers. Disponível em: <https://kierantimberlake.com/files/posts/273/update_273-1.jpg?1583950833096> Acesso em: 21 de novembro de 2019.

capelas, estabelecimentos comerciais, campos de práticas esportivas, ambulatórios de atendimento médico e postos de vigilância⁵⁸. Além de uma questão econômica, porque se deduzia do salário do operário esse custo habitacional, e de uma disposição de *higienização* do ambiente urbano, evidencia-se uma moralidade na ordenação do espaço, bem como um exercício governamental caracterizado pela tentativa de vigiar, ininterruptamente, o trabalhador no seu local de trabalho, em sua vida particular e suas práticas (FOUCAULT, 1986; 1992d). Enfim, se se seguir o projeto da *estação* virtual de trabalho em Marte, provavelmente os indivíduos serão prisioneiros no e do trabalho.

Em tempo: um vírus com potencial pandêmico, classificado de Sars-Cov-2 ou novo coronavírus, causador da covid-19, que antes de dezembro de 2019 nunca havia sido identificado em humanos, alterou a rotina de trabalho e ensino. Para evitar a contaminação, o trabalho remoto (*home office*), ou seja, executar as tarefas *online* desde as residências, foi uma das medidas tomadas. Empresas especializadas em tecnologia computacional logo começaram a disponibilizar instrumentos de produtividade para adequar o trabalho e evitar prejuízos empresariais. A nova demanda impulsionou estratégias de negócios em corporações como Google, Microsoft, Zoom, Slack. A implementação conta com a assessoria dessas corporações relativas ao novo modelo de trabalho. Para que as equipes trabalhem alinhadas e tenham bons resultados, as ferramentas desenvolvidas são capazes de gerir as tarefas, individuais ou em grupo, estipulando prazos. Também há a factibilidade de armazenar dados, monitorar as atividades executadas e seus respectivos tempos. Dessa maneira, os gestores organizam canais de acesso e exigem que todos os *colaboradores* façam uso destes. Isso porque, mediante os *logins* e *logouts*, é possível fiscalizar o horário de trabalho e a produtividade. A pandemia ainda é uma oportunidade para incentivar o tão desejado ensino a distância (EAD). Os entusiastas de tais inovações sentem-se satisfeitos e já preveem a adoção das atividades remotas como um caminho sem volta. Conclusões apresadas geralmente são válidas para os que naturalizam as soluções encontradas por outrem como se elas fossem inevitáveis. Contudo, parafraseando Friedrich Nietzsche, uma perspectiva imensa sempre se abre ante nós que faz cambalear verdades e crenças.

Monitorar o ambiente versa, outrossim, em esboçar cidades fundadas na gestão ambiental urbana por meio de políticas públicas que atendam aos requisitos de sustentabilidade visando o rearranjo territorial. O planejamento ambiental urbano que ordena o uso e ocupação

⁵⁸ Um exemplo dessas vilas no Brasil, na cidade de São Paulo, é a vila Maria Zélia. Disponível em: <<https://www.saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/>> Acesso em: 30 de maio de 2020.

do solo expulsa as populações avaliadas como *vulneráveis*, geralmente pobres, das também chamadas zonas *vulneráveis*, sob o argumento estratégico de salvaguardar e proteger os recursos naturais. As demandas de planejamento ambiental urbano estão em consonância com a Meta 11⁵⁹ dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nessa meta, constam, entre outras indicações, o acesso de *todos* a uma habitação segura a preço acessível, urbanização inclusiva nas favelas, serviços básicos e gestão participativa para ambientes sustentáveis. A segurança estende-se aos transportes, aos espaços públicos e às regiões suscetíveis a catástrofes naturais. Para tanto, buscam-se políticas e “planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas [e] a resiliência a desastres (ODS, Meta 11, 11.b). A meta conclui com a recomendação de construções *sustentáveis e resilientes*, utilizando materiais locais, ou seja, colocar em prática a capacidade criativa de inovar circunscrito em seu próprio ambiente.

Por conseguinte, construções arquitetônicas, produção de artefatos, planejamentos urbanos, procedimentos institucionais, disposições locais, regionais e/ou globais orientam a construção *criativa de ambiências* com garantias de biossegurança e de monitoramento contínuo dos fluxos de informações, pessoas e coisas, valorizando objetivos estratégicos de um poder *compartilhado* entre os sujeitos. “Tudo em ampliações: responsabilidade individual e social, direitos, segurança, democracia, convocação à participação, conservação do meio ambiente, monitoramentos... Enfim, tudo girando em favor da garantia de liberdade liberal, ou seja, a sua segurança” (PASSETTI, 2018, p. 379). A *qualidade de lugar* torna-se o fator preponderante para a *qualidade de vida*, esta relacionada, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), à inserção do indivíduo “no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”⁶⁰. Valores, portanto, estreitamente ligados à segurança condicionada a “monitoramentos, tanto eletrônico como pessoal, por meio de redes, organizações da sociedade civil e parcerias público-privadas”, com o propósito de ativar “ações governamentais pontuais e medidas de segurança” como garantia do “ambiente” (PASSETTI, 2018, p. 390).

A recomendação sobre a *qualidade de vida* da OMS dá, então, o aval para traçar diretrizes relativas à *qualidade de lugar* nas grandes cidades, e acaba, assim, contribuindo com a expulsão de condutas indesejáveis nos bairros com maiores recursos de consumo, mobilidade, lazer, equipamentos culturais, educação, saúde e moradia. John Newbiggin considera

⁵⁹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

⁶⁰ Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html> Acesso em: 25 de novembro de 2019.

“estratégias bem-sucedidas de planejamento urbano” aquelas em que houve o fomento de empresas criativas e de *clusters* empresariais “no nível regional, da cidade e do bairro, mais do que no nível de política nacional”. Para este autor, isso é avaliado como melhor, pois “os governos podem fazer o impacto mais imediato e útil no crescimento da economia” (NEWBIGIN, 2010, p. 36). A finalidade consiste em estabelecer uma economia com base na criatividade enquanto elemento da política pública. Dessa maneira, inauguram-se parques e praças, incentiva-se a concentração de jovens associada à instalação de estabelecimentos destinados aos apreciadores de multiculturalismo, consumo consciente, sustentabilidade, engajamento político. Em suma, constroem-se, cada vez mais, espaços para fomentar novas práticas lucrativas de um capitalismo orientado pela racionalidade neoliberal.

As chamadas regiões ou cidades criativas são “definidas como aquelas que desenvolvem, atraem e retêm o capital criativo formando concentrações ou clusters, e que são favoráveis à implantação de novas empresas e *startups* ligadas às indústrias criativas” (BARRETO, 2016, p. 29). Luisa Barreto, ao analisar a conceitualização de Florida, mostra como a instauração de *clusters* condensa, em seu âmago, empresas, lazer e pessoas, instalando, em distintos pontos das cidades, uma pluralidade de centros, que podem agrupar, numa região inteira, uma diversidade de corporações “beneficiando-se do fato de habitarem o mesmo lugar e de concentrar talentos, a fim de promover inovação e crescimento econômico” (Ibidem, p. 30). Portanto, com o propósito de gerar inovação e incentivar o aumento econômico, Richard Florida (2011) sugere lugares com as três “Ts”: tecnologia, talento e tolerância. A tecnologia é um fator importante nessa visão, afinal todas as cidades consideradas criativas são reputadas como polos tecnológicos. O talento está relacionado com a capacidade de aprimorar, reter ou atrair pessoas graduadas ou pós-graduadas. Para Florida, essas características serviriam para incentivar o crescimento econômico local impulsionado por pessoas criativas, que preferem lugares *tolerantes* e *diversificados*. A *tolerância* atua como fração indispensável na tríade, pois a diversificação, segundo essa abordagem, exerce um papel primordial para ampliar o capital humano-criativo capaz de inovar nos negócios.

Tolerância, junto com os vocábulos respeito, autoestima e empatia, é uma palavra muito utilizada hoje. De acordo com Daniel Lins, a primeira noção vinculada à tolerância “conhecida em francês é a intolerância, no final do século XII, oriunda do latim *intolerabilis*” (LINS, 2005, p. 24). A conotação tolerável surge no século XIV, e somente no século XV o termo tolerância viria a ser incorporado ao vocabulário. O seu uso como conceito vai aparecer, pela primeira vez, na obra de Baruch Espinosa (1632-1677), *Tratado teológico* (1670), associado à proposta

de “uma nova ética independente e tolerante, uma ética em rebelião contra a moral, rompendo assim com as ortodoxias religiosas da época” (Ibidem, p. 24). Lins assinala que, posteriormente, foi a vez de John Locke (1632-1704) considerar o conceito de tolerância, ao sugerir o parlamentarismo para compensar a arbitrariedade do poder absoluto, “conferindo direitos aos indivíduos” e “legitimando o desenvolvimento dos interesses individuais”. Entretanto, afirma Lins, é no “século das Luzes que esses dois conceitos [tolerância e intolerância] serão elaborados com mais rigor”. Os filósofos das Luzes, entre eles, Montesquieu (1689-1755), que concebeu a separação dos três poderes “tornando a teoria de Locke mais pragmática”, e, particularmente, Voltaire (1694-1778), ao propagar a tolerância, consumaram que “o humano, dotado de razão, compreenderia a necessidade desse ideal e o aplicaria”. Essa compreensão da tolerância quando ajustada às teorias da democracia resultou na “Declaração dos Direitos Humanos, do cidadão e da democracia liberal” (Ibidem, pp 24-25).

O duplo intolerância/tolerância apresenta “no que concerne à sua aparição, que a tolerância se define antes em relação à intolerância” (Ibidem, p, 25). Note-se, então, que essa palavra não é inócua, ela encerra domínios, relações de poder, institucionalizações e codificações. Entre as etimologias apresentadas por Daniel Lins, tolerância, no grego antigo e moderno, quer dizer “reter-se, conter-se”; na maior parte das línguas, remete a “aturar, suportar, sofrer”; nos idiomas “árabe e turco”, denota “perdoar”; nas línguas orientais, indica “permitir”. Ora, tais definições têm como denominador comum a “não-violência, situando-a numa esfera passiva e, por vezes, conformista. Quietismo e renúncia dominam os significados na maior parte das línguas pesquisadas, em relação ao dever de tolerância” (Ibidem, pp. 25-26).

Essa será a proveniência da definição oficial contida no regime de tolerância alastrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) e explicitada na Declaração de Princípios sobre Tolerância (DPT) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1995⁶¹. Documento este que anunciou os pressupostos de tolerância instaurando uma *cultura de paz* e um imperativo jurídico-política para perpetuar a democracia. Os Estados deviam ratificar convenções internacionais ou elaborar legislações no intuito de garantir os direitos humanos concernentes à igualdade de tratamento e oportunidades. A questão estava em desobstruir a economia capitalista de mercado, cada vez mais ampliada, e organizada em blocos econômicos. Assim, em 1991, foi criado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); em 1992, o Tratado de Maastricht formalizou a União Europeia (UE) em substituição à Comunidade Europeia (CE); em 1993, formou-se a Cooperação Econômica da

⁶¹ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>> Acesso em: 15 de junho de 2019.

Ásia e do Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation* – APEC); e, em 1994, entrou em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement* – NAFTA).

A chamada Guerra Fria deixou seus vestígios e os fenômenos ocorridos após a dissolução da União Soviética demarcaram o que devia ser tolerante e intolerável nessa prática econômica. O século XX encerrou sob tensões, alterando-se o jogo de forças. Os conflitos na ex-Iugoslávia, o fundamentalismo islâmico, as negociações entre israelenses e palestinos, os nacionalismos, o separatismo, entre outros eventos, podiam obstaculizar os fluxos internacionais de capital, serviços e bens. Em nome da democracia e da paz mundial, os exércitos subordinados à Organização das Nações Unidas (ONU) intervieram, quando oportuno, para acabar com o não tolerável no livre mercado. E com isso, solaparam todo e qualquer movimento contra as formas de governo não democráticas com intervenções menos armadas e mais propulsoras de institucionalizações democráticas.

A produção de saberes começou a trabalhar em redes conectadas, facilitadas pela tecnologia digital e a integração comunicacional. Esses saberes colaboraram e colaboram, ao mapear os deslocamentos de populações, para diferenciar os sujeitos que devem ser tolerados daqueles *intolerantes* tidos como ameaça universal. Consoante com as diretrizes da declaração, o encargo de estudos científicos destinados a avaliar os fenômenos e tomar medidas eficazes ficou por conta dos métodos das ciências sociais e da “observação, a fim de apoiar as decisões dos Estados Membros em matéria de formulação política geral e ação normativa” (DPT, 1995, art.3º: 3.4). Ainda conforme a declaração, os programas de pesquisa em ciências sociais e educação deveriam ser voltados “para a tolerância, para os direitos humanos e para a não-violência” (Ibidem, art.4º: 4.4), o que significa igualmente dizer acatar as leis, conformar-se com os direitos e educar para obedecer. Ademais, com o advento da DUDH, a categoria humana passou a ser o projeto principal dos seis órgãos da ONU, bem como de suas agências especializadas, seus fundos, programas, comissões e departamentos. Por esse motivo, a partir da década de 1990, a concepção de segurança concomitante à questão de *desenvolvimento* propiciará a noção de *segurança humana* com o objetivo de que cada um, “em cooperação com outros setores da sociedade”, seja responsável pelas suas escolhas (WILKE, 2017, p. 131).

O reforço da Declaração de Princípios sobre Tolerância foi lavrado dois anos depois pelo programa, também instituído pela UNESCO, Nossa Diversidade Criativa⁶² (NDC, 1997). Nele, desenha-se a politização da cultura como instrumentalização nas negociações de

⁶² Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000103628_spa> Acesso 15 de abril de 2019.

privilégios, baseados em identidades. Serviu, inclusive, de referência para balizar os *novos* valores ocidentais universais ao reclamar “o direito de forjar versões diferentes da modernização” (Ibidem, p.7). Pretendia-se afirmar, por meio das culturas, o capital *imaterial* dentro do regime de *acumulação* flexível, que teve início a partir da década de 1970, quando a fabricação de bens passou a não prezar mais a quantidade, e sim a eficiência. Isso denotava produzir voltado ao mercado consumidor, variando a produção de acordo à demanda para diminuir riscos na queda de lucros dos investidores. Outras características foram ainda adotadas, como a terceirização do processo produtivo e a valorização da atividade criativa. “Numa organização flexível, a sequência de produção também pode ser alterada à vontade (...) É uma forma de trabalho pautada por tarefas específicas, e não por funções predeterminadas” (SENNETT, 2006, pp. 49-50).

A *novidade* nessa concepção estava em atrelar aos produtos a dimensão *imaterial* relativa ao valor simbólico, estético ou social. O capital *imaterial* das grandes empresas, favorecido pelo avanço da tecnologia digital, foi o encarregado de produzir *boas* imagens das marcas e estimular atividades de marketing, publicidade, *styling* e design. E sua função *abstrata* lhe conferiu um valor difícil de mensurar na Bolsa de Valores. Surgem, então, os ativos *intangíveis*, um dos instrumentos de concorrência internacional entre as empresas. Dentre os ativos intangíveis encontram-se: capital humano, propriedade intelectual, abarcando patentes, marcas, direitos autorais, licenças, tecnologias, enfim tudo aquilo que possui valor econômico, não tem forma física tangível, nem pode ser trocado (SILVA; ROBLES, 2007). O investimento consiste em capital humano e incentivo do capital criativo, para competir com *coisas* consideradas *raras* ou incomparáveis. Exprime, ainda, enaltecer a marca como se os produtos fabricados fossem assinados (e, às vezes, são) por alguém renomado e sob condições adequadas ao meio ambiente sustentável.

Por sua vez, também no programa Nossa Diversidade Criativa, os valores, pautados na conduta cotidiana das populações, deviam ser elevados à categoria de *arte*: popular, de rua, tradicional, folclórica, ou seja, patrimônio cultural *imaterial*. A cultura dos países pobres passou a ser o novo *commodity*, transformando a precariedade econômica em virtude paramentada pelo pluralismo social e pelas diversidades culturais. Cabe esclarecer que o relatório desse programa foi elaborado quando o presidente da Comissão Mundial da Cultura e Desenvolvimento era o peruano Javier Pérez de Cuéllar⁶³, que, inclusive, escreveu o prólogo. A Comissão ao ser

⁶³ Ocupou o cargo de secretário geral da ONU de 1982 a 1991 e concorreu à presidência do Peru em 1995 perdendo para Alberto Fujimori.

dirigida por um sul-americano resultou numa estratégia para elevar a cultura dos países pobres, como capital imaterial e recurso econômico. Ao valor simbólico não mensurável foi conferido um valor incomparável, particular e único de cada cultura, assumindo no mercado concorrencial a sua função econômica. Além de ser uma maneira de tentar reduzir diferenças entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, proposta a ser incorporada posteriormente à Agenda 2030, na qual todos os países devem atuar, sem distinções, em parceria colaborativa para a implementação desse projeto.

O foco foi colocado nas noções de multiculturalidade e de criatividade, ambas calcadas na *ideia* de riqueza cultural. Isso mobilizou *ativistas* para incluir “trabalhadores rurais, artistas e membros do universo acadêmico, funcionários públicos e privados”, com a finalidade de informar “dirigentes da opinião pública mundial” e “líderes políticos” de que modo a cultura poderia abrir possibilidades de inovação (CUÉLLAR, 1997, p. 11). O propósito contido no documento alegava a necessidade de ampliar o conceito de política cultural e reduzir a exclusividade da cultura nacional. O discurso teve, então, como alicerce aceitar a *diversidade* cultural e proteger as minorias a fim de constituir a “paz e consolidar os valores democráticos” (NDC, 1997, p.17). Enfim, a criatividade cultural tornou-se uma maneira de satisfazer os interesses de minorias por meio do gerenciamento de conflitos, resultando no *compartilhamento* das desvantagens socioeconômicas, preconceitos, discriminações e racismos. Assim, menos de uma década depois, o multiculturalismo começou a ser atacado, e a nova configuração aponta para a monocultura assentada no nacionalismo.

Incluir as chamadas *minorias* mediante políticas identitárias e direitos é abrir mão de reinventar-se constantemente e limitar o direito de ser livre, transformando a identidade em um problema maior do que a experiência de si (FOUCAULT, 2014a). Tentar juntar, sob características demarcadas, a multiplicidade que reside em cada um é infecundo, pois outras tantas marcas distintivas podem brotar, disputar reconhecimento, entrecruzar-se ou governar uns aos outros. Infrutífera é ainda a tarefa de sintetizar os múltiplos fatores históricos e culturais, quando há inúmeras descontinuidades atravessando incessantemente todos. As associações deveriam ser estabelecidas para lutar contra as formas de poder no cotidiano imediato. Lutar para afirmar a diferença e enfatizar tudo aquilo capaz de “tornar os indivíduos verdadeiramente individuais”. Lutar contra tudo o que quebra a relação com os outros, na investida de forçar “o indivíduo a se curvar sobre ele mesmo” para ligá-lo à “sua identidade”, assujeitando-o. “Há dois sentidos para a palavra ‘sujeito’: sujeito submisso ao outro pelo controle e a dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois

casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete” (FOUCAULT, 2014, pp. 122-123).

Entretanto, o apelo à identidade para aglutinar as diferenças na uniformidade concatena-se com os programas de ampliação de direitos renovados constantemente. De tal modo, complementar ao documento Nossa Diversidade Criativa, em 2002, a UNESCO organizou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, com o propósito de reunir a DUDH e outros instrumentos – reconhecidos internacionalmente – relativos aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Nessa declaração, foram reafirmados os compromissos acerca da cultura, não só enquanto “modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”, mas como núcleo de debates “sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber”⁶⁴.

Cabe salientar, como um fator considerável da proveniência desses documentos, as pesquisas referentes ao *desenvolvimento humano*, ocorridas durante as décadas de 1980-1990 e que desembocaram num dos instrumentos mais eficazes para atender à demanda da segurança: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No curso desses estudos, Mahbub ul Haq, pós-doutorado em Harvard e laureado em 1990 com o prêmio Nobel em economia pela formulação do IDH, havia argumentado que o “crescimento econômico” não era diretamente proporcional ao *desenvolvimento humano* enquanto garantia de “longevidade, saúde e vidas criativas”, opinião essa compartilhada pela filósofa Martha Nussbaum, que trabalhou com Amartya Sen na mesma abordagem. Segundo a apreciação destes estudiosos, as pessoas deviam adquirir a capacidade de conduzir suas próprias vidas e serem responsáveis pelas suas escolhas (WILKE, 2017, pp. 131-134). Dito de outra maneira, serem inteligências plausíveis de constituírem o capital humano como motor do *desenvolvimento* econômico. Forças produtivas, produtoras infindáveis de si, sob a tutela da *responsabilidade*.

As estratégias políticas voltadas ao gerenciamento de dificuldades socioeconômicas e/ou culturais, assim como as convenções acerca dos valores direcionados ao *desenvolvimento humano*, requerem compreender a *vivência* do *outro* empaticamente, nos moldes da compaixão em busca de um futuro pacificado. A empatia pratica o perdão e compartilha os sentimentos dos demais. Além disso, lembre-se que empatia se opõe a apatia enquanto incapacidade de produção (inclusive de si) e da não execução de metas. Afirmar as identidades no sentido do bem-estar comunitário e valorização pessoal, com diversidade cultural e tolerância, implica

⁶⁴ Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2019.

fomentar o aprendizado, o protagonismo e a colaboração entre pessoas unidas pelo sentimento de pertencimento. Portanto, pretende-se fixar as chamadas minorias em uma *humanidade compartilhada*. Humanidade que se assenta no “conceito de natureza humana, cuja condição imperfeita justifica a necessidade de uma mediação superior para atingir a verdadeira humanidade”. Humanidade que afirma as teorias contratualistas e atualiza sua instrumentalização, pois opera “pelo referencial de soberania ao transitar pela cisão inequívoca entre os estados de guerra e os de paz”. Humanidade que redimensiona “a diferença na uniformidade” exigindo “a garantia do pluralismo”, ao convocar “o elemento multicultural”, cuja meta é “o julgamento neutro e total que condense a expressão do humano verdadeiro” (OLIVEIRA, 2006, pp. 156-159).

As culturas passaram a ser um recurso humano e econômico ao usar a diversidade “como moeda de troca no mercado global” (MICHETTI, 2012, p.188). Apesar das análises que atribuíam à globalização o poder de apagar as diferenças locais, observa-se como o discurso da diversidade cultural foi, na realidade, a maneira eficaz de conter ações de singularidades intransigentes. Os debates em torno da diversidade, do multiculturalismo e dos nacionalismos aparecem cada vez que os estados e a sociedade civil organizada têm a intencionalidade, sob alegações políticas e econômicas, de *exterminar*, ou ao menos usar como bode expiatório, não só os que vêm de fora, mas os que, ao não se envergarem ao respeito das leis nem exigirem direitos, colocam-se fora da restauração de qualquer contrato social.

implementação de planos: a ética protestante da classe criativa

Os estudos realizados por Richard Florida (2011) e a sua equipe, desde a década de 1990, afiançaram as prerrogativas internacionais. Eles coletaram dados regionais nos EUA, com o intuito de realizar quadros comparativos para aferir, estatisticamente, a importância econômica da relação entre tolerância, diversidade criativa e tecnologia. O grupo também determinou quais eram as variáveis pertinentes a serem levadas em conta, a metodologia adequada na coleta de dados e os indicadores técnicos. A produção metodológica efetuada por Florida é contemporânea às pesquisas de Amartya Sen com Mahbub ul Har, responsáveis pela construção do conceito de *desenvolvimento humano*. Sen, que obteve o Prêmio Nobel de economia em 1998 “por seu trabalho sobre a chamada ‘economia do bem-estar social’” publicou, no ano seguinte, o livro *Desenvolvimento como liberdade*, no qual “discorre sobre tipos de liberdade, os fins e os meios para o desenvolvimento, oportunidade e capacidades,

liberdades intrínsecas às responsabilidades, e a democracia como modelo ideal para o alcance do desenvolvimento humano” (WILKE, 2017, pp. 142-143).

A análise de Helena Wilke, sobre o livro de Sen acima mencionado, mostra a maneira pela qual o econometrista define oportunidade social como a escolha racional dos indivíduos, resguardada pelo Estado e por organizações que agem fora dele. Já as capacidades consistem em combinar possíveis atividades para os sujeitos atingirem seus fins, considerando-se as características pessoais físicas ou intelectuais. Nesse contexto, quanto maiores as carências econômicas, mais ampliadas devem ser as liberdades políticas, portanto, a democracia opera como fornecedora de oportunidades, desde que sejam efetivadas as liberdades mantidas por uma política pluripartidária e por ações morais direcionadas à formação de valores. No âmbito do mercado, a proposta baseia-se em instituições que atuem mediante “padrões comuns de conduta, confiança mútua e segurança entre os indivíduos no interior das instituições” (Ibidem, p. 144). Essas concepções foram absorvidas na elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que instrumentaliza as políticas implementadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Trata-se de práticas de governo exercidas nos interstícios de “velozes e contínuas relações de força atravessadas por todos aqueles que se disponibilizam a constituir-se como *agente* de governo, como aquele que sabe gerir a si e suas escolhas de forma racional e responsável”, conforme as indicações sobre desenvolvimento humano fornecidas por Amartya Sen (Ibidem, p. 96, grifo da autora).

E é justamente no quadro dessas disposições, nas quais o sujeito é *agente* de suas escolhas, que Florida (2011) irá determinar seus índices. Dessa forma, ele e sua equipe chegaram à definição de *classes*, ordenando-as por suas principais categorias profissionais. A classe criativa ficou dividida em centro hipercriativo e profissional criativo. O primeiro liga-se às profissões de arte, design, entretenimento, esportes, mídia, computação, arquitetura, engenharia, matemática, educação, treinamentos, ciências naturais e sociais. O segundo relaciona-se à gestão, ao direito, à saúde e às operações financeiras. A classe trabalhadora vincula-se a profissões relativas à construção, produção, transporte e manutenção. A de serviços atua como apoio às áreas administrativas, de saúde ou referidas às profissões de segurança, serviço social e comunitária. Trata-se de outra configuração de sistema com subsistemas interligados, que veicula informações e regula as ações por áreas de atuação com o objetivo de organizar a sociedade.

Para instituir os indicadores, o método usado recomendava aplicar cinco índices: alta tecnologia, inovação, gay, boêmio, capital humano, cosmopolita. Já nas categorias de

indicadores compostos, levaram-se em conta os índices diversidade e criatividade. Desse modo, foram classificadas as regiões metropolitanas mediante a combinação de fatores relevantes, em níveis regional e nacional, objetivando mensurar a quantidade de patentes per capita, o número de casais gays por região, os indivíduos criativos no sentido *artístico* (“autores, designers, músicos, compositores, diretores, pintores, escultores, gravuristas, fotógrafos, dançarinos, performers”), a parcela de população com ensino superior ou mais e a porcentagem relativa de estrangeiros por localidades (FLORIDA, 2011, pp. 332-334). A linguagem fácil, a quantidade de exemplos utilizados ao longo do livro, a abundância de nomes citados de empresários misturados com nomes de teóricos, as tabelas estatísticas, as certezas de Florida quando apresenta os dados selecionados são estratégias para afirmar a criatividade como fator econômico vantajoso.

Nessa produção de saberes, as informações referenciadas na concentração de gays – uma das últimas fronteiras na conquista de direitos e políticas de identidade – serviram como fator indicativo de *tolerância*, viabilizando, em algumas regiões, a instalação de empresas do setor de tecnologia de ponta, com baixo risco de insucesso. Os dados acerca de estrangeiros proporcionaram a porta de entrada do capital humano, pois foram absorvidos os trabalhadores especializados à procura de um *futuro melhor*, ou os estudantes imigrantes matriculados nas universidades estadunidenses. Nestes casos, favoreceu-se a legalização provisória para a contratação nas áreas de inovação. Ademais, Florida propôs a *cooptação da boemia*, segundo ele, relacionada a profissões nas áreas da arte e do design, visando uma economia que reunisse tecnologia, negócios, criatividade artística e cultural. A produção econômica com base na boemia estaria em oposição à ética protestante, trabalhada por Max Weber no início do século XX. Para Florida, a ética boêmia concentra-se no prazer e na felicidade, enquanto a ética protestante prevê o trabalho árduo e produz o pensamento *conformista*. A prática proposta pelo autor repousaria na *estética* com dimensão sociopolítica “mais intuitiva do que lógica e mais individualista do que conformista” (Ibidem, pp. 193-192).

A leitura que Florida realiza da *Ética protestante e o espírito do capitalismo* do sociólogo alemão suscita questões concernentes ao conformismo. Com efeito, a ética do trabalho analisada por Weber infligia um trabalho árduo, autodisciplina, adiamento da satisfação, o que ele denominou de *ascetismo laico*. “Esta conduta ascética significou um planejamento racional de toda vida do indivíduo, de acordo com a vontade de Deus. E esse ascetismo não era mais um *opus supererogationes*⁶⁵, mas algo que podia ser requerido de todo

⁶⁵ Não era um trabalho de superlativas preces.

aquele que estivesse certo da salvação” (WEBER, 1989, p. 109, grifos do autor). O trabalho cansativo não devia ser adiado, por tal motivo, era preciso combater a preguiça e qualquer sentimento de esmorecimento, distribuindo de maneira rígida e inflexível o tempo. No estudo efetuado por Weber, essa característica era a parte invertida, no capitalismo, do adiamento de satisfação e realização, pois os indivíduos deviam aprimorar suas vidas para que, no final delas, conseguissem adquirir alguma coisa, e só então, nesse tempo futuro, estariam de fato realizados. “Quanto maiores as posses, mais pesado será o sentimento de responsabilidade, se prevalecer a mentalidade ascética em conservá-los integralmente para a glória de Deus, ou aumentá-los através de infatigável trabalho” (Ibidem, p. 122).

A longa disciplina do tempo e a postergação da realização e satisfação propiciavam a autonegação num presente implacável à espera de recompensas futuras. Richard Sennett (2009) apresenta como o protestante do século XVII buscava provar seu valor perante deus por meio da autodisciplina e, diferente do penitente católico, mostrava-se digno com seu trabalho, negando-se no presente, porém, acumulando gestos de virtude pelo sacrifício cotidiano. Essa foi a procedência do *ascetismo laico* absorvido, no século XVIII, pelas práticas capitalistas de poupar, racionalizar as atividades diárias e abster-se do prazer imediato.

Mas, o que era ainda mais importante: a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como “espírito do capitalismo” (WEBER, 1989, p. 123).

O protestantismo, para Weber, era uma fé que submergiu os humanos numa dolorosa dúvida: sou alguém digno? A dúvida provém da teologia protestante baseada na predestinação, visto que o *pecado original* deixou iminente a insegurança de não se saber se o sujeito iria desvencilhar-se desse pesado fardo. Entretanto, foi o mesmo protestantismo que encontrou o remédio quando atribuiu a resposta ao próprio indivíduo, que devia ser o único responsável por sua dignidade (SENNETT, 2009). Trata-se de uma procura incessante para atingir um valor moral digno, por isso uma vida voltada ao trabalho como garantia de salvação futura.

Nisto, a ascese protestante não produziu em si novidade alguma. Contudo, ela não se limitou a aprofundar até o máximo esse ponto de vista, pois produziu uma norma, que sozinha, bastou para torná-la eficiente: a da sua sanção psicológica através da concepção do trabalho como vocação, o meio excelente, quando não o único, de atingir a certeza da graça. Por outro lado, ela legalizou a exploração dessa vontade de trabalhar, com o que também interpretava como “vocação” a atividade do empresário (WEBER, 1989, p. 129).

De acordo com Sennett (2009), o *ascetismo laico* encobriu uma incerteza, cujo efeito para o capitalista foi a propensão de poupar mais e gastar menos, como qualidade de autodisciplina e autonegação. “Combinando essa restrição do consumo com a liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida, só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital” (WEBER, 1989, p. 124). O arranjo protestantismo-capitalismo produziu o sujeito *motivado* capaz de provar seu valor moral por meio do investimento, e, hoje, não apenas no trabalho, mas um investimento em si.

Tendo isto em vista, o conformismo como exposto por Florida – inclusive Sennett faz alusão à cultura do trabalho conformista – está atrelado à ação histórica de professar o protestantismo na Inglaterra. Weber vai realizar uma diferenciação entre “dois tipos de mentalidade capitalista” na Inglaterra. Um deles se relaciona à ligação entre o Estado, a Igreja e os “monopolistas”, fundamentalmente “o capitalismo de comerciantes privilegiados pela Coroa”, perante os quais o puritanismo instituiu uma oposição ferrenha, porque esses comerciantes eram incapazes de encarar o trabalho como seu dever individual para com Deus, ou seja, de conformar-se com a predestinação (Ibidem, p. 129). O outro tipo de mentalidade capitalista dizia respeito à produtividade do trabalhador moderno, “parte decisiva no desenvolvimento industrial que se deu apesar da, e contra a, autoridade do Estado” (Ibidem, p. 129). Não obstante, Weber afirma que, nessa diferença, estavam contidas “as divergências religiosas”, pois “a diferença entre a ética econômica puritana e a judaica” – esta última considerada, pejorativamente, “mentalidade de vendeiro” – demonstrava como era, “na primeira e não na segunda”, que se alojava “o verdadeiro *ethos* econômico da burguesia” (Ibidem, p. 130).

A ética boêmia, à qual alude Florida, redimensiona o *conformismo* que ele mesmo critica. Nem no presente, nem na Inglaterra do século XVII, opor-se ao conformismo designou estar inconformado, fora da forma moral vigente. Os não conformistas do passado, aliados ao Estado e à Igreja, foram incorporados gradativamente à ascese laica decorrente do puritanismo, ou não tardaram em desaparecer do circuito econômico pela hostilidade da opinião pública contra “uma classe eticamente suspeita” (WEBER, 1989, p. 129). Assim, a ética boêmia, defendida por Florida, produz o *ethos* criativo ajustando, ainda mais, trabalho e *estilo de vida*: uma simbiose em que nada é arruinado. “Não estamos falando de indivíduos que vagueiam em nosso meio; muito menos de bárbaros que batem à nossa porta”, os jovens criativos, em particular, “não veem necessidade de subverter a ordem estabelecida”, eles querem participar,

serem protagonistas ativos contribuindo “para o andamento da sociedade com base em uma nova ética de trabalho ainda mais poderosa” (FLORIDA, 2011, pp. 210-211). A motivação vigora, inclusive, como motor para o cumprimento de metas, estabelece, deste modo, outra maneira de afastar a preguiça e desalento, transmutados em fracasso e apatia. Ademais, para o autor, é a motivação que direciona os sujeitos a trabalharem em algumas regiões e não em outras.

A dimensão individualista mencionada por Florida também estava contida na ética protestante *conformista*, como característica primordial de uma economia racionalizada com base no rigor do cálculo, “dirigida com previsão e atenção para o sucesso econômico” (WEBER, 1989, p. 50). Além disso, a organização contemporânea do trabalho demanda o trabalho em equipe, aspecto oposto à conformação individualista e cuja finalidade sugere a responsabilidade mútua mediante a gestão *compartilhada*. Com relação à intuição, Weber mostraria a Florida como a intuição, em muitos casos, apenas oculta a falta de “perspectiva para com o objeto” e “merece o mesmo julgamento do que a idêntica falta de perspectiva para com o homem” (Ibidem, p. 14). Deixando-se de lado a falta ou não de perspectiva, a intuição desejada por Florida é ainda uma racionalidade inerente à conduta dos sujeitos, enquanto programação estratégica da atividade criativa que delimita a qualidade do trabalho, e seus efeitos proporcionam a característica da economia criativa. A autodisciplina continua sob a égide do autocontrole, autocrítica e autoconhecimento, imprescindíveis para o governo de si e dos outros. Aliás, esses atributos denotam como, por mais diligentes que sejam os sujeitos, a dúvida sobre si e sobre a *vida* persiste numa incansável busca pelo reconhecimento dos demais, consolidando-se na *autoestima* e exigindo *respeito*.

O trabalho, como exposto anteriormente, é para os neoliberais o ponto nevrálgico na compreensão da conduta econômica do trabalhador, quando observada desde o ponto de vista de quem trabalha. Weber, de certo modo, não foge dessa concepção, ao afirmar que “a capacidade de concentração mental, tanto quanto o sentimento de obrigação absolutamente essencial para o próprio trabalho” estão combinados “com uma economia estrita que calcula a possibilidade de altos ganhos, um autocontrole e uma frugalidade frios que enormemente aumentam a capacidade de produção” (WEBER, 1989, p. 40). Por conseguinte, o trabalho é para o trabalhador um fim a ser atingido, independentemente de provocar uma satisfação adiada ou imediata: o trabalho na ótica do trabalhador consiste no planejamento racional de toda a sua vida e, atualmente, mais pelo próprio desejo do que pela vontade de Deus. E aqui estariam concentrados o prazer e a felicidade almejados por Florida, ou seja, a única motivação possível,

“do ponto de vista da felicidade pessoal”, encontra-se num *estilo de vida* no “qual o homem existe para o seu negócio, quando deveria ser o contrário” (WEBER, 1989, p. 46). O empresário de si faz inúmeros investimentos para melhorar sua autoprodução, e ele mesmo é o seu maior negócio.

Tanto hoje quanto outrora, o tempo é adiado: para aqueles tratava-se de encontrar a graça divina por serem dignos, para os de agora, programar um *futuro melhor* circunscrito numa dignidade *humana*. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Princípios sobre Tolerância e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural costuraram a dignidade no campo jurídico por meio dos direitos, unificaram as diferenças e passaram a controlar, em nome da segurança, “a humanidade e seus ambientes de existência”, que se tornaram “objetos de intervenção para o acompanhamento dos processos da *vida*” (DUARTE, 2019, p. 16, grifo do autor). A transcendência depositada no futuro é a mesma e preserva o dogma religioso proveniente do ascetismo laico. A autonegação permanece alocada na *esperança* futura de uma *qualidade de vida*, norteadas pela noção de uma *humanidade* melhor em detrimento do presente considerado inexorável. A inflexibilidade do tempo do trabalho refresca-se hoje no tempo flexível, porém, disponibilizando todo o tempo para o trabalho. Desse modo, num constante anseio de estar aberto a novas experiências, os sujeitos transitam de um projeto a outro para negociar suas existências.

De maneira análoga a Florida, em 1970, o professor e designer Victor Papanek fez questionamentos acerca da criatividade e do conformismo. Segundo ele, a produção em massa, a publicidade, os meios de comunicação e a automatização incitavam o conformismo e reforçavam resquícios da produção fordista, transformando a criatividade em algo difícil de alcançar. Além disso, as demandas imputadas ao indivíduo resultavam sempre em adaptação. Adaptação essa proveniente não apenas das instituições governamentais, mas de certos “modismos comportamentais” exigidos na escola, no trabalho, nos jogos, na igreja, na vizinhança” (PAPANEK, 2014, p. 155). Papanek afirmou que a sociedade punia pessoas criativas tornando o ensino, em design, desestimulador e difícil, devido a sua aptidão para solucionar problemas de forma nova e inesperada. Desanimava inclusive aqueles acostumados a resolver problemas corriqueiros, cujas decisões respondiam à noção de *responsabilidade* individual. Consoante ao já apresentado, a responsabilidade individual é inseparável do protestantismo e um dos elementos principais encontra-se no processo educativo para ensinar a visão do trabalho como vocação. Educar para separar os sujeitos dentro do mercado, ou, como assinalou Weber, para realizar a “seleção econômica dos mais aptos” (WEBER, 1989, p. 34).

Sob o ponto de vista do designer, as pessoas criativas seriam, então, as mais aptas para sobreviver dentro da racionalidade neoliberal.

A explicação de Papanek consistiu em avaliar a *tolerância* como indispensável na capacidade de resolver problemas, enquanto a *intolerância*, oriunda de práticas conformistas, originava obstáculos indesejáveis. As barreiras verificadas pelo designer eram decorrentes das constantes incitações para diminuir o individualismo, incentivar o conformismo e propagar a adaptação dos jovens. Entre as saídas encontradas por Papanek, estava pressionar os estudantes a buscar soluções longe dos conhecimentos habituais, para então, gradualmente, inserir um padrão usual. O autor recomendou ainda um ambiente favorável, onde o design criativo pudesse trabalhar com pouca inibição e um amplo nível de *tolerância* às falhas experimentais (PAPANEK, 2014).

A intolerância não é um atributo do conformismo, muito pelo contrário, é o individualismo que está em *conformidade* com ele. O conformismo puritano não colapsou, é até mesmo *tolerado* e encontra-se na multiplicação da forma empresa dentro do corpo social. A influência do puritanismo também gera a tolerabilidade das falhas experimentais mencionadas pelo autor, porque elas *acumulam* conhecimento, favorecendo o processo criativo e, em decorrência, o desenvolvimento econômico. Em definitivo, Papanek ajusta a educação aos padrões morais que já apontavam para a tolerância e a responsabilidade individual, pressupostos incrustados na continuação secular imperceptível do protestantismo.

testes de verificação: capital humano e capital criativo

Em face das análises assinaladas anteriormente, constatou-se que, diferentemente às proposições expostas por Florida, os *portadores* de um capital humano baseado na educação formal assumem a função de aperfeiçoar sua criatividade, selecionar e afiançar o capital *criativo* de outrem, inaugurar regiões para o crescimento econômico, estabelecer projetos para engolfar as *diversidades* criativas. *Diversidades* que não estão apenas na mira das maiores oportunidades de negócios, mas são necessárias para saber quais *reivindicações* podem ser atendidas e quais forças contrárias ao *estilo de vida* esperado devem ser *capturadas*. Em outras palavras, se, com base na teoria do capital humano analisada por Foucault (2008), o empresário de si precisa investir constantemente em suas capacidades, a função do capital *criativo* seria estimular nos sujeitos os talentos e as habilidades particulares. O incentivo proveniente dos estudos e *esforços* do próprio sujeito são transformados em capacidades individuais, as quais proporcionam um

investimento a mais no capital humano, ou melhor, capital humano-criativo. Já quando as habilidades e talentos são identificados por outros, prevalece o capital *criativo*. O capital *criativo* serve para solucionar questões no cotidiano a partir da *renovação* de *hábitos* locais, em que não se inserem, necessariamente, saberes formais: é o lado não acadêmico do capital humano. O capital *criativo* atua como acoplamento do capital humano predominando os elementos inatos, compreendidos como recursos raros plausíveis de ingressar nos circuitos e cálculos econômicos em opções alternativas. Por isso, o talento ou qualquer habilidade vai constituir o recurso especial, desde que haja vontade de *superação* para ser um sujeito potencialmente transformável em economicamente ativo, capaz de valer-se do seu trabalho e adquirir a sua própria renda. Não se trata aqui de afirmar que talento e habilidade sejam elementos inatos, mas apresentar a maneira pela qual foram gradualmente inseridos em testes de criatividade com o objetivo de legitimar práticas eugênicas.

Para garantir a eficácia do capital humano na contemporaneidade, a criatividade tornou-se a antessala da inovação, e esta última é utilizada como estímulo para ativar o mercado. As ferramentas criativas requerem procedimentos metodológicos com os quais também seja possível inovar as atividades humanas. Tal e qual qualquer empreendimento empresarial, a proposta de inovação do empresário de si assume a busca por melhorias cotidianas, quando aprimora o conhecimento e estabelece um processo estratégico para garantir sucesso nos negócios, na qualidade de vida e em novas experiências. A criatividade, nesta dimensão, serve como fluxo permanente para a inovação oportuna do capital humano ou capital humano-criativo.

No momento em que a racionalidade neoliberal incluiu a *diversidade* de corpos no âmbito produtivo do mercado concorrencial, o *potencial* criativo tornou-se uma *variante* a ser mensurada com a finalidade de estratificar essa diversidade criativa em *variedade* de corpos produtivos. Desde a terna idade, a criatividade tem como objetivo resolver dificuldades, a relação então proposta é: quanto menor forem as condições do ambiente, maiores devem ser os índices de criatividade. Assim, quando a capacidade de resolução é avaliada como precária ou deficiente, o indivíduo passa a ser classificado como incapaz de obter uma solução por conta própria. E é precisamente aí que o sujeito detentor de saberes formais, transvestido de empreendedor social, missionário e/ou ativista, atribui-se o papel de instigar os recursos *raros* naqueles que, por circunstâncias particulares, não desenvolveram convenientemente seus talentos e habilidades considerados inatos.

Hoje o índice Quociente de Inteligência (QI) começou a ceder lugar aos indicadores de grau de criatividade. O intuito consiste em avaliar talento e habilidade na utilização máxima desses atributos em ambientes reputados desfavoráveis. Os psicólogos Joy Paul Gilford e Ellis Paul Torrance foram os propulsores na elaboração de metodologias para mensurar a criatividade. No Brasil, as pesquisas foram ampliadas pela orientanda de Torrance, Solange Wechsler, que se encarregou de orientar estudos de pós-graduação para aperfeiçoar técnicas de aferir indicadores criativos. A profusão de instrumentos produzidos, e não somente no Brasil, servem para avaliar, codificar, comparar, classificar, quantificar a criatividade nos aspectos cognitivos e emocionais das pessoas, visando distribuí-las em escalas ou tabelas. As variáveis usadas transitam por motivação, performance, superação, resiliência e adaptação. Os indicadores de grau de criatividade instituem uma grade, mediante a qual é possível discriminar os indivíduos que adquiriram competência suficiente para sobreviver.

Trata-se de uma governamentalidade atravessada pela tecnologia de poder proveniente da criatividade. Para efetivar esse governo, utiliza-se um cálculo preciso que tem como desígnio indicar, no gráfico dos considerados *vulneráveis*, quem se encontra na curva ascendente, em direção à sobrevivência proporcionada pela adequação do capital criativo, ou na descendente, rumo à miséria e ao perecimento. Na noção do capital criativo, talento e habilidade são tidas como capacidades inatas para gerar criatividade e para inovar com os recursos disponíveis no ambiente, porém, o que acontece quando inexistem esses recursos? Ao analisar o capital criativo como acoplamento do capital humano no qual preponderam os elementos inatos, nota-se que, quando não exercidas as capacidades estimadas inatas, dificilmente os sujeitos lograrão valer-se do seu trabalho e obter a sua renda para sobreviver. O inatismo alocado nessas características atualiza a eugenia na contemporaneidade. A diferença sutil entre hereditariedade e inatismo sugere que, no primeiro caso, a transmissão para os descendentes é uma determinação genética, no segundo, é uma questão de infortúnio causado por condições *adversas*, não transmitidas necessariamente pela genética. Todavia, ambas as concepções, hereditariedade e inatismo, conseguem entrecruzar-se nos discursos eugênicos.

Assim, a eugenia imbricada no capital criativo opera como parâmetro na seleção entre os que estão aptos para conseguir sobreviver pelo próprio esforço e aqueles passíveis de deixar-se sucumbir. Se, para Amartya Sen (2007), as *oportunidades* oferecidas numa democracia consistem em políticas públicas e se é da alçada de cada indivíduo aprimorar as *capacidades* para realizar escolhas *responsáveis*, às pessoas que sequer com essas *oportunidades* conseguem lapidar suas *capacidades* criativas, a única *oportunidade* que lhes

resta é o perecimento. Portanto, as estratégias delineadas pelo capital criativo pretendem assegurar a responsabilidade que cada um tem sobre a sua existência. Trata-se de cálculos acurados na tentativa de manter uma reserva política enquanto continuidade da conduta resiliente e uma reserva econômica como mão de obra a ser utilizada quando necessário. Ora, a política neoliberal funciona desde que se garanta aos indivíduos possibilidades de existência dentro de certos níveis de *sobrevivência*. Daí a tentativa de ofertar *oportunidades* através das políticas públicas visando constituir uma técnica reguladora da sociedade. As políticas públicas servem para auxiliar aqueles que delas precisam num dado momento, e somente nesse momento em que delas precisam.

Tais programas impulsionam políticas nacionais de investimento no capital humano-criativo e de *melhoramento* do capital criativo, este último para incentivar o mínimo de habilidades ou talentos como *capacidade* de obter os recursos necessários para se autossustentar, afinal, a premissa desde o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), em 1990, era de que “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações⁶⁶”. Em tempos de paz, algumas medidas são adotadas para controlar o nível de investimentos e aumentar o ranking nos índices de *desenvolvimento humano*. As técnicas mudam conforme os requisitos protocolares, portanto, o alvo dos procedimentos eugênicos é para não deixar procriar a miséria e conter a violência, muitas vezes na suposta correlação desta última com a pobreza. Com base nesse discurso, regula-se, então, aquilo que compromete a funcionalidade das políticas de combate à pobreza, inclusão e da chamada *cultura de paz*.

Nesse sentido, a formação de instrumentos com o propósito de estabelecer o *desenvolvimento humano*, estreitamente relacionado à noção de segurança, exige o cumprimento *favorável* de metas por parte dos Estados. No RDH de 2019⁶⁷, encontra-se a relação entre *vulnerabilidade* e a possibilidade de revolta quando, logo no primeiro parágrafo do prefácio, conecta-se a quantidade de “protestos que têm assolado diversos países” com o aumento de “uma nova geração de desigualdades” no *desenvolvimento humano*. A sugestão mencionada no relatório para evitar qualquer insubmissão consiste na sustentabilidade econômica e social. Dentre as recomendações econômicas, indica-se amortecer, restaurar e financiar as dívidas de longo prazo de países pobres ou em desenvolvimento, no intuito de minimizar o superendividamento e atender aos propósitos do *desenvolvimento sustentável*. “Os indicadores de sustentabilidade econômica são as poupanças líquidas ajustadas, o serviço

⁶⁶ Disponível em: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-rdh.html> > Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

⁶⁷ Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf> Acesso em 29 de maio de 2020.

da dívida total, a formação bruta de capital, a mão de obra qualificada, a diversidade das exportações e as despesas com investigação e desenvolvimento” (RDH, 2019, p. 293). A sustentabilidade social baseia-se na redução das desigualdades no *desenvolvimento humano*, visto que, segundo o relatório, as desigualdades “prejudicam as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas no governo, nas instituições e entre si”, além de dificultar a “implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (Ibidem, p 1). E para que haja menos desigualdade, orienta-se investir mais no capital humano-criativo.

Ao perguntar com que forma de desigualdade nos deveríamos preocupar, em última instância (“Igualdade de quê?”), Amartya Sen argumentou que as capacidades das pessoas — a liberdade de fazer escolhas quanto à sua vida — são cruciais. As capacidades estão no âmago do desenvolvimento humano. O Relatório vai nesse sentido e explora as desigualdades ao nível das capacidades. As capacidades evoluem consoante as circunstâncias, os valores e a mudança nas exigências e aspirações das pessoas. Hoje em dia, possuir um conjunto de capacidades básicas — as associadas à ausência de privações extremas — não é suficiente. As capacidades avançadas têm vindo a tornar-se essenciais para que as pessoas assumam a responsabilidade pela ‘narrativa das suas vidas’ (Ibidem, p. 6).

Por conseguinte, os problemas inerentes a cada país relativos ao *desenvolvimento humano* seguem as orientações globais ditadas pela ONU. O jogo abrange metas, negociações, subterfúgios, etc., com a finalidade de os Estados-membros cumprirem com os compromissos traçados. Em troca, cada um dos Estados-membros espera que seja definida a sua posição no mercado concorrencial global, posição esta delineada com base nas compensações exigidas por diferentes grupos de interesses económicos locais. E foi nesse contexto que se inseriu, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶⁸, o conceito de *desenvolvimento humano*. Tal conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD. O IDH, desde a década de 1990, é o instrumento fundamental para implementar políticas públicas em países avaliados por especialistas como *vulneráveis*. “O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita” (PNUD). O IDH não exclui o PIB, medida socioeconómica empregada pelos Estados, mas, segundo as informações do PNUD, a finalidade é encontrar o “bem-estar social” nas “oportunidades e capacidades das pessoas”, e não indicar o lugar para se viver, nem apresentar métricas de felicidade.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

O cálculo do IDH⁶⁹ apoia-se em três pilares constitutivos. O primeiro refere-se à saúde avaliada pela expectativa de vida (longevidade). O segundo, à educação mensurada pela média de educação de adultos a partir dos 25 anos, bem como pela “expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar” e a sua permanência no “número total de anos de escolaridade”, o que vai garantir o investimento em capacidades. O último baseia-se no padrão de vida estimado pela “Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar” (PNUD). Pelo seu caráter flexível, outros indicadores são incluídos de acordo com adaptações metodológicas para traçar novas projeções.

Uma maneira de atender aos cálculos previstos pelo IDH decorre dos avanços na medicina, associados à biotecnologia e que prometem prolongar a vida *saudável*. Empresas investem milhões de dólares na área que estuda o genoma humano visando a prevenção, o tratamento de doenças e a longevidade. Contudo, dentro do conceito de *desenvolvimento humano*, isso é para os poucos que realizaram, com *responsabilidade*, boas escolhas entre uma gama de *oportunidades*. Os termos terceira idade e melhor idade foram forjados para camuflar o envelhecimento. A velhice ativa e com sucesso, “conforme as verdades discursivas propagam”, produz uma existência “bem-comportada”, a qual segue as indicações ofertadas pelo “mercado da saúde sobre os cuidados do corpo”. O corpo saudável é difundido como qualquer coisa que depende do esforço pessoal durante quase todas as etapas da vida (TÓTORA, 2013, p. 9). O alastramento de que é possível postergar o envelhecimento faz com que a velhice seja vista como algo indesejável.

O corpo velho improdutivo denota um dos maiores estorvos hoje. Dados veiculados pela ONU⁷⁰ apontam que haverá, até o ano de 2030, mais velhos que jovens no planeta. E com base nos pressupostos do capital criativo, os velhos incapazes de aprimorar suas *capacidades* criativas para assegurar sua existência, seja por condições físicas ou financeiras, tornam-se um empecilho ainda maior. Não por acaso, a corrida para a reforma previdenciária é impulsionada por quase todos os Estados. A proposta consiste em cada trabalhador capitalizar recursos obtidos por conta própria, enquanto trabalhava, para se sustentar na velhice, nenhuma novidade dentro da racionalidade neoliberal, porém, isto também é para poucos. Michel Foucault, ao problematizar o projeto social promovido pela racionalidade neoliberal, constata que todo indivíduo deve ter rendimentos suficientes para “se garantir por si mesmo contra os riscos que

⁶⁹ Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

⁷⁰ Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2019/09/1048252>> Acesso em: 11 de dezembro de 2019.

existem, ou também contra os riscos da existência, ou também contra essa fatalidade da existência que são a velhice e a morte” (FOUCAULT, 2008, p. 197).

No Brasil, a fome mata mais velhos que crianças: em 2016, quase cinco mil pessoas com mais de 60 anos morreram de fome (LAZARO et al., 2018). O corpo caquético, sem condições de desempenhar qualquer habilidade ou talento para melhorar sua *capacidade de sobrevivência*, sucumbe. Para a especialista em direitos da ONU Rosa Kornfeld Matte⁷¹, os dados demográficos alertam para as *vulnerabilidades* específicas dos velhos, os quais, segundo ela, não são protegidos por nenhum instrumento particular dos direitos humanos, prejudicando, em termos de política global, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Logo, a especialista faz um apelo para esquadrihar, no âmbito das políticas internacionais, novas condutas.

Quicá a estimativa de aumentar essa camada populacional nas próximas décadas seja alterada, pois a atual pandemia pelo novo coronavírus registra como grupo de *risco* os corpos velhos. A quantidade elevada de mortos, reportada pelos países, está na faixa de idade acima dos 60 anos. As preocupações da especialista Matte, veiculada em setembro de 2019 no site da ONU, já apontavam na direção dessa camada populacional *onerosa* para todos os Estados. Assim, os meios de comunicação noticiam velhos encontrados mortos, abandonados em asilos na Espanha, na França, na Inglaterra, na Suécia, e certamente a lista será muito mais extensa. Na Alemanha, as autoridades indicam que os velhos sejam assistidos em suas casas ou asilos para desobstruir hospitais. Na Itália, os profissionais da saúde determinaram que se deixasse morrer pessoas a partir dos 80 anos. No contexto da corrente pandemia, os corpos com maior possibilidade de óbito precisam deixar vagos os leitos hospitalares. O lugar deve estar disponível para os mais *saudáveis*, passíveis de serem *recuperados* e aproveitados rapidamente nos circuitos econômicos. O cálculo custo-benefício é realizado segundo a *expectativa* de vida *produtiva*. Contudo, ainda é muito cedo para aventar quais serão os efeitos políticos, sociais, culturais e econômicos desta pandemia.

Enfim, outro instrumento pungente do PNUD são Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Conforme o PNUD⁷², os ODM visavam combater a pobreza, a fome, prevenir doenças, ampliar o acesso ao ensino primário, entre outras finalidades voltadas ao desenvolvimento. Ainda de acordo com o programa, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, durante a

⁷¹ Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2019/09/1048252>> Acesso em: 11 de dezembro de 2019.

⁷² Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/background.html/>> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

Conferência Rio+20, “iniciou-se o processo de discussão para a adoção de um conjunto de objetivos globais que atendessem à integração social, econômica e ambiental do planeta. Em 2015, na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, foram aprovados, por unanimidade pelos países-membros da organização, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (PNUD⁷³). Não se trata, na abordagem aqui proposta, de aprofundar a análise dessa Agenda⁷⁴, apenas ressaltar alguns pontos do preâmbulo do documento para evidenciar como tanto o IDH quanto ODS contêm, em seu cerne, elementos eugênicos abonados globalmente por instâncias internacionais e nacionais, mediante iniciativas públicas, privadas, humanitárias, entre outras tantas comprometidas em salvar a vida humana e o planeta.

Destaca-se, inicialmente, a proposição de constituir “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”, buscando “fortalecer a paz universal com mais liberdade”. E que pretende ainda erradicar a pobreza do planeta como “requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ODS, Preâmbulo). Portanto, nada deve escapar da mira da ONU e de todos os negociadores pendurados neste projeto megalomaniaco que visa gerir a vida humana, o orgânico, o inorgânico, a morte, no agora e no futuro. Conclamam-se “[t]odos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa” a implantarem esse plano com a convicção de “libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta”. O compromisso é de *todos* os países e não só dos desenvolvidos, pois *todos* são vistos como *responsáveis* pela virtual *doença* do planeta. A redação prossegue com a orientação de tomar medidas “ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente”. A *urgência* dessas medidas consiste em adequar, sob o manto da resiliência, sujeitos e ambientes considerados *vulneráveis*, para eliminar aquilo que se apresenta como perigo latente. “Os ambientes seguros, por conseguinte, necessitam de penalizações ampliadas a céu aberto e de criminalização de novas condutas como efetivação de direitos para sedimentar a cultura de paz e formação do cidadão resiliente” (PASSETTI et al., 2019, p. 102).

Acorde com dados divulgados pela ONU⁷⁵ em julho de 2019, perto de 820 milhões de pessoas tiveram insuficiente acesso a alimentos em 2018, nove milhões a mais que no ano anterior, sendo o terceiro ano consecutivo em elevação. “Nossas medidas para abordar essas

⁷³ Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/background.html>> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

⁷⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

⁷⁵ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fome-aumenta-no-mundo-e-atinge-820-milhoes-de-pessoas-diz-relatorio-da-onu/>> Acesso em: 8 de dezembro de 2019.

tendências preocupantes terão que ser mais enérgicas, não apenas em escala, mas também em termos de colaboração multissetorial”, disseram os oficiais da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), no prólogo do relatório intitulado: “O estado de segurança alimentar e a nutrição no mundo. Proteger-se frente à desaceleração e o enfraquecimento da economia⁷⁶”. Segundo o relatório, a fome aumentou nos países que apresentaram crescimento econômico estagnado, particularmente os considerados de renda média e os que dependem do comércio internacional de matérias-primas. Ainda no documento, afirma-se que a desigualdade de renda cresce nos países onde a fome aumenta, tornando a situação pior para os mais pobres e *vulneráveis*. As regiões apontadas como *vulneráveis* economicamente e com *insegurança* alimentar são América Latina, Caribe, África e o sul da Ásia.

O site *Worldometers*⁷⁷, traduzido em 34 idiomas, coleta informações de organizações internacionais como ONU, OMS, FAO, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras, disponibilizando, em tempo real, dados, estimativas e estatísticas sobre população mundial, economia, sociedade, meios de comunicação, meio ambiente, alimentação, energia, saúde⁷⁸. No dia 9 de dezembro de 2019, no item alimentação, subitem “pessoas que morreram de fome hoje”, antes de findar as 24 horas, às 20h e 50 minutos, a contagem era de 26.615 pessoas, e o contador não parava de adicionar dígitos. Portanto, aproximadamente 10 milhões de pessoas morrem de fome anualmente no planeta. Como cumprir a meta até 2030 de fome zero preconizado pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? A *insegurança* alimentar converte-se aos olhos dos especialistas e dos países desenvolvidos, em especial, os da Europa Ocidental e os EUA, num perigo a ser combatido.

A tensão encontra-se em, por um lado, conter os deslocamentos de pessoas, principalmente para os países acima destacados e para um punhado de países em desenvolvimento – que, aliás, devem preservar os índices de crescimento econômico em níveis aceitáveis, evitando outras correntes migratórias –, e, por outro, inerente a isso, manter as pessoas em suas regiões melhorando as condições mínimas de sobrevivência com o propósito de aumentar a capacidade produtiva local. Afinal, segundo as definições do PNUD, o IDH

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>> Acesso em: 9 de dezembro de 2019.

⁷⁷ Disponível em: <<https://www.worldometers.info/sources/>> Acesso em: 9 de dezembro de 2019.

⁷⁸ Disponível em: <<https://www.worldometers.info/pt/>> Acesso em: 9 de dezembro de 2019.

“não é uma representação da ‘felicidade’ das pessoas, nem indica ‘o melhor lugar no mundo para se viver’”. Para os formuladores do RDH Amartya Sen e Mahbul ul Haq, desde 1990, o relatório serve de ferramenta para os Estados investirem adequadamente na produção de estatísticas satisfatórias e para que todos os sujeitos tenham informações com as quais sejam mais conscientes de sua participação, “ajudando na solução dos problemas tratados pelo relatório”⁷⁹. É a cristalização do capitalismo planetário conduzido pela racionalidade neoliberal “depurada e incrementada para imbuir cada indivíduo como capital humano e agente de si” (WILKE, 2017, p. 11), bem como melhorar o capital criativo.

Cabe ainda salientar como esses arranjos globais colaboram com algumas forças reativas dedicadas a reconstituir o patriotismo. A democracia política introjetou nos sujeitos um patriotismo que desde o final do século XIX, de tempos em tempos, ressurge para cumprir simultaneamente uma dupla função: fixar os *cidadãos* naquilo que avaliam como *sua nação* e fortalecer o poder do Estado. A soberania da democracia e o patriotismo geram nos sujeitos o exercício de exigir seus direitos de cidadania e, portanto, um nacionalismo em potencial. Na esteira da análise de Michel Foucault (1992), e conforme já exposto, o Estado democrático liberal, quando absorveu a noção de raça como componente fundante, recuperou a oposição entre grupos inimigos e a formação da unidade política pela conquista, provenientes da Idade Média. Essa configuração direcionou-se, de modo concomitante, à constituição de uma sociedade biologicamente monística e à regulação interna da heterogeneidade.

O cientista político Yascha Mounk, doutorado em Harvard, onde também ministrou aulas, aborda a funcionalidade do patriotismo na contemporaneidade. Para ele, a questão da xenofobia em ascensão e “o discurso de ódio crescendo com a proeminência da internet” relacionam-se a não terem sido colocados efetivamente em prática os princípios universais da democracia liberal (MOUNK, 2019, pp. 244-246). Mounk mostra uma alternância entre a esquerda e a direita em prol do patriotismo. Segundo ele, a direita tem como alvo rejeitar as minorias enquanto direito ao pertencimento da nação, e a esquerda reivindica a diferença “entre cidadãos de raças e religiões distintas a ponto dos laços entre eles parecerem se dissolver” (Ibidem, p. 248). A proposta do autor consiste no “patriotismo inclusivo”, com o propósito de assegurar “a tradição democrática multiétnica para mostrar que os elos que nos unem vão muito além da etnia e religião” (Ibidem). Sua sugestão para rescindir o medo da democracia multiétnica versa na garantia dos princípios liberais em todas as esferas. Tendo isso em vista,

⁷⁹ Disponível em: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-rdh.html> > Acesso em: 10 de janeiro de 2020

como, então, o referido “patriotismo inclusivo” determinaria quem são os *verdadeiros* compatriotas?

Mounk indica, ainda, o “nacionalismo inclusivo”, resultado desse mesmo patriotismo, que mira para uma política “de integração liberal”, mediante a qual se possa, por um lado, “proteger os direitos das pessoas que já estão no país e advogar para que a porta permaneça aberta a parentes próximos de residentes e a imigrantes muito qualificados”, por outro, aprimorar a capacidade de “rastear e controlar” de modo a garantir que quem entre no território não seja alguém que infrinja os “princípios da democracia liberal” (Ibidem, pp. 253-255). Justifica-se, assim, a necessidade de fronteiras mais monitoradas contra eventuais ameaças à segurança nacional, o que implica identificação e remoção de *suspeitos*. Ora, todos esses procedimentos já formam parte da democracia liberal. Enquanto houver Estado haverá uma parcela de cidadãos articulados com os aparelhos estatais para defender a *integridade* e a *supremacia* social de ameaças internas e externas suscetíveis de comprometer a tão defendida *peculiaridade*. Somente com a abolição do Estado é que deixariam de existir as categorias de imigrantes e refugiados.

Hoje, os Estados são convocados a agir de maneira integrada segundo as prescrições globais provenientes da ONU, pois a segurança nacional ampliou-se para a segurança universal, em nome da *segurança humana*. Helena Wilke constata que a noção de *segurança humana* se constitui a partir da virtual ameaça dos fluxos globais, estabelecendo-se como uma estratégia absorvida pelas condutas individuais. Isso demonstra que, no neoliberalismo, não há somente interesses econômicos, “mas a utilidade na reprodução de um senso de responsabilidade compartilhada configurada como uma *racionalidade*, política ainda que para tanto seja fundamental a identidade de cada um com seu local, sua nação, seu ambiente específico” (WILKE, 2017, p. 138, grifo da autora).

Com o avanço dos sistemas biométricos, as câmeras integradas ao reconhecimento facial tornaram-se facilitadoras do monitoramento de fronteiras e dos considerados *suspeitos*. Isso aconteceu gradualmente a partir do decreto assinado pelo presidente dos EUA George W. Bush logo após o 11 de Setembro de 2001, intitulado de Lei Patriótica (*Patriot Act*⁸⁰), com a finalidade de fornecer ferramentas apropriadas para interceptar e obstruir o *terrorismo*. A tecnologia de reconhecimento facial, interligada, por exemplo, às redes sociais como o Instagram, classifica, pelas fotografias publicadas, os virtuais *criminosos*. Pesquisas realizadas

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.justice.gov/archive/ll/highlights.htm>> Acesso em: 25 de agosto de 2019.

na Universidade Jiao Tong de Xangai⁸¹ afirmam ser possível prever a criminalidade de acordo com a curvatura dos lábios, a distância do canto interno dos olhos e do chamado ângulo nariz-boca. Uma prática eugênica compatível, portanto, com a teoria lombrosiana.

Alguns webdesigners, designers digitais, fotógrafos e artistas efetuaram projetos para desconfigurar os algoritmos computacionais dos sistemas biométricos de segurança. Entre eles, encontra-se o projeto *Hyperface*⁸², desenvolvido pelo webdesigner e fotógrafo Adam Harvey, visando *confundir* os circuitos de reconhecimento facial, apresentando-lhes milhares de acertos falsos que não condizem com os rostos reais. Os padrões têxteis produzidos por Harvey conseguem modificar o ambiente ao redor da pessoa, pelas roupas usadas pelo próprio indivíduo ou por alguém próximo dele. Hoje, Harvey é colaborador do projeto “tábula rasa⁸³”, financiado pela União Europeia, relativo à segurança biométrica justamente para identificar o fenômeno de “falsificação”, quando usados materiais do cotidiano como maquiagem, roupas, fotografias, gravações de voz e impressões digitais falsas capazes de subverter ou atacar os sistemas biométricos. Ou seja, a resistência inicial foi capturada e o capital humano-criativo passou a servir, com sua atuação eficiente, à política fincada na segurança da liberdade liberal.

Não obstante, a redução do fluxo migratório de modo algum ocasiona o total impedimento de entrada nos países considerados desenvolvidos, porquanto os imigrantes ou refugiados servem como mão de obra barata e para apoiar propostas partidárias interessadas em angariar adeptos locais *sensibilizados* por tais causas. Na esperança de serem aceitos, esses imigrantes e refugiados compactuam com os discursos eleitorais embora sejam constantemente perseguidos “no modo racial”, como assinalou Jean-Louis Vullierme (2019, p. 90) referindo-se aos EUA, mas perfeitamente aplicável aos demais países. Além disso, o efeito do fluxo migratório ministra a construção de programas *humanitários* como o Programa dos Voluntários das Nações Unidas⁸⁴ que apoia iniciativas de paz implantando projetos de segurança, proteção do Estado de direito, educação eleitoral e defesa dos direitos humanos. Os voluntários, inclusive, *capacitam* líderes jovens, profissionais aposentados, mulheres, formadores de opinião, na expectativa de resolução de conflitos e *segurança* comunitária dos chamados *vulneráveis*. Eles ainda estão presentes nas questões de saúde, em especial, o combate à AIDS,

⁸¹ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2017/jan/04/anti-surveillance-clothing-facial-recognition-hyperface>> Acesso em: 25 de agosto de 2019.

⁸² Disponível em: <<https://ahprojects.com/hyperface/>> e em <<https://ahprojects.com/>> Ambos os sites acessos em: 25 de agosto de 2019.

⁸³ Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_13_924/> Acesso em: 25 de agosto de 2019.

⁸⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/voluntariado/>> Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

e nas ações ambientais em prol do *desenvolvimento sustentável*. Trata-se de descobrir ou implantar *capacidades* visando que cada um consiga obter a sua renda, desde que amparadas as práticas democráticas para defender uma paz *compartilhada*, suscetível de operações militares na *prevenção* de qualquer ameaça à *comunidade* global.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁸⁵ que também segue as diretrizes da Agenda 2030, o panorama da economia global foi comprometido devido ao aumento das tensões comerciais entre China e EUA, à retração nos investimentos de empresas em países em desenvolvimento, à elevação da dívida pública e empresarial. O Banco Mundial anuncia, desde agora, a redução de empréstimos a países pobres por conta dos conflitos comerciais e da incerteza de crescimento global. Diante dessa declaração, novas metas deverão ser cumpridas pelos Estados para atender às demandas de organizações internacionais comandadas pela ONU. No intuito de *otimizar* as metas, o Estado atua como gestor local e organiza um planejamento estratégico com o objetivo de investir em políticas sociais apropriadas, as quais devem garantir maior capacidade de barganha. Para que isso seja possível, assessora os setores *competentes* acerca das melhores maneiras de utilizar o orçamento – ação essencial na geração de vantagens competitivas. E os setores a serem atendidos oscilam consoante as políticas de parceria global orientadas para o *desenvolvimento sustentável* e para a instauração de sociedades *pacíficas-resilientes*. Ainda se encontram pessoas que defendem a atuação do Estado para proteger os setores pobres da sociedade, como se não fosse a sociedade o objetivo primevo nas intervenções estatais corriqueiras, primordialmente os mais pobres, como já evidenciado. Enfim, o relatório recomenda medidas de curto e longo prazo. Em curto prazo, os países precisam “proteger a renda de maneira a neutralizar adversidades econômicas”. A longo prazo, recomenda-se investir “nos períodos de crescimento econômico, a fim de reduzir vulnerabilidade econômica, construir capacidade para suportar distúrbios econômicos e se recuperar rapidamente”. A solução seria equilibrar políticas inclusivas com objetivos de diversificar a economia. Por último, o relatório enuncia uma advertência: “esse tipo de transformação só se tornará realidade se políticas fortalecerem efetivamente a resiliência econômica dos países para salvaguardar a segurança alimentar e nutrição nos períodos em que a economia desacelera ou contrai” (FAO, 2019, pp. 128-129). Novamente coloca-se em prática a elasticidade da resiliência, assegurar o mínimo de subsistência para sobreviver.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>> Acesso em: 9 de dezembro de 2019.

A produção de verdades no escopo do capitalismo na forma de mercado concorrencial global e da democracia – neste caso, uma democracia mais inclusiva-participativa – provém do governo instituído pela relação entre Estados e ONU, esta última atuante em suas abundantes ramificações. Por esse motivo, o monitoramento é peça-chave no abastecimento de dados e age como termômetro ao proporcionar informações, quando se julga adequado atuar mediante programas da ONU, projetos estatais ou assistência humanitária, pois é preciso encontrar um *equilíbrio* para que nem todos pereçam. Além disso, numa política sistêmica, aberta a influências externas e a variações nos processos políticos, o *feedback* é essencial para regularizar as *perturbações* no ambiente. Para David Easton, por meio dos *inputs*, torna-se possível captar os efeitos de eventos e condições de contexto, desde que tenham relação com a persistência do sistema político vigente. Segundo ele, sem a utilização do conceito *input*, seria mais difícil deliberar acerca da operacionalidade a ser adotada sobre os setores que alteram a esfera política. “Os *inputs* servirão de variáveis-resumo, concentrando e espelhando tudo o que é relevante no contexto em função da tensão política” (EASTON, 1970, p. 194). Por sua vez, os *outputs* organizam os resultados decorrentes de atividades praticadas pelas pessoas em resposta às “decisões e ações das autoridades” (Ibidem, p. 196). Os *outputs* colaboram para influenciar os fenômenos sociais e auxiliam a delimitar “cada grupo de *inputs* que se sucedem em direção ao sistema político” (Ibidem). E no meio desse movimento, localiza-se o *feedback*, cuja finalidade recai em tornar possível a decisão dos processos mediante os quais o sistema deve lidar com a tensão. Ou seja, aproveitam-se os dados fornecidos pelo *feedback* no intuito de realizar futuros ajustes. “Se ações devem ser tomadas como meio de satisfazer demandas ou criar condições que as satisfaçam, a informação sobre cada grupo de *outputs* tem que ser alimentada por *feedback*. Sem o *feedback* da informação sobre o que está acontecendo no sistema, as autoridades teriam que atuar às cegas” (Ibidem, 197). Por conseguinte, tais categorias de análise sistêmica podem ser consideradas partes constitutivas do monitoramento e servem para subsidiar a produção de um conjunto de procedimentos direcionados tanto para a adequação dos sujeitos, quanto para o controle de possíveis *alterações* provocadas pelas resistências.

a vida não cabe em projetos

O capítulo mostrou de que maneira se organiza a governamentalidade atravessada pela tecnologia de poder proveniente do governo da *criatividade* e como as atividades projetuais

desenvolvidas no campo do design se aderem aos diferentes desígnios da ONU sustentando os objetivos da racionalidade neoliberal e permeando, de forma quase imperceptível, as ações dos sujeitos. Para viabilizar os pressupostos de reconhecer-se criativo, conduzir a própria conduta e a dos outros com criatividade, vidas são traspassadas por projetos, na esperança de um *futuro melhor* em que reine a *paz*. Motivo pelo qual a democracia liberal representativa-inclusiva-participativa não prescinde do que já está em seu âmago: medidas de *segurança*. Além disso, a diversidade cultural – do núcleo do multiculturalismo –, que apresenta como elementos fundamentais a tolerância, o respeito, a autoestima, a empatia, atua como fator impulsionador na propagação dos direitos de minorias, visando o conformismo, e, para assegurar um ambiente sem *perturbações*, atendendo à cultura de paz, criminalizam-se condutas insubmissas que enfrentam as formas de governo decorrentes de planejamentos nacionais e programas internacionais.

Os designers trabalham, desde meados da década de 1970, nas entrelinhas da consolidação da racionalidade neoliberal e do crescimento econômico enquanto política social. Uma das primeiras contribuições foi a divulgação de que só a pesquisa estatística, como instrumento para identificar dados previsíveis e exatos, não dava conta, sobretudo, em contextos estimados *complexos* e *dinâmicos*. Outras metodologias foram, então, operacionalizadas com o propósito de apanhar informações relativas aos aspectos particulares do ambiente cotidiano e até mesmo às preocupações, desejos e esperança futura dos indivíduos. Um projeto expressivo aprovado pelo PNUD e pela UNESCO em 1978 foi o Centro de Design Industrial - CDI (*Industrial Design Centre* - IDC) no Instituto de Tecnologia da Índia em Bombaim⁸⁶ ou, oficialmente, Mumbai. Segundo os dados fornecidos no documento publicado pela UNESCO em 1984, o projeto finalizado em dezembro de 1983 obteve um financiamento de quase 400 milhões de dólares do PNUD. O investimento estratégico num país pobre como a Índia serviu de laboratório para testar técnicas de desenvolvimento econômico condicionadas a enfrentar os desafios competitivos internacionais. A premissa era estabelecer um ambiente de design mais *humano* apoiado em conhecimentos científicos e tecnológicos com o intuito de atender à demanda de melhores capacidades.

Cabe lembrar que, em paralelo, foram maturadas as pesquisas sobre o *desenvolvimento humano* pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq englobadas pelo PNUD, cujas proposições tangenciam o projeto do CDI. Os estudos relacionados a um *bom design* deviam estar presentes em produtos, equipamentos, meios de comunicação visual e escolas. A

⁸⁶ Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000064990>> Acesso em: 29 de maio de 2017.

instalação de um órgão central previa prestar assistência à indústria, dedicar-se ao trabalho de pesquisa e desenvolvimento, realizar programas educacionais, organizar cursos de treinamento e disseminar informações. O objetivo imediato consistiu em desempenhar funções específicas nas áreas de design ambiental, ergonomia, design e desenvolvimento industrial, treinamento de profissionais, educação, produção de informações, intercâmbio de dados interempresarial, trabalho de consultoria. Para tanto, o projeto contou com professores de diferentes campos de conhecimento das universidades de países classificados desenvolvidos e profissionais destacados na esfera do design.

As metodologias planejadas pelos designers foram ampliando-se a ponto de a atividade do design deixar de ser associada à estética formal de produtos para passar a ser considerada uma forma de pensar ou design *thinking*, isto é, literalmente pensar como designers (VIANNA et al., 2012). Design *thinking* é um conjunto de procedimentos que se adjudica a competência de identificar problemas e apresentar soluções adequadas. Adotado por empresas, indivíduos, instituições de ensino e organizações governamentais, tem como premissa inserir, no cerne dos desenvolvimentos projetuais, a vida das pessoas com o interesse de estimular aspectos criativos para possibilitar a inovação. Inovação essa tida como horizonte das *capacidades* concorrenciais em negócios, atividades profissionais, orientações educacionais, determinações políticas e nas relações entre sujeitos. A noção de design *thinking* foi divulgada na Universidade de Stanford nos EUA pelo designer Rolf Faste, que atuou como designer de acessibilidade e consultor no projeto de Bombaim (CDI). Ele, desde a década de 1970, havia aplicado experimentos com a finalidade de promover habilidades criativas na educação (FASTE, 1972). O método de pensar como designers impregnou diversas universidades dos EUA em diferentes produções de saber. Herbert Alexander Simon, economista estadunidense da Universidade de Chicago, laureado com prêmio Nobel em ciências econômicas em 1978 pelo processo de tomada de decisões em organizações empresariais, iniciou sua pesquisa questionando-se o porquê, após a II Guerra Mundial, de os currículos escolares não terem se concentrado nas ciências *artificiais*, ficando as escolas estancadas em conhecimentos tradicionais. A *renovação* dos projetos educacionais está sempre presente quando se precisa atender ao mercado. Para Simon, todas as pessoas conseguem projetar e planejar suas ações destinadas a mudar as “circunstâncias existentes em situações preferidas”. O economista sugere usar a atividade projetual desde a produção de artefatos materiais, passando pela prescrição de remédios para alguém doente, até o planejamento de negócios empresariais ou “uma política de bem-estar social para um Estado” (SIMON, 1996, p. 111).

As estratégias referentes ao pensar como designers foram, aos poucos, introduzidas na educação, intercedidas por técnicas capazes de incutir, nos programas educacionais, processos criativos com o objetivo de ensinar como devem ser afastadas quaisquer ameaças e obstáculos que impeçam a autorrealização. Em concomitância, modificaram-se as práticas de trabalho, no escopo do empreendedor de si, tornando-as mais flexíveis, embora apreendessem todo o tempo do indivíduo como tempo produtivo, e fazendo com que cada um assumisse a responsabilidade pela própria *sobrevivência* sustentável, conforme o projeto social neoliberal que é, em si, o de desenvolvimento econômico. Desse modo, as subjetividades produzidas neste contexto evidenciam táticas de governo que direcionam os indivíduos pelas múltiplas superfícies da *melhor escolha*.

Também, neste capítulo, se expôs a emergência do capital criativo acoplado ao capital humano, cujo atributo consiste em focar nas capacidades individuais talento e habilidade, consideradas inatas e compreendidas como recursos raros suscetíveis de entrar nos cálculos econômicos em *oportunidades* alternativas. Ao diagnosticar o capital criativo, constatou-se a atualização de práticas eugênicas, posto que quem não apresenta condições de valer-se por si só, a partir de suas qualidades criativas e com os meios oferecidos em seu ambiente circundante, perece. Ora, concebe-se, nessa visão, que, se sequer habilidades e talentos são capazes de livrá-lo de todos seus pesares, então não há mais motivo para que continue vivo. O indivíduo passa a ser o incapaz, o inepto, aquele com falta de vontade, o que não merece, portanto, nenhuma atenção.

O capital humano é formado por fatores inatos e/ou adquiridos. No adquirido, vigoram os investimentos realizados no transcurso da vida do sujeito, desde a dedicação dos pais com seus filhos baseada na educação e na preparação prévia dos próprios progenitores, até o empreendimento individual, mirando sempre uma melhor posição e a obtenção de sua renda, com a qual deve sustentar-se e amparar-se dos possíveis riscos. Com a inserção gradual da criatividade na economia o capital humano precisou ser inovado, investindo-se nas capacidades criativas visando soluções efetivas no mercado concorrencial. No capital humano-criativo, então, talento e habilidade são potencializados pela educação formal. Esta conformação irá proporcionar ao sujeito uma qualidade de vida e a probabilidade de escolher morar em lugares que estimulem a sua capacidade *criativa*, sendo essa a qualidade de lugar.

Quando predominam os elementos concebidos como inatos ou inexistem os adquiridos, principalmente os relativos a uma educação formal, a qualidade de lugar assume outra característica. A capacidade criativa, decorrente de talento e habilidade, precisará transformar

os recursos do ambiente em circunstâncias favoráveis para o sujeito sustentar-se e adquirir uma qualidade de vida *mediana*. Pode ocorrer de o indivíduo ter uma educação formal, mas, por questões físicas, como na velhice, não conseguir sua própria renda. Há ainda ocasiões de pauperismo em que as condições materiais impedem a eficácia das chamadas propriedades inatas, e, por último, encontra-se a situação de os indivíduos não apresentarem a capacidade criativa esperada, carecerem de educação formal e estarem na miséria. Em todas elas, o ponto de inflexão reside em atribuir aos elementos tidos como inatos a viabilidade de *sobrevivência*, daí a estratégia eugênica de distinguir os corpos improdutivos e *ineptos* perecíveis daqueles que, pelo seu afinco, conseguem a própria renda para garantir-se diante dos percalços em suas vidas.

Os pobres, os velhos, as crianças, as etnias mais remotas, enfim, todos os classificados como *vulneráveis*, devem revelar a sua *criatividade* em potencial, com a finalidade de *innovar* em sua *sobrevivência*. Programas oriundos da ONU e aplicados pelos Estados, por meio de políticas públicas e ampliação de direitos civis, tornam eficiente a *gestão* da *miséria*. A preocupação no presente pelo aumento da população velha exemplifica a política adepta a responsabilizar cada um pelo seu sustento. Os corpos velhos *reciclados* são aqueles de onde ainda é possível extrair o mínimo de energia econômica e devem apresentar-se de maneira jovial lutando contra o envelhecimento; os outros podem morrer nas filas de hospitais ou em casa, porque foram inábeis para fazer escolhas, programar a vida financeira, e não souberam prevenir-se das doenças nem se preocuparam com o *estilo de vida* que precisavam praticar. Balela dissipada e aceita por uma população toupeira, que só avista uma vida conformada, seguindo o lastro das premissas do protestantismo.

Inúmeros são os corpos-alvos. Entretanto, aqui, interessou mais evidenciar o redimensionamento da eugenia balizada em habilidades e talentos criativos, com os quais é possível conceder certa equidade aos considerados *vulneráveis*. Hoje, multiculturalismo, inclusão e pluralidade promovem o *respeito* pela diferença, tendo em vista a manutenção global da democracia e do desenvolvimento sustentável em nome da *paz*. Trata-se de uma reordenação de prioridades e reorganização dos sistemas políticos, econômicos e sociais. A diversidade *criativa* propiciou a estratificação de uma *variedade* de corpos que se tornaram objeto e alvo de intervenção da economia sob a condução do mercado concorrencial e de um poder político que não estabelece uma política de morte, mas que pretende garantir, em tempos de paz, a *sobrevivência*.

Contudo, é imprescindível destacar que, se bem houve uma aceleração na elaboração de instrumentos reguladores em nível planetário a partir da década de 1990, em paralelo, ações combativas, como o movimento antiglobalização, enfrentaram as formas de governo que buscavam manter o desenvolvimento econômico em ambientes seguros e com condutas *resilientes*. O acontecimento que marca o movimento antiglobalização ocorreu em Seattle (EUA) no final do ano de 1999, quando dezenas de milhares de pessoas vindas de diferentes partes do planeta se reuniram com o objetivo de impedir a realização do encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Devido aos bloqueios feitos pelos manifestantes, a cerimônia de abertura foi interrompida e o encontro dos líderes mundiais foi suspenso sem o acordo de continuidade de agenda.

Esse acontecimento foi uma expressão antissistêmica, relacionada não apenas ao sistema capitalista, mas, à própria política sistêmica balizada pela regulação de *perturbações*, pois as resistências brotavam de maneira contundente e imprevisível. As revoltas manifestavam-se contrárias à organização capitalista globalizada, afrontavam a política de representatividade e lutavam contra as relações de poder inerentes a projetos de transformação social auspiciados pelos Estados ou por líderes políticos nos moldes de lutas populares, as quais, historicamente, mostraram-se apenas funcionais em reivindicações legítimas cujos efeitos provocaram processos de fragmentação, institucionalização e criminalização de condutas. Explicitou-se, assim, uma nova configuração das lutas pelo planeta.

Essa configuração se dá principalmente pelo abandono do discurso anticapitalista clássico, que entendia as injustiças sociais na divisão estrita entre os trabalhadores, vendedores da força de trabalho, e dos proprietários dos meios de produção. Houve uma pulverização de lutas não mais apenas no campo econômico, mas no enfrentamento contra as dominações, sejam elas de classe, etnia, gênero, entre outras (MARESTONI, 2019, p. 31).

Embora Seattle seja a referência inicial dos movimentos antiglobalização, o levante Zapatista de 1994, contra a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), de certo modo, impulsionou as posteriores táticas de revoltas de rua, enquanto resistência à racionalidade neoliberal esparramada globalmente. Dessa maneira, as táticas de revoltas de rua apresentaram traços particulares de confrontos. Configurou-se, naquele momento, uma multiplicidade de táticas que, em algumas situações, convergiam e, em outras, se afastavam. A simultaneidade das diferentes formas de ação sucedidas em Seattle “foi uma prática reafirmada em Praga nos protestos contra a reunião do FMI e do Banco Mundial em 2000” (DI GIOVANNI, 2007, p. 52). Porém, foi neste contexto que, em termos de táticas, começaram a aparecer distinções entre atividades voltadas ao pacifismo, *diálogo*, debate, e a

prática de ação direta dos “mais radicais” (Ibidem, p. 53). De acordo com Julia Ruiz Di Giovanni, as formas de protesto adotadas na virada do século apresentaram o caráter “festivo”, “carnavalizante” e “ativo” em oposição às “passeatas, discursos em carros de som, repetição de palavras de ordem”, conduzidos geralmente por partidos políticos ou sindicatos, que eram a “expressão de uma hierarquia que se [queria] abolir” (Ibidem, p. 56).

Entretanto, é bom lembrar que o ano de 1968 foi um marco nas revoltas de rua sem condução de sindicatos ou partidos políticos e teve ressonância nos quatro cantos do planeta. Michel Foucault, referindo-se especificamente à França assinala como se colocava à política uma “série de questões que não decorriam tradicionalmente do seu domínio estatutário”, por exemplo, “a questão das mulheres, das relações entre os sexos, da medicina, da doença mental, do meio ambiente, das minorias, da delinquência” (FOUCAULT, 2004a, p. 229). Esses assuntos eram dirigidos à política apesar de não formarem parte de qualquer doutrina, nesse sentido, constata Foucault, houve um salto na “liberação do questionamento”, pois eram questões “dirigidas à política, e não reinscrição do questionamento no quadro de uma doutrina política” (Ibidem, p.230). Por conseguinte, a hierarquia e/ou mediações políticas já haviam sido confrontadas décadas antes dos movimentos antiglobalização.

Aquele 68 que revolveu costumes estava sintonizado com as práticas anarquistas de amor livre, cultura livre e educação livre; aversão às autoridades hierarquizadas, condutores de consciência, maestros, catedráticos, famílias falocênticas, juízes das condutas, opondo-lhes atitudes surpreendentes e inconfessáveis. Enunciavam o insuportável e o enfrentavam como incógnitos, anônimos, pessoas comuns. A rebeldia e a revolta tomavam os espaços contra a guerra permanente como revolução permanente, como já sinalizara Proudhon no século anterior. A revolução era e é constitutiva de nossas vidas, não é um conceito, uma palavra a ser banida ou redimensionada, está no calor dos acontecimentos (PASSETTI; SIMÕES, 2018a, p. 1009).

Certamente, o formato carnavalizante modificou os protestos ao fundir divertimento e contestação, todavia, é possível assinalar como os baixos começos dessas práticas estiveram presentes nas contraculturas do final da década de 1960, a exemplo do Festival de Woodstock. Uma característica aproxima Woodstock das manifestações festivas do final da década de 1990: no primeiro caso, foi uma vitória da *paz* e do *amor*, lema difundido na época na esperança de alcançar um futuro mais pacífico; no segundo, o discurso da não-violência durante os protestos pacificou as revoltas e foi a pedra de toque para rachar as mobilizações. Não há, contudo, uma continuidade entre os acontecimentos, pois, enquanto Woodstock situava-se no meio da chamada Guerra Fria sob a premente virtualidade de eclodir uma bomba atômica e afrontava com veemência a guerra no Vietnã, os movimentos no final do milênio já estavam inseridos

numa *cultura de paz* selada e difundida desde 1995 pela Declaração de Princípios sobre Tolerância.

Aliás, foi ao longo da década de 1990 que a concepção de *segurança* aliada ao *desenvolvimento* favoreceria a noção de *segurança humana* com a finalidade de cada um, em conjunto com a sociedade civil organizada, *responsabilizar-se* pelas próprias *escolhas*. E será em nome da *responsabilidade* individual que alguns vão eximir-se de serem tachados de violentos, deslocando as perseguições e a criminalização para os ombros dos chamados *arruaceiros* ou *vândalos*. “Os pacifistas *antiglobalização* reproduzem, nos atos de rua, a politização de uma gestão autônoma do comum já adquirida nos usos horizontais da internet e estão mais do que treinados a exercer sua liberdade de escolha, assim como fazem nas redes sociais digitais ou nos supermercados (...) uma moral econômica de livre escolha, proteção e segurança” (AUGUSTO, 2017, p. 24, grifo do autor).

A divisão nas táticas de confronto durante os movimentos antiglobalização se deu sobretudo entre duas perspectivas de ação: uma que defendia táticas de enfrentamento direto contra as forças policiais, depredação de grandes lojas e bancos; outra que ressaltava as dimensões lúdica, criativa, ativa e não-violenta. O acirramento das diferenças entre os grupos manifestantes com relação ao problema da violência recaiu sobre a tática *black bloc*, vista como uma ameaça dentro dos movimentos antiglobalização. Tática de luta, e não um grupo ou organização internacional como geralmente querem enquadrá-la a polícia, a imprensa, a sociedade civil organizada e alguns acadêmicos (MARESTONI, 2019).

O divisor de águas foi a morte do jovem anarquista Carlo Giuliani em Gênova quando da reunião do G8 em 2001. A partir daí, manifestantes propuseram excluir os que praticavam a tática *black bloc* dos lugares de ação *não-violenta* ou denunciar à polícia os indivíduos considerados agressivos, formando, inclusive, grupos de *segurança* para manter longe de suas marchas quem atirasse pedras ou quebrasse vitrines. “O insuportável do *black bloc*, vinculado imediatamente e de maneira inequívoca à anarquia, forçará situações nas quais a ambígua relação com os temas da ordem terão que se expor, cindindo as afinidades da diversidade multitudinária” (AUGUSTO, 2017, p. 23, grifo do autor).

Acácio Augusto assinala como o discurso da paz vai imprimir “o tom dos ativistas que até hoje se definem como pacíficos”. Ativistas pacifistas preparados para interceptar os que possam causar-lhes *problemas*, “em especial com a polícia, para não deslegitimar a justiça das reivindicações e a ‘beleza’ do movimento” (Ibidem p. 23). Ou seja, ativistas se organizam sob o amparo de uma moral reformista na procura de conciliar o equilíbrio proposto pela política

sistêmica. Política essa ensimesmada em ordenar os confrontos e em coletar dados para gerar técnicas de regulação mediante valores produzidos pelos próprios grupos e de acordo com as particularidades históricas. O suposto perigo atribuído à tática *black bloc* não é pelos ataques “contra os alvos imediatos, como a polícia e as lojas e bancos que simbolizam o capitalismo”, mas porque ela evidencia “uma atitude crítica à maneira como se organizam as manifestações” (Ibidem, p. 24). O insuportável, portanto, está na “crítica às formas pacíficas e ao carnaval organizado dos demais manifestantes” (Ibidem). Na tática *black bloc*, os corpos vestidos de preto colocam em risco a própria vida, pois é nesses corpos em que os defensores da *paz* marcam a sua violência.

A eficácia da produção de saberes, voltada aos processos criativos, encontra-se na modificação econômica e política do século XXI, a qual desencadeou um exercício de governo compartilhado por uma *humanidade* fincada na *diversidade* cultural e tolerância. A *criatividade* tornou-se o instrumento apropriado para implantar a noção de novo e a esperança de *futuros melhores*. Desse modo, se, para alguns autores como Richard Florida (2011), determinados movimentos da década de 1960 geraram o Vale do Silício e a configuração capitalista contemporânea, certos grupos participantes das ações antiglobalização foram capturados, consolidando-se, na contemporaneidade, subjetividades propensas a lideranças ativistas. Muitas das táticas divertidas, criativas e pacíficas foram assimiladas pela racionalidade neoliberal preenchendo a brecha entre a resignação e qualquer confronto reputado intolerável pelas formas de governo que pretendem manter a submissão das condutas. Basta ver como a diversão transfigurada em entretenimento impregnou a educação e o trabalho. Algumas resistências na virada do milênio tornaram-se condutas resilientes quando constituídas em forças *criativas* esperançosas, assumindo o ativismo o protagonismo democrático. Os ativistas agem para organizar as *diversidades*, impulsionando ações políticas flexíveis dirigidas ao empreendedorismo e à inovação.

Embora o conluio continue nas pautas de partidos políticos (esquerda ou direita, tanto faz), em ativistas defensores dos direitos humanos, nos programas humanitários e tantas outras formas de perpetuar essa configuração, resistências estarão sempre candentes, não para se afirmar na continuidade de um *projeto* fundante, mas para romper com verdades estabelecidas, condutas obedientes e, no limite, correr o risco de não ser mais quem se é.

inovar, ativar, conciliar

o design inovador

Durante aproximadamente quatro décadas a chamada Guerra Fria dividiu o planeta em capitalismo e comunismo. Entretanto, com a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991), iniciou-se a modificação das relações políticas e econômicas em níveis planetários alastrando, pelos quatro cantos, a racionalidade neoliberal que já estava instaurada nos países alinhados ao bloco capitalista. O mercado dinamizaria os intercâmbios de bens, serviços ou fatores produtivos, e os projetos de crescimento econômico se tornariam prioridades de implementação nas regiões consideradas em desenvolvimento. A passagem do milênio também foi um marco no avanço da tecnologia digital mudando as formas de comunicação e informação, e, a partir de então, quantidades incomensuráveis de dados começaram a ser disponibilizados pelas redes virtuais, controlados pelos satélites artificiais que orbitam em torno do planeta. O empresário de si, por sua vez, tomou fôlego e embrenhou-se pelo novo milênio empunhando bandeiras de sustentabilidade, ativismos, direitos de minorias, multiculturalismo, democracia pluripartidária, tornando-se progressivamente protagonista das decisões governamentais. Em concomitância, a economia incorporou a criatividade como elemento primordial à inovação e, com isso, indivíduos e empresas adquiriam mais impulso no mercado concorrencial.

Configurava-se um contexto em que se supervalorizava o *novo*. Assim, a análise aqui presente versa sobre a noção de *inovação*, a qual altera os modos de conduzir a gestão de si, os negócios e a política. A corrida pela *novidade* produz efeitos nos discursos pautados em formulações como *nova economia*, termo utilizado desde a década de 1990 para demarcar a transição de uma economia industrial baseada em bens tangíveis para uma de bens intangíveis ancorada na criatividade, ou *nova política*, expressão cunhada no final do século passado a partir dos movimentos antiglobalização em que prevalecem as práticas de horizontalidade, busca incessante por direitos, convocação constante à participação democrática, reivindicação de políticas públicas. Enfim, designações todas que encerram um *novo* condizente com os atributos de *inovação*. Explorar a difusão do conhecimento no âmbito da inovação tornou-se, pois, essencial para que a racionalidade neoliberal aumentasse a competitividade no domínio econômico. E isso conduziu à elaboração de medidas indicativas com o propósito de estabelecer padrões adequados no mapeamento de estudos sobre áreas específicas, empresas e impactos inovadores. Nesse sentido, um trabalho relevante de levantamento de dados e revisão teórica, entre as décadas de 1980 e 1990, resultou na compilação de instrumentos, definições e

metodologias acerca da inovação registrados no “Manual de Oslo” (1990), editado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Também, neste capítulo, estudam-se as procedências e se problematizam os efeitos da economia criativa, intimamente relacionada ao potencial de inovação, para constatar como foi organizada essa modalidade econômica e de que maneira ela transforma espaços, produção, relações de trabalho, práticas políticas e estratégias de governo. De acordo com Luisa Barreto, a noção de economia criativa enfatiza a importância da criatividade como capacidade basilar na constituição da economia, especialmente do capital humano-criativo, e “marca um deslocamento de sentido entre o modelo de produção industrial focado no corpo do trabalhador, sua capacidade física para os processos de gestão, cognição e memória” (BARRETO, 2016, p. 18). Foi a partir da década de 1970 que outras questões começaram a ser inseridas nos roteiros de Estados e organizações internacionais, a exemplo das discussões ecológicas relativas à preservação da natureza, o incentivo da inovação para responder ao mercado concorrencial, a absorção da criatividade pela economia e o estímulo à participação política como prática democrática dentro da sociedade pluralista arraigada no multiculturalismo.

Os assuntos relativos à estrutura de sistemas reguladores relacionados à produção, informação ou consumo, que haviam adquirido preponderância dentro da sociedade nas primeiras cinco décadas do século XX, incorporaram essas outras temáticas. A cibernética, definida como instrumento de controle e comunicação, tinha oferecido um método de projeto voltado ao estudo da interação dos humanos com as máquinas e com os fatores do ambiente, visando, por meio da retroalimentação ou *feedback*, a autorregulação dentro dos limites desejados. Em paralelo, a ciência da computação estabeleceu outra visão de espaço e realidade, alterando a proposição humano-máquina para máquina-humano. Por conseguinte, o uso digital nas indústrias ou nas telecomunicações ocasionou a rápida expansão da microeletrônica, e uma avalanche de empresas recorreu aos serviços oferecidos pelos designers. A inserção maciça da microeletrônica na produção de artefatos mudou a manipulação dos objetos para a chamada interface com os aparelhos, proporcionando um impulso na reconfiguração do design: da materialidade para a *imaterialidade*. Entretanto, para Rafael Cardoso Denis, “todo artefato material possui também uma dimensão imaterial, de informação”. Para ele, os artefatos materiais não operam segundo os “modelos semióticos tradicionais”, pois, ao comunicar informações, “os objetos falam de si mesmos – ou, melhor dizendo, remetem ao nível dos discursos que cercam sua inserção no mundo” (DENIS, 2000, p.59). Ademais, continua o autor, a relevância da imaterialidade proporcionada pela ampliação dos ambientes virtuais favoreceu

a atuação do design na medida em que serve para atenuar a linha divisória entre a conformação do artefato e sua informação.

O *Silicon Valley* na Califórnia abriu caminho para a elaboração de uma *nova linguagem* de produto e os centros de design a aplicaram rapidamente em seus projetos. Segundo Bernhard Bürdek, “em 1982 a revista americana Time nomeou o computador como ‘Homem do Ano’, pela primeira vez não foi nomeada uma pessoa nem um grupo de pessoas, mas um produto quase um símbolo da nova época tecnológica”. Na década de 1980, o propósito residia em dilatar o uso do computador pessoal, “que já existia desde 1979 quando foi desenvolvido por Sthephen Wozniak e Steve Jobs o Apple II” (BÜRDEK, 2010, p. 401). A célere propagação do computador pessoal fomentou, nos designers, o interesse por essa tecnologia em suas atividades projetuais de interfaces e *desmaterialização* dos produtos. De maneira gradual, e em todos os âmbitos, ampliou-se a transmissão de dados pela rede global aumentando a concentração e a capacidade de armazenamento de informações. Ademais, a competição internacional, cada vez mais acirrada, organizou o acesso às informações visando angariar novos mercados. Os arranjos econômicos centrados no avanço tecnológico computacional, bem como o maior fluxo de conhecimentos, favoreceram sistemas de monitoramento, também com a finalidade de controlar pessoas, coisas, informações, produção.

A participação do design nas empresas tornou-se economicamente promissora, e não apenas pela sua produção *intangível*, mas pelos procedimentos de gestão usados nos projetos. Portanto, os métodos do design passaram a ser utilizados para gerir empresas e, a partir da década de 1990, jovens empreendedores e consultores empresariais assumiram as etapas do processo projetual, desde a análise de mercado até a comunicação e inserção mercadológica (BÜRDEK, 2010). Trata-se de práticas direcionadas à *inovação* com base na estratégia de adequar o tecnologicamente realizável, economicamente viável e socialmente desejável, para constituir conjuntos de valores. Essa fórmula, denominada design *thinking* (pensar como no design), ganhou destaque no início da década de 1990 ao ser adotada pela empresa estadunidense de consultoria em design e inovação chamada IDEO⁸⁷.

Na década de 1970, o economista Herbert A. Simon (1996) havia sugerido espalhar a maneira de *pensar* por projetos, como no design, para outras áreas do conhecimento, à época já identificadas às ciências da computação e à administração. Simon considerava esse *pensar* bastante efetivo tanto pelo modo de projetar quanto pela busca da *satisfação* imediata, o que facilitaria as funções decisórias nas empresas. Na visão do economista, tal modelo privilegiaria o

⁸⁷ Disponível em: < <https://www.ideo.com/> > Acesso em: 3 de março de 2018.

homem *administrativo* capacitando-o na obtenção de resultados *satisfatórios* e não *maximizados*. Segundo sua teoria, o importante era alcançar condições mínimas *desejadas*, então, qualquer decisão seria válida desde que fosse bem equacionado o *problema*⁸⁸. Além disso, a proposta recomendava que as tarefas e responsabilidades decisórias não estivessem centralizadas na figura do gestor, mas disseminadas em todos os níveis da empresa e em todos os indivíduos. Modificar o modelo de gestão implicava transformar as *capacidades* individuais, pois era preciso ser criativo para inovar no mercado concorrencial. A aspiração de Simon emplacou no século XXI e a forma de *pensar* por projetos como no design foi integrada às iniciativas cotidianas.

Na trajetória histórica do design observam-se suas alterações de enfoque. Num primeiro momento, os projetos convergiam para o artefato material em seu aspecto funcional-estético; depois o objetivo principal direcionou-se para a relação do sujeito com os objetos, daí os estudos antropométricos e ergonômicos. A partir da década de 1970, sem abandonar os preceitos formais anteriores, começou gradualmente a voltar-se para o *humano* como ser provido de desejos e emoções, gerador de identidades e hábitos, produtor e receptor de linguagens. Suas ações multifacetadas lhe permitem agir em fluxos passageiros, voláteis e mutáveis. Motivo pelo qual as práticas do design utilizam-se da noção de interface, oriunda de diferentes modalidades da informática, como referencial móvel para constituir redes de livre participação, tornando-se, destarte, um instrumental útil às políticas elaboradas no âmbito da racionalidade neoliberal.

A mudança nas práticas econômicas influenciou as atividades projetuais, e assim, na década de 1970, pela primeira vez, discutiu-se, dentro do design, a *boa forma* atrelada ao *bom design*. Pressupostos balizados pelo meio ambiente, estratégias tecnológicas e a responsabilidade social do designer ganharam destaque após as publicações de *Design para um mundo real* de Victor Papanek⁸⁹, designer austríaco (1923-1998), e *O negócio é ser pequeno* de Ernst Friedrich Schumacher⁹⁰, economista alemão (1911-1977). Conforme Denis, Papanek criticou o papel do design voltado ao consumo de massa, colocando como ponto central as questões ambientais e os desafios humanos; suas propostas giravam em torno da solução de problemas sociais concernentes ao *bem comum*. Complementar a tais argumentos, Schumacher não se dirigia ao design especificamente, mas sugeria uma organização econômica e

⁸⁸ Foi consultada também a entrevista com Herbert Simon realizada por Jorge Nascimento Rodrigues para *Janela na Web* e *Executive Digest* da FGV online. Disponível em:

<http://moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/a_gestao_nao_arte.doc> Acesso em: 11 de março de 2018.

⁸⁹ Estudou design e arquitetura nos Estados Unidos na década de 1930. Lecionou em várias universidades dos EUA e Canadá e trabalhou como consultor em Suécia, Inglaterra, Iugoslávia, Suíça, Finlândia e Austrália. Criou projetos de produtos para a UNESCO e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

⁹⁰ Na década de 1930 migrou para a Inglaterra e, depois, aos Estados Unidos para estudar economia. Regressou à Inglaterra, antes da II Guerra Mundial, onde foi assessor econômico do governo britânico de 1950 a 1970.

tecnológica para esse contexto. Ele preconizava abrir mão da procura por avanço tecnológico, considerada pelo economista uma “visão do mundo ocidental”, e incorporar “políticas” direcionadas à distribuição “igualitária da tecnologia existente”, a qual chamava de “tecnologia intermediária” (DENIS, 2000, p. 198). Os objetivos de Schumacher ampliaram-se até hoje sob o manto do desenvolvimento sustentável, a afirmação do mercado concorrencial e o modo de vida empresa. Entre as proposições do economista, encontram-se a criação de indústrias com baixo custo de implantação nas áreas onde as pessoas vivem; métodos de produção simplificados para minimizar as qualificações da mão de obra; redução de despesas com financiamento e comercialização; uso de materiais regionais e produção destinada ao consumo local. Dito de outra maneira, tratava-se de utilizar mão de obra, materiais e tecnologias locais para reduzir custos de investimentos. Segundo o economista: “homens incapazes de agir como empresários ao nível da tecnologia moderna podem, não obstante, ser totalmente capazes de transformar com sucesso uma empresa em escala pequena, instalada na base da tecnologia intermédia” (SCHUMACHER, 1983, p. 196).

Tanto a proposta de Papanek quanto a de Schumacher angariaram adeptos nos âmbitos acadêmicos e empresariais, cujos pontos de vista, embora diferentes, cingiam o processo da racionalidade neoliberal em níveis planetários. No contexto de 1970, essas posições incitaram os países classificados de “Terceiro Mundo” a exigir, no escopo do design, um design com características próprias, sob a argumentação do contraste socioeconômico entre as economias avançadas industrialmente e as exportadoras de *commodities*. As alegações indicavam as dificuldades de passar para o estágio de *desenvolvido*, posto que os países com *atraso* industrial dependiam tecnologicamente ao importar, através das empresas multinacionais, os projetos das matrizes estrangeiras (DENIS, 2000). Não obstante, esses discursos acerca de sair do atraso tecnológico não impediram o alastramento da racionalidade neoliberal com a consolidação do capitalismo em escala global na década de 1980, ao contrário, contribuíram para a sua concretização. Tampouco obstaculizaram as ditaduras nos países do “Terceiro Mundo”, onde alguns grupos opositores procuravam uma mudança escorada no avanço tecnológico industrial para a prosperidade econômica e a democracia política, como solução de *desigualdades*. As próprias ditaduras mostraram o quanto o mercado continuou a expandir-se, inclusive, com aquisições tecnológicas promovidas pelos governos militares, como no Brasil, onde se investiu até em reatores nucleares. Já no Chile, bem como em outros países do Cone Sul, um grupo de economistas oriundos da Escola de Chicago implantou medidas econômicas conduzidas pelo mercado concorrencial e auspiciou o golpe militar. Do mesmo modo, as democracias vigentes

acolheram a racionalidade neoliberal, e não foi “por meio de fenômenos de igualização” que primaram pela política social, “mas por um jogo de diferenciações que é próprio de todo mecanismo de concorrência” (FOUCAULT, 2008, p. 195).

No cerne da racionalidade neoliberal, a economia criativa ganhou impulso ao relacionar cultura e indústria. As denominadas atividades culturais, anteriormente praticadas pelas pessoas fora do trabalho, começaram a fazer parte da vida laboral e a ocupar um lugar de destaque na economia. Empreendedores, artistas e ativistas sociais participam deste circuito econômico, impactando o mercado para além das indústrias ou empresas culturais. Neste *novo* formato econômico, os corpos privilegiados são jovens ou corpos velhos *rejuvenescidos*, dotados de inteligência e emoções em constantes melhorias com a finalidade de produzir *capacidades* eficazes. A disposição cultural conferiu um *valor* expressivo à criatividade passando a gerar trabalho *imaterial*, gerir conhecimentos e modular subjetividades. Na esteira de Gilles Deleuze (2004), seriam subjetividades próprias da sociedade de controle em que se muda a cada instante de um propósito a outro, de uma identidade a outra, ou mesmo na justaposição de identidades e propósitos. “Os indivíduos tornaram-se ‘*dividuais*’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘*bancos*’” (Ibidem, p. 222, grifos do autor). Ou seja, subjetividades imersas numa dinâmica participativa escoradas na democracia liberal e na constante busca de direitos. A economia de livre mercado inseriu a criatividade atuando também como princípio regulador e organizador do governo do Estado. Por sua vez, o conjunto de práticas governamentais emanadas do Estado favoreceu as “políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e regional, principalmente dos micro-empresendimentos” (BARRETO, 2016, p. 18), assim como propulsionou a produção de direitos evidenciando a positividade do poder no *empoderamento* das chamadas *minorias*. Para compreender as proveniências do empoderamento, serão, então, abordados o texto de Rute Baquero (2012), intitulado “Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual”, e o livro *Ecopolítica* (2019).

De acordo com Baquero, “um tema central na discussão sobre emancipação é aquele que se refere ao ‘empowerment’ ou ‘empoderamento’ de sujeitos, individuais e coletivos” (BAQUERO, 2012, p. 173). A palavra empoderamento relacionada à emancipação encontra uma das suas procedências na Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero no século XVI, quando ele questionou o domínio da Igreja católica na interpretação das *escrituras* e na obrigatoriedade de sua leitura em latim. Para Baquero, o efeito multiplicador do protestantismo, no contexto da “invenção da imprensa por Gutemberg”, deu-se, em parte, pela tradução da

bíblia. Primeiro para dialetos locais e depois “para o alemão (Bíblia Luther)”, possibilitando “a leitura dos ‘textos sagrados’ entre a comunidade” (Ibidem, p. 175). Isso denota como o conjunto de críticas tecidas por Lutero à Igreja e ao domínio papal propiciou a emancipação do poder católico e, em paralelo, a restauração do poder religioso no protestantismo, o qual vai instrumentalizar o capitalismo e atravessar a política moderna a partir do século XVIII. No entanto, afirma Baquero, o marco que trouxe notoriedade ao vocábulo foram os movimentos relativos ao exercício de cidadania na década de 1960, nos Estados Unidos da América, utilizando-o como “sinônimo de emancipação social”. Nos anos de 1970, o termo foi “influenciado pela autoajuda” e, em 1980, pela “psicologia comunitária”. Ainda, segundo o estudo da autora, “na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária” (Ibidem, pp. 175-176).

Já a partir da leitura do livro *Ecopolítica*, foi possível compreender como, após a segunda metade do século passado, o empoderamento assume outras alternâncias. O empoderamento baliza as políticas públicas e atende aos interesses dos liberais concentrados nas “ações voluntárias individuais”, com o objetivo de reduzir a “intervenção estatal direta”. Essa prática vincula-se sempre à democracia, pois, “constitui-se como uma forma de produzir novas instituições, mais participativas, estreitando as relações entre as instituições estatais e a chamada sociedade civil”. Ademais, dilata a representatividade “com base no pluralismo, no intuito de eliminar a pobreza e as desigualdades formais e melhorar a qualidade de vida” (PASSETTI et al., 2019, p. 346). Enfim, nota-se como a emancipação praticada pela sede de poder, explicitada no empoderamento desde seus primórdios, pressupõe o rearranjo de direitos cívicos ou religiosos e a sujeição dos indivíduos a estes.

As mudanças ocorridas desde a década de 1970 modificaram a forma de governo. De acordo com Edson Passetti, trata-se da *ecopolítica* enquanto prática de governo redimensionada pela racionalidade neoliberal no interior da nova fase do capitalismo como “*desenvolvimento sustentável*”, proposição determinada “por meio de programas de déficits elaborados em comissões, comitês, organizações *internacionais*” (PASSETTI, 2013, p. 11, grifos do autor). Esta análise não vai abordar a ecologia ou o ambientalismo nos parâmetros da política do governo liberal, mas “buscar como a *ecopolítica* se configura relacionada à produção da verdade capitalista *sustentável*, que o governamentaliza” (Ibidem, p. 10, grifos do autor). A pesquisa de Passetti expõe como Michel Foucault constatou que o governo sobre a vida (biopolítica) foi exaurindo-se com a “*solução final nazista*”, particularmente, na “produção do

corpo são para o Estado”, pois, o Estado voltou-se “para o que ele considerava o *corpo são* invertendo a prática anterior” e deixando de ser a população em conjunto objeto do Estado. Nesses termos, a finalidade não mais apontava para a população fixada ao território, mas para “a população estratificada vista gradualmente em seu *ambiente*”, portanto, diz Passetti, “o indivíduo não mais como unidade, mas nas suas multiplicidades, como *divíduos*” (Ibidem, p. 9, grifos do autor). Passetti prossegue mostrando que, complementar a esse “novo quadro de profilaxia” e de modo paradoxal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 propiciou a difusão de direitos ao promover a segmentação da população (Ibidem). Soma-se, ainda, a tensão entre os “efeitos do *welfare-state* (e a ameaça socialista)” e “as expressões múltiplas de resistências no acontecimento 1968”, resultando na “reação conservadora [que] tomou a cena com a *racionalidade neoliberal*” (Ibidem, grifos do autor).

Após 1968, paulatinamente, as forças de contestação vão assumindo outra dimensão a partir da convocação à participação democrática e começam a ser capturadas em movimentos reivindicadores de direitos ou manifestações que exigem mais justiça. Com a ultrapassagem do *welfare-state*, o Estado foi isentando-se das chamadas *políticas públicas* que passaram a ser compartilhadas com a sociedade civil, esta organizada no interior de múltiplas associações fora da esfera estatal, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs) focadas na *vulnerabilidade* social ou parcerias entre o setor privado e público visando *melhorar* as condições de vida da população. E essa produção constante de *políticas públicas*, planejadas entre o Estado e a sociedade civil, irá capturar as pessoas em nome da responsabilidade social, procurando debelar “resistências e rebeldias para consolidar”, o que Edson Passetti denomina de “*conservadorismo moderado*” (PASSETTI, 2007, pp. 16-17, grifo do autor). Ainda segundo o autor, trata-se de uma “era de fiscalização moral” exercida não apenas pela polícia, como também pelos cidadãos, por meio de delações com a finalidade de conter a “impunidade” e reduzir “comportamentos criminosos” (Ibidem). Dessa maneira, cada um vai introjetando o “controle de si pela ameaça do aumento de penalidades de encarceramento, incluídas aquelas a serem cumpridas a céu aberto, *na comunidade*” (Ibidem, grifo do autor). Peculiaridade da sociedade que não funciona mais pelo confinamento, e sim por controles incessantes em meio aberto típico da sociedade de controle definida por Gilles Deleuze ou sociedade de governo como já havia assinalado Michel Foucault (Ibidem).

Dessa maneira, com base na análise sobre a governamentalidade na racionalidade neoliberal traspassada pela tecnologia de poder proveniente da criatividade, na qual se destacou a modulação *vulnerável-responsável*, problematiza-se, neste capítulo, a modulação de práticas

políticas caracterizadas pelo jogo colaborativo. De um lado, tenta-se acomodar todos os participantes de modo que os partícipes obtenham certas vantagens dentro do jogo mediante técnicas conciliatórias. De outro, reivindica-se segurança, seja por meio de atividades denunciativas seja pela solicitação de mais punição. Em todas as modulações, a figura do *ativista* aparece proeminente como subjetividade promotora de *engajamentos* constantes em inúmeros projetos. As ações dos ativistas definem seu *protagonismo* nos meios político e social. Ao *ativista* é atribuído o papel de resistência, mas só conforta os desacordos e as discrepâncias com ações *inovadoras*, ou seja, sua figura defende e constitui a propagação de condutas resilientes. Tendo isso em conta, evidencia-se dentro das práticas democráticas representativa-participativa-inclusiva, o *ativista* como gestor de ações voltadas a converter reivindicações em situações alternativas pacificadas, visando atividades empreendedoras mediante o compartilhamento de responsabilidades individuais.

Trata-se, portanto, do *design* das *novas lideranças políticas* que encontra seu melhor formato no ativismo. O *ativista*, quando assume qualquer *projeto*, tem como principal objetivo mostrar aos indivíduos quem são e o que são *capazes* de fazer. Ele constrói verdades por meio das quais os sujeitos aprendem a se reconhecer e pelas quais passam a ser reconhecidos. Produção de verdades que não são em si nem verdadeiras nem falsas, mas transformações no jogo de forças em que os efeitos de poder transitaram entre enunciados destacando como a relação governo-verdade modifica o contexto global. Hoje, o exercício de poder que perpassa a sociedade apresenta-se empenhado em ocupar-se com o *bem-estar* das pessoas, ele reveste-se de *bondade* e dedicação com os *vulneráveis* suscitando a habitual pergunta: como e por que lutar contra quem se preocupa e almeja o *bem* de todos?

O governo de si e dos outros passa por responsabilizar-se pelas *escolhas*, submeter-se a *sacrifícios* na mira de um *futuro melhor* e *confessar* as próprias intimidades, desejos ou misérias. Aliás, para Rosa Fischer, na contemporaneidade, a *confissão* está presente “em diferentes modalidades enunciativas, como reportagens, entrevistas, depoimentos, cartas aos jornais e revistas, os relatórios médicos, psicológicos e psiquiátricos, as descrições pedagógicas de comportamentos escolares, as diferentes pesquisas de mercado” (FISCHER, 1999, p. 56). E igualmente na comunicação realizada entre os indivíduos via rede digital que beneficia o armazenamento de dados em satélites artificiais. Dito de outra forma, em todos os casos, trata-se de informações proveitosas para praticar o constante monitoramento. Monitoramento, aliás, que molda as práticas do cidadão-polícia como exercício contemporâneo da cidadania, ou seja, “um sujeito portador de direitos inacabados e, preferencialmente, resiliente, que monitora e é

monitorado” (PASSETTI et al., 2019, p. 404). Em suma, o sujeito pastor de si e dos outros. As técnicas de confissão, bondade, sacrifício, entre tantas outras são provenientes de um ecumenismo *renovado* e estão entranhadas no cotidiano social com a finalidade de conduzir os sujeitos a como devem ser, fazer ou pensar para atender à racionalidade neoliberal.

Por fim, no ecumenismo *renovado*, constata-se a emergência de um novo pastorado diferente da tecnologia de poder denominada biopolítica, estudada por Michel Foucault. Apesar de, na contemporaneidade, cada indivíduo ter-se tornado pastor de si e dos outros enquanto *cidadão-polícia*, e a despeito de preponderar o exercício de poder horizontalizado, nota-se a permanência das práticas do pastorado. As novas lideranças políticas, sem precisar de nenhuma ação impositiva, aglutinam os sujeitos com o objetivo de gerenciar condutas resilientes, propor soluções conciliatórias, transmitir a importância das *responsabilidades* individuais. As pessoas consideradas *vulneráveis* arrebanham-se voluntariamente em volta de lideranças no intuito de *melhorar* suas existências, exercendo o pastorado em seu ambiente para, em conjunto, fortalecer laços comunitários e evidenciar quem ameaça à *paz* local. O arrebanhamento repete-se em meio às reivindicações coletivas, quando alguns se sobressaem no papel de *porta-vozes* e outros, para não serem alvos fáceis, seguem as diretrizes, sem deixar de controlar de perto na tentativa de manter o protagonismo ou sair de cena rapidamente, ou, às vezes, até mudar de lado. No cerne do *design das novas lideranças políticas*, independentemente de seu formato e do *status* social, o arrebanhamento equipara-se à “modelagem auto-deformante” da sociedade de controle, em que se muda incessantemente: um “estado de perpétua metaestabilidade” (DELEUZE, 2004, p. 221). Não se trata do pastor que vai cuidar de todos e de cada um, pois os indivíduos devem responsabilizar-se pela sua existência. Daí o uso da expressão arrebanhar-se para assinalar o sentido de agrupar-se por opção em torno de alguém. Ainda cabe lembrar que a horizontalidade na democracia liberal dificilmente será atingida, porquanto são forças concorrentes. Portanto, arrebanhar-se sob alguma liderança não exime o indivíduo de continuar exercendo a função de pastor de si e dos demais. Uma prática que inverte o sinal dependendo dos contextos.

o ecumenismo renovado

O termo ecumênico (*oikouménē/oikouméñē*)⁹¹ provém da palavra grega *oikos* cuja acepção é casa, mas remete também a uma unidade social, política e econômica intrínseca ao convívio doméstico constituído pelo chefe de família, sua mulher e filhos, seus escravos, suas terras e o *status* jurídico-político do casal. Antes de abordar a noção atual, é saliente apresentar a procedência de *oikos* analisada por Michel Foucault em *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*, como uma das primeiras entradas do ecumenismo contemporâneo. Segundo Foucault, na Atenas clássica, as relações sexuais no casamento mostraram de que maneira, no núcleo familiar, foram estabelecidas as regras de conduta alusivas aos papéis e obrigações dos cônjuges. As atividades sexuais das mulheres estavam circunscritas a seu caráter jurídico e social de casadas, elas encontravam-se sob o poder do marido e deviam gerar seus filhos, preferencialmente homens, futuros herdeiros e cidadãos. Caso a mulher cometesse adultério, era sancionada tanto no nível privado (expulsa de sua casa), quanto na esfera pública (excluída dos cultos da cidade). “O *status* familiar e cívico da mulher casada lhe [impunha] regras de conduta que [era] a de uma prática sexual estritamente conjugal” (FOUCAULT, 1990, p. 131, grifo do autor). Quanto ao homem casado, ele tinha alguns compromissos e obrigações sexuais com sua consorte legítima, bem como precisava respeitar, da mesma forma, aliás, que os solteiros, as mulheres casadas ou solteiras, estas últimas sob o poder paterno. Em ambos os casos, trata-se de uma mulher que está subordinada ao poder de um homem, ou seja, o homem será punido não porque acometeu alguma transgressão sobre o corpo da mulher, mas por atentar contra a propriedade e o poder de outro homem. Outra proibição atinente ao homem casado era casar-se novamente, no mais, nenhuma relação sexual lhe era impedida por conta do vínculo matrimonial, nem sequer sofria qualquer restrição jurídica.

Entretanto, aproximadamente a partir do século III a.C. na Grécia, começou a ser inserida uma referência moral relativa à relação marital que visava uma mudança na conduta sexual do homem quando ele se casava. Por um lado, o casamento designava a constituição de uma união aceita juridicamente e a única possível para garantir uma descendência legítima. Por outro, ser casado passou a designar “ser chefe de família, ter uma autoridade, exercer um poder que [tinha] na ‘casa’ seu lugar de aplicação e, dentro desse quadro, manter as obrigações que [tinham] efeitos sobre a reputação do cidadão”. O casamento e a “boa conduta do marido”

⁹¹ Disponível em: <https://www.eduportal.gr/wp-content/uploads/2011/02/www.eduportal.gr_media_files_lexeis_2.pdf> Acesso em: 29 de janeiro de 2020.

associaram-se a “uma reflexão sobre *oikos* (casa e propriedade doméstica)” (Ibidem, p. 135). Ter ou não relações fora do casamento manifestava a diferença de atribuições do homem e da mulher. No caso da mulher, o ônus ligava-se diretamente à sua condição de estar sob o poder do marido. Já para o homem, quando a relação era apenas com sua esposa, exprimia “a mais bela maneira de exercer seu poder sobre a mulher” e implicava também demonstrar como sabia conduzir-se e ser chefe de sua casa. Por conseguinte, “restringir suas escolhas sexuais” era “dar provas de domínio de si na prática desse poder” (Ibidem).

Para explicar a importância de saber gerir a casa, Foucault lança mão do tratado de Xenofonte, *Econômica*, acerca da vida matrimonial e do conjunto de preceitos concernentes ao modo “de governar o próprio patrimônio”. No texto de Xenofonte, afirma Foucault, indicavam-se “conselhos para administrar o domínio, dirigir os trabalhadores, proceder às diferentes formas de cultura, aplicar no bom momento as boas técnicas, vender e comprar como convém e quando convém” (Ibidem, p. 137). O conteúdo do tratado apresentava, então, práticas racionais sobre os meios para alcançar tais objetivos e, com isso, a arte de comandar. O *oikos* era muito mais que a casa, abarcava as terras e os bens inclusive fora do perímetro da cidade. Referia-se, ainda, a certas atividades relativas a “um estilo de vida e uma ordem ética”, porquanto ser proprietário indicava ocupar-se do seu domínio de acordo com a sua conveniência e preparar-se fisicamente para defender o que lhe era próprio. O conjunto de atividades exercidas era, ademais, útil para “toda a cidade porque [contribuía] para a riqueza, e sobretudo, porque lhe [fornecia] bons defensores: o proprietário de terra, habituado aos rudes trabalhos, [era] um soldado vigoroso e os bens que [possuía] [faziam-no] interessar-se em defender corajosamente o solo da pátria” (Ibidem, p. 138). Conduzir o *oikos* era, nesses parâmetros, comandar não só a casa como também o exercício de poder sobre a cidade. “A arte doméstica é da mesma natureza que a arte política e militar”, em suma, é a arte de governar os outros (Ibidem, p. 139).

Antes de finalizar esta abordagem, cabe mencionar outra particularidade do *oikos* atrelada às relações entre o casal como a arte da economia, conforme exposto no tratado de Xenofonte e analisado por Foucault. A mulher, por ficar na casa, era uma figura indispensável na gestão do *oikos* voltada a efetivar um bom governo. E embora o seu papel fosse importante, ela geralmente carecia de preparação para tal desempenho, por ser jovem demais ou ter pouca educação e, ainda, por conversar raras vezes com seu marido sobre os interesses dele. Decorrente dessas características, assinala Foucault, o homem passou a estabelecer com a mulher relações ao mesmo tempo “de formação e de direção” (Ibidem, p. 139). Nesse contexto,

a relação matrimonial, à qual *oikos* serve de apoio, transforma-se numa pedagogia e num governo de condutas. Tal disposição, no âmbito de *oikos*, exhibe a “responsabilidade governamental do marido” e a determinação de como ele poderia tornar sua mulher colaboradora para a “prática razoável da economia”, abrangendo seus negócios (propriedade ou ágora) e exercendo a atividade masculina que lhe cabia (Ibidem, pp. 139-140).

A segunda entrada para analisar a procedência do ecumenismo contemporâneo é feita a partir de três documentos provenientes do Vaticano concernentes ao ecumenismo, do discurso do papa Bento XVI, num encontro com representantes das ciências na Alemanha, em 12 de setembro de 2006, e da mensagem do papa Francisco às Nações Unidas em 27 de março de 2017. Os três primeiros são o “Decreto sobre Ecumenismo”⁹² (*Unitatis Redintegratio*) assinado pelo papa Paulo VI em 21 de novembro de 1964, a “Carta Encíclica Sobre o Empenho Ecumênico”⁹³ (*Ut Unum Sint*) firmada pelo papa João Paulo II em 25 de maio de 1995, ambos com a finalidade de restaurar o “Concílio Vaticano II”⁹⁴ (XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica), convocado em outubro de 1962 pelo papa João XXIII por meio da bula papal *Humanae salutis* (saúde humana).

O “Concílio Vaticano II” pretendia reunir as igrejas cristãs (católica, ortodoxa e protestante) para buscar a unidade desses fiéis ou mesmo da *humanidade*, com o objetivo de atrair o judaísmo e algumas crenças não-cristãs. A premissa consistia em *catequisar* outras tradições religiosas, sem mencionar especificamente quais, para colaborar com ações de interesses comuns. O anúncio embrenhava-se nas transformações socioculturais sob a alegação de amenizar tensões e divisões religiosas. A Igreja católica apresentava-se menos exterminadora de forma direta, como havia sido em outros contextos históricos, e mais conciliadora, sem ignorar que o extermínio estava em mãos de instituições avaliadas como laicas. A tentativa baseava-se em conduzir a vida individual nas esferas doméstica e social pelos *caminhos* “da luz, da bondade, da ordem e da paz” em oposição à “aspereza nas relações humanas, e perigos contínuos de guerras fratricidas” (CEV II, 1962, II § 5). A aprovação da liberdade religiosa celebrada no momento, emblema desse encontro, foi um divisor de águas para punir condutas tidas como não religiosas. O Concílio realizou-se no auge da chamada Guerra Fria com o planeta dividido entre capitalistas, liderados pelos EUA considerados

⁹² Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html> Acesso em: 26 de janeiro de 2020.

⁹³ Disponível em: <http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25051995_ut-unum-sint.html> Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html> Acesso em: 26 de janeiro de 2020.

cristãos, e comunistas, comandados pela União Soviética reputados de *ateus*, as duas partes estavam na disputa pela hegemonia política e a conquista do espaço sideral. Vale lembrar que em janeiro, no mesmo ano do Concílio, o papa João XXIII havia excomungado publicamente Fidel Castro.

O apoio soviético a Cuba, quando da revolução cubana em 1959, impeliu os EUA a intervir nos países da América do Sul para erradicar qualquer resistência e evitar confrontos bélicos como os ocorridos em Coreia (1950-1953) e Vietnã (1955-1975). O alto dispêndio em armamentos e órgãos de defesa por conta dessas guerras levou os EUA a mudar de estratégia. Ademais, como assinalado anteriormente, Kennedy pretendia investir na corrida espacial para compensar a derrota estadunidense diante do programa Sputnik e da primeira viagem espacial do russo Yuri Gagarin em 1961. Não por acaso, o papa João XXIII fez menção ao “admirável progresso das descobertas do gênero humano”, sob a recomendação de os humanos voltarem-se para o deus cristão de modo que “a fascinação efêmera das coisas visíveis” não inibisse “o verdadeiro progresso” (CEV II, 1962, V § 6). Outro conselho foi proferido pelo pontífice após a sessão de abertura do Concílio aos fiéis presentes na praça São Pedro sob o “Discurso da Lua⁹⁵”, no qual mencionou: “até parece que a lua se apressou esta noite. Reparai-a, ali em cima a contemplar este espetáculo! E é porque acabamos de terminar um grande dia de paz”. Ora, o clamor à fraternidade implicava selar a paz entre a *irmandade* democrática liberal contra a ameaça dos *hereges* comunistas. Mais ainda, a referência à lua e ao *verdadeiro progresso* expressava o amplo apoio aos EUA na campanha de concorrência tecnológica para a conquista da órbita terrestre.

Dessa maneira, com o apoio das forças conservadoras sul-americanas, os EUA conseguiram fortes aliados para defender o capitalismo, favorecendo governos e grupos políticos alinhados à denominada *segurança nacional*. Quiçá fosse isso o esperado pelos cristãos no Concílio, quando o papa declarou que, com a reunião de todos, era possível receber a “força de novas energias” para “olhar” de forma “intrépida” o futuro (CEV II, 1962, III § 4). O conservadorismo via cristãos manifestou-se também contrário aos movimentos de liberação sexual da década de 1960 e à produção da pílula anticoncepcional. João XXIII retratou bem essa moral ao proferir: “ferem nossos ouvidos sugestões de almas, ardorosas sem dúvida no zelo, mas não dotadas de grande sentido de discrição e moderação” (Ibidem, IV § 2). Por isso, o mais importante era “que o depósito sagrado da doutrina cristã [fosse] guardado e ensinado

⁹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KLlgx3o2pMo&feature=youtu.be>> Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

de forma mais eficaz” (Ibidem), o que seria igualmente dizer, nessa ocasião, que se punisse principalmente as condutas de mulheres liberadas e dos homossexuais.

O “Decreto sobre Ecumenismo” de 1964 reforçou os preceitos anteriores, mas o foco foi a unidade da diversidade sob o lema de paz “para todo o gênero humano”, com a intenção de superar obstáculos em “questões doutrinárias e às vezes disciplinares” unindo-se pelas *boas* ações (DE, 1964, § 5). O resultado da reunião era formar a nova “Aliança”, a qual propunha incorporar todos aqueles que pertenciam, de alguma forma, ao “Povo de Deus” (Ibidem, § 3). Aliança pressupõe um pacto ou acordo entre indivíduos com objetivos comuns, já o termo povo é valorativo configurado num conceito global cuja função reside em justificar qualquer intervenção visando sua legitimidade.

Da mesma forma, a nova *aliança do povo de deus* queria legitimar a diversidade reunida numa ampla colaboração para o *bem comum*. Para isso, o papa Paulo VI recomendou um estudo minucioso das culturas e suas histórias com o desígnio de “por esse caminho se conhecer outrossim melhor a mente dos irmãos separados” (DE, 1964, § 9), e, por conseguinte, conhecer o que se pensa e se faz. O decreto apresentou, inclusive, uma metodologia a ser aplicada nessa colaboração destinada ao *bem comum*. Solicitava-se contribuir com a *dignidade* humana, desenvolver a paz, “aplicar toda a espécie de remédios aos males” da época, tais como “a fome e as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de habitações e a inadequada distribuição dos bens” (Ibidem, § 12). Como bom soberano da Igreja católica e do Vaticano, o papa, por meio do *bem comum*, propõe a salvação de todos. Ele invoca, em seu discurso, a indiscutível obediência às leis dos homens e às *divinas*, a execução das cotidianas responsabilidades individual e coletiva como cidadãos, bem como o árduo empenho nas atividades relativas ao trabalho para sair da penúria e a deferência à ordem guiada pelo bloco capitalista.

Os dois eventos acima citados, o “Concílio Vaticano II” (1962) e o “Decreto sobre Ecumenismo” (1964), corroboraram a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH - 1948), organizada pelos EUA para impedir o avanço do comunismo, a fim de tornar a democracia liberal e o capitalismo valores universais. Nos dois documentos, a dignidade humana e o seu aperfeiçoamento exigiam o maior esforço para eliminar desavenças, e nada mais eficaz, nesse sentido, que fomentar a união *fraterna* guiada pelos princípios reguladores da DUDH como orientação legítima do humano no planeta. Dignidade como direito que baliza as relações sociais e instrumentaliza a condução de ações políticas, evidenciando-se a construção de uma prática suscetível de produzir, reproduzir e difundir verdades a partir de um poder centrado no controle de condutas. Forjar a unificação das diferenças exprime transformar

a *humanidade digna* em objeto de intervenções estatais em nome da paz, esta indissociável da noção de segurança.

Um ano depois, em outubro de 1965, o papa Paulo VI, por meio da declaração *Nostra Aetate*⁹⁶ (Nosso Tempo), ratificou ser primordial a unificação das diversidades, desta vez, dirigida diretamente às religiões não-cristãs judaica, islâmica, budista e hinduísta. Após o extermínio de judeus pelo nazismo, a Igreja católica promoveu a revisão teológica como reação ao antissemitismo para retirar qualquer acusação oriunda do antijudaísmo. Iniciado a partir de Carlos Magno (VIII - IX d.C.) e alastrado até o final do século XIX, com a emergência do antissemitismo, o antijudaísmo “tinha separado os judeus da sociedade cristã muito antes da ‘guetificação’”, propiciando uma segregação relacionada à divisão do trabalho “sob a fiscalização vigilante da Igreja nos planos políticos, social e ideológico” (VULLIERME, 2019, pp. 29-30). Entretanto, o antijudaísmo perseguiu de fato os judeus pobres, pois as elites judias prosperaram além desse período no comércio e em outras profissões. Por seu turno, as elites cristãs “extraíam um benefício sem risco das atividades limitativamente atribuídas aos judeus” (...) o equilíbrio se manteve por muito tempo, pelo menos enquanto a ascensão da burguesia e o aburguesamento da nobreza não provocaram uma concorrência material” (Ibidem, p. 30). De modo geral, sublinha Jean-Louis Vullierme, tanto as forças cristãs quanto as muçulmanas estavam satisfeitas com o arranjo econômico da época, a ponto de ocorrerem disputas para acolher os judeus quando eles foram expulsos da Espanha pelos reis católicos.

Com efeito, a Igreja precisou admitir como foram copiosos e vantajosos os laços com os *irmãos* judeus. Afinal, como disse Paulo VI, os seus primórdios se entrecruzam “nos patriarcas, em Moisés e nos profetas” (NA, 1965, § 4). Não foi difícil reconhecer a remota aliança *comungada* no antigo testamento, nem tampouco lembrar que Jesus foi um judeu. De fato, as mesmas bases constituíram os alicerces dos princípios morais no Ocidente que se evidenciam nos padrões de condutas, nos procedimentos científicos, no campo jurídico. A amálgama judaico-cristã esteve presente na formulação de leis sustentadas pelas prescrições do decálogo como “não roubarás”, “não prestarás falso testemunho”, “não matarás”. Esta última regra, ainda, guiou os direitos humanos fundamentais, reafirmados pela ONU, quando enunciado o direito à vida, porque, se deus é o criador da vida, só a ele é permitido tirá-la ou autorizar alguém a realizar isso em seu nome. Esta referência bíblica contempla não apenas o viver, mas viver *corretamente* e, nessa medida, uma vida em conexão direta com a dignidade

⁹⁶ Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html> Acesso em: 9 de fevereiro de 2020.

nos moldes da teologia protestante, pois se há todo um empenho para viver *corretamente* não é possível conviver com a dúvida de carregar o peso do *pecado original*. Nisso consiste a solução encontrada dentro do mesmo protestantismo, o único responsável pela vida digna é o próprio indivíduo numa vida dedicada ao trabalho para a salvação futura. E esse lastro do protestantismo nos direitos humanos fundamentais se confirma nas palavras do pontífice da Igreja católica: “Carece, portanto, de fundamento toda a teoria ou modo de proceder que introduza entre homem e homem ou entre povo e povo qualquer discriminação quanto à dignidade humana e aos direitos que dela derivam” (Ibidem, § 5).

Com relação ao islamismo, o apelo do papa dirigia-se em duas direções. Uma delas relativa à disputa pelo controle da produção e distribuição do petróleo, que impeliu os principais produtores do Oriente Médio (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kwait) junto com a Venezuela a fundarem, em 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), os quais aumentaram gradativamente o controle sobre a produção e integraram as políticas de produção. Com a criação da OPEP, os preços praticados pelo cartel das grandes empresas petroleiras, a maioria estadunidenses, tiveram alterações como achatamento de lucros e maiores custos com impostos de importação. A outra direção apontava para o crescente número de líderes na região do Oriente Médio com tendências nacionalistas que estavam em oposição ao colonialismo e à política ocidental. Os objetivos basais eram a independência frente aos países europeus, impedir a constituição do Estado de Israel, eliminar as fronteiras impostas pelos colonizadores aos países árabes e unificar as populações muçulmanas (DIVINE et al., 1992). Paulo VI *suplica*: “se é verdade que, no decurso dos séculos, surgiram entre cristãos e muçulmanos não poucas discórdias e ódios, este sagrado Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens” (NA, 1965, § 3).

O budismo e o hinduísmo assumem outra conotação na década de 1960. Os jovens, principalmente estadunidenses e europeus, haviam assimilado referências culturais provenientes do Oriente, entre elas, o budismo, a meditação e a ioga. Tais práticas foram transportadas nas bagagens dos gurus que migraram, sobretudo da Índia, desde o final do século XIX para o Ocidente tomando força na primeira metade do século XX. Esses jovens não só questionaram o cristianismo, como abraçaram os exercícios baseados na *experiência* mudando a maneira como viam o *mundo* e como se viam no *mundo*. As experiências alinharam-se às contestações contra a moral conservadora, a favor do uso de drogas para expandir as faculdades

perceptivas, à recusa das promessas de *milagres* em todos os âmbitos e ao repúdio à condenação pelos supostos *pecados* atribuídos ao sexo.

Por fim, outras duas características presentes no documento de 1964 merecem ser assinaladas. A primeira diz respeito à melhor distribuição de renda para combater fome, analfabetismo, pobreza e doenças, ou seja, aproxima-se da preocupação com a formação do capital humano para cada um ter condições de conseguir sustentar-se de acordo com os preceitos da racionalidade neoliberal, que irá escancarar-se pouco menos de duas décadas depois do “Decreto sobre Ecumenismo”. A segunda particularidade refere-se à unidade da diversidade pautada em recomendações como o *diálogo* e pela tendência em admitir outras práticas religiosas ou não, desde que orientadas para o *bem comum*. Portanto, a tolerância aparece implícita no decreto ecumênico, mas será explicitada em 1995 na Declaração de Princípios sobre Tolerância da ONU, disseminando a cultura de paz.

E ocorrerá nesse mesmo ano de 1995 a promulgação da “Carta Encíclica Sobre o Empenho Ecumênico” divulgada por João Paulo II. A tônica deste discurso é bem mais austera ao pleitear *salvar a humanidade*. Nas entrelinhas, salvá-la dos possíveis vestígios do comunismo após o desmembramento da União Soviética e do crescente islamismo desde a década de 1960. A derrubada do muro de Berlim em 1989 provavelmente havia simbolizado para o pontífice a prova de “que todo o elemento de divisão [podia] ser vencido e superado” (CEE, 1995, § 1). Ora, vencer sugere dominar o adversário e estabelecer as regras do jogo. Assim, as responsabilidades dos fiéis consistiam em abdicar qualquer situação divergente da configuração em vigor. “Por este motivo, o empenho ecumênico [deveria] fundar-se na conversão dos corações e na oração, ambas induzindo depois à *necessária purificação da memória histórica*” (Ibidem, § 2, grifo no documento). E como em toda purificação a finalidade é limpar, mesmo que seja com sangue, quem obstruísse esse projeto de paz precisaria ser erradicado. Tal providência é *consagrada* pelo pontífice:

Quando afirmo que para mim, Bispo de Roma, o empenhamento ecumênico constitui ‘uma das prioridades pastorais’ do meu pontificado, é por ter no pensamento o grave obstáculo que a divisão representa para o anúncio do Evangelho. Uma Comunidade cristã que crê em Cristo e deseja, com o ardor do Evangelho, a salvação da humanidade, não pode de forma alguma fechar-se ao apelo do Espírito que orienta todos os cristãos para a unidade plena e visível. Trata-se de um dos imperativos da caridade que deve ser acolhido sem hesitações. O ecumenismo não é apenas uma questão interna das Comunidades cristãs, mas diz respeito ao amor que Deus, em Cristo Jesus, destina ao conjunto da humanidade; e obstaculizar este amor é uma ofensa a Ele e ao seu desígnio de reunir todos em Cristo (Ibidem, § 99).

Uma filantropia revestida de *amor* cujo objetivo radica em unificar a *humanidade* “[c]om o poder e autoridade sem os quais tal função seria ilusória” (Ibidem, § 94). A proposição encerrava ainda ensinar e governar acorde aos “sinais dos tempos” (Ibidem, § 3), logo seguir as orientações difundidas por uma governamentalidade planetária e pela racionalidade neoliberal, nesse contexto, já consolidadas. Para efetivar o referido governo, João Paulo II recomendou o diálogo ecumênico que, segundo ele, “[exerceria] também, e contemporaneamente, a função de um exame de consciência” (Ibidem, § 34). Em definitivo, os indivíduos precisariam preparar-se para a *confissão* refletindo sobre tudo o que devia ser dito, não necessariamente para obter o *perdão*, pois o perdão apaga o pecado e desobriga de cumprir com o dever ou a obrigação, mas, através da *confissão*, armazenar registros possibilitando o exercício de poder diário sobre as condutas. E hoje, com a compulsão de tudo falar aprendida pelo estímulo democrático de participação, tudo passa a ser *confessado* mediante as inúmeras técnicas de exposição de si mesmo.

Foi nesse jogo que se constituiu, lentamente, desde há vários séculos, um saber do sujeito, saber não tanto sobre sua forma, porém daquilo que o cinde; daquilo que o determina, talvez, e sobretudo o faz escapar a si mesmo. Talvez isso pareça inopinado, mas não é estranho quando se pensa na longa história da confissão cristã e judiciária, nos deslocamentos e transformações desta forma de saber-poder, tão básica no Ocidente, que é a confissão (FOUCAULT, 2003, p.68).

Por estar a Encíclica dirigida à humanidade *inteira*, requeria-se que todas as culturas *comungassem* da mesma verdade. “A expressão da verdade pode ser multiforme. E a renovação das formas de expressão torna-se necessária para transmitir ao homem de hoje a mensagem evangélica no seu significado imutável”. A importância ecumênica da renovação designava não só renovar a maneira de demonstrar a fé, “mas da própria vida de fé” (CEE, 1995, § 19). Portanto, uma vida assentada no comprometimento de cumprir com as exigências terrenas e/ou divinas e na confiança de que esse compromisso possibilitasse o futuro almejado com a garantia de paz. “Afeta a cada um em particular, de acordo com a sua capacidade, quer na vida cristã cotidiana, quer nas investigações teológicas e históricas” (Ibidem).

A Encíclica posicionava-se “essencialmente pastoral” contribuindo com esmero para atingir a unidade “pacificamente num só rebanho sob um só pastor”, para além das “fronteiras da igreja católica” (CEE, 1995, § 12). A declaração de ultrapassar os limites eclesiásticos aventa que a figura do pastor deixou de estar centralizada em alguém específico. A procura pela unidade tinha o encargo de “não exercer o poder sobre o povo”, e sim de guiar as pessoas a “pastagens tranquilas” (Ibidem, § 94). Tal incumbência, para o pontífice, exigia a oferta da

própria vida a exemplo de Cristo, *cordeiro* de deus e “o único Pastor, na unidade do qual todos são um só”. Esse “todos” denota como cada um transforma-se em pastor e, em certas ocasiões, em sujeitos voluntariamente arrebanhados, unificados pelo *sacrifício* rotineiro de vidas apaziguadas. Mas, para viabilizar o pastoreio em *pastagens tranquilas*, era “missão do Bispo de Roma no grupo de todos os Pastores (...) ‘vigiar’ (*episkopein*) como uma sentinela, de modo que, graças aos Pastores, se ouça em todas as Igrejas particulares a verdadeira voz de Cristo-Pastor” e cordeiro sacrificado (Ibidem). E é justamente a virtualidade do cordeiro sacrificado que desperta o medo de possíveis ameaças, promovendo tanto o arrebanhamento quanto a continuidade do pastoreio de si e dos outros. Portanto, conduzir a comunidade planetária às *pastagens tranquilas* da *paz universal* expressa muito mais o medo do próximo que o amor ao próximo, amor esse tão *apregoad*o nos discursos ecumênicos.

Michel Foucault analisou o poder pastoral decorrente do cristianismo e incorporado pelo Estado moderno. De acordo com ele, o cristianismo havia instituído novas relações de poder ao defender que alguns indivíduos, valendo-se de sua religiosidade, eram capazes de servir a outros como pastores. Tratava-se de uma tecnologia de poder específica que tinha como objetivo “garantir a salvação dos indivíduos no outro mundo” (FOUCAULT, 2014, p. 125). Diferentemente do poder soberano, nesse poder pastoral estava implícito sacrificar-se para salvar o rebanho, não enquanto comunidade apenas, pois a preocupação do pastor devia ser com cada indivíduo no curso de toda a sua vida. O seu exercício requeria saber o que as pessoas pensavam e faziam, com a finalidade de conhecer a consciência desse outro e saber dirigi-la.

No entanto, os referidos aspectos do poder pastoral a partir do século XVIII declinaram, e a “função dessa institucionalização” estendeu-se “e se desenvolveu fora da instituição eclesiástica”, reorganizando-se o poder individualizante. “Em um sentido, pode-se ver no Estado uma matriz da individualização ou uma nova forma de poder pastoral” (Ibidem, p. 126). O poder pastoral, quando absorvido pelo Estado, mudou seu objetivo com relação à salvação, situada não mais em outro mundo, mas neste. Assim, afirma Foucault, o sentido de salvação adquiriu outros desígnios: “ela quer dizer saúde, bem-estar (isto é, nível de vida correto, recursos suficientes), segurança, proteção contra acidentes” (Ibidem). Tal exercício de poder também precisou de elementos administrativos para aumentar sua eficácia, e estes eram realizados tanto por instituições públicas como a polícia, quanto por empreendimentos privados, filantropos ou a própria família. Por fim, Foucault constata que esse poder pastoral focou “o desenvolvimento do saber sobre o homem em torno de dois polos: um, globalizante e quantitativo, dizia respeito à população; o outro, analítico, dizia respeito ao indivíduo” (Ibidem,

p. 127). Trata-se da biopolítica como tecnologia de poder indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, cujo propósito consiste em controlar os corpos nos instrumentos de produção mediante o ajuste dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 2003).

Na contemporaneidade, o pastorado foi reconfigurado e escoou para fora dos limites da biopolítica. A função governamental do pastorado exercido na biopolítica foi redimensionada na ecopolítica, pois “as práticas de monitoramento são operacionalizadas por meio de um exercício horizontal do poder pastoral que caracteriza a democracia contemporânea, na qual todos são convocados a ser pastores laicos de si e dos outros, em busca do bem comum pela realização de seus interesses particulares e identitários” (PASSETTI et al., 2019, p. 274). Arraigando-se o arrebanhamento em cada humano, condensando a unidade na imagem da *humanidade* pacificada. Apesar de os esforços ecumênicos da igreja católica mudarem o rumo com o papa Bento XVI⁹⁷, que estremeceu os laços com o Oriente Médio, escorado, sobretudo, no discurso contra o terrorismo após os ataques aos EUA coordenados pela organização fundamentalista islâmica al-Qaeda em 11 de setembro de 2001, posicionando-se, então, a favor do presidente conservador estadunidense George W. Bush (2001-2009). Na aula magna da Universidade de Regensburg⁹⁸ na Alemanha, ministrada em setembro de 2006, Bento XVI associou a irracionalidade e a violência à religião muçulmana. Ele tomou como referência um livro do imperador bizantino Manuel II Paleólogo (1350-1425), especificamente a parte “Entrevistas com um muçulmano, 7ª Controvérsia”, apresentada e publicada nos anos de 1960 pelo teólogo e historiador libanês-alemão Théodore Khoury. De acordo com a leitura do papa, Khoury teria interpretado que o imperador bizantino, baseado na filosofia grega, não admitiria a conversão religiosa pela violência, pois não agir conforme a razão seria contrário à natureza de deus. O papa cita um trecho em que o imperador menciona como Maomé só havia trazido coisas “más e desumanas” propagadas através da “fé pregada e a espada”.

A partir dessa exposição o pontífice discorre eloquentemente acerca da filosofia grega, do antigo e novo testamento para chegar à conclusão de que o islamismo não agia com a razão, mas com a violência. Tal premissa, além de considerar o cristianismo superior a qualquer outra religião, contrapunha-se aos papas anteriores que tinham avançado na proposta ecumênica. Ele se recusava a admitir o islã como uma doutrina de paz e declarava-se contrário à entrada da

⁹⁷ Foi papa da Igreja Católica de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é bispo emérito da Diocese de Roma.

⁹⁸ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg.html> Acesso em: 9 de fevereiro de 2020.

Turquia na União Europeia, dada a sua convicção de que o islã é incompatível com a democracia. Enfim, o discurso do papa encerrava objetivos políticos e o mais inequívoco foi colocar-se ao lado dos EUA contra o islã. Com isso, não se pretende aqui defender o extremismo islâmico, mas sim inserir, na discussão, o incentivo ao enfrentamento de forças provocado pelo papa, e, seria possível dizer, ao extermínio dos islamitas em nome da democracia. Afinal, os antecedentes de Bento XVI como membro do exército nazista lhe proporcionaram certo conhecimento sobre extermínio. Os três papas que o precederam já tinham assumido o apoio aos EUA, mas a postura de Bento XVI salienta uma teologia conservadora aparelhada à política igualmente conservadora, ou seja, o *ecumenismo* para o pontífice só era viável se acatados os preceitos definidos pelos *bons* cristãos.

Os ensinamentos *ecumênicos* possibilitaram o pastorado e o arrebanhamento enquanto processo de aprender como governar e se autogovernar, sentenciando os que desobedecem à *verdadeira* voz. Estimula-se, ainda, uma convergência efetiva para realizar *boas* escolhas que garantam o desenvolvimento econômico, a renda individual para a sobrevivência e a *segurança* com vistas a um *futuro melhor*. Quem hesitar agir diferente será considerado inimigo dessa ordem, daí os sujeitos unirem-se e colaborarem com o propósito de eliminar quaisquer ameaças. E para tornar eficaz a cooperação, o papa João Paulo II havia indicado contatos regulares e trocas de informações numa coordenação *fraterna* no âmbito social, cultural, “nas ciências e nas artes”. Nada deve escapar da *evangelização* ecumênica da governamentalidade neoliberal, cujo objetivo reside em flexibilizar e modular as técnicas de poder. A sobreposição dos discursos eclesiásticos às diretrizes da ONU, órgão principal na instrumentalização do ecumenismo no governo planetário, é exemplificada nas próprias palavras de João Paulo II: “os cristãos aparecem juntos a defender a dignidade humana, a promover o bem da paz” (CEE, 1995, 74).

Todavia, será o papa Francisco, no discurso de abertura da Assembleia das Nações Unidas em 2017⁹⁹, quem irá selar o pacto com a ONU e velar para que seja cumprida a construção jurídica internacional da cultura de paz lavrada na Carta das Nações Unidas. A sua intenção versa em promover as “condições necessárias para um mundo sem armas nucleares”. Ele propõe seguir os princípios da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o *desenvolvimento humano*, portanto, alinhar-se às especificações da racionalidade neoliberal no cerne da nova etapa do capitalismo. Não que o papa Francisco pretenda eliminar a segurança,

⁹⁹ Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2017/documents/papa-francesco_20170323_messaggio-onu.html> Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

porém esta deve ser praticada mediante a consolidação de instrumentos de defesa cooperativa e multilateral, num *mundo* interligado no qual o destino da humanidade exige, segundo ele, ser compartilhado. Ele invoca Estados, setores militares, agências de segurança privada, comunidades religiosas, sociedades civis, organizações internacionais, para atuar em conjunto em nome do progresso mais *humano*. Em suma, em seu discurso, o pontífice reforça o monitoramento, como instrumento primordial da segurança, dividido entre a sociedade civil organizada, as instituições estatais e as agências da ONU. O que mostra, mais uma vez, como política e religião são inseparáveis.

Ao analisar a abordagem realizada por Michel Foucault (1990) concernente ao *oikos* e as últimas propostas do ecumenismo cristão, nota-se a constituição o de um exercício de poder que tem como princípio gerir a vida concorde com regras de condutas balizadas na racionalidade neoliberal. Se, para David Easton (1999), era no ambiente onde se identificavam as variações dos processos políticos, estas passíveis de intervenções destinadas a controlar ou regularizar condutas dentro dos sistemas, e se, para Foucault, o *oikos* era uma referência moral servindo de suporte à arte de governar a si e os outros, o ecumenismo contemporâneo estendeu a jurisdição do *oikos* e a noção de ambiente em nível planetário. Ora, o ecumenismo manteve a empreitada pedagógica e o governo de condutas contidos no *oikos*. E desse modo, conseguiu ensinar a efetivar um *bom* governo transformando os indivíduos em coparticipantes das práticas governamentais, responsabilizando cada um pelo crescimento econômico e incentivando uma participação política moderada. Trata-se de um poder altamente eficaz com um custo ínfimo, pois é exercido *fraternalmente* por todos os sujeitos amparados pela democracia liberal produtora de uma *paz* impositiva.

O aspecto flexível caracteriza-se, principalmente, pela profusão de direitos os quais demarcam os limites das revoltas: quem ultrapassa esses limites é criminalizado. Já a conformação modular processa-se pelo conjunto de medidas reguladoras provenientes de organizações internacionais, Estado (mediante políticas socioculturais), instituições públicas, empreendimentos privados, programas humanitários e a sociedade civil organizada. Todos esses procedimentos caucionam a promessa de um *futuro melhor*, e, para alcançá-lo, os sujeitos precisam de *melhorias* constantes no presente de suas vidas. Uma espécie de *purificação* cotidiana atravessada por alguns *sacrifícios* individuais, *gratidão* pelas compensações merecidas e o cumprimento de *obrigações* morais orientadas a sentenciar aqueles que *julguem* inoportunos na concretização do *grande* projeto. Uma moral conservadora camuflada de moderação, ponderação, benevolência. Por esse motivo, os sujeitos tentam destacar-se pelas

boas ações encarregadas de delatar ou reivindicar justiça contra os *impunes*. Nesta configuração, os cristãos que ganharam relevância foram os protestantes, porquanto o protestantismo atualizado manifesta-se no sujeito empresário de si que realiza numerosos investimentos para aprimorar sua performance, no planejamento racional de toda a existência, na responsabilidade assumida para atingir a *dignidade* liberal e na gestão compartilhada dos processos da vida.

A nova dimensão do *oikos* caracteriza-se pela domesticação de si e dos demais. Domesticação voltada a apaziguar humanos para que se tornem moderados e valorizem virtudes *bondosas* impregnadas de práticas empáticas, mediante as quais é possível esquadrihar os insubmissos como violentos portadores de *transtornos* de *personalidade antissocial*, com a finalidade de relacioná-los à criminalidade. Trata-se de uma governamentalidade iniciada no período de entreguerras, enquanto expressão voluntária de tornar eficiente a vida em família num ambiente doméstico que fosse símbolo de uma economia próspera. A empreitada familiar gerida em termos de investimentos deslocou as responsabilidades do Estado para o indivíduo, modificando a conduta dos sujeitos, condicionando-os à capitalização gradual e à requisição implacável de segurança. Assim, exigem-se processos de monitoramento ininterruptos na tentativa de assegurar o sucesso do empreendimento familiar. A eficácia deste novo *oikos* aliada ao ecumenismo contemporâneo migrou para todas as esferas de ações dos sujeitos, fortalecendo o amor à obediência e sinalizando valores como o amor ao próximo e à natureza. Amor espraído ao trabalho como mais um atestado de dignidade. Amor à família, independente do formato, mas sempre constituída em legítima união e núcleo responsável do *bem* e do *mal* da sociedade. Na arte doméstica de hoje, o domínio do homem permanece sobre a mulher, os filhos, os negócios, e sua melhor versão é a do macho branco heterossexual.

Em tempo, o termo ecologia (*ökologie/ οικολογία*¹⁰⁰), *oikos/ λόγος* + *logia/ λόγος* também tem sua procedência em *oikos*. No sentido literal, *oikos* seria estudo racional da casa. Contudo, Foucault (1990) mostrou como *oikos* na Grécia clássica era uma prática de governo já expandida para além da casa, assim ecologia compreende o estudo do *ambiente*. Ecologia é hoje uma racionalidade encarregada de governar o lugar onde se vive: o planeta terra. O ecumenismo produz, então, técnicas de governo com as quais torna exequível o exercício de poder planetário da ecologia. Por seu turno, a ecologia enxerta-se como elemento primordial do desenvolvimento sustentável, evidenciando o traço sistêmico da sustentabilidade, pois os

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.eduportal.gr/wp-content/uploads/2011/02/www.eduportal.gr_media_files_lexeis_2.pdf> Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

recursos do *ambiente* devem viabilizar a economia capitalista, definida pelo mercado concorrencial, mediante a regulação de *perturbações* sociopolíticas, para manter em *equilíbrio* a unidade da cultura *diversa*.

reciclar regiões e agregar valores

Ao retomar a noção de capital *criativo*, nota-se que, quando as capacidades consideradas inatas não são exercidas de maneira produtiva, dificilmente os indivíduos conseguirão valer-se do seu trabalho para viver. Quanto menores forem os recursos (humano ou natural) ofertados pelo ambiente, maiores precisam ser as competências criativas, motivo pelo qual, na grade de criatividade, mensura-se quem possui qualidades satisfatórias para gerar sua própria renda. Na avaliação minuciosa dos recursos raros, capazes de inserir os sujeitos em *oportunidades* alternativas nos cálculos econômicos, situa-se o ponto de inflexão do capital criativo cujo objetivo é separar aqueles talentosos plausíveis de ascender na curva da *sobrevivência* e os corpos que se deixam sucumbir.

O capital criativo demonstra, também, a sua eficácia na inclusão dos sujeitos que, ao longo da vida, realizaram baixos investimentos em educação formal, bem como possuem poucos meios relativos à saúde e aos aparelhos de *infraestrutura*. São ainda empreendedores com pouca mobilidade espacial e social, que ou têm orgulho de serem exitosos no *ambiente* onde cresceram, ou porque estão afastados propositalmente em determinados lugares para impedir qualquer ameaça à sociedade civil organizada. Quando os lugares são habitados por pobres, situam-se em locais distantes, ou com poucos recursos, ou todas essas características juntas, o capital *criativo* implica na capacidade de imputar a cada um e ao conjunto desses sujeitos a *responsabilidade* pelas suas *sobrevivências* com os meios de que eles dispõem. Trata-se, pois, de uma maneira de fixá-los produtivamente em seus habitats e facilitar o controle.

Victor Papanek, na década de 1970, já sugeria aos designers maneiras de atender os países pobres. De acordo com ele, designers de países desenvolvidos projetavam, desde seus escritórios, objetos para serem fabricados em lugares desprovidos de meios econômicos. Isso gerava artefatos de valor “turístico” que eram vendidos “com materiais e técnicas nativas” (PAPANEK, 2014, p. 93). Porém, afirmava Papanek, a comercialização desses produtos tinha pouca durabilidade por serem transformados em objetos decorativos e acessórios de moda. Na concepção deste designer a economia dos países pobres não poderia estar atrelada à economia dos países ricos, pois estes precisavam gerar seu próprio desenvolvimento.

Diante de tal situação, Papanek aponta três alternativas. A primeira seria o designer passar algum tempo “no país pobre aperfeiçoando projetos que realmente atendem às necessidades da população local”. Essa opção, no entanto, levantava a questão de qual seria o “compromisso significativo” do designer visitante, visto que não tinha *intimidade* com a cultura local. A segunda alternativa consistia no designer trasladar-se ao país pobre “e confiar-lhe o treinamento de designers locais, bem como a preparação e implementação das necessidades logísticas e de design daquela nação” (Ibidem, p 93). Por último, e esta era a melhor solução, recomendava-se ao designer mudar-se para o país pobre e treinar designers nativos para que eles tivessem a capacidade de formar outros. Papanek denominou esta ação de “projeto germinativo” destinado a formar um corpo de designers *competentes* dentro da população local, criando-se “um conjunto de designers intimamente comprometidos com seu próprio legado cultural, seu próprio estilo de vida e suas próprias necessidades” (Ibidem, p. 94).

Distinguem-se, na proposição do autor, a preocupação com a capacitação do capital humano e capital criativo, assim como o comprometimento de fazer circular um conhecimento específico ancorado no aperfeiçoamento produtivo, na tentativa de *melhorias* econômicas. Nota-se ainda, a divisão entre os projetos efetuados para atender países *desenvolvidos* e os *em desenvolvimento*. Visão esta passível de insinuar, pelo avesso do propósito explicitado por Papanek, os que dariam continuidade a uma posição privilegiada e aqueles que precisariam desenvolver seu *lócus* a partir de uma metodologia adaptada para suprir deficiências locais. Por fim, a delimitação geopolítica também implica a manutenção de cada um em seu lugar, reduzindo os deslocamentos para proteger-se de ameaças econômicas e políticas.

Na mesma esteira, todavia mais rigoroso na avaliação do desenvolvimento local, encontra-se o economista Ernst Friedrich Schumacher. No ano de 1970 ele questionou os motivos pelos quais as pesquisas realizadas por econometristas e estatísticos, baseadas nos cálculos do Produto Bruto Nacional (PBN), não davam conta de mensurar o desenvolvimento. Segundo Schumacher (1983), a ênfase devia estar nas pessoas em vez de nos bens materiais, pois, sem essa mudança, de nada serviriam os programas de ajuda monetária para impulsionar países pobres. A sua postura tangencia a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, implantado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) duas décadas depois.

Na visão do economista os que ajudavam eram, em geral, “ricos, educados (num sentido algo especializado) e de base urbana. Aqueles que mais [necessitavam] de ajuda [eram] pobres, sem instrução e de base rural” (SCHUMACHER, 1983, p. 204). Tal cisão, afirmava ele, gerava

abismos entre os ricos e pobres, colocando como primeiro problema de desenvolvimento amenizar essas diferenças. Para Schumacher, era improvável aplicar os mesmos padrões de consumo, métodos de produção e sistema de valores em países pobres e com pouca educação formal, por conseguinte, os métodos deviam ser adaptados a essas realidades. Adotar os mesmos pressupostos, continua o autor, provocaria não só a dependência econômica como o endividamento resultando no “neocolonialismo não-intencional” e na impossibilidade de pagar as dívidas, “dinheiro por si só [dizia ele] não [fazia] milagre” (Ibidem, p. 208). Certamente a preocupação abrangia, inclusive, a incapacidade de recuperar os empréstimos gastos com o desenvolvimento dos países pobres, afinal o colonialismo sempre teve a *intenção* de extrair vantagens lucrativas em seu benefício. Nesse sentido, o economista apontava que o aspecto quantitativo era “bastante secundário com relação ao qualitativo. Se a política está errada, o dinheiro não a corrigirá; e se está certa, o dinheiro talvez não constitua, de fato, um problema incomensuravelmente difícil” (Ibidem, p. 209).

A solução estaria, então, no aspecto qualitativo escorado naquilo que o próprio desenvolvimento havia ensinado: “um enorme desafio intelectual”. Assim, alegava o economista, quem oferecia ajuda saberia como assessorar um programa de “autoajuda”. “A vida, o trabalho e a felicidade de todas as sociedades dependem de certas ‘estruturas psicológicas’, infinitamente preciosas e altamente vulneráveis” (Ibidem, pp. 205-209). Para não abalar as “estruturas psicológicas” o autor recomendava “coesão social, cooperação, respeito mútuo e, acima de tudo, respeito próprio, coragem perante a adversidade e capacidade para suportar dificuldades”, do contrário, prosseguia ele, qualquer um poderia ser destruído por se sentir inútil (Ibidem, p. 205). Ora, a avaliação de Schumacher permite entrever o despontar da propriedade elástica da resiliência para “suportar dificuldades” e, ao mesmo tempo, a elaboração de um conjunto de elementos capazes de *proteger o vulnerável* das adversidades. Elementos estes que correspondem justamente à formação do capital humano e criativo.

O âmago da pobreza mundial para Schumacher era, primordialmente, “um problema de dois milhões de aldeias e, portanto, um problema de dois bilhões de aldeões” (Ibidem, p. 205). Entretanto, advertia ele, a solução não estava nos países pobres, mas na ajuda ofertada pelos países ricos para promover a mobilização da “força de trabalho” do país beneficiário e na “elevação da produção sem economizar mão de obra” (Ibidem, p. 206). O autor, com isso, faz em simultâneo dois apelos, ambos estreitamente relacionados: reorganizar uma vida eficaz mediante o investimento em capital humano para transformar a força de trabalho em sujeitos econômicos empresários de si e priorizar as políticas sociais para assegurar os *vulneráveis* em

seus lugares. Fatores que também se aproximam à finalidade do IDH: estimular o *bem-estar* social produzindo *oportunidades* e capacitando as pessoas em suas regiões.

A melhor ajuda, insistia Schumacher, era brindar conhecimentos, porém, não quaisquer conhecimentos, senão os úteis dentro do projeto social que é o próprio crescimento econômico. Essa “dívida de conhecimentos”, sustentava o economista, sugeria muito mais que as “doações de bens materiais”, porque as concessões obtidas pelos beneficiários, sem empenho ou sacrifício, tornavam as pessoas dependentes ao reputarem as *doações* apenas como um ganho inesperado “sem um esforço genuíno” (Ibidem, p. 209). O que equivale a dizer: potencializar o capital humano visando viabilizar certo nível de renda com a qual os sujeitos pudessem conquistar a capitalização individual ou familiar para assumir seus riscos e alcançar uma liberdade reduzida às boas escolhas. Schumacher ainda assinala que outras vantagens da *doação* de conhecimentos residiam em seus efeitos serem muito mais duradouros e baratos, principalmente se se levava em conta a tarefa de disponibilizar uma diversidade de fundos acordes com as “necessidades e projetos propostos pelo país beneficiário”. Por sua vez, transmitir conhecimentos válidos exigia uma preparação prévia para lidar com a precariedade dos métodos utilizados nos países pobres e pela dificuldade de aceitação. “[A] mudança proposta deve estar num certo relacionamento orgânico com o que já fazem”, pois, *projetos* de mudanças radicais e *inovadoras* poderiam, nesses termos, criar resistências (Ibidem, pp. 211-212).

O desenvolvimento também pressupunha uma modificação de foco. Este requeria a colaboração de empresários *inovadores* ligados a outros grupos sociais, como profissionais liberais, docentes universitários, jornalistas e pesquisadores. A combinação desses profissionais baseava-se, segundo Schumacher na fórmula A-N-C: A – administradores, N – negociantes e C – comunicadores. “É a maneira de pensar que tem de ser modificada e também o método operacional. Não é suficiente ter uma nova política: são necessários novos métodos de organização, porque a política está na implementação” (Ibidem, p. 214). De fato, a proposta de Schumacher já evidenciava os efeitos de uma política fundada na racionalidade neoliberal que, na década de 1970, estava em ascensão. Colocar em prática a abordagem defendida pelo economista demandava a formação de grupos dos países *desenvolvidos* e *em desenvolvimento*, constituídos fora da máquina governamental, preferencialmente organizados voluntariamente. Uma espécie de grupos *missionários* equivalentes a tantas organizações religiosas obstinadas em civilizar os considerados *selvagens*. O apoio técnico devia privilegiar a tecnologia intermediária, ou seja, promover indústrias de baixo custo nas áreas onde as pessoas moravam,

simplificar métodos operacionais, evitar financiamentos externos, produzir para o consumo local e com materiais da região. Isso não era só uma maneira de circunscrever as pessoas em seus habitats, mas de tentar equilibrar o mercado concorrencial internacional da produção de matérias-primas que já “[ameaçava] todos os países do mundo, aos ricos ainda mais que aos pobres” (Ibidem, p 216).

Mais ainda, o autor indica: primeiro, controlar tanto a produção quanto o consumo para conter a poluição e reduzir o esgotamento de recursos naturais; segundo, rever valores e objetivos políticos orientados pela paz. Desse modo, nada mais eficiente que invocar deus como *verdade* legítima da *humanidade* e *criador* de tudo, cuja *palavra* enunciada em termos religiosos havia se tornado, segundo Schumacher, uma linguagem incompreensível para a maioria dos seres humanos modernos:

a mensagem tem sempre sido a mesma: ‘Buscai primeiro o reino de Deus e todas estas coisas (as coisas materiais de que também se precisa) vos serão acrescentadas’. Elas serão acrescentadas, é-nos dito, aqui na terra onde necessitamos delas, não meramente em uma outra vida além de nossa imaginação. Hoje, entretanto, essa mensagem não nos provém unicamente dos sábios e santos, mas do curso concreto dos acontecimentos físicos. Ela expressa-se na linguagem do terrorismo, genocídio, desintegração, poluição, exaustão (Ibidem, p 312).

Em suma, o desenvolvimento seria efetivado quando houvesse um processo de crescimento que abrangesse educação, organização da sociedade civil e controle da população inteira “isso acarretaria um genuíno desenvolvimento, sem gigantescas favelas e cinturões de miséria em torno de cada metrópole, e sem as cruéis frustrações da revolução sangrenta” (Ibidem, p. 217). Os cinturões da miséria aumentaram em progressão geométrica, assim como se ampliaram as capacidades de controle e emergiram técnicas de governo exercidas, cada vez mais, de maneira supostamente horizontal.

No presente contexto, controlar o *ambiente* não se limita apenas às regiões *desprovidas*. As práticas constantes de monitoramento virtual ou não, colaboram com o exercício de governo sobre todos os processos da vida. Por meio do monitoramento colhem-se dados que geram mais monitoramento proporcionando a possibilidade de “acompanhar uma atividade, conduta ou ambiente sem a necessidade de interferir em sua pretensa continuidade infinita” (PASSETTI et al., 2019, p 259). Tal característica do monitoramento mostra como essa atividade não se reduz à tecnologia de informação e comunicação, nem tampouco opera exclusivamente por equipamentos sofisticados. Trata-se de “uma estratégia prática discursiva de coleta que produz meios variados para fins de governo” (Ibidem, p. 261).

Assim, no intuito de afastar *problemas* ou antecipar a resolução, utiliza-se o jogo de poder *compartilhado*, voltado à possibilidade de todos terem a chance de *ganhar*. Dessa maneira, os sujeitos se ocupam de denunciar aquilo considerado motor de preocupação, desordem ou motivo de alarme para a *qualidade de lugar e de vida*. Cabe a todos os cidadãos, então, a tarefa de “monitorar sua vida e a dos demais para que o esforço conjunto possa produzir segurança”. O propósito de eliminar a violência reputada endógena também afiança “as demais seguranças orquestradas pelo Estado em comum acordo com a sociedade civil organizada”. A intenção consiste em “produzir a boa governança pela qual a relação governantes-governados passa a ser substituída pela gestão compartilhada” (PASSETTI, 2018, p. 378). O controle auspiciado pelo monitoramento perpassa espaços, sujeitos e coisas, avolumando instrumentos para defender o que se almeja e se especula. Inscreve-se, com isso, a extensão do exercício punitivo fortalecido pela disposição *justiceira* e pela propagação da ação democrática perpetrada na devota participação reivindicatória em todos os âmbitos sociais. A pulverização da prática democrática-participativa traz em seu núcleo a exigência de penalizar todos os que se interponham ao projeto de *melhorias*, seja no ambiente seja no processo de construção de cada um como empreendedor de si. Uma copiosa quantidade de olhos, ouvidos e bocas está disposta a apontar o dedo contra quem interrompa o fluxo de ir e vir entre as *boas escolhas*.

Compreende-se como *boas escolhas* o projeto racionalmente desenvolvido para atingir uma vida estável (financeira, emocional), prolongada e saudável. Para tanto, exige-se ser proativo não procrastinar. Decidir o quanto antes as *escolhas* a serem tomadas para uma vida melhorada no futuro. Investir no capital humano e criativo, por meio de cursos que outorguem qualificações distintivas dentro da concorrência. Construir valores apaziguadores tornando-se mais *espiritual*, e, para isso, apoiar-se em alguma religião ou ser eclético, tanto faz. Abandonar os hábitos considerados inadequados cuidando, desde muito cedo, da saúde física e mental com uma alimentação regrada, exercícios físicos e sem vícios, para garantir uma qualidade de vida intimamente relacionada à segurança. Ora, nesse receituário de desprazer e governo de si, age-se como se o capitalismo guiado pela racionalidade neoliberal algum dia fosse proporcionar igualdades econômicas, sociais ou culturais. E a democracia, mediante a propagação de direitos, instrumentaliza essa utopia liberal. Nesses termos, a defesa da liberdade transforma-se em iniciativa concorrencial dos indivíduos agindo por interesses próprios na busca de condições mais vantajosas.

Opera-se, portanto, tal e qual a mão invisível instituída por Adam Smith (1723-1790). Michel Foucault analisou o conceito de mão invisível em Smith como sendo um correlato ao

funcionamento do *homo oeconomicus* no liberalismo clássico, mas que serve perfeitamente à abordagem do *homo oeconomicus* no neoliberalismo, agora formatado em empreendedor de si, ou seja, um “sujeito de interesse individual no interior de uma totalidade que lhe escapa” (FOUCAULT, 2008, p. 379). O cerne dessa teoria seria seguir o próprio interesse que resultaria em algo proveitoso para todos, pois pretender o bem geral provocaria o desarranjo econômico. A mão invisível para Adam Smith, continua Foucault, é tanto “um otimismo econômico mais ou menos ponderado” quanto uma espécie de “pensamento teológico da ordem natural”, mediante o qual haveria uma noção de estar ocultamente preenchido o lugar vazio por “um deus providencial que habitaria o processo econômico” (Ibidem).

Foucault constata também, como a maior parte dos estudos sobre a mão invisível em Adam Smith privilegiou em demasia a importância da mão em dois elementos ligados ao universo econômico: a existência de certa transparência e a incapacidade de os indivíduos apreenderem a totalidade do processo. Em tais avaliações haveria “um ponto em que o conjunto é quase totalmente transparente a uma espécie de olhar, o olhar de alguém cuja mão invisível, segundo a lógica desse olhar e segundo o que esse olhar vê, ata os fios de todos esses interesses dispersos” (Ibidem, p. 379). Entretanto, Foucault chama a atenção para a invisibilidade como princípio fundamental entre o bem coletivo e os interesses individuais.

... para que seja certo que o maior bem seja alcançado pelo maior número de pessoas, não apenas é possível, mas é absolutamente necessário que cada um dos atores seja cego a essa totalidade. Deve haver uma incerteza no plano do resultado coletivo para cada um, de maneira que esse resultado coletivo positivo possa ser efetivamente alcançado. A obscuridade, a cegueira são absolutamente necessárias a todos os agentes econômicos. O bem coletivo não deve ser visado. Não deve ser visado, porque não pode ser calculado, pelo menos não no interior de uma estratégia econômica (Ibidem, p. 380).

De modo tangencial e complementar à mão invisível, o economista estadunidense Herbert A. Simon (1996), na década de 1970, rejeitava a teoria de gestão baseada somente na maximização de resultados, daí a proposta de pensar por projetos como no design. A eficácia em aplicar os métodos de design estava em facilitar a tomada de decisões *satisfatórias* mesmo quando as capacidades individuais fossem limitadas no ato da escolha. De acordo com ele, os seres humanos tinham um conhecimento restrito para analisar as consequências de todos os fatos e identificar entre eles os mais relevantes na decisão. Motivo pelo qual Foucault afirma que a invisibilidade era, na premissa da mão invisível, indispensável, e não só diante da imperfeição da inteligência humana, mas para que “nenhum agente econômico” tivesse como objetivo inicial o bem coletivo (FOUCAULT, 2008, p.381).

Simon focava no processo do design na tentativa de levar para o centro do projeto a interface entre o ambiente e os indivíduos. Por meio dessa atividade, ele procurava a adaptação dos sujeitos com a finalidade de que atingissem objetivos *satisfatórios*. O economista argumentava que, diante da incerteza, a padronização e a coordenação alcançadas por acordos específicos eram muito mais eficazes. A incerteza, inclusive, possibilitaria vantagens mercadológicas contanto que fossem bem realizadas as escolhas. Incerteza essa inerente à prática da invisibilidade, porque, na propositura de Adam Smith, ninguém tem conhecimento da totalidade dos processos econômicos. Os indivíduos, nessa situação, precisariam estar aptos para efetuar *boas escolhas*, concentrando-se em seus interesses e aplicando seu capital onde quisessem, desde que seguissem os acordos realizados. “Logo, princípio do *laissez-faire* [deixar fazer], cada um em todo caso deve seguir seu interesse” (Ibidem, p. 382, grifo do autor).

Segundo Simon, os sujeitos, para enfrentar a concorrência e a *complexidade* no mercado, haviam intensificado suas capacidades de especialização. Desse modo, afirmava ele, ao aprimorar conhecimentos e *habilidades* em concomitância com a implementação da computação, a limitação da racionalidade tanto no mercado quanto individual, seria compensada. Porém, isso não bastava, era preciso aceitar “informações e conselhos dos grupos sociais aos quais as pessoas [pertenciam], os indivíduos dóceis que [tendiam] a acolher tais informações e conselhos [teriam] uma grande vantagem, muito mais daqueles que não [eram] dóceis e [rejeitavam] a influência social”. O autor esclarece ainda que a influência poderia ser “taxada”, às vezes, como não benéfica individualmente, mas favorável para o grupo social. Nesse sentido, enquanto “a ‘taxação’ não [fosse] tão pesada a ponto de cancelar as vantagens da docilidade, o indivíduo altruísta [seria] mais adequado do que o indivíduo não-dócil” (SIMON, 1996, p. 47).

O economista não coloca essa “taxação” visando um bem coletivo, mas como um apaziguamento de condutas que obstaculizem a dinâmica econômica. Por sua vez, as parcerias sociais e o fluxo de informações contribuiriam para combinar os interesses comuns, evitando, com isso, a interferência do Estado que devia apenas produzir regras convenientes ao jogo econômico. Então, na apreciação de Simon, selecionar ações apropriadas às metas, decorria da triagem de *atores* sociais cujo comportamento era adaptativo, pois “em um mundo de mercados competitivos aqueles que tomem decisões como se estivessem maximizando [as previsões futuras] sobreviveriam” (Ibidem, pp. 45-47). Isso indica porque a maximização de resultados não era tão expressiva para Simon, uma vez que os resultados deviam ser *satisfatórios* no presente para, assim, maximizar o futuro.

As recomendações do economista consistiam, portanto, em reforçar a submissão e incentivar o *altruísmo* utilizando ações interligadas de forma coordenada a fim de suprimir o aspecto de uns se sobreporem aos outros e motivar os sujeitos a se reunirem em organizações para aliviar problemas de bens públicos, mostrando como a junção de esforços individuais unidos pelos laços de identificação organizacional compensavam as lacunas individuais e prescindiam de intervenções estatais. Por último, postulava-se que os limites da racionalidade, tanto no mercado quanto na sociedade civil organizada, deveriam conduzir-se por decisões fundadas em informações visando manter as qualidades adaptativas no ambiente. Enfim, é possível resumir a proposta de Simon na seguinte formulação: empreendedores de si resilientes na busca constante de equiparar direitos, oportunidades e vantagens competitivas para sair da situação de *vulnerabilidade e adversidade*, ou para nela não cair.

No contexto do ecumenismo contemporâneo, o *altruísmo* nada mais é do que a demanda pela construção de preceitos em torno da segurança, a qual garante e concebe as ações dos pastores aptos para atuar como polícia onipresente.

A polícia não é mais somente para a garantia da ordem e da segurança da propriedade e dos indivíduos dispersos produzindo ações infracionais, tomadas como crimes, mas passa a ser uma conduta policial esperada de cada sujeito de direitos para garantir as melhorias em seu ambiente e conservar os direitos de minorias dos quais são portadores (PASSETTI, 2018, p. 389).

Ao imaginar uma vida saudável *ad aeternum* ou uma morte com boa saúde, os indivíduos clamam por segurança. Pouco lhes importam o monitoramento contínuo, as ingerências diárias no modo de viver de acordo com a voz de especialistas ou as abordagens policiais que, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo¹⁰¹, consistem na “revista do corpo e das vestes de alguém, incluindo coisas sob sua custódia ou posse (...) e busca domiciliar sem mandado judicial”. O interesse para uma boa parcela da população é precaver-se do possível *suspeito* que pode colocar em risco sua vida ou suas posses. De tal modo, uma política do que é *tolerante* realiza-se por reivindicações apoiadas na característica de *vulnerável e merecedor*. A atuação desses sujeitos não ataca as formas de ação difundidas pela governamentalidade neoliberal, mas as confirma, na medida em que se age como sujeitos *conscientes* daquilo que é melhor a ser feito. Assim, os esforços individuais irão demarcar quais são as pessoas a serem *respeitadas* sob o aspecto *tolerante*. Uma das técnicas para tornar isso possível é a ideia de *mérito*, cujo objetivo reside em estabelecer limites entre os que fizeram

¹⁰¹ Disponível em: <<https://www.ssp.sp.gov.br/fale/institucional/answers.aspx?t=4>> Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

escolhas para conquistar uma posição social, política ou econômica *tolerável*, e aqueles que não podem ser tolerados, pois colocam em *perigo* a *segurança* local.

O jogo está em reivindicar *reconhecimentos* por ser ativo, inovador, respeitoso, empreendedor, responsável, detentor de direitos, aplicado, qualificado, criativo, enfim, por ser aquele que faz o que se espera dele. Os indivíduos programam suas vidas e presumem amenizar seus medos, pois seus esforços são voltados à *tolerância*. Ao mesmo tempo, se tudo pode ser *projetável* espera-se, com essa prática de governo, colaborar com a fraternidade universal arraigada no *ecumenismo* impulsionador da *paz*. Os sujeitos tornam-se *sócios* do Estado e de outras formas organizacionais ao compartilhar a gestão de poder, produzindo práticas de monitoramento com as quais se possibilita policiar a si mesmo e aos demais.

Os procedimentos de regulação não surgiram de maneira unitária sob o auspício exclusivamente estatal, mas com a contribuição da sociedade civil organizada formatada com base no modo empresa, cujo escopo é assegurar a tranquilidade geral, expurgando as revoltas e tudo o que impeça viver conforme as *responsabilidades* de cada um. Por esse motivo, aqueles que têm preferências individuais e realizam as *melhores* escolhas, não admitem obstáculos para seu sucesso, e isso coaduna com a concepção de *autoestima*, a qual opera como *superação* de entraves a serem extirpados para se alcançar o que se *deve ser*. Trata-se do novo conformismo puritano em que o *ascetismo laico* formou *santos* mundanos encarregados de defender uma vida *predestinada* ao sacrifício diário em nome de uma *salvação* futura. Trata-se ainda de reativar a tipografia do conformista desenhada por Robert Merton, mediante a qual é possível atingir a estabilidade social quando equilibrados os objetivos culturais voltados ao sucesso com os meios institucionalizados via democracia.

São relações de poder que configuram uma tecnologia de judicialização da vida e da política sustentada pela noção de *segurança*. Isso estabelece um processo no qual a instância judiciária responde às múltiplas demandas sociais, ampliando-se a função dos tribunais para as relações corriqueiras. O alastramento desse recurso coloca o poder judiciário como mediador ou facilitador – igual às lideranças empresariais e educacionais – com a capacidade de regulamentar e punir os efeitos dos conflitos no âmbito cotidiano. De acordo com Foucault, o modo empresa alterou as instituições jurídicas instituindo um vínculo privilegiado “entre uma sociedade indexada na forma empresa e uma sociedade em que o principal serviço público é a instituição judiciária” (FOUCAULT, 2008, p. 204). Quanto mais se alastra o formato empresa no interior do corpo social, assinala Foucault, mais aumentam os atritos e mais se solicita a intervenção governamental, multiplicando-se as arbitragens jurídicas. “Sociedade empresarial

e sociedade judiciária, sociedade indexada à empresa e sociedade enquadrada por uma multiplicidade de instituições judiciárias são as duas faces de um mesmo fenômeno”, e o funcionamento da política na racionalidade neoliberal (Ibidem).

Por todo *esforço* e *sacrifício* dispendidos para estar inserido nos fluxos do neoliberalismo, não se admite nenhum dano e quando este aparece deve ser reparado com todo rigor. Essa justificativa propaga o imperativo contra a impunidade, o que equivale a dizer, mais punição, regulamentações, prisões, legalismo, e, quando necessário, estender a competência do judiciário para a instauração de mais regras que incorporem questões individuais ou de grupos. A judicialização e o monitoramento são complementares no controle contínuo praticado por sujeitos nos *ambientes* de convívio, um controle que ora se exhibe em reivindicações, ora se apresenta com os formatos da covarde denúncia anônima ou da delação premiada e aplaudida pela sociedade civil organizada. “O cidadão-polícia, sujeito portador de direitos inacabados, dentro e fora das comunidades, em todos os espaços da cidade é o indivíduo tomado como capital humano, empreendedor de si” e age “na variedade de ocupações, exercícios de funções não remuneradas como voluntários, usuários de *cotas*, produtores culturais, artistas” com a finalidade de cada um exercitar “seus exponenciais” (PASSETTI, 2018, p. 391, grifo do autor), numa *cultura de paz* fincada na *tolerância*.

Em suma, a viabilidade da dinâmica social multiforme encontra na economia criativa sua efetivação e na inovação, atributo inseparável da criatividade, a capacidade de renovar-se constantemente. Impulsionar o crescimento econômico por meio do *valor* criatividade torna a inovação o elemento-chave, não apenas no surgimento de novas tecnologias e mudança de processos empresariais, mas na fabricação de noções ancoradas na complexidade, empoderamento, identidade, adaptação, segurança, ativismo, entre tantas outras que ampliam a submissão explicitada no amor pela obediência própria de qualquer pastorado. O discurso do potencial social está entrelaçado com as supostas qualidades inatas do capital criativo e com a constituição formal do capital humano-criativo, ambas as modalidades consideradas fonte de expressão emancipatória que servem para sustentar a continuidade da racionalidade neoliberal e o governo de condutas coordenado planetariamente.

o custo da novidade econômica

No início dos anos de 1980, o neoliberalismo emplacou na Inglaterra, com Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos da América, com Ronald Reagan. Este último chegou à

presidência visando modificar a política e a economia com a redução de gastos e receitas do governo federal. Em seu discurso inaugural, Reagan anunciou que o governo não era a solução, mas o problema, colocando-se como inimigo do Estado de Bem-Estar ou de qualquer Estado interventor, referência essa dirigida ao Estado soviético. Não obstante, antes de abordar propriamente a implementação da racionalidade neoliberal na Inglaterra e nos EUA, é importante analisar como havia sido introduzido o projeto neoliberal em países do Cone Sul. Tal projeto foi desenhado no departamento de economia da Universidade de Chicago que, nos anos de 1950, se destacava dentro e fora dessa instituição. Se a Universidade de Harvard teve proeminência no período de entreguerras, principalmente, os departamentos de sociologia, política, psicologia e ciências naturais, após a II Guerra Mundial, o departamento de economia da Universidade de Chicago tornou-se o epicentro do ensino sobre o livre mercado. É precisamente a complementaridade na produção de saberes dessas universidades que vai sinalizar o ápice da racionalidade neoliberal: a política sistêmica caracterizada pelos *feedbacks*, elaborada em Harvard, e a proposta de livre mercado, fixada na construção do capital humano, engendrada em Chicago.

Os acadêmicos que lecionavam na Escola de Economia da Universidade de Chicago contrapunham-se a todo programa intervencionista nos moldes do Estado de Bem-Estar e, evidentemente, do Estado soviético. Milton Friedman comandava o departamento e disseminava a proposta de um capitalismo livre de regulações estatais, barreiras econômicas e qualquer incentivo social. Ele e seus colegas de departamento foram influenciados pelo economista austríaco Friedrich Hayek¹⁰², que recomendava extirpar toda intromissão governamental na tentativa de sustentar o equilíbrio mercadológico, deixando as atividades empresariais governarem os países. Hayek foi um dos intermediários entre o neoliberalismo alemão, ou ordoliberalismo, e o neoliberalismo estadunidense produzido na Escola de Chicago. Segundo Michel Foucault, o economista austríaco foi quem melhor definiu a aplicação dos princípios do Estado de direito (*Rule of law*) na ordem econômica: “o Estado de direito terá a possibilidade de formular certo número de medidas de caráter geral, mas que deverão permanecer inteiramente formais, isto é, nunca deverão se propor um fim particular” (FOUCAULT, 2008, p. 237).

Isso exprime que a economia para o Estado ou os indivíduos precisava constituir-se como um jogo com um conjunto de atividades reguladas, porém, as regras desse jogo não deviam ser “decisões tomadas por alguém pelos outros”. Na concepção de Hayek, assinala

¹⁰² Hayek foi professor em Chicago por 12 anos, de 1950 a 1962.

Foucault, o jogo consistia em determinar um conjunto de regras com a finalidade de estipular como cada um tinha que jogar, apesar de ninguém conhecer exatamente o desfecho. “A economia é um jogo e a instituição jurídica que emoldura a economia deve ser pensada como regra de jogo” (Ibidem, p. 238). Dito de outra maneira, o Estado de direito formalizaria a ação do governo fornecendo as regras para o jogo econômico em que os “únicos parceiros” seriam os indivíduos-empresas. Portanto, “um jogo de empresas regulado no interior de uma moldura jurídico-institucional garantida pelo Estado: é essa a forma geral do que deve ser o quadro institucional de um capitalismo renovado” (Ibidem). Não se trata, contudo, de pretender estabelecer o controle socioeconômico, mas delimitar “a moldura mais racional no interior da qual os indivíduos se dedicarão às suas atividades de acordo com seus planos pessoais” (Ibidem).

Para tornar isso possível, Friedman se valia de duas frentes: mudança na política estatal e “choques dolorosos deliberadamente infligidos” visando eliminar “deturpações” de um capitalismo que tinha de ser *livre* de interrupções (KLEIN, 2008, p. 66). Embora Hayek tenha colaborado para difundir o modelo alemão do neoliberalismo em solo estadunidense, os EUA já mantinham uma tradição de renovação na política liberal. O que surgiu não era apenas uma resposta ao *New Deal*, outra característica muito mais contundente pairava naquele contexto, relacionada justamente à *necessidade* de “choques dolorosos” mencionados por Friedman. O neoliberalismo nos EUA desenvolveu-se num momento de crise econômica, mas, sobretudo, de crise política. O problema “da influência, da ação, da intervenção do governo federal, da sua credibilidade política, etc”, arrastava-se desde o *New Deal* e se agravava de modo progressivo gerando um descontentamento generalizado no interior da sociedade estadunidense (FOUCAULT, 2008, p. 267). A crise, dessa maneira, foi a justificativa utilizada por Friedman para aplicar o que Naomi Klein denominou de “doutrina do choque” (KLEIN, 2008). Segundo a autora, Friedman e seus seguidores aprimoraram a estratégia de esperar a *crise* avançar para, enquanto as pessoas estivessem em estado de *choque*, efetuar reformas e transformá-las, depois, em mudanças permanentes. A crise será, portanto, a forma de governar no neoliberalismo para estimular sua constante renovação.

Klein reproduz uma passagem escrita por Milton Friedman em 1982 que retrata a eficácia dessa *doutrina do choque*: “somente uma crise – real ou presumida – produz mudança concreta. Quando essa crise acontece, as iniciativas tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Essa, eu acredito [afirmava Friedman], é a nossa função: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantendo-as vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se

transforme no politicamente inevitável” (KLEIN, 2008, p. 168). Isso mostra como, longe de os neoliberais quererem eliminar o Estado da ordem econômica, o próprio Estado é imprescindível no capitalismo arraigado na concorrência. Assim, a economia de livre mercado não o limita, mas se torna “o princípio interno de regulação do Estado, de ponta a ponta da sua existência e de sua ação” (FOUCAULT, 2008, p. 158). Na análise efetuada por Foucault sobre o neoliberalismo alemão, ele mostra como, então, a fórmula do liberalismo de consentir a liberdade de mercado sob o amparo do Estado é invertida passando a ser essa liberdade de mercado preceito regulador e organizador do Estado.

Para realizar essa inversão, constata Foucault, houve uma série de deslocamentos nos procedimentos anteriores: o de maior saliência foi o do liberalismo alicerçado no capitalismo da troca para o liberalismo assentado no capitalismo da concorrência. Quando da troca, o Estado era convocado a manter a equivalência entre os valores estipulados pelos parceiros, na concorrência, destitui-se a equivalência visto que o princípio norteador é a desigualdade. A racionalidade econômica do mercado, na visão dos neoliberais, funciona desde que a concorrência seja inteiramente livre, prescindindo o Estado de alterá-la. Nessa proposição, a concorrência formaliza a atuação governamental e possui uma lógica interna, o que, de certa forma, opera como um jogo formal entre desigualdades. “Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos”, sua coerência econômica se apresenta e gera efeitos depois de serem preparadas artificialmente as condições (Ibidem, p. 163). Em definitivo, a concorrência “é necessariamente o resultado de um longo esforço e, para dizer a verdade, a concorrência pura nunca será alcançada. A concorrência pura deve ser e não pode ser senão um objetivo, um objetivo que supõe, por conseguinte, uma política infinitamente ativa” (Ibidem, p. 164).

A oportunidade de colocar à prova as recomendações dos neoliberais da Escola de Chicago demorou quase duas décadas. De acordo com Klein, Friedman, nos anos de 1950, desconhecia qualquer país que preenchesse os requisitos planejados por ele e sua equipe, tampouco tiveram a chance de aplicar suas proposições *in loco*, nos moldes em que haviam tentado no Banco Central e Ministério do Comércio dos EUA. Condição essa que os manteve, então, ocupados em desenvolver equações matemáticas e programas de computadores para corroborar a cientificidade da teoria econômica. “A premissa fundamental [era] a de que o livre mercado” consistia num “sistema científico perfeito, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses e desejos, [criariam] o máximo de benefício para todos” (KLEIN, 2008, p. 67).

Os professores da Escola de Economia de Chicago utilizaram a divisão política gerada pela chamada Guerra Fria e os totalitarismos nazifascistas ocorridos durante a II Guerra Mundial para apontar a necessidade de conter o comunismo, no intuito de proteger os proprietários e de manter economicamente satisfeitas as populações para não serem atraídas por governos totalitários. Motivo pelo qual defendiam a democracia participativa, pois, segundo eles, as pessoas deviam ter liberdade individual tanto na escolha de quem votar quanto na escolha do que consumir. Todas as políticas de controle de preços, salário mínimo, educação e saúde por conta do Estado eram abominadas por esses economistas. Apesar de se posicionarem totalmente contra o comunismo, não consideravam os marxistas seus inimigos principais, os maiores problemas provinham “dos keynesianos nos Estados Unidos, dos socialdemocratas na Europa e dos desenvolvimentistas no assim chamado Terceiro Mundo” (Ibidem, p. 69). As três vertentes adeptas do intervencionismo estatal na economia.

O que esses economistas ambicionavam era eliminar qualquer vestígio dessas três referências, embora a socialdemocracia na Europa não fosse mais uma forte ameaça ao neoliberalismo. Segundo Foucault, em 1955, o ministro de Economia e Finanças da Alemanha Federal, Karl Schiller, publicou um livro intitulado *Socialismo e concorrência*, no qual propunha a ampla concorrência e a planificação somente quando efetivamente necessária. Em 1959, diz Foucault, por ocasião do congresso “Bad Godesberg”, a socialdemocracia alemã “primeiro, renuncia ao princípio da passagem à socialização dos meios de produção; segundo e correlativamente, reconhece que a propriedade privada dos meios de produção, não apenas é perfeitamente legítima, como tem direito à proteção e ao incentivo do Estado”, ou seja, aprova-se, no congresso, uma economia de mercado onde haja condições viáveis para essa prática. Abdicar dos programas de partidos socialistas, ou melhor, do socialismo marxista externava a adesão ao “jogo da governamentalidade”. O último passo seria rachar com o keynesianismo inglês e isso, como mostra Foucault, foi realizado em 1963, novamente pelas mãos de Schiller, que considerou toda planificação um perigo “para a economia liberal” (FOUCAULT, 2008, pp. 119-121).

Já, o desenvolvimentismo da década de 1950, também denominado de nacionalismo terceiro mundista, avançou na América do Sul, em especial, na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai, por meio da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A CEPAL é um órgão regional criado em 1948 ligado ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU. Trata-se da reunião de especialistas que, nos primórdios da CEPAL, promoveram estudos para superar o atraso econômico nesta região. Esta Comissão é integrada

por “todos os países da América Latina e do Caribe, junto com algumas nações da América do Norte [EUA e Canadá], Europa e Ásia, que mantêm vínculos históricos, econômicos e culturais com a região. No total, os Estados-membros da Comissão são 46 e 14 membros associados, condição jurídica acordada para alguns territórios não independentes do Caribe¹⁰³”.

Foi a partir de uma crítica frontal realizada pelos economistas da CEPAL à economia agroexportadora que este organismo começou a assinalar como única saída a industrialização, andando em paralelo com o nacionalismo econômico. O lema era não mais crescer para fora, mas crescer para dentro, portanto, desenvolver o mercado interno do ponto de vista do consumo e produção, delegando ao Estado o papel regulador. Em linhas gerais, as medidas propostas eram: melhorar a distribuição de renda, a reorganização administrativa e fiscal, o planejamento econômico, estabelecer a reforma agrária e formas locais de colaboração, a fim de remover deficiências concorrenciais no mercado internacional. Dessa maneira, os técnicos da CEPAL pretendiam demonstrar a necessidade de formular uma teoria que se adequasse às condições estruturais de desenvolvimento econômico e social latino-americano. Segundo eles, havia na região a especificidade de um modo de produção capitalista condicionando as formações sociais a uma relação de dependência tanto de uns países a outros, quanto de determinadas classes a outras no âmbito nacional (MARTINEZ, 1997). As análises efetuadas entre as décadas de 1950 e 1970 assinalavam que uma economia industrial dependente de tecnologia, importação de bens de capital e matérias-primas originava contradições nas relações: industriais/sistema econômico nacional, grupos sociais entre si/Estado. Assim, o desenvolvimento só poderia realizar-se quando extirpadas as contradições no decurso de uma transformação social que atendessem à modificação dos setores dominantes, restauração das organizações populares (partidos, sindicatos) e controle do capital estrangeiro na economia nacional. Uma vez lograda a transformação interna, os países latino-americanos poderiam vincular suas economias entre si e com o mercado internacional numa situação que não seria mais de dependência, mas de interdependência (Ibidem).

O marco teórico do desenvolvimentismo estava mais próximo da escola keynesiana do que do marxismo. O economista inglês John Keynes (1883-1946) consolidou uma teoria cujo escopo consistia numa organização político-econômica, em que o Estado se afirmava como agente indispensável no controle da economia com a finalidade de dirigir-se a um sistema do pleno emprego. Algo totalmente desprezado pelos dois formatos primários de neoliberalismo (alemão e estadunidense). A aversão desses neoliberais à “economia dirigida, à planificação,

¹⁰³ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

ao intervencionismo de Estado, o intervencionismo sobre as quantidades globais” os conduziu a ter Keynes como adversário comum (FOUCAULT, 2008, p. 107). Logo, a economia intervencionista posta em prática por Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) com o *New Deal* (1933-1939), influenciada pela teoria keynesiana, era execrada pelos economistas da Escola de Chicago. Ter a América Latina seu próprio *New Deal* levou corporações estadunidenses e europeias a manifestarem reclamações a seus governantes. “Sob pressão dos interesses das corporações, surgiu, em alguns círculos ligados à política externa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, um movimento que tentou colocar os governos desenvolvimentistas dentro da lógica binária da Guerra Fria” (KLEIN, 2008, p. 75). A partir de então erradicar o desenvolvimentismo do Cone Sul se tornou um esforço conjunto de empresas, acadêmicos e órgãos de segurança como a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA¹⁰⁴).

Em 1953, dois estadunidenses encontraram-se em Santiago no Chile, cidade onde se localiza até hoje a sede da CEPAL: Albion Patterson, na época, diretor da Administração para Cooperação Internacional dos Estados Unidos, no Chile, e Theodore W. Schultz, nesse momento, diretor do departamento de economia da Universidade de Chicago. Os dois concordavam com o projeto de modificar a formação mediante uma educação que combatesse o keynesianismo e o socialismo marxista no plano intelectual.

Os dois homens surgiram com um plano que finalmente reviraria Santiago, um ninho da economia centralizada no Estado, transformando-a em seu oposto – um laboratório de experimentos para aparar as arestas do livre mercado, dando a Milton Friedman aquilo que ele sempre sonhara: um país no qual pudesse testar suas teorias tão acalentadas. O plano original era simples: o governo dos Estados Unidos financiaria estudantes chilenos para aprender economia na mais reconhecidamente anti-“vermelha” escola do mundo – a Universidade de Chicago. Schultz e seus colegas da universidade também seriam pagos para viajar até Santiago, a fim de conduzir pesquisas sobre a economia chilena e para treinar alunos e professores nos fundamentos da Escola de Chicago (KLEIN, 2008, p. 76).

Centenas de estudantes chilenos foram treinados nas salas de aula da Universidade de Chicago. Tudo pago por contribuintes e fundações estadunidenses, a mais notória e *habitué* a esses financiamentos era a Fundação Ford. Tamanha foi a empolgação que o programa se ampliou para outras regiões da América Latina, com participações expressivas de Argentina, Brasil, México e Uruguai, impulsionando ainda a instauração do Centro de Estudos Econômicos Latino-Americanos na Universidade de Chicago (Ibidem). A Fundação Ford, atuando como organização *filantrópica*, financiou, inclusive, uma série de golpes militares por

¹⁰⁴ Fundada em 1947.

todo o continente latino-americano, afinal, sua contribuição com o nazismo lhe havia proporcionado suficiente *background* no assunto extermínio. Lembre-se de que o próprio Henry Ford colaborou com a Alemanha nazista não só financeiramente, mas também ao fornecer listas de judeus, e, principalmente, por ter elaborado as bases do antissemitismo científico quando da publicação de *O judeu internacional* (1920) que inspirou Hitler a ponto de ser condecorado pelo governo alemão no início dos anos de 1930 (VULLIERME, 2019).

Quando retornaram os primeiros economistas formados em Chicago, a maioria assumiu a função de professor no novo departamento de economia na Universidade Católica do Chile, “transformando-o rapidamente em uma pequena Escola de Chicago no centro de Santiago – o mesmo currículo, os mesmos textos em língua inglesa, a mesma pretensão obstinada de produzir conhecimento ‘puro’ e ‘científico’” (KLEIN, 2008, p. 78). A leva de estudantes sul-americanos formados em Chicago ou na sua filial no Chile ficou conhecida na região como Garotos de Chicago ou *Chicago Boys*. Muitos deles ocuparam cargos de embaixadores deslocando-se a outros países da América do Sul para incentivar a abertura de novas filiais.

O *projeto Chile* demandou mais tempo do que o imaginado pelos professores da Escola de Economia de Chicago. Entretanto, Klein destaca como, após a eleição do candidato do partido socialista Salvador Allende em novembro de 1970, desde a Universidade Católica do Chile, local onde foi desenvolvido o programa, iniciaram-se ações comandadas pela CIA para preparar as medidas que seriam exercidas pelas forças armadas. O Brasil, na época, já sob a ditadura civil-militar (1964-1985) estruturada pelos EUA, país responsável por uma série de financiamentos e treinamentos como o dos Garotos de Chicago, teve participação ativa nesse plano. Para Moniz Bandeira, oficiais brasileiros, dos serviços secretos treinados por agentes da CIA, encarregaram-se de passar orientações e armamentos a militares e grupos de direita no Chile.

Além de recursos financeiros, fornecidos por empresários de São Paulo, vários carregamentos de armas e munições, entre 1972 e 1973, saíram do porto de Santos, com destino a Valparaíso, em caixas de maquinaria agrícola e de outros produtos, importados pela firma do Senador [chileno] Pedro Ibañez Ojeda, a fim de abastecer a organização direitista *Patria y Libertad* (BANDEIRA, 1993, p. 227, grifo do autor).

O golpe atuou em duas frentes simultâneas. Uma delas, gerida pelos militares e apoiadores, derrubou o governo de Allende, enquanto a outra exterminou toda posição contrária aos *Chicago Boys*. Previamente, “os Garotos de Chicago mandaram para o almirante que comandava a Marinha o resumo em cinco páginas de seu programa econômico. A força naval deu sua aprovação, e daí em diante os Garotos de Chicago trabalharam com afinco para ter seu

programa pronto assim que ocorresse o golpe” (KLEIN, 2008, p. 87). Segundo Klein, “oito dos dez autores principais” das quinhentas páginas do programa econômico enviado à junta militar “tinham estudado economia na Universidade de Chicago” (Ibidem).

O *projeto Chile* foi o ponto inicial na qualificação de estudantes aptos a replicar a racionalidade neoliberal nas décadas seguintes. Mais do que isso, proporcionou a Theodore Schultz o solo fértil para produzir economistas experientes no livre mercado e para configurar a teoria de uma educação baseada no pressuposto do desenvolvimento individual intrínseco ao desenvolvimento econômico. Tal propositura sugeria a valorização de si próprio na mesma fórmula em que se valoriza o capital. Portanto, capitalizar-se foi o objetivo da teoria do capital humano, deslocando para a esfera individual os problemas sociais, a aquisição de renda para sobrevivência e a formação profissional com vistas à melhor concorrência. Schultz fez da educação um valor econômico e equacionou a fórmula capital-trabalho em capital-capital humano. Assim, o salário passou a não remeter ao preço de venda da força de trabalho, mas a uma renda. Renda-produto, renda-rendimento de capital, conectada a fatores físicos e psicológicos mediante os quais as pessoas tinham capacidade de ganhar um salário. “Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 310).

Michel Foucault verifica como as finalidades de uma política de crescimento econômico, “que já não será simplesmente indexada ao problema do investimento material do capital físico, de um lado, e do número de trabalhadores, [de outro]”, correspondem a uma política de crescimento “centrada muito precisamente numa das coisas que o Ocidente” consegue alterar facilmente: o investimento em capital humano. Esta será, a partir desse momento, a direção tomada pelas políticas econômicas, bem como as políticas sociais, “as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos” (Ibidem, p.319). E não só, o capital humano foi forjado no interior da economia de um país do chamado Terceiro Mundo sob a justificativa de que o não crescimento da região estava atrelado à “insuficiência de investimento do capital humano” (Ibidem).

Todavia, para atingir a equação que conforma a teoria do capital humano, Theodore Schultz colaborou, antes, para pôr em prática um projeto político de extermínio. Ele ergueu a sua teoria do capital humano sobre os milhares de cadáveres de sul-americanos contrários não apenas ao capitalismo, mas às ditaduras auspiciadas pelos *missionários* de Chicago. Os corpos

desaparecidos, torturados e/ou encarcerados desconheciam a competição de todos contra todos, a constituição de uma sociedade feita por unidades-empresas ou a configuração de ser empresário de si mesmo, produtor de sua própria renda. Tal e qual a premissa da tábula rasa, os *experimentos* neoliberais precisaram devastar corpos revoltados para desfraldar, posteriormente, as subjetividades empreendedoras. Graças à *ideia* sobre o capital humano, Schultz foi laureado, em 1979, com o prêmio Nobel em Economia após ter comprovado ser mister aniquilar outras formas de pensar. Contudo, o extermínio não é uma prerrogativa da ditadura, a democracia liberal opera também nesses moldes.

Num Chile democrático milhares de *servos* das forças armadas foram convocados para conter cerca de um milhão de pessoas participantes dos protestos de rua iniciados em outubro de 2019. O estopim foi o aumento da tarifa de metrô em Santiago. No entanto, o milagre econômico e as estatísticas tão elogiadas pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) foram cunhadas em cima de um sistema de saúde para poucos, uma educação que endivida os estudantes por quinze ou vinte anos depois de formados, uma aposentadoria em mãos de empresas privadas, as quais investem os fundos recolhidos no mercado internacional “e fazem as perdas registradas serem pagas pelos aposentados” (SEPÚLVEDA, 2019). Outras pautas estiveram nas manifestações, como a recusa do controle de toda a água do Chile por algumas multinacionais e o combate às empresas de exploração agrícola, florestal ou de extração de recursos marinhos em território Mapuche, que, desde a colonização espanhola, é alvo sistemático das políticas de extermínio. Mas, que nas últimas três décadas, os Mapuche vêm realizando uma série de recuperações territoriais enfrentando o Estado chileno. Em todos os casos mencionados, o Estado deu sempre o mesmo revide: golpes de cassetete e tiros para defender o milagre econômico chileno. Muitos não recuaram, a resistência a essas práticas corriqueiras das forças armadas veio como resposta excepcional diante dos decretos do toque de recolher ou do estado de emergência, instrumentos esses que legitimam a violência do Estado. A bandeira “menos Estado, mais liberdade de empreender” escancara a farsa: é na ponta do fuzil que se garante a paz social e a continuidade do livre mercado.

Em outubro de 2019, os dados *oficiais* anunciaram a morte de vinte pessoas no Chile. O veículo de notícias *France 24*¹⁰⁵ informou que, no final de novembro do mesmo ano, ao menos 230 manifestantes haviam sofrido feridas oculares por impactos de balas de borracha

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20191129-protestas-en-chile-lesiones-oculares-una-epidemia-sin-precedentes-en-el-mundo>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

disparados pela polícia, provocando cegueira parcial ou total. Isso não amainou os protestos, ao contrário os reforçou, como foi possível constatar nas mensagens escritas em faixas: “até que viver no Chile não custe um olho da cara”. O jornal *Le Monde diplomatique*¹⁰⁶ acrescenta centenas de mutilados, milhares de feridos (84 por arma de fogo), torturas, agressões sexuais, entre tantas outras atrocidades cometidas pela polícia e pelas forças armadas. Além desses dados, contabilizaram-se até novembro de 2019, 2.643 pessoas presas conforme o Instituto Nacional de Direitos Humanos¹⁰⁷, sem contar as 35.000 detenções e os 23.449 de processos em andamento¹⁰⁸. Contudo: nunca é inútil revoltar-se.

A ditadura civil-militar chilena (1973-1990), comandada por Augusto Pinochet (1915-2006), atingiu seus objetivos e os registrou numa Constituição cujo texto selou a racionalidade neoliberal. A Constituição foi remendada pelos governos de esquerda, centro e direita, preocupados em manter intacto o *exemplo* econômico. No entanto, nas manifestações recentes, começaram a crescer os gritos que exigem uma assembleia constituinte para mudar a Carta Magna. A expectativa de muitos chilenos em acabar de vez com essa Constituição foi interrompida, em março de 2020, por outra *crise*: a do novo coronavírus. Sob decreto de calamidade, o presidente em exercício Sebastián Piñera (2010-2014 e 2018 -) não perdeu a oportunidade de restringir a circulação de pessoas, determinando, novamente, a intervenção militar. O adiamento do plebiscito, marcado para outubro de 2020, equalizou diferentes setores políticos que respaldaram a decisão de Piñera. O mandatário, que hoje tem baixo índice de aprovação, conta com o apoio de representantes da saúde para se fortalecer no jogo político. Prorrogar o calendário incumbido de mudar a Constituição acarreta a possibilidade de cancelar definitivamente o processo constituinte.

Caso haja prosseguimento, certamente serão realizados alguns ajustes na tentativa de apaziguar algumas vozes, prática recorrente na racionalidade neoliberal. Antes da suspensão, Piñera, para atender às demandas de uma parcela dos manifestantes, preparou um plano de reformas na Constituição. Sua antecessora, a socialista Michelle Bachelet (2006-2010 e 2016-2018), deixou um projeto constitucional pronto que, segundo o atual presidente, pode ser aproveitado¹⁰⁹. Bachelet, apesar de ter ocupado a presidência por seis anos, não implantou essa

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/chile-o-oasis-seco/>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/numero-de-mortos-devido-a-protestos-no-chile-chega-a-15.shtml>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://aradio.blogspot.de/2020/01/15/a-radio-auf-spanisch-chile-entrevista-con-la-coordinadora-18-de-octubre-sobre-los-presxs-politicxs-de-la-revuelta/>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/numero-de-mortos-devido-a-protestos-no-chile-chega-a-15.shtml>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

mudança, mas instaurou a lei antiterrorista em 2010, a mesma que hoje criminaliza ações contrárias ao Estado e lutas contra os empreendimentos capitalistas. Tal lei fortaleceu o poder punitivo e o terrorismo estatal, aproveitados pelo subsequente governo de extrema direita respaldado pelas forças armadas que outra vez saem dos quarteis em nome da democracia. Em tempo, não foi só no Chile que ocorreu a aprovação de uma lei antiterrorista por um governo de esquerda: também na Argentina em 2011, pela esquerda peronista liderada por Cristina Kirchner, no Brasil, em 2016 via o governo presidido pela ex-guerrilheira Dilma Rousseff do partido dos Trabalhadores (PT), no Paraguai, em 2019 pelo ex-sacerdote católico Fernando Lugo partícipe da Teologia da Libertação e no Uruguai, em 2019 sob o auspício do partido Frente Amplio representado por Tabaré Vasquez, isso para mencionar apenas os países do Cone Sul. Isso evidencia como a intervenção estatal atuará sempre que a racionalidade do mercado assim determinar, independentemente se se trata de governos ditatoriais ou democráticos.

Enfim, o *projeto Chile* corrobora que os liberais de agora ou antanho, como outras vezes na história (a exemplo da II Guerra Mundial), não tiveram nenhum prurido em juntar-se a assassinos e torturadores para salvaguardar a propriedade privada e o livre mercado de possíveis ameaças. Toda vitória se constrói sobre os vencidos. A da racionalidade neoliberal deixou (e ainda deixa) rastros de sangue e terror na América do Sul antes de consolidar-se no que se convencionou chamar de o *hemisfério Norte*. Os Garotos de Chicago (*Chicago Boys*), que formularam, na década de 1970, a economia do Chile antes e durante a ditadura cívico-militar, anteciparam as medidas a serem adotadas por Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

O *experimento* no Cone Sul demonstrou-se atraente pela geração de altos lucros e pela possibilidade de privatizar empresas estatais para obter maior eficiência, reduzir despesas e criar recursos. Segundo Naomi Klein, na versão britânica, Thatcher concentrou-se inicialmente nas habitações públicas onde moravam pessoas que dificilmente apoiariam os conservadores. A estratégia operou em dois flancos: um buscou o consentimento dos conservadores e de pessoas mais abastadas que se opunham ao Estado de Bem-Estar, o outro proporcionou incentivos aos moradores de habitações públicas para que comprassem seus imóveis. Alguns tornaram-se proprietários, outros enfrentaram altos aluguéis ou foram transformados em desabrigados, porém, “as pesquisas mostraram que mais da metade dos novos proprietários havia mudado sua filiação partidária para os conservadores” (KLEIN, 2008, p. 163).

Embora essa iniciativa tivesse oferecido uma oportunidade para implementar as medidas econômicas executadas no Cone Sul, o nível de aprovação de seu mandato havia caído sensivelmente, o que fez a “dama de ferro” recuar. Foi em 1982, quando eclodiu a Guerra das

Falklands (para os britânicos) ou Guerra das Malvinas (para os argentinos), que Thatcher obteve impulso político para implantar o programa neoliberal num país considerado de tradição democrática. Democracia que também viabilizou, em 1985, a brutalidade com a qual sufocou a greve dos mineiros de carvão, classificando-os de inimigos internos. A derrocada do sindicato mais forte do Reino Unido aplacou outros confrontos propensos a refutar a nova disposição econômica. Medida parecida foi tomada por Ronald Reagan quando demitiu, em 1981, mais de 11.000 controladores de voo em greve que protestavam por melhores condições de trabalho, maiores salários e redução da jornada (Ibidem). Medidas violentas, mas incomparáveis às praticadas na América do Sul quando da implementação da racionalidade neoliberal.

Em quatro anos, a primeira-ministra do Reino Unido privatizou empresas estatais como telecomunicações, gás, aços, aviação, entre outras. Thatcher soube aproveitar o resultado da Guerra das Falklands mostrando como o “programa econômico da Escola de Chicago não precisava de ditaduras militares e câmaras de tortura para avançar”. Ela demonstrou que uma versão *limitada* era passível de ser “imposta numa democracia, graças à utilização de uma grave crise política como justificativa” (Ibidem, pp. 164-168). Assim, Margaret Thatcher inicia uma mudança expressiva na concepção da economia. A Inglaterra que havia sido o marco histórico da revolução industrial voltava à cena para propor a era *pós-industrial* ao reconhecer a importância das áreas tecnológicas e criativas. As indústrias consideradas criativas e culturais começaram a ser parte economicamente vital, na visão desse governo, para se manter no mercado concorrencial.

Na entrevista “Criação de emprego¹¹⁰”, concedida em janeiro de 1983, a primeira-ministra do Reino Unido afirmou que, para reduzir o desemprego, as indústrias britânicas deviam tornar-se mais competitivas e, por meio de exemplos, mostrou como pequenas empresas, em pouco tempo, podiam ser lucrativas e líderes no mercado. Por esse motivo, os programas estatais privilegiavam as empresas comunitárias em detrimento dos auxílios de assistência social aos sujeitos, pois, segundo a mandatária, “em vez de fornecer riqueza, [eles podiam] se tornar consumidores dela por meio de subsídios”. Quando questionada pelo déficit das exportações e pela dilapidação da indústria manufatureira, Thatcher assinalou que economias e indústrias mudam quando novas tecnologias são adotadas favorecendo a geração

¹¹⁰ *Job Creation* HC Deb 25 January 1983 vol 35 cc784-6. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1983/jan/25/job-creation#S6CV0035P0_19830125_HOC_152> Acesso em: maio de 2018.

de outra classe de produtos. Argumento este por ela repetido em fevereiro¹¹¹ e maio¹¹² do mesmo ano. Primeiro, expôs, mediante dados percentuais, como aumentos na produção estavam relacionados aos setores de “alta tecnologia” em telecomunicações e computadores, depois, por ocasião da elaboração de um plano para subsidiar empresas, afirmou que deixariam de obter subsídio as indústrias “antigas e não lucrativas as quais [faziam] produtos que as pessoas não [compravam]”, para beneficiar aquelas que explorassem “com sucesso novos mercados”.

Muito antes dos pronunciamentos de Margaret Thatcher na década de 1980, até mesmo de terminar a II Guerra Mundial, o Estado britânico havia voltado sua atenção à produção, pois era imperativo retomar a sua posição no mercado internacional, ocupada então pelos EUA. Tal preocupação integrou-se aos assuntos governamentais até desembocar em um órgão oficial para a promoção de projetos. Em 1944, com o apoio do Ministro da Reconstrução, foi instituído o Conselho do Design Industrial ou Desenho Industrial (CoID) objetivando “promover, de todas as formas possíveis, a melhoria do design nos produtos da indústria britânica” (FORD; DAVIS, [s.d.], n.p.). Como essa medida econômica visava aumentar a competitividade, criam-se programas governamentais para convencer industriais dos benefícios do design e da importância de contratar profissionais da área. Também houve esforços dirigidos para *educar*, mediante exposições, publicações e outros meios de propaganda, a população, os fabricantes e os comerciantes.

A propagação do design logo após a II Guerra Mundial, além de servir a um propósito econômico, desempenhou a função de propaganda, demonstrando a capacidade industrial britânica de fazer uma transição rápida e bem-sucedida, assim como responder às demandas do comércio em tempos de *paz*. Tudo devia estar voltado à *promessa* de melhorar os padrões de vida da população, que, tendo suportado as privações da guerra, ainda estava sujeita a racionamento e demais medidas de austeridade. Essa foi a oportunidade de aumentar o conhecimento sobre o design e reivindicar sua importância na reconstrução pós-guerra. O CoID rejeitou ornamentos redundantes em favor de formas simples análogos à *boa forma*, porém ostensivamente funcionais que incorporavam um uso eficiente de materiais apropriados. Uma ênfase considerável foi dada à necessidade de *democratizar* o *bom design*, tornando-o disponível a todos e, embora isso se encaixasse no contexto político progressista do período imediato ao pós-guerra, os produtos ofertados ou divulgados nas exposições não coincidiam com as casas da maioria da população. A

¹¹¹Industrial Policy HC Deb 17 February 1983 vol 37 cc213-4W Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/written-answers/1983/feb/17/industrial-policy#S6CV0037P0_19830217_CWA_92> Acesso em: maio de 2018.

¹¹² Job Creation HC Deb 05 May 1983 vol 42 c110W Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/written-answers/1983/may/05/job-creation#S6CV0042P0_19830505_CWA_62> Acesso em: maio de 2018.

intenção era a de influenciar as escolhas de compra dos consumidores de classe média para que eles tivessem como objetivo o crescimento econômico individual e familiar.

A configuração do design no final da II Guerra Mundial e nas décadas subsequentes apontava na direção de incorporar atividades criativas, projeções inovadoras, fatores culturais e tecnologias computacionais aos processos econômicos de concorrência. O que a primeira-ministra do Reino Unido enunciou, no início da década de 1980, foram as bases de uma economia formada pela pulverização de pequenas empresas beneficiadas pelo desenvolvimento das áreas computacional e de comunicações. Tratava-se de produzir em um sistema que impulsionasse a capacidade intelectual de *innovar*. Aos poucos, os sujeitos começaram a acreditar que possuíam condições para o sucesso, podiam ter iniciativas particulares e eram *autônomos* na condução de seus negócios, bastava ter *responsabilidade* para não sucumbir. Essa configuração sustentou uma outra maneira de dirigir a economia, agora provida do elemento *criatividade*. A partir do momento em que as economias mundiais se tornaram mais competitivas e produtivas, devido ao aumento da capacidade tecnológica, o sucesso econômico passou a ser a *criatividade* individual e coletiva absorvidas, inicialmente, pelas indústrias criativas e ampliadas nas localizações geográficas.

De acordo com o Relatório de Economia Criativa¹¹³ (2013), veiculado pela UNESCO, várias terminologias foram usadas até chegar-se à denominação de indústrias criativas, todas, de algum modo, pretendiam fazer o contraponto ao termo indústria cultural, que encerrava, na sua conceituação frankfurtiana, a incompatibilidade de aliar a cultura à economia. Michel Foucault diagnosticou certo paralelismo entre a Escola de Frankfurt e a Escola de Friburgo ou ordoliberais. Para além dos exílios forçados e das experiências políticas parecidas, ambas as escolas tiveram o mesmo ponto de partida, que era predominante na Alemanha “do início do século XX e que podemos chamar de certo modo de weberianismo” (FOUCAULT, 2008, p. 144). Foucault sublinha que Max Weber inseriu, na reflexão econômica, política e sociológica alemã, “o problema da racionalidade irracional da sociedade capitalista”, em detrimento da “lógica contraditória do capital” que havia sido abordada por Karl Marx, deslocando, portanto, a análise do capital para o capitalismo (Ibidem). As duas escolas, prossegue Foucault, retomaram essa questão, porém em sentidos diferentes, “o problema da Escola de Frankfurt era determinar qual poderia ser a nova racionalidade social que poderia ser definida e formada para anular a irracionalidade econômica”, enquanto os ordoliberais dedicaram-se a formular a racionalidade da economia de mercado concorrencial (Ibidem, p. 145).

¹¹³ Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>> Acesso em: 2 de maio de 2018.

A dificuldade dos especialistas da UNESCO, então, não era apenas *driblar* o termo indústria cultural, mas introduzir a cultura sob a mesma racionalidade capitalista desenhada pela racionalidade neoliberal. A questão consistia em não confundir quais eram os objetivos que a economia *criativa* devia adotar. Nesse sentido, o uso do termo indústria cultural foi apropriado como uma qualificação por empresas e organizações cujas atividades econômicas compreendiam a produção de *cultura* com fins lucrativos e interesses concorrenciais, de tal modo que a concepção de bens *imateriais* com propriedades simbólicas-culturais passou a satisfazer, também, a lógica da economia capitalista. Richard Sennett discorre a respeito da cultura em termos de influência sobre a economia como valor acima do meramente numérico, da política, em particular, a chamada progressista, e das condutas, posto que entra em funcionamento “uma espécie de seleção cultural” (SENNETT, 2006, p. 84). Dessa maneira, as *capacitações*, tal qual o avanço tecnológico, precisam constantemente de *reciclagem* para tornar o capital criativo, reconhecido pelo talento e habilidades, ou o capital humano-criativo, identificado pelo conhecimento formal, em meritocracia. A cultura e a criatividade são, cada vez mais, mecanismos incorporados por quase todas as camadas sociais e estão na pauta das ações governamentais ou dos que atuam fora dessas instituições, porque as *políticas culturais*, inerentes às *políticas públicas*, articulam-se invariavelmente às estratégias entrelaçando benefícios econômicos com produções simbólicas.

As indústrias criativas tornaram-se o ponto inicial para a conformação e conceitualização da economia criativa: uma economia em que, o custo da mão de obra está atrelado à qualidade do *pensamento criativo*. Obter bons resultados por meio desse recurso deve ser estimado como o bem mais valioso por Estados e empresas, daí os investimentos em bens *intangíveis*, “entre eles os recursos humanos, as bases de dados, os processos e a tecnologias”, os quais na atualidade “superam os investimentos em ativos materiais, como prédios e máquinas, sendo que a diferença entre os dois é cada vez maior” (NEWBIGIN, 2010, p. 16). Para os especialistas da área, a exemplo de John Newbigín, quanto mais as pessoas aumentam suas ambições econômicas, “para além das necessidades básicas de alimentação e moradia, tanto mais desejarão consumir bens criativos” (Ibidem, p. 17).

A disposição atual de reordenar o mercado econômico pode ser expresso no surgimento da *economia criativa*. Trata-se de uma economia que se afirmou no discurso dos profissionais envolvidos na área cultural, dos administradores públicos, dos gestores de corporações nacionais e internacionais, dos especialistas educacionais e, sobretudo, no discurso do sujeito empresário de si. As ações empreendedoras abrangem o avanço científico e a educação

continuada, visando melhorar o futuro da *humanidade* e promover o desenvolvimento sustentável. A economia criativa, apoiada numa tecnologia política ecumênica, incentiva a cooperação social, as organizações comunitárias, as redes de informações digitais, a comunicação compartilhada, como medidas de monitoramento com as quais seja possível cada um conduzir a sua conduta e a dos outros.

Ora, para atender à demanda dessa economia criativa, proliferaram cursos universitários nos setores denominados criativos, como arte, mídias, *patrimônios* culturais e design. O design ampliou-se em diferentes modalidades: design de produtos ou industrial, webdesign, digital, editorial, gráfico, games, animação, automobilístico, de interiores, de joias, embalagens, moda, gestão, mídias interativas, saúde, entre tantas outras. De tal modo, as instituições de ensino superior certificadas para formar profissionais *criativos* preparam, mais e mais, sujeitos capazes de superar *barreiras* e de colaborar com o entorno, dentro de um panorama competitivo. É, pois, a construção de um perfil *empreendedor* que objetiva acompanhar, no mesmo ritmo, as mudanças sociais, políticas, culturais e tecnológicas para identificar as circunstâncias favoráveis de mercados.

inteligências, emoções, linguagens ...

O investimento massivo no design foi feito, num primeiro momento, na ampliação dos estudos ergonômicos com a finalidade de entrelaçar corpo humano, trabalho, ferramentas e ambiente, portanto, adaptar o trabalho ou o instrumento às competências humanas de modo a facilitar a execução de tarefas e potencializar a capacidade das máquinas. As dificuldades encontradas no manejo de equipamentos militares durante a II Guerra Mundial haviam despertado preocupação e levantado a questão de aprimorar a relação humano-máquina, tornando-a mais *amigável*, termo este utilizado depois para designar a facilidade de interação entre programas e sistemas operacionais dos computadores com o usuário. Não por acaso, o desenvolvimento tecnológico conjugou-se com as ciências humanas e biológicas, cujo desenlace foi absorvido pela indústria do pós-guerra. “Nomes como John Christopher Jones¹¹⁴ e Leonard Bruce Archer¹¹⁵, que defendiam os métodos ergonômicos, assim como promoviam o Design e uma metodologia para a realização do projeto industrial, foram alguns dos laços que se formaram entre o Design e a Ergonomia” (LACERDA, 2012, p.23). A ergonomia deslocou

¹¹⁴ Designer galês (1927 -).

¹¹⁵ Engenheiro e designer britânico (1922-2005).

o foco do design e a importância passou a ser a execução de atividades laborais com alta performance de produtividade e baixo desgaste físico no intuito de aumentar a eficiência sem dispendir custos com a saúde dos trabalhadores, ou os elementos básicos do que posteriormente viria a ser denominado segurança no trabalho.

Ergonomia e design, além da abordagem antropométrica, começaram a incorporar outras questões. O foco na funcionalidade do artefato foi transferido para facilitar seu uso e atingir as emoções humanas, dando relevo à proposta de que as pessoas estabelecem relações *afetivas* com os produtos. O psicólogo cognitivista estadunidense Donald A. Norman (2010) contribuiu com esse parecer e forneceu vastos subsídios no campo do design. Os seus estudos sobre o comportamento e os hábitos dos indivíduos colaboraram para a modificação no processo do projeto, cujo escopo passou a centrar-se em proporcionar relações *satisfatórias* aos usuários, quando da aquisição de um produto ou da utilização de um serviço. Na mesma esteira, Klaus Krippendorff (2000) argumentou que, desde o final da década de 1970, o design orientou-se para o humano, pois se o indivíduo projetava seu *mundo*, cabia aos designers incorporar tais *mundos* nos seus projetos para proporcionar futuros que viabilizassem as expectativas desses usuários. Para Krippendorff, a mudança de objetivo, do produto para os aspectos *humanos*, guiou-se pelos movimentos sociais que reivindicaram políticas referentes à igualdade de direitos civis.

Contudo, foi Donald Norman quem mais influenciou o design ao desenvolver a teoria de que os seres humanos são o resultado de três níveis estruturais do cérebro. O visceral, determinado por herança biológica, forneceria respostas imediatas constituindo o nível mais básico relacionado ao prazer. O segundo denominado comportamental seria responsável pelos processos cerebrais que controlam as ações humanas, lugar onde residem as habilidades aprendidas. Por último, no nível superior ou reflexivo estariam alojados raciocínios, interpretações e compreensões, sendo “a parte consciente de si mesma do cérebro, a morada do eu e da autoimagem da pessoa, que analisa o nosso passado e as fantasias para o futuro que esperamos – ou tememos – que aconteçam” (NORMAN, 2010, p. 44). O design visceral, argumenta Norman, liga-se aos hábitos culturais, portanto, segundo ele, quando os projetos envolvem mudanças socioculturais, as convenções sociais precisam ser alteradas paulatinamente, se se pretende ter respostas satisfatórias ao inserir produtos novos. O psicólogo informa que, de modo geral, os objetos simples têm aceitação fácil em qualquer cultura, enquanto a receptividade de artefatos mais sofisticados varia em função do conhecimento porque ativam o nível mais reflexivo do cérebro tornando-se para o designer uma tarefa mais

complexa. Por sua vez, o *bom design* comportamental leva em consideração a função, a facilidade de compreensão do produto, a usabilidade e a forma.

Nesse sistema, os níveis atuam conforme a situação. A fórmula consiste em: inteligência, emoção e comportamento. Esses são os pilares para a construção da chamada Inteligência Emocional (IE) definida pela capacidade de administrar as emoções aprendendo a usá-las em favor próprio, bem como de compreender as emoções das demais pessoas, ou seja, relacionar-se *empaticamente* fazendo escolhas conscientes para obter melhor qualidade de vida e não ser enquadrado como alguém com algum dano neurológico suscetível a *transtornos* psiquiátricos. O casamento da emoção com a inteligência reforça a capacidade de assumir a responsabilidade pelos fracassos ou sucessos, administra o prazer mediante a conscientização de obter algum ganho pessoal no futuro e aciona o ecumenismo na tarefa do governo de condutas, porque implícita às relações interpessoais encontra-se a capacidade de gerir a emoção do outro e de si.

Norman também indicou a possibilidade de inserir os estados *emocionais* às máquinas *inteligentes* para que estas proporcionassem os mesmos benefícios. “O futuro de produtos está na capacidade de máquinas que sejam móveis, que possam fisicamente manipular o ambiente, que estejam atentas tanto às outras máquinas quanto às pessoas a sua volta e que possam se comunicar com todas elas” (NORMAN, 2010, p. 44). O autor ainda proclama tecnologias inteligentes voltadas a intensificar o prazer de usá-las, simplificar o cotidiano e aumentar a *segurança*. A exemplificação dessas tecnologias inteligentes nos moldes almejados pelo psicólogo são os computadores e os dispositivos móveis. As pessoas munidas da noção do uso *seguro* da máquina, imaginam que estão no controle dela, mas tal segurança possibilita mapear o usuário, decifrar códigos, identificar padrões, detectar tendências de fluxos, produzir banco de dados, enfim, monitorar condutas. Norman não é, contudo, nenhum visionário, seu conhecimento no Desenvolvimento Centrado no Humano (*Human Centered Development*) decorre da sua atuação como consultor na Apple e na Hewlett Packard (HP).

O design e a ergonomia andaram juntos com a propagação dos produtos e sistemas computacionais, resultando na adaptação dos computadores aos corpos. Porém, o design colaborou muito para a incrementação de aspectos figurativos qualificados por categorias visuais, como fotografias, diagramas, ícones, símbolos, ilustrações e tantas outras imagens, incluindo os *emoticons*, termo oriundo da junção em inglês das palavras emoção (emotion) + ícone (ícon) que *representam* o *sentimento* do usuário. Cada vez mais a palavra foi transformando-se numa informação imagética de fácil e rápida apreensão e resposta pelos

sujeitos. Richard Sennett apresenta um estudo realizado pelo cientista em computação e comunicação John Seely Brown relativo à diferença entre informação e comunicação. De acordo com Sennett, Brown chama a atenção para o volume excessivo de informações transmitidas e como esses dados brutos ocasionam uma ocorrência política ao provocar um controle concentrado conforme aumenta o fluxo de dados. Assim, as informações circulam *soltas* como um dado em si, sem que haja uma interligação entre elas somente uma replicação, favorecendo a centralização e o ordenamento. Com relação à comunicação, tal estudo assinala que a quantidade de informação diminui quando as pessoas se comunicam a partir dela por meio da interação, interpretação e conexão entre os dados. A exacerbação de informações conduz os destinatários à repetição da mesmice, os elementos imagéticos ou as mensagens curtas de textos asseguram uma participação política moderada e, em alguns casos, favorece uma postura covarde do indivíduo, escondido, muitas vezes anonimamente, por detrás da tela do aparelho. Nas palavras de Sennett, “muito pouco se assemelha a uma conversa; sua linguagem é mais primitiva, sendo eliminados na tecnologia os silêncios que indicam dúvida ou objeção, os gestos irônicos, as digressões momentâneas — tudo que faz a comunicação mútua” (SENNETT, 2006, p. 157).

Se, no período de entreguerras, a simplificação do cotidiano estava em *habituat* o olhar, no sentido de reconhecer a *boa forma* nos objetos e no próprio corpo como indicativo de eficiência, a partir da década de 1980 a *complexidade* atribuída aos equipamentos foi simplificada pelo esvaziamento do conteúdo da mensagem ou pela banalização dos códigos na tentativa de *persuadir* os destinatários a participar. Para uma ampla parcela da população, a simplificação da linguagem estimula a rápida participação na *rede* e, com isso, facilita-se o abastecimento de dados, aumentando o monitoramento. Afinal, rede é rede. Todavia, nem sempre essa diligência consegue cumprir com seus objetivos. Manifestações foram organizadas via rede e deram forma a revoltas. Em certas ocasiões, a ação de alguns indivíduos, a exemplo dos *hackers*, *balançam* a rede quando bloqueiam mensagens e contas de figuras notórias, invadem e derrubam sites de órgãos públicos ou empresas privadas. A rede também é utilizada para alertar as pessoas, como o “Guia de sobrevivência ao drone¹¹⁶” elaborado pelo designer holandês Ruben Pater, disponível gratuitamente na internet e traduzido em 32 idiomas. Nesse guia, detalham-se as silhuetas dos tipos mais comuns de drones usados hoje e os de um futuro próximo. Cada desenho identifica a nacionalidade e o uso (desde o monitoramento de regiões até a função letal). Ademais, ensina maneiras de esconder-se dos drones e os estratagemas para

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www.dronesurvivalguide.org/>> Acesso em: 14 de abril de 2019.

interferir ou interceptar o controle deles. Todas essas ações mostram como é possível não ceder às práticas de controle, ainda que, em alguns casos, esses indivíduos acabem capturados e sirvam aos preceitos da segurança na racionalidade neoliberal.

O design colabora na produção de tecnologias da informação, novas linguagens, comunicação visual e digital, na mesma proporção em que cria interfaces com as áreas de economia, política, sociedade, cultura e ambiente. De acordo Krippendorff, trata-se de “uma cultura em que a atividade projetual não é mais um privilégio, mas já penetrou em quase todas as áreas da vida social” (KRIPPENDORFF, 2000, p 92). É um campo de conhecimento que planeja as necessidades, supostamente inerentes aos seres humanos, como segurança, bem-estar e qualidade de vida. Por meio desses argumentos, o conceito do design foi *promovido*, devido a ser equiparado a algo com *boas* propriedades, e diluído em diversas áreas do saber. As inúmeras classificações ou descrições conferidas hoje ao design validam-se e são justificadas pelo pluralismo democrático inseparável do multiculturalismo. Pluralismo compreendido pela liberdade de escolha, seja esta de um partido político seja de uma marca de roupa, e multiculturalismo como aspecto determinante na proliferação dos direitos de minorias cuja finalidade é o empoderamento. Duas faces da mesma moeda.

Assim, empresas absorvem capital humano-criativo para impulsionar a inovação buscando vantagens concorrenciais na expectativa de atender a um consumo *personalizado* ou a uma cultura baseada em sobreposições de identidades, as quais estimulam novos segmentos de mercado. O presente contexto requer diversificação e inovação, em contraposição à repetição e à massificação, muito mais a exploração dos atributos imateriais ou intangíveis do que propriamente a materialidade do produto. Trata-se de uma estratégia para intensificar a concorrência, impedir o recuo do consumo relacionado à saturação de mercados apenas domésticos e responder melhor à variedade de solicitações dos compradores. Lipovetsky e Serroy assinalam que é uma época de “segmentação extrema dos mercados (clientes e produtos), visando faixas etárias e categorias sociais cada vez mais subdivididas, oferecendo produtos cada vez mais direcionados, explorando micromarcas e necessidades cada vez mais diferenciadas” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 228). Ou, como sublinhou Gilles Deleuze, o capitalismo dirigido ao produto “para a venda ou para o mercado” (DELEUZE, 2004, p. 224).

Diante de tal configuração, na concepção do produto, passou-se a valorizar mais a satisfação quanto ao uso do que sua forma ou função. Essa nova visão de interação objeto-humano foi cunhada de *hedonomia*, dessa maneira, o projeto ergonômico encarrega-se das questões de usabilidade, funcionalidade e segurança, enquanto a *hedonomia* precisa promover

experiências individualizadas e *agradáveis* (DAMÁZIO; MONT' ALVÃO, 2008). O novo papel do design na projeção de objetos, sistemas de comunicação ou serviços ativa emoções com o intuito de satisfazer o exercício de uma individualidade dividida em múltiplas identidades. Esse tipo de atividade, também conhecido como design emocional, constituiu, em 1999, a partir de pesquisas realizadas na Universidade de Delft na Holanda, uma rede internacional de pesquisadores, designers e empresas que compartilham o interesse de um design orientado pela *experiência*, configurando a organização denominada Sociedade de Design e Emoção (*Design & Emotion Society*¹¹⁷).

O propósito consiste em trocar pesquisas, ferramentas e métodos que apoiem o design voltado à experiência emocional. Além do design emocional, outras especializações desdobraram-se a partir do design centrado no humano compartimentando as práticas dos próprios designers. Os nomes dessas modalidades gravitam em torno do design de experiência (*experience design* – XD), design de experiência do usuário (*user experience design* UXD, UED ou UX), design atitudinal (*attitudinal design*) entre outros e quase todos esses termos foram difundidos por Norman quando ele era vice-presidente do grupo de tecnologia avançada da Apple¹¹⁸. No design centrado no humano, a proposta é sempre em partir do ponto de vista dos usuários. Para tanto, requer-se uma dimensão interdisciplinar sendo os carros-chefes a psicologia (comportamental/cognitiva) aplicada no estudo do *comportamento* e a antropologia, na análise de contextos culturais específicos.

O campo do design emocional encerra, primeiro, uma estratégia de evocar ou inibir certas emoções no usuário, prometendo *experiências* satisfatórias. Em segunda instância, mas não menos importante, serve como instrumento na coleta de informações capazes de fornecer dados que cooperam com a classificação e elaboração de protocolos acerca de *transtornos* emocionais. Tais transtornos relacionam-se, em geral, à rotina estressante ou ao uso excessivo de tecnologias, e incluem ansiedade, fobias, depressão, compulsão, alterações somáticas, transtornos de personalidade e distúrbios de humor. Características que segundo o psicólogo estadunidense David H. Barlow (2016), deixam a pessoa mais *vulnerável* emocionalmente afetando a vida pessoal, profissional, suas relações interpessoais, familiares e afetivas, o que causa *desequilíbrios* emocionais, os quais desencadeiam fatores de risco para a sociedade. O autor afirma ainda que psicólogos, psiquiatras e neurocientistas associam esses transtornos a uma predisposição genética ou a uma *intolerância* ao controle emocional. A construção do

¹¹⁷ Disponível em: <<https://www.designer.com/directory/detail/2536>> Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://uxdesign.com/ux-defined>> Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

sujeito perigoso é permanente e minuciosa. As pessoas consideradas emocionalmente *perigosas* não são isoladas em espaços fechados, mas medicadas ou orientadas a terapias, que podem ser as chamadas tradicionais, quanto as alternativas, ou até mesmo encaminhadas a algum pastor religioso.

Por conseguinte, segundo esses parâmetros, as emoções precisam ter uma utilidade e uma inteligibilidade, do contrário, não devem ser aceitas. Tenta-se conduzir as emoções às supostamente *legítimas*. Sugere-se, com isso, que as *melhores* emoções sejam expressas como condutas governadas para agirem de maneira moderada, em conformidade com as leis e a serviço do bem comum. De tal modo, o design emocional, longe de propiciar uma experiência pessoal intensa que arrebatava o sujeito de si mesmo transformando-o a ponto de “impedir de ser o mesmo” (FOUCAULT, 2013, p.291), trata-se de a reconfiguração de um sistema que produz experiências cotidianas plenamente reconhecíveis, reproduzíveis e projetáveis. Retira-se de certas emoções a intensidade reputada ameaçadora, plausível de servir como ponta de lança nos movimentos de resistência. Ademais, paradoxalmente pretende-se, de um lado, individualizar as experiências por meio do estímulo de emoções pessoais, de outro, enquadrar as emoções em categorias dentro de uma moral que serve de barreira para conter as chamadas condutas perigosas.

O design está inevitavelmente ligado ao crescimento da economia capitalista e é parte integrante das empreitadas empresariais para a captação de novos mercados. Tão grande foi a valorização do design que desde os anos de 1980 este termo tem sido cultivado, principalmente, pelos meios de comunicação como vantagem mercadológica que agrega *valor* à imagem, daí a utilização da palavra design para indicar profissões, marcas, atividades etc. Entretanto, a prática do design no âmbito concorrencial vai muito além, conjuga-se com o multiculturalismo, altera padrões de consumo, apropria-se de processos tecnológicos de ponta, prepara tendências, ou seja, compõe a racionalidade neoliberal. De acordo com Paula da Cruz Landim, “a democratização do design tornou-se uma realidade que afeta praticamente toda escolha de consumo”, motivo pelo qual o designer constantemente inova *estilos* para substituir os que já circulam no mercado (LANDIM, 2008, p.3).

As soluções ensaiadas pelo design são propositalmente efêmeras, encobertas pela concepção de sempre haver a possibilidade de *melhorar as coisas*. A *aptidão em potencial* dos designers enfatiza incessantemente a visão de fazer *coisas* que ainda precisam ser feitas. A distinção de *estilos de vida* tornou-se, assim, condição projetual para atender à *variedade* de consumidores rotulados pelas práticas socioculturais, as quais, na compreensão dos designers,

motivam e orientam suas escolhas. Segundo Lipovetsky e Serroy (2015), a aceleração de novidades e a troca contínua de opções mostram como o design converge com o mercado concorrencial que responde muito mais à demanda balizada pelo cliente que ao mercado de ofertas, quando os produtores ofereciam alternativas escassas aos consumidores.

A atividade projetual dos designers, sob uma economia pautada pela concorrência e uma sociedade constituída por empresas, alimenta as expectativas de novidade. Também evidencia porque a inovação é fundamental para a economia que precisa necessariamente ser criativa. Inovação e criatividade retroalimentam-se na tentativa de apresentar novas oportunidades de escolhas num consumo cada vez mais *personalizado*. A decisão de comprar um produto com *bom design* que provoque emoções *agradáveis* ou de valer-se de um serviço concebido como personalizado implanta-se no imaginário e funda-se no impulso contemporâneo pela novidade, a mesma novidade que sustenta os discursos de novas organizações sociais, nova economia, nova política, sem falar da nova reorganização cultural manifesta através do multiculturalismo. A novidade funciona tal e qual um desejo incontrolável de estar sempre um passo à frente dos demais. Ante essa configuração, é possível traçar um paralelo entre o *consumo do novo* cristalizado *no* e *pelo* design e o *consumo* da política evidenciado nas *novas* lideranças.

O *design* das *novas* lideranças políticas assumiu os mesmos atributos de valorização do design de produtos, sistemas de comunicação ou serviços a partir do momento que está sempre oferecendo recursos de *melhoramento*. As lideranças de esquerda ou de direita, mais ao centro ou ao extremo, dividem a sociedade em segmentos como se divide o mercado, prometendo a cada grupo soluções relativas às preferências de seus seguidores, ou será de seus consumidores? Essas lideranças devem tanto provocar emoções e causar comoções, quanto certificar-se de serem escolhidas pela demanda de *satisfação* imediata. São projetos de uma política *embelezada* e *emotiva* difusora da retórica escorada em *mudanças* para um *futuro melhor*.

A eficácia desses projetos políticos consiste em aliar o *design* das *novas* lideranças políticas a uma boa visibilidade instrumentalizada pelo próprio *merchandising*, colocando-se no mercado como um produto em plenas condições competitivas. As novas lideranças políticas agem de maneira análoga ao design quando usam como instrumento de propagação o marketing e como vetor de imagem a ferramenta estratégica de enaltecer sua *marca*. Se forem partidos políticos ou propostas de líderes ativistas que pendem mais para as orientações da esquerda, as *promessas* reforçam o favorecimento do multiculturalismo. No caso da direita, em que grupos nacionalistas, atuando dentro e fora de partidos políticos, elegem mandatários de Estados para respaldar a defesa da supremacia branca, do racismo, do militarismo, do nazismo, do sexismo,

da homofobia, a *promessa* reside na eliminação do multiculturalismo. Por sua vez, os integrantes, cada um dentro de seus respectivos redutos político-culturais, tal como qualquer outro consumidor, arrebanham-se em torno de seu líder-pastor desde que ele conceda os benefícios exigidos.

Dito de outra maneira, quando o multiculturalismo é reivindicado, compartilham-se desejos fincados na *diversidade* cultural. E quando ele é acolhido pelas instâncias políticas correspondentes, os desejos acabam sendo pasteurizados, pois todos passam a ser considerados socialmente inclusivos e participantes ativos dos programas instaurados nesse âmbito político. Isso tem acontecido com muitos movimentos das chamadas minorias que se pasteurizam ao assimilar, na luta por direitos, o já capturado, normatizado e normalizado. Por outro lado, a direita procura manter uma interpretação nacionalista da cidadania. Mark Bray, ao abordar a acentuação dos partidos de extrema-direita na Europa após a crise financeira de 2008, relata como o racismo biológico atrelou-se à diferença cultural sob o discurso de segurança, porquanto se alega que, com o maior fluxo de refugiados, houve aumento na criminalidade. Ainda, segundo o autor, até imigrantes da “segunda ou terceira geração” foram igualmente alvos, acusados de provocarem a recessão e a escassez (BRAY, 2019, pp. 165-166). Isso ocorreu em vários países a exemplo dos EUA, onde Donald Trump chegou à Casa Branca sustentado pela direita alternativa (*alternative right – alt-right*), grupo de nacionalistas brancos ressentidos com o avanço dos direitos civis conquistados pelos negros, mulheres e homossexuais. De modo diferente, nessa lógica binária, efetivam-se recursos favoráveis aos negócios, ao desenvolvimento econômico, ao empoderamento de grupos (e não só das minorias), evidenciando a flexibilidade da racionalidade neoliberal.

Dessa maneira, constata-se como a economia neoliberal não abriga uma sociedade uniformizadora quando se trata do consumo de massa. Segundo essa teoria, a sociedade figura como consumidora de *comportamentos*, isto é, mediante uma série de investimentos individuais produzem-se condutas que se satisfazem com a possibilidade de escolher as *melhores* ofertas tanto econômicas quanto políticas. Nas aulas sobre o “Nascimento da biopolítica”, Michel Foucault apresentou a teoria de consumo do economista estadunidense Gary Becker. Nela, o economista expunha que o consumo não era simplesmente um processo de troca monetária para a obtenção de produtos, “o homem do consumo, na medida em que consome é um produtor”, ele produz a “sua própria satisfação”. Nessa visão, prossegue Foucault, “deve-se considerar o consumo como uma atividade empresarial pela qual o indivíduo, a partir de certo capital de que dispõe, vai produzir uma coisa que vai ser sua própria satisfação” (FOUCAULT, 2008, p. 311).

De igual maneira, o eleitor *indignado* vai consumir alguma liderança política, mais próxima ao seu *estilo de vida*, visando produzir uma satisfação imediata. O *homo oeconomicus* redimensionado pela racionalidade neoliberal pretende produzir ininterruptamente a própria satisfação gerando um moto-contínuo, porque a expectativa do consumo, seja de produtos seja de lideranças políticas, esgota-se pouco tempo depois do *uso*.

Essas são características da nova categoria de cidadão prenunciada por John F. Kennedy em 1962 ao declarar: “consumidores, por definição, somos todos nós¹¹⁹”. Pontapé inicial para um exercício de governo direcionado à unificação social sob os preceitos da democracia política e econômica liberal. E foi com base nesse pronunciamento de Kennedy que, em 16 de abril de 1985, a ONU, por meio da Resolução 39-248¹²⁰, estabeleceu as diretrizes internacionais para uma política de proteção ao consumidor. Cidadão-consumidor-universal *protegido* por direitos locais e internacionais. Direitos que tentam *igualar* uma sociedade desigualitária fundada na concorrência, mediante a lógica de todos terem o mesmo e universal direito de consumir. Direito esse que abriga e contempla a diversidade cultural de cidadão-consumidor, agora não mais pela impessoalidade do marketing ou da propaganda, como criticava Kennedy, mas pela segmentação do mercado.

As diretrizes das Nações Unidas enfatizam a *vulnerabilidade* do consumidor em suas relações com os fornecedores de produtos e serviços. Tal vulnerabilidade na década de 1980, dizia respeito aos países categorizados *em desenvolvimento*, nos quais, segundo essas diretivas, não havia registros expressivos de medidas jurídicas de consumo como leis protetivas. Já os países designados *desenvolvidos*, quando promulgada a resolução, tinham editado leis setoriais. Entre as recomendações de padrões adequados a serem implementados pelos Estados-membros, estava: compensar os desequilíbrios econômicos, os níveis educacionais e o poder aquisitivo. A partir da resolução da ONU, cada país precisava rever suas prioridades para proteger os consumidores, considerando condições socioeconômicas e custos-benefícios. Nota-se como o papel do Estado não está enfraquecido, pelo contrário, assume a função de controlar a alocação de recursos e fiscalizar o cumprimento das determinações recomendadas pelas Nações Unidas.

As metas estabelecidas no documento foram: conferir amparo quanto a danos à saúde e segurança; fornecer informações adequadas capacitando os consumidores a fazer escolhas apropriadas com base em necessidades e desejos individuais; *educar* o consumidor de acordo

¹¹⁹ Disponível em: <<https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/037/JFKPOF-037-028>> Acesso em: 14 de abril de 2019.

¹²⁰ Disponível em: <https://unctad.org/es/PublicationsLibrary/ditccplpmisc2016d1_es.pdf> Acesso em: 26 de fevereiro de 2020.

com as tradições culturais; propiciar a liberdade de escolha no ato da contratação de produtos e serviços; incluir os portadores de necessidades especiais, baixo nível de informação ou escolaridade. Portanto, democratizar o consumo também exprime produzir mais capital humano e criativo para cada um abonar sua própria renda e, em decorrência, sua *satisfação*. Em 1999, o Conselho Econômico e Social da ONU incluiu ainda as disposições relativas ao consumo sustentável (SANTANA, 2014). Em definitivo, por meio do consumo inclui-se o cidadão de direitos numa democracia ancorada na participação política *ativa*, desde que essa participação seja exercida conforme as exigências da lei. Nada muito diferente do que fora apresentado por Kennedy.

De igual maneira, a democracia é pleiteada no âmbito do design. Os designers Victor Margolin e Ezio Manzini publicaram em março de 2017 uma carta aberta em defesa da democracia e deram início a uma plataforma digital com o nome Design e Democracia¹²¹. Para eles, os elementos democráticos básicos radicam-se em respeitar os direitos humanos, as liberdades fundamentais e as oportunidades de desenvolvimento pessoal. Ora, isso nada mais é do que dar continuidade à economia de mercado, pois os direitos humanos, instaurados sob a ótica liberal, ergueram-se sobre os dois pilares imprescindíveis para o capitalismo: a propriedade privada e a liberdade de mercado. Já as *oportunidades* sociais, definidas por Armatya Sen (2007) como escolhas racionais dos indivíduos, devem ter o incentivo do Estado mediante políticas públicas, para serem incorporadas nos cálculos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nessa medida, a liberdade é uma determinação de iniciativa individual e eficácia social. Assim, se seguidas as orientações de Sen, chega-se à conclusão de que a liberdade se reduz ao *melhoramento* das potencialidades individuais para que as pessoas se responsabilizem por si mesmas. Essa é a descrição de desenvolvimento sustentável: propriedade privada, liberdade de mercado, iniciativa própria e responsabilidade individual.

De todo modo, a mudança de foco efetuada no design para *agradar* os usuários evidencia, na mesma proporção, a modificação das técnicas utilizadas na execução do projeto. Uma delas é a metodologia participativa, ou seja, as pessoas são convocadas a interferir com sugestões no decorrer da atividade projetual, tornando mais eficaz a realização dos objetivos estratégicos do negócio e maior a capacidade de impacto no mercado. Quando a participação não é direta incorporam-se os *feedbacks* no processo projetual, instados por vários meios de comunicação e fornecidos voluntariamente pelos usuários. Essas práticas aclamadas pelos

¹²¹ Disponível em: <<http://www.democracy-design.org/open-letter-stand-up-democracy/>> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

indivíduos convencionaram-se chamar de *transparência* nos processos, porém, à medida que o uso de redes interativas é mais frequente, socialmente aceitável e onipresente, expandem-se exponencialmente a persuasão e o controle. Nota-se como, na racionalidade neoliberal, parte-se sempre da ótica do indivíduo, seja do trabalhador, enquanto sujeito economicamente ativo, seja do consumidor, na qualidade de sujeito desejante e satisfeito. Em ambos os casos, trabalho e consumo, estuda-se a conduta econômica racionalizada, calculada, realizada a partir de quem trabalha ou consome para identificar de que maneira são utilizados os recursos obtidos. Amartya Sen (2007) sistematiza bem a racionalidade neoliberal ao assinalar: as pessoas agem como elas desejam e decidem onde trabalhar, o que produzir ou consumir.

A questão da segurança nunca sai de cena, e, aliás, já estava contida nas entrelinhas de Kennedy, então presidente dos EUA. Com relação ao consumo, a segurança amplia a elaboração de contratos. Um consumidor satisfeito é aquele que se sente seguro quando conta com respaldo jurídico. Os contratos passaram a regular as relações de consumo sem impedir a liberdade de escolha, princípio da livre iniciativa e concorrência. Os avanços tecnológicos propiciaram uma série de contratos veiculados em plataformas de comunicação em rede ou pelos aplicativos dos dispositivos móveis, os quais exigem dos consumidores um cadastro prévio para prestar o serviço ofertado, tornando-se uma porta aberta para coletar e difundir dados. Além do fornecimento de dados, o consumidor precisa aceitar o contrato responsabilizando-se com os termos e, assim, consentindo o acesso a seus contatos, informações pessoais, localização geográfica e banco de imagens. O usuário-consumidor, ao acionar o aceite, ainda concede o ingresso a sua câmera, seu microfone, disponibiliza o uso de aplicativos, as palavras buscadas e mais utilizadas em postagens ou trocas de mensagens, inclusive permite rastrear os *emojicons* recorrentes. Todas essas medidas possibilitam o maior monitoramento e acionam alertas de eventos considerados suspeitos ou persuadem os sujeitos por meio de uma série de publicidades.

Michel Foucault no curso “A sociedade punitiva” (1972-1973), ministrado no Collège de France, expôs a diferença na concepção de contrato nos séculos XVIII e XIX. No século XVIII, diz ele, criticava-se “a tradição pelo hábito para contratualizar os vínculos sociais”, já no pensamento político do século XIX, o contrato passaria a ser “a forma jurídica que garante a propriedade de cada um. É o que confere a forma jurídica ao comércio. É, enfim, aquilo por cujo intermédio os indivíduos fazem alianças a partir da propriedade” (FOUCAULT, 2015, p. 216). Portanto, expressava a relação dos indivíduos com sua propriedade ou deles entre si intermediados pela propriedade. Para aqueles que não a possuísem, prossegue Foucault, o

papel do hábito era o de vincular esses indivíduos aos aparelhos de produção para que se sentissem parte da sociedade. Os hábitos, além de terem a função de definir o pertencimento social mediante uma série de restrições, instruções e punições, contribuíram para elaborar a norma, com a qual fosse possível produzir *normais*. Na sociedade moderna, então, a formação da força de trabalho será caracterizada pela permanente *normatização*. O poder, assinala Foucault, a partir do século XIX, irá apresentar-se de maneira ardilosa, como algo habitual e cotidiano contido na norma, um poder oculto que aparece na forma de sociedade.

No contexto atual, não há um esgarçamento total com a forma jurídica do contrato explicitado no século XIX, e sim, deslocamentos e redimensionamentos. A segmentação de mercado propiciada pela *diversidade* cultural de cidadãos-consumidores incentivou as pesquisas de hábitos de consumo, pois a elaboração de produtos, serviços ou o sistema de comunicação são projetados segundo os desejos dos usuários. As pesquisas de hábitos de consumo auxiliam os empresários nas tomadas de decisões e potencializam seus negócios. Dessa maneira, um *bom design* é um investimento de longo prazo, capaz de multiplicar o valor da empresa ao agregar a promessa de experiências emocionais e sensoriais *individualizadas* proporcionando um aspecto de *humanidade* ao não apresentar um produto massificado. O cidadão-consumidor busca o estímulo da diferença nos produtos como se estes fossem produzidos de modo único e exclusivo, mas essa proposição unifica o consumo, fazendo com que a personalização atribuída ao produto, e legitimada pela *experiência*, seja apenas um adereço da homogeneização reconhecida em todos aqueles que pertencem ao mesmo segmento mercadológico dividido por faixa etária, categorias socioculturais, condições econômicas, características demográficas, *estilos de vida*, etc.

Hoje, os contratos ainda mantêm a função jurídica de relacionar os indivíduos por meio da propriedade, porém não se limitam a isso. Como já mencionado, a relação contratual efetuada através dos meios digitais, cada vez mais empregada na contratação de serviços ou compras, ativa a chamada política de uso de dados e, com isso, a utilização de informações que facilitam o monitoramento. O usuário pode até não concordar com os termos, contudo, será impedido de utilizar o serviço ou concluir sua aquisição. No caso de negar os termos contratuais a liberdade de escolha será cerceada, mas como o sujeito nunca está totalmente satisfeito e precisa ter a sua satisfação atendida, ele cede. E cede porque no mercado concorrencial o consumo denota, para o empresário de si, a expressão do seu investimento mediante a seleção das *melhores* ofertas e o *merecimento* por todo o esforço dedicado ao trabalho ou à construção de sua alta performance. O liberalismo, nesse aspecto, continua com o princípio de produzir o

que for necessário para que o sujeito tenha a liberdade de escolha, permitindo-lhe a liberdade de ser livre desde que seja de maneira gerida e controlada. Desse modo, os negócios coadunam com as tecnologias de judicialização da vida e do monitoramento com vistas à segurança de seus bens e suas conquistas, estendendo-se constantemente a função do tribunal aos âmbitos cotidianos.

O papel do hábito mantém a propriedade de conectar os indivíduos aos fluxos de produção, sobretudo à produção de si e de seu bem-estar, qualidades próprias da multiplicação da forma empresa, a qual atravessa o corpo social e é o escopo da política neoliberal. Ademais, por se tratar de uma sociedade indexada à diferenciação de empresas, o hábito irá contribuir para vincular, em cada segmento mercadológico, as mesmas características socioculturais para que cada um se sinta parte de seu espectro identitário, o que, mais do que o pertencimento à sociedade em geral, manifesta o consenso, e a garantia, de crescimento econômico individual e de empoderamento. O hábito no século XXI vai direcionar-se à constituição de uma nova normalização, porque “é normal ser diferente desde que produtivo e resiliente nas variabilidades de obediências” (PASSETTI, 2018, p. 384).

Existe, portanto, um deslocamento com relação à anormalidade do século XIX, e cujos efeitos avançaram pelo século XX. A constituição do anormal no século XIX, conforme estudado por Foucault (1990a), ocorria relacionada a um conjunto de instituições – desde o exército até a família, passando por escolas e fábricas – que dispunham de toda uma série de mecanismos de vigilância e distribuição da ordem. Entre os *anormais* estava o monstro humano caracterizado como um desvio da natureza e uma infração jurídica, pois não se conseguia enquadrá-lo nas leis matrimoniais, nas doutrinas religiosas do batismo nem nas regras de sucessão. Tal *anormalidade* conjuga o saber médico com o jurídico, na medida em que as indicações oriundas das instituições médicas tinham como propósito fornecer material penal ao direito, desembocando posteriormente na noção de indivíduo perigoso e em diferentes regras jurídicas aplicadas à transgressão. Outro elemento constitutivo do *anormal* concerne à concepção do indivíduo *a corrigir* ou o *incorrigível*. Neste caso, o marco jurídico será em parte substituído por técnicas e procedimentos disciplinares, desenvolvendo-se práticas de adestramento do corpo, das atitudes e dos comportamentos. A terceira categoria de anormal vincula-se à figura do onanista, instaurada a partir do lugar ocupado pela criança e/ou o jovem no interior da família, bem como da nova atenção dada ao corpo e à saúde. Para Foucault, as medidas serão direcionadas ao uso sexual do próprio corpo sob o discurso de acarretar transtornos físicos no decorrer de todas as etapas da vida. As especificações adotadas irão

alterar a estrutura familiar enquanto obrigações, preceitos morais e recomendações provenientes do conhecimento médico, com as quais foi possível interferir e normatizar as relações familiares. Estas três referências serviram para reconhecer, classificar e interceder sobre os considerados anormais. Para tanto, as instituições jurídicas e médica foram, segundo Foucault, reorganizadas com a finalidade de *defender* a sociedade e *ajudar* o anormal mediante disciplina, vigilância, encerramentos, punições, interdições, correções.

Edson Passetti assinala como hoje “os direitos de minorias encontraram modulações para se instituir, tornando o que era anormal em normal” (PASSETTI, 2018, p. 383). O anormal, continua o autor, está alocado em condutas condenáveis como:

a do estupro, do roubo, do furto e do tráfico de drogas, evento que ganhou notoriedade após 68, relacionando comportamentos desviantes, ilegalismos e contestações. Não há mais o louco como anormal, pois a OMS (Organização Mundial da Saúde) passou a estratificar as variadas formas de transtornos que todo normal pode ter ou adquirir. Os normalizados devem ser produtivos e resilientes. Espera-se, portanto, em cada um a tolerância ampliada com os portadores de direitos de minorias, e, por conseguinte, em sua defesa emergirão variadas formas de criminalização de condutas e de penalizações (Ibidem, 384).

Enfim, são sujeitos que ambicionam ser líderes políticos ou empresariais, ou as duas coisas, posto que andam juntas. Indivíduos em busca de protagonismo, envolvendo-se em *causas* sociais ou ambientais, sem perder de vista a possibilidade de negócios. Trata-se do cidadão empoderado, que se apresenta muito mais pro(ativo) pela participação constante na política. Indivíduos ávidos pelas *boas* escolhas que avalizem o crescimento econômico individual e, quimERICAMENTE, o bem de todos. O ecumenismo propiciou o terreno fértil para difundir as práticas de obediência revestidas de emoções úteis, relações empáticas, liberdade restrita.

áreas de inovação

Após a II Guerra Mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estimulou-se a premissa de *desenvolvimento humano*. Nesse contexto, o empenho do design esteve em promover a capacidade industrial para responder à promessa de melhorar os padrões de vida da população e reivindicar sua importância na reconstrução do pós-guerra. Uma mudança no estatuto de *desenvolvimento* ocorreu no final da década de 1970 quando comissões internacionais, dentro e fora das Nações Unidas, alargaram a noção de *desenvolvimento* ao incluir a produção do *bem-estar* humano para além das questões econômicas. Na área do design,

o marco se deu com a Declaração de Ahmedabad sobre Design Industrial para o Desenvolvimento (*Ahmedabad Declaration on Industrial Design for Development* – 1979). Essa conferência, organizada pelo Instituto Nacional de Design da Índia, foi decorrente de negociações entre a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e o Conselho Internacional das Sociedades de Design Industrial (*International Council of Societies of Industrial Design* - ICSID¹²²), em abril de 1977. Encontro que estabeleceu os parâmetros de um design concorde com a identidade cultural local e com a realização de políticas governamentais orientadas para reconhecer o design como uma ferramenta profícua ao desenvolvimento.

A proposta colocava as atividades projetuais dos designers como possibilidade de reduzir discrepâncias culturais e desigualdades sociais. A primeira sessão da declaração sugeria “medidas a serem tomadas pelo poder público em favor do design”, dentre elas: promover associações ou instituições para incorporar gradativamente os resultados obtidos nesse âmbito “aos planos de desenvolvimento” e consolidar “uma consciência nacional de design” (GUIMARÃES; LADIM, 2016, p. 281). Já a segunda sessão, oferecia indicações de ações governamentais como políticas públicas e privadas para inserir as metodologias do design nas empresas, incentivo à educação nessa área e cooperação tecnológica internacional (Ibidem). Apesar de o acordo realizar-se na esfera do desenvolvimento industrial, este já anunciava as funções do design como articulador de benefícios *compensatórios* visando gerir aqueles à margem do nível social esperado, relativo aos parâmetros aceitos em cada sociedade.

A Declaração de Ahmedabad impulsionou uma das vertentes do Design Centrado no Humano (DCH), o chamado design *humanitário*. Um exemplo dessa modulação foi a competição internacional “O que o design pode fazer” (*What Design Can Do* – WDCD), lançada na Holanda em fevereiro de 2016, com o propósito de buscar soluções de acordo aos problemas apresentados pelos organizadores, tendo, então, como temática a moradia para os refugiados que chegavam a Europa. Estavam por trás da proposta a agência de refugiados da ONU, a Fundação IKEA¹²³ representando o braço filantrópico e a revista eletrônica *Dezeen* como parceira de mídia¹²⁴. O resultado foi divulgado em Zurique no Dia Mundial do Design (*World Design Days* – WDD). Organizado todos os anos desde 1963, sempre em 27 de abril, o Dia Mundial do Design¹²⁵ é realizado para comemorar a fundação do Conselho Internacional

¹²² A partir de janeiro de 2017 denomina-se Organização Mundial do Design (*World Design Organization* – WDO).

¹²³ IKEA é um fabricante sueco de móveis com distribuição para 36 países, principalmente europeus.

¹²⁴ Disponível em: <<https://www.dezeen.com/tag/humanitarian-design/>> Acesso em: 18 de abril de 2017.

¹²⁵ Disponível em: <<https://www.ico-d.org/projects/world-design-day>> Acesso em: 8 de fevereiro de 2019.

de Design (*International Council of Design – ico-D*). Segundo as informações obtidas no portal do WDD, o objetivo desse encontro reside em mostrar os projetos dos designers “sobre o bem-estar das pessoas em seus ambientes locais mediante soluções inovadoras, usar o design como veículo para honrar a diversidade, transcender as fronteiras e melhorar a qualidade de vida”.

Não por acaso, o resultado da competição relacionada à moradia para os refugiados foi anunciado na data comemorativa do design. Nesse concurso específico, várias foram as propostas classificadas, dentre elas, uma que previa converter os campos de refugiados em Zonas de Empreendimentos Especiais (*Special Enterprise Zones – SEZs*¹²⁶), por meio de estratégias que ajudassem a produzir negócios, os quais beneficiariam os países receptores. A finalidade consiste em usar *habilidades* e *talentos* dos refugiados sob a máxima de não fornecer apenas ajuda, senão *incluir* conhecimentos e *criatividade* proveniente de cada cultura. Desse modo, pretende-se expandir *oportunidades* em proveito de *empreendedores sociais* e propiciar um retorno financeiro aos credores. A ONG estadunidense Cidade de Refugiados¹²⁷ (*Refugee Cities*) fundada por Michael Castle Miller aspira fazer dos assentamentos incubadoras de empreendimentos. Ele e a sua equipe, com o apoio do Banco Mundial, procuram locais em *potencial* para convidar empresas e investidores, visando expandir o desenvolvimento econômico dos países *anfitriões*.

Outro atributo da ONG é reorganizar os espaços ocupados por refugiados em Zonas de Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Zones – SDZs*), adequadas aos contextos urbanos. Em parceria com a empresa de consultoria em políticas públicas e jurídicas *Politas Consulting*¹²⁸, também fundada por Miller, a ONG contribui com os governos locais na construção de jurisdições específicas para alcançar um crescimento econômico *inclusivo*. Através dessa união (ONG e empresa de consultoria) elaboram-se recomendações, denominadas *design de estruturas administrativas*, direcionadas aos Estados e programas internacionais, na tentativa de potencializar as chamadas *zonas especiais*, bem como indicam-se quais leis e políticas públicas são as mais apropriadas. Ora, os projetos mencionados mostram como “Estado e organizações não-governamentais ajustam objetivos, interesses, negociações e domínios, caracterizando a era da vida fundada na confiabilidade nas reformas, na tolerância com os programas governamentais escolhidos democraticamente por eleições regulares, na busca de segurança” imbricada “na polícia, no exército” (PASSETTI, 2004, p. 158). Segurança

¹²⁶ Disponível em: <<https://www.dezeen.com/2016/12/09/refugee-cities-turn-camps-into-enterprise-zones/>> Acesso em: 18 de abril de 2017.

¹²⁷ Disponível em: <<https://refugeecities.org/>> Acesso em: 18 de abril de 2017.

¹²⁸ Disponível em: <<https://www.politasconsulting.com/projects>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

requerida para sua *pátria*, sua casa, sua região, sua família, enfim, para tudo o que está a sua volta. Além disso, a disposição conciliatória entre Estados, organizações não-governamentais, programas da ONU e empresas privadas não se limita a planejar e conduzir populações, aspira-se muito mais, a exemplo do projeto em construção e sem informações para consulta, denominado “Governança do espaço”. De acordo com a nota veiculada no site da *Politas Consulting*, trata-se da criação de uma “Autoridade Internacional de Desenvolvimento Lunar” para regular o assentamento na Lua. Ante a *fantástica* proposta simplesmente aceita-se, afinal, deposita-se *confiança* em qualquer autoridade reputada apta e legítima para governar.

Em suma, as metodologias do design instrumentalizam estratégias conjugadas que servem a interesses empresariais, de governos estatais ou organismos internacionais. No exemplo dos refugiados, o *design de estruturas administrativas* encarrega-se de gerir os campos de *confinamentos*, pois a propositura de espaço temporário até os pedidos de asilos serem aceitos ou não transforma-se, geralmente, em situação permanente. Ademais, o *design de estruturas administrativas* deve garantir a segurança do lugar, visto que a população local considera os refugiados, confinados ou circulando pelas cidades, um problema de *segurança* e motivo para aumentar o monitoramento. Como já diagnosticado por Friedrich Nietzsche (1998), sempre se pode retornar às relações *credor* e *devedor* mantidas em uma comunidade. No âmbito da sociedade civil organizada, inúmeros padrões de comunidades usufruem de *vantagens* conquistadas e protegem-se em *paz* pelos laços fortalecidos na *confiança* entre os iguais.

Sendo assim, as pessoas exigem medidas a fim de resguardar bens, qualidade de vida e de lugar de possíveis hostilidades ou perigos, sendo dever de todo *bom* governo proteger os cidadãos dos inimigos de *dentro* e de *fora*. Quando ameaçados os privilégios desfrutados em comum, irão *responsabilizar* os de *fora* pelos infortúnios econômicos, pelo aumento da violência, pelas poucas *oportunidades* de trabalho. Já o inimigo interno será acusado por estar *fora* do ordinário, da pacificação e do moralismo ecumênico. Ou seja, são aqueles que pulam *fora* do design das novas lideranças políticas e não se deixam capturar pelos que estão *dentro*. São as forças ingovernáveis na luta incansável contra resignações e moderações. São os considerados insufladores da *não-paz*.

Por sua vez, as novas lideranças políticas, muitas delas cristalizadas nas práticas *ativistas*, estão incumbidas de difundir a *tolerância* local por meio de ações mediadoras. Elas atuam como *empreendedores* sociais com a finalidade operativa de definir o fluxo de atividades nas diversas comunidades, incorrendo em técnicas de controle. Em nome da segurança comunitária, o ativista também estabelece a intermediação entre os que dividem um espaço

comum e os interesses da sociedade civil organizada, recaindo a sua função na modificação de condutas e valores. Comunidade, termo amplamente utilizado hoje, diz respeito ao agrupamento de sujeitos com características comuns e mesmos objetivos que terceirizam a proteção dos ambientes natural e social. A comunidade torna visível seus contornos e os limites com os demais. Configuração física e virtual com efeito multiplicador em grande escala. A comunidade apazigua e traz conforto entre os iguais, delimita aquilo que lhe é familiar e a distingue dos *estranhos* que prejudicam os esforços por melhorias.

As comunidades permitem intervenções de lideranças políticas com a esperança de reconstruir um *novo* valor na vida cotidiana. Cabe, então, às novas lideranças políticas organizar uma série de fatores para instituir *confiança* entre os membros das comunidades com a pretensão de ampliar a pacificação. Uma maneira de estancar forças contrárias e buscar compensações para os *sofrimentos*, expandindo o poder nas vestes do empoderamento. Por meio do empoderamento – que é fruto da democracia participativa – são produzidos direitos, dilata-se a representatividade baseada no pluralismo na tentativa de amenizar desigualdades, instituem-se modulações entre a sociedade civil organizada e o Estado. O empoderamento ainda conecta-se à resiliência porquanto evidencia a capacidade de superar as condições anteriores *imerecidas*. E como vão proteger a todo custo suas conquistas, os sujeitos empoderados adotam a conduta do *cidadão-polícia* passando “a monitorar, voluntariamente e em nome da lei, a conduta dos outros pelas ruas, praças, prédios e demais espaços públicos onde eles presenciem uma conduta normativa condenável e normalizável” (PASSETTI et al., 2019, p. 307). Assim, os sujeitos aprendem a aceitar sacrifícios e percalços com vista a futuras compensações, tornando-se símbolo de *superação* e *mérito*. Eles se relacionam, produzem e consomem de modo a aprimorar o capital humano-criativo ou, ao menos, lapidar o capital *criativo*, para gerar desenvolvimento econômico sem esquecer de *preservar* o meio ambiente natural transformado em capital destinado à perpetuação do capitalismo. Enfim, capitalizam-se subjetividades mediadas por regras culturais e *renovação* de *hábitos*, fundadas no reconhecimento da desigualdade social e individual.

Essas proposições começaram a ser registradas no relatório “Nosso Futuro Comum¹²⁹”. Nos derradeiros anos de 1960, a questão ambiental tornou-se um fenômeno global e em 1972 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia). O evento foi um marco e sua declaração final abriu caminho para abordar o que se passou a denominar *melhoria do ambiente humano*. Tal conferência foi também o ponto de

¹²⁹ Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/139811?ln=en>> Acesso em: 3 de março de 2017.

partida para a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente¹³⁰ (PNUMA), em dezembro do mesmo ano. Onze anos depois, a mestre em saúde pública e ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, seria convidada pelo secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, para presidir a primeira Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A escolha de uma médica foi, nesse caso, proposital, com intenção de mostrar que a saúde está intimamente relacionada a questões ambientais e, em decorrência, ao *desenvolvimento humano*.

Assim, em abril de 1987, publicou-se o relatório que contém as regras do desenvolvimento sustentável. O ponto nevrálgico consiste em satisfazer, com emprego, as aspirações e necessidades dos seres humanos, para não comprometer o crescimento econômico fazendo coexistir uma provável redução da pobreza com uma ampla produtividade. Outro assunto notório incide na intensificação de políticas populacionais, a exemplo do controle de natalidade – dos pobres, claro, equivalente à teoria malthusiana – mediante o estímulo do empoderamento feminino como direito de autodeterminação, revestido do chamado *novo* papel econômico das mulheres. No relatório, incentiva-se ainda a contenção dos deslocamentos espaciais de regiões com baixos recursos aos grandes centros urbanos, transformando o papel do setor informal em capital *criativo*, ou seja, reorganizam-se os meios produtivos locais. Também consta, no documento, a sugestão de manter-se a reserva de capital com investimentos massivos em educação e saúde objetivando melhorar o capital humano-criativo. Com relação aos riscos naturais, indica-se que sejam administrados com o auxílio de técnicas e tecnologias dirigidas à segurança global.

As recomendações feitas por essa comissão levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que colocou o assunto diretamente na agenda pública, sendo aprofundado, em 1992, no Rio de Janeiro, pela “Cúpula da Terra”, como ficou conhecida a Agenda 21¹³¹. Este foi o primeiro passo com a intenção de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento econômico para o século XXI. Vinte anos depois, além das delegações internacionais, representantes da sociedade civil organizada se reuniram novamente no Rio para selar o documento “O futuro que queremos”, no qual foram formuladas as metas para o lançamento de uma ação global centrada no desenvolvimento sustentável. Em paralelo, durante os anos de 1990, reuniões multilaterais

¹³⁰ Disponível em: <http://www.unep.org/pt-br> Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

¹³¹ Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> Acesso em: 21 de novembro de 2016.

processaram a construção dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹³²”, (ODM) com foco no *desenvolvimento humano*, adotados pelos Estados-membros da ONU, a partir de 2000, e absorvidos na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2015, pelos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹³³” (ODS - Agenda 2030) aplicáveis a todos os países. Segurança expandida, desenvolvimento humano, empoderamento, resiliência, cultura de paz, entre outras recomendações, formam parte das metas a serem cumpridas pela comunidade global. “Os *ambientes* seguros, por conseguinte, necessitam de penalizações ampliadas a céu aberto e de criminalização de novas condutas como efetivação de direitos para sedimentar a cultura de paz e a formação do cidadão *resiliente*” (PASSETTI et al., 2019, p. 102, grifo dos autores).

Estimada a sociedade global como *dinâmica e complexa*, o sonho de todo estrategista versa em calcular a eficácia do risco e afastar obstáculos daquilo que não lhe proporcione alguma evidência, mesmo quando a probabilidade de retorno efetivo seja pífia. Em termos atuais seriam os chamados riscos indispensáveis numa sociedade acostumada à dupla custo/benefício. Uma maneira de amenizar os riscos na economia é aplicar a inteligência *criativa* nos negócios competitivos. Para tanto, as empresas devem valer-se do seu principal recurso que é a capacidade inovadora do indivíduo, isto é, a inteligência *criativa* passou a ser o grande *patrimônio* dos sujeitos. Não à toa, no presente contexto, valoriza-se a propriedade intelectual como garantia na exploração econômica dos insumos imateriais. Quem detém tal vantagem consegue barganhar e negociar com aquele que deseja fazer uso dela, convertendo-se o proprietário em um ávido estrategista no jogo mercadológico. Trata-se de uma propriedade valiosa, objeto de disputa entre empreendedores e empresas. E, como qualquer propriedade precisa de instrumentos jurídicos para protegê-la, desse modo, patentear uma *ideia* passou a ser um direito legal, e fundamental, de propriedade sobre a inovação.

Um dos pioneiros em enaltecer a inovação no sentido de novas *ideias* foi Joseph Schumpeter (1961). Para explicar as transformações no capitalismo, ele parte da premissa de ser este um sistema instável, evolutivo e concorrencial. Adotou a noção de “destruição criativa” como fenômeno ocorrido após alguma modificação nos meios de produção, inserção de novos bens de consumo no mercado, expansão mercadológica, alterações administrativas. A destruição criativa apresenta dois lados: um se refere ao favorecimento dos empresários inovadores; o outro, a indivíduos ou empresas que podem ficar transitoriamente fora do

¹³² Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/background.html/>> Acesso em: 11 de janeiro de 2020

¹³³ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

mercado, não conseguir integrar-se a ele, ou nunca mais voltarem a desfrutar dos benefícios da situação anterior. Schumpeter atribui ao capitalismo a inevitabilidade da relação *dor e dano*, uma vez que a inovação varre a ordem anterior. Ante isso, Schumpeter carece de qualquer *novidade*, pois justifica o próprio capitalismo produtor de misérias e reservas de capital humano e/ou *criativo* para utilizar quando necessário. Inovação nesses termos é apenas uma solução prática para determinada ocasião, não é invenção, assim como destruição criativa indica somente períodos econômicos bem-sucedidos. Para Michel Foucault (2008), a inovação só faz sentido no crescimento econômico dos países dentro do conjunto de investimentos realizados no capital humano, a maneira como esse capital aumenta e os setores nos quais ele progrediu.

As diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação contidas no *Manual de Oslo*, partem da premissa schumpeteriana e corroboram os parâmetros com os quais as empresas operam. Segundo essas diretivas muitos conhecimentos sobre inovação advêm do uso *inteligente* das fontes de conhecimento, daí a importância do capital humano-criativo na inovação. Já no capital criativo, estimulam-se habilidades e talentos considerados inatos para influenciar atividades culturais inovadoras com as quais os sujeitos se empoderam criativamente. Trata-se da *inovação social* pautada na adequação do indivíduo ao seu ambiente para extrair resultados *satisfatórios*. Um vire-se com suas próprias habilidades e talentos se quiser obter vantagens. Vidas-produto, vidas-consumo, vidas-meio: moldáveis, eficazes, replicáveis.

O designer atua como catalisador da *inovação social*, influencia condutas para tornar mais duradouro o empreendimento gasto com os sujeitos, bem como motiva a participação tentando perpetuar laços de comprometimento e dedicação. Designer-tutor, designer-ativista: protagonista social preparado para compensar a relação entre resultados e esforços individuais. Gestor de voluntários, desempregados, deficientes, velhos, pequenos ou grandes *infratores*, enfim, todos os que buscam explorar suas habilidades ou aprender a gerar sua própria renda mediante a utilização *responsável* dos recursos de seu ambiente. Um saber-design projetado para construir *oportunidades* àqueles *incapazes* de resolver contratempos por iniciativa própria. Certamente, a racionalidade neoliberal agradece. Além disso, a *inovação social* reforça a noção de responsabilidade. Cada um tem a exigência moral de assumir-se responsável diante dos outros, pois, supostamente todos possuem a capacidade de distinguir o correto do incorreto, o tolerável do intolerável. Confiança, colaboração, respeito mútuo e boas ações, são sintomas desse fundamento empobrecedor da vontade gregária. Aqui é Kant que agradece.

O design voltado à *inovação social* envolve a noção de co-design e expressa projetar com os outros, em vez de projetar para outros. Portanto, designers *ativistas* personalizam as ferramentas de estudo ajustando-as a cada situação e preferem o uso de métodos sistêmicos. O designer Luigi Bistagnino parte do pressuposto de design sistêmico para resgatar os preceitos culturais locais, interpretar as interconexões entre diferentes fenômenos e decifrar quais relações convergem. Nessa ótica, a subsistência dos indivíduos é possível desde que sejam exploradas as *comunidades* em seus territórios locais. A proposta sistêmica de Bistagnino privilegia estudos que abranjam: “a. local; b. identidade territorial; c. redução do impacto ambiental durante todo o ciclo de vida dos produtos; d. relação de entradas e saídas” (BISTAGNINO, 2009, p. 24). Para tanto, os designers mapeiam a cultura, os contextos, as experiências pessoais e os processos na vida dos indivíduos (VIANNA et al., 2012, p. 13). Fatores que manifestam o grau de *bem-estar* das pessoas não material, mas moral. A oferta é uma vida *melhorada*. O intuito é monitorar as situações e identificar não as dificuldades, mas a assertividade de soluções ecumênicas. *Ecumenismo* forjado para congregar *diversidades* culturais, praticar o altruísmo e disseminar a tolerância. Relações de mútua dependência que atuam com o objetivo de determinar quais são as melhores atitudes para uma vida pacata, morna e segura. Desta vez, são o judaísmo e o cristianismo que agradecem.

Nesse processo, o ponto central é a formação de uma vontade coletiva dirigida ao *hábito* pela inovação, que não passa de uma restauração do anterior. Luc Ferry reconhece como necessária a inovação em termos schumpeterianos para a continuação do capitalismo. Não obstante, considera tratar-se de uma lógica de rupturas em todas as esferas, e não só na economia. A sua preocupação reside no rompimento cultural com a tradição, o patrimônio e a herança. Ele defende, no atual contexto de economias globalizadas, a pertinência da teoria de Schumpeter quanto à inserção de *novidades* no sistema capitalista. Desde produtos até “a organização do trabalho, a conquista de novos mercados, de novos métodos de produção, de novos meios de transporte, de novas fontes de matérias-primas” (FERRY, 2015, pp. 18-19). Esse seria para Ferry o lado *positivo* da inovação vinculada ao progresso, sempre e quando forem relacionados os temas de *segurança*, conforto e confiabilidade.

Contudo, Ferry considera a “inovação destruidora”, se se atingir o direito de alguns quererem preservar as “visões morais e religiosas”. Ele rejeita a “desconstrução dos valores e das autoridades tradicionais”, pois, na sua avaliação, desestabiliza-se, com isso, o que chama de *civilidade*, principalmente, a europeia (Ibidem, pp 36-37). “As civilizações morrem e, tratando-se da nossa, seu desaparecimento seria a pior catástrofe que poderíamos imaginar para

toda a humanidade” (Ibidem, p. 63). Nas páginas do seu livro, Ferry não só descreve o retrato da nova política, como a adere. Nova política construída no ressentimento e adotada por uma boa parcela da população *terrestre*. A mesma população que repudia mudanças radicais, reclama da violência, reivindica políticas adequadas a seus interesses e exige mais segurança, mais punição, mais reconhecimento. É a vingança dos impotentes. Os sujeitos adeptos à nova política possuem a mesma nostalgia de Ferry: de uma sociedade sob a vigilância moral e a rigidez da autoridade. Em suma, com maior ou menor saliência sempre aparecem as forças reativas, voltadas contra a vida e opostas à vida outra.

design das novas lideranças políticas

Com a formação do capital humano-criativo passou-se a investir no ensino de habilidades inovadoras. Ter habilidades, nesse âmbito, demanda conduzir situações empresariais com agilidade e destreza para atingir os fins ambicionados. Diferente do capital criativo em que talento e habilidade são consideradas, propositalmente, características inatas para resolver questões corriqueiras a partir do próprio ambiente. Em ambos os casos, porém, espera-se que o sujeito seja provido da faculdade de atender às exigências legais e morais de uma sociedade. E, também em ambos os casos, o empreendedor de si deve ter a *capacidade* de aferir sobre o que lhe diz respeito como empresa: se esse sujeito tiver o papel de provocar mudanças no seu cotidiano e na economia, projetando valores e desejos, ele se atribui a idoneidade de dirigir condutas, inclusive a dele, para obter o sucesso esperado. Quem é habilidoso em uma negociação tem artimanhas, sabe usar estratégias e conta, antecipadamente, com vantagens em seu benefício objetivando responder à concorrência. Uma das características proeminentes dentro da economia referenciada na criatividade é a aptidão de empresas e empreendedores de si estabelecerem parcerias úteis e colaborarem do mesmo modo que competem. Conforme John Newbigin, o auxílio entre os concorrentes estabelece redes com “o potencial de fornecer apoio e ensino de pares, o que pode ser tão valioso como a criação de novas oportunidades” (NEWBIGIN, 2010, p.47).

Dessa maneira, o risco passa a ser uma condição inerente nas relações instituídas no modo empresa. As máximas seguidas no jogo concorrencial na racionalidade neoliberal implicam variações entre modulações, flexibilidade para adequar-se a situações desfavoráveis e a constante produção de *novidades*. Na racionalidade neoliberal, o risco deixou de ser uma estratégia empregada apenas no capital financeiro, para transformar-se numa necessidade nas empresas, sejam elas corporações ou indivíduos. Nada melhor, no capitalismo, que os

momentos de crise, quando o risco, no espectro empresarial, converte-se em iniciativas inovadoras e, em decorrência, *oportunidades* de *bons* negócios. Já, o empreendedor de si, valendo-se de suas *capacidades* criativas, faz do risco a chance para se sobressair como um competente jogador, aproveitando-se das *oportunidades* que o seu concorrente deixou passar. Richard Sennett afirma: “nessas condições, toma forma um tipo de risco extremo, em que grandes números de jovens apostam que serão eles os novos escolhidos” (SENNETT, 2009, p. 105). Sendo assim, os jovens preparam-se para conquistas imediatas e a curto prazo. A precipitação para atingir a *meta* desejada os incita a deslocar-se espacialmente em busca dos pretensos ambientes adequados, sejam eles locais de trabalho, instituições de ensino, cidades ou países. Por seu turno, o deslocamento temporal é efetivado nos *projetos de vida* voltados para um futuro *melhor*. Sem esquecer que, inerente à projeção do sujeito empreendedor de si, encontra-se o aprimoramento permanente, pois a *novidade* deve sempre prevalecer.

No intuito de viabilizar seus projetos os indivíduos realizam cálculos e apostas. O cálculo é efetuado com base naquilo que podem perder quando escolhem a carreira, o casamento, o emprego, as parcerias. Já as apostas são arroladas segundo os resultados obtidos no momento imediato de qualquer ocorrência favorável ou na projeção futura da promissora escolha. Antecipar as possibilidades futuras pressupõe precaver-se de quaisquer ameaças, por isso, tenta-se identificar os perigos e, caso necessário, mudar a estratégia de tal maneira que o investimento pessoal, os vínculos oportunos e o ambiente propício sejam protegidos. A eficácia de tais práticas requer cálculos concisos e estimativas baseadas em um conjunto de medidas do que é imprescindível fazer para preservar a performance conquistada. Em suma, trata-se da continuidade do utilitarismo em que o indivíduo deve avaliar sua ação antes de agir com a finalidade de alcançar o maior *bem-estar* possível.

Alguns desses jovens também se veem como *protagonistas* de ações políticas pautadas em causas particulares relacionadas ao cotidiano, e, em uma sociedade gerida pelas regras do mercado, ser *ativo* exige a constante participação. O ecumenismo garante uma participação política desde que seja dentro do cumprimento dos encargos morais e legais. Por isso, os indivíduos optarem por vínculos frágeis passíveis de serem rompidos quando avaliados ecumenicamente inadequados e contraproducentes na efetivação dos seus projetos. De acordo com Richard Florida, para compreender as mudanças econômicas atuais é relevante considerar como os “laços fortes” que estabeleciam relações duráveis e eram identificados “pela confiança e reciprocidade em diversas esferas da vida”, hoje, precisam dar lugar aos “laços fracos” para se ter acesso ao mercado de trabalho. O autor apresenta pesquisas realizadas em redes sociais e

por sociólogos como Mark Granovetter¹³⁴, para evidenciar como “os laços fracos são um mecanismo central de mobilização de recursos, ideias e informações, seja na hora de encontrar um emprego, resolver um problema, lançar um produto ou um novo empreendimento”. Para o economista, os “laços fracos exigem menos investimento e podemos nos valer deles de modo mais oportunista” (FLORIDA, 2011, p.277).

Richard Sennett, também menciona o sociólogo Granovetter, mas acrescenta que os “laços fracos” são características do trabalho em equipe, no qual alteram-se as tarefas e as pessoas com maior frequência, diferentemente dos “laços fortes” que dependem de associações a longo prazo. Outro exemplo, apresentado por Sennett, é do professor da Escola de Comércio de Harvard John Kotter. Segundo ele, este acadêmico recomenda aos jovens o trabalho de consultoria na tentativa de evitar empregos duradouros numa economia pautada em inovações. Na abordagem de Sennett, os “laços fracos” demarcam o declínio de uma estrutura burocrática, proveniente da disciplina militar, chamada por Max Weber de “jaula de ferro” e que, na fábrica do capitalismo moderno, serviu para racionalizar o uso do tempo dentro da lógica hierárquica e da autodisciplina. A jaula de ferro, prossegue Sennett, esbarrou no avanço das tecnologias de comunicação em escala planetária e na programação flexível do tempo.

O trabalho atrelado à rotina da fábrica foi modificado e o controle vigora disfarçado de maior liberdade. Para Sennett, a flexibilidade do tempo “é mais um benefício concedido a trabalhadores favorecidos” do que a trabalhadores de “nível inferior”, cujos serviços precisam ser executados *in loco* (SENNETT, 2009, p. 67). O tempo flexível, num primeiro momento, parece ser uma recompensa ofertada ao trabalhador, entretanto, criou-se uma série de ajustes para monitorar os que estão ausentes do olhar do gestor. O trabalho fisicamente descentralizado fez Sennett aventar se a concepção da jaula de ferro não foi redimensionada e atualizada porque os indivíduos estão sujeitos a novos controles. Nas suas palavras: “estas, pois, são as forças que dobram as pessoas à mudança: reinvenção da burocracia, especialização flexível de produção, concentração sem centralização” (Ibidem, p. 69).

Entretanto, será de fato a atualização da burocracia? Max Weber definiu burocracia como uma estrutura organizacional formal com a função de coordenar as atividades para realizar objetivos comuns a longo prazo. Por sua vez, na organização do tempo flexível de trabalho, apontado por Sennett, os objetivos comuns exaurem-se no curto prazo, pois se trabalha a partir de metas estabelecidas em cada projeto encomendado. A segunda diferença consiste em

¹³⁴ Granovetter fez doutorado e orientou pesquisas em Harvard. Atualmente é professor na Universidade de Stanford.

que, a característica da burocracia administrativa, apresentada por Weber, está ligada ao conceito de autoridade racional-legal, a qual deve garantir o cumprimento de regras oriundas de um regulamento prévio, reconhecido e aceito pelo grupo. “O princípio da autoridade hierárquica de cargo encontra-se em todas as organizações burocráticas: no Estado e nas organizações eclesiásticas, bem como nas grandes organizações partidárias e empresas privadas. Não importa, para o caráter da burocracia, que sua autoridade seja chamada ‘privada’ ou ‘pública’” (WEBER, 1963, p. 230). E, apesar de o grupo seguir as diretivas da autoridade no comando, e não a pessoa que exerce o cargo, a burocracia, para Weber, caracteriza-se pela verticalidade. Embora, no presente contexto, também se observem regras pré-estabelecidas, no âmbito do trabalho, privilegia-se a horizontalidade em detrimento da verticalidade hierárquica, a ponto de os trabalhadores serem considerados *colaboradores*, estimulando-se, assim, uma dimensão participativa. Trata-se de uma ação conveniente para o monitoramento, porque todos assumem o papel de pastor numa configuração assentada na concorrência dos empreendedores de si. A divisão de tarefas preconizada por Weber também fica esvaecida, ao incentivar-se, hoje, a figura do *colaborador* multitarefas, polivalente, proativo, plausível de substituir qualquer um ou de ser substituído. No entanto, encontra-se certa proximidade com Weber no que se refere à exacerbação do controle, pois a mesma tecnologia que concede a prerrogativa do trabalho domiciliar facilita não apenas o controle de tempo, como a concentração de dados numa pulverização de centralidades conectadas com a finalidade de intercambiar informações pessoais e profissionais.

Quando transferidas essas considerações às ações políticas contemporâneas, notam-se pontos convergentes. Com isso, não se quer dizer que seja inviável realizar associações para confrontar técnicas de governo sobre a conduta das pessoas, pois se estaria negando as lutas contra os efeitos do poder e do saber. Contudo, as ações promovidas pelos *protagonistas* sociais nos cenários políticos atuam com o objetivo de reivindicar reconhecimento. Os novos *protagonistas*, de forma análoga aos *colaboradores* na nova organização do trabalho, querem destaque fora da chamada política tradicional partidária verticalizada, e não para sair do amparo do Estado, mas para obter êxito dentro do sistema democrático *participativo* que garante o *estilo de vida* empreendedor. Dessa maneira, as práticas intrínsecas às teorias sistêmicas comportamentalistas das ciências sociais estadunidenses são continuadas: desde Parsons, cujo objeto de estudo era o ator social, até Easton, com as investigações dos ambientes políticos para amortizar o descontentamento de alguns grupos e exaltar a democracia baseada na liberdade de expressão e igualdade de direitos. No cenário político, o design das novas lideranças adquire a

melhor forma no *ativismo*, o qual ambiciona *innovar* a compreensão valorativa do significado de *oportunidades*. O *ativista* é o estandarte da democracia e se incumbe do papel de representar a pluralidade social organizada em ações *criativas*. Ele promove alianças, adaptações e ajustes de interesses, que não passam do já constituído. Produzir e reproduzir o mesmo, a própria etimologia da palavra pluralidade, do latim *plurālis*, contém o prefixo *plur(i)*, que significa anteposição¹³⁵. Pluralidade, então, se contrapõe à singularidade, aquilo que foge do comum e do ordinário.

Parte-se de um princípio orientado pelo *desejo* comum de uma *diversidade* cultural justaposta. Modos de vida sem lugar às mudanças corajosas, em que os indivíduos reciprocamente asseguram a autonomia de agir conforme o esperado. Projetam-se soluções arremedadas que dependem de *aderências* e *engajamento* dos diversos grupos em toda espessura social concorde à situação. Em uma sociedade moldada sob as leis do mercado a abordagem pluralista relaciona instâncias particulares com um poder político capaz de administrar a heterogeneidade de modo análogo à concorrência empresarial. Trata-se de microcentralidades à procura incessante de inclusão dentro dos limites do *tolerável*. Modos benevolentes exercendo a função de se precaver em toda condição espacial ou temporal: estratégias imprescindíveis para futuras conquistas. O *ativismo* é uma ação participativa exercida sobre os outros para obter resultados satisfatórios, porque os efeitos precisam ser eficazes e operacionais. O *ativista* investe num conjunto de valores os quais colaboram para aumentar o seu poder de *evidência*: ele quer servir de *exemplo* e se considera um empreendedor social atuante no *coletivo*, projetando novos negócios auxiliado pelas ferramentas digitais de longo alcance. Os meios de ação são projetos inseridos em comunidades, cooperativas e coletivos – esta última categoria consiste em conexões com propósitos comuns em lugares espacialmente delimitados como a rua, a comunidade, o escritório compartilhado, as redes digitais, ou em todos simultaneamente.

Alguns designers ativistas, como Ann Thorpe (2014), afirmam que a função é influenciar escolhas mediante a conjunção de “força de vontade, barganha e persuasão”. O objetivo é oferecer alternativas para remover obstruções em troca de mudanças desejadas, pois, a designer considera que a maioria das resistências é bloqueadora de oportunidades. A proposta, segundo ela, é *generativa*, portanto, trata-se de produzir em vez de resistir. Certamente a designer utiliza o termo resistir como recusa ou negação a transformações. Aliás, as mudanças

¹³⁵ Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-2/html/index.php#2>> Acesso em: 26 de agosto de 2018.

sociais requeridas por Thorpe encontram-se no plano *progressista* o que implica sempre a execução de atividades com fins lucrativos e competitivos. Ela separa o ativismo negativo do positivo, atrelando o aspecto negativo a protestos, boicotes, bloqueios, ou ainda, associado apenas à conscientização e não à ação transformadora. Nas palavras dela: “Em vez disso, os ativistas do design praticam uma forma diferente de ativismo. Na maioria das vezes, tentam provocar mudanças gerando alternativas positivas ao status quo” (Ibidem, n.p.). Esse seria, por conseguinte, o ativismo positivo para a designer.

Thorpe, provavelmente, utiliza-se da sinonímia frequente entre ativismo e militância. Entretanto, como afirma Edson Passetti, “as práticas de liberdade no capitalismo voltadas às resistências sempre estiveram relacionadas à militância comunista e anarquista”, apesar de serem forças diferentes. A militância comunista, continua o autor, fundava-se no projeto revolucionário “condutor de consciências enquanto as práticas de liberdade anarquistas se voltavam às práticas cotidianas de ação direta no combate à moral e aos castigos, à propriedade e ao Estado” (PASSETTI, 2019a, p. 807). Porém, para Passetti, após a II Guerra Mundial, as lutas revolucionárias comunistas ou a dos operários legalizados em sindicatos foram, progressivamente, entranhadas na divisão esquerda e direita herdada da Revolução Francesa, acomodando essas militâncias ao Estado de Direito. Assim, a conduta moderada, que passou a ser adotada pela grande maioria dos militantes de esquerda leva a situações como a criminalização e delação de ações diretas anarquistas sob o argumento de “vandalismo”, “violência” etc. (Ibidem).

Além disso, no final dos anos de 1980, o término da dicotomia entre capitalistas, sob o comando dos EUA e comunistas, conduzidos pela União Soviética, provocou o avanço do capitalismo de mercado em níveis planetários. “Neste trajeto, a fobia ao Estado dos liberais democratas derrotou as perspectivas comunistas revolucionárias e os atraiu para a globalização, minando o *internacionalismo* e fortalecendo as práticas parlamentares. De fato e de direito, ocorreu a vitória do kantismo: o Estado é a categoria do entendimento. O projeto da paz perpétua de Kant começou a se expandir desde então” (Ibidem, p. 809, grifo do autor). Por sua vez, a racionalidade neoliberal, ao transformar “a força de trabalho em capital humano empreendedor”, incorporou nas “relações de produção a normalização democrática pelo incentivo à inovação, proporcionando a participação cooperativa entre forças até então consideradas estruturalmente com interesses antagônicos” (Ibidem, pp. 807-809). Os efeitos desse arranjo produziram o ativismo e a resistência foi redimensionada como resiliência.

Nessa trajetória, iniciaram-se “as práticas de governança, que nada mais são, na empresa e no Estado, que um modo de amenizar as relações de governantes e governados em função de um futuro melhor curiosamente os elencados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU” (Ibidem, p. 809). O ativismo positivo, nos moldes mencionados por Thorpe, também está em concordância com a busca de um futuro *melhor*, segue os preceitos propagados pela ONU, atende às determinações da racionalidade neoliberal e equaciona as práticas ativistas dos designers à resiliência. De acordo com Passetti, “entramos numa era governada pela racionalidade neoliberal em que a *boa* governança exige resiliência e, portanto, o ativismo passa a ser a prática combinada com o exercício parlamentar e o dos governos no Estado” (Ibidem). O autor apresenta também como, em nome da paz, o sujeito aprende a governar-se, contribui com o monitoramento, contesta ou aceita o governo do Estado, mas sempre obedece às disposições legais, tornando-se um *cidadão-polícia*. Dito de outra forma, trata-se da *evangelização* ecumênica intrínseca à governamentalidade neoliberal cuja finalidade radica em flexibilizar e modular as relações de poder.

O ativismo é a tradução da relação complementar entre Estado e sociedade civil organizada para a *boa* governança. Ativismo é uma prática de resiliência (capacidade de se adaptar a uma situação adversa, retornando à anterior condição física e de condutas), uma prática de normalização e não uma prática de liberdade, apesar de a racionalidade neoliberal fundar sua aspiração de perpetuidade como disseminadora de práticas de liberdade que repercutem na ampliação de relações horizontalizadas de poder. Trata-se de parte constitutiva de uma *nova política* em andamento (Ibidem, p. 810).

Não à toa, Thorpe atesta que, com os sistemas sociais *complexos* e as novas interconexões, as abordagens *inovadoras* devem ser barganhas atraentes, voltadas a questões sustentáveis. A designer sugere que a posição dos *ativistas* seja atender às mais *variadas* solicitudes, atuando para definir tecnologias *ambientais* nas esferas de saúde, educação, emprego, moradia, desenvolvimento sustentável, entre uma infinidade de outros temas, todos eles desembocando em reformas sociais e políticas públicas. Foucault (2008), já havia mostrado a maneira pela qual os efeitos no ambiente são o objeto de intervenção governamental quando o mercado desempenha o papel regulador como racionalidade política. Thorpe (2014) ainda faz questão de mostrar o “poder do ativismo no design”. Segundo ela, um poder significativo em termos de escolha e influência de decisões, o que confirma a aderência à governamentalidade neoliberal. Ela exemplifica do seguinte modo: “pessoas organizadas podem formar um exército para forçar suas decisões sobre os outros, formar um grupo de pesquisa para produzir evidências que os ajudem a negociar mudanças ou formar um grupo social com um líder carismático que

inspira as pessoas a acreditar em uma causa” (Ibidem, n.p.). Ora, tirando a irrelevância de haver um líder carismático, pois na contemporaneidade prevalece o discurso da horizontalidade, seu apelo retrata a *nova política* ancorada no ativismo que, certamente, não expressa ações de resistência frente às diferentes formas de poder, mas procura acomodar as condutas à resiliência.

De acordo com Foucault as resistências “são lutas ‘transversais’”, e não estão circunscritas a determinadas formas de “governo político ou econômico”. Essas lutas caracterizam-se porque são imediatas e têm como finalidade os “efeitos de poder” enquanto tal. Foucault assinala ainda que são imediatas por dois motivos: primeiro, “as pessoas criticam as instâncias de poder” mais próximas delas, aquelas cuja ação se exerce “sobre os indivíduos”, ou seja, procura-se o “inimigo imediato”, pois não se espera – e este seria o segundo motivo – por uma solução no futuro. Outro traço em comum dessas lutas é que, ao questionarem “o estatuto do indivíduo”, tanto na afirmação de ser diferente tornando os “indivíduos verdadeiramente individuais”, quanto naquilo que separa o indivíduo em relação aos outros, constituem batalhas contra o “governo da individualização”. Além disso, são resistências aos efeitos de poder ligados “ao saber, à competência e à qualificação”, opostas aos “privilégios do saber”, bem como “ao mistério, à deformação e a tudo o que pode haver de mistificador nas representações que se impõem às pessoas”. Por último, ante a pergunta de Kant quem somos nós, formulada com o propósito de analisar situações no presente, Foucault propõe não “descobrir, mas recusar o que somos” com o objetivo de “imaginar e construir o que poderíamos ser” (FOUCAULT, 2014, pp. 122-128).

Em definitivo, com a prática ativista, inibem-se ou se punem as lutas transversais, bloqueando as ações combativas de existências singulares que não estabelecem ajustes complacentes. Os ativistas contribuem para fixar estratégias de governo na sociedade civil organizada, com as quais ratifica-se o governo de si e dos outros. Ademais, os efeitos decorrentes dos projetos de ativistas longe de enfraquecer a presença do Estado, enquanto racionalidade empregada para garantir o apaziguamento social, reforçam sua continuidade. Neste contexto, o Estado é encarregado de fazer coincidir as *liberdades* conquistadas mediante os direitos civis e políticos com o objetivo de perpetuar as condutas moderadas em um quadro normativo *compartilhado* socialmente. Como exposto por Edson Passetti, trata-se do “mundo dos direitos: a ser negro, índio, mulher, *menor*, homossexual, deficiente, louco, preso, com muitos outros direitos a participar obrigatoriamente *desta* sociedade composta de indivíduos desdobrados, *divíduos*” (grifos do autor). Um governo que promove “políticas afirmativas,

declarações sobre tolerâncias e disseminação da noção de coexistência, gerando fusões uniformizadoras”. Uma política instaurada na democracia “da diferença [que] não está interessada em singularidades”. Passetti assinala ainda que se pretende instituir “direitos constituindo zonas de tolerâncias atravessadas por fluxos de coexistências e indulgências, perpetuadores de desigualdades não resolvidas no âmbito jurídico-político, e multiplicadoras de misérias socioeconômicas” (PASSETTI, 2007, p.37).

Para exemplificar de que maneira o ativismo opera como compensatório estatal, apresentar-se-á a chamada *missão* Beveridge 4.0, cujo escopo consiste em implantar o “Estado de bem-estar relacional”. Tal iniciativa partiu do grupo *Participle*¹³⁶ (Particípio) impulsionado pela designer inglesa Hilary Cottam com a cooperação do também designer Hugo Manassei e do especialista em *inovação e criatividade* Charlie Leadbeater. As ferramentas de design utilizadas basearam-se nas noções de colaboração, coprodução e co-design, voltadas à promoção de soluções inovadoras procedentes da participação de pessoas e dos seus recursos. O projeto norteador durante o período de 2005 a 2015, em que se manteve atuante o grupo, foi o de implantar uma agenda de *melhorias* para atender às demandas ineficientes dos serviços estatais. O ponto inicial de trabalho seguiu os programas, processos e princípios do Relatório Beveridge publicado em 1942, redigido pelo economista britânico William Beveridge (1879-1963) que tinha como propósito reformar o sistema de assistência social, em especial, as áreas de saúde, previdência, educação e trabalho.

Cottam parte do terceiro relatório de Beveridge publicado em 1948, denominado por ela de “Beveridge 3.0”, para elaborar as diretivas orientadoras do empreendimento *Participle*. Segundo a autora, nesse relatório William Beveridge demonstrou preocupações quanto à limitação do potencial do cidadão e receava que as reformas previstas “encorajassem os indivíduos a se concentrar passivamente em suas necessidades” (COTTAM, 2008, pp.3-5). A designer verifica como as preocupações de Beveridge materializaram-se e outros problemas surgiram. Entre eles, Cottam aponta continuação da desigualdade social; manutenção da dependência do Estado; aumento nos custos da previdência social; questões ambientais; envelhecimento da população; mau funcionamento da saúde pública; mudança na estrutura familiar; altos níveis de deslocamento populacional; modificação na produção de saberes e na tecnologia.

O grupo *Participle* considera que o equívoco do Estado de Bem-Estar foi propor uma economia fundada nas necessidades e não nos *desejos*. Para o grupo, as pessoas querem estar

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.participle.net/>> Acesso em: 14 de março de 2019.

interligadas coletivamente e fazer “as coisas acontecerem”. Motivo pelo qual a sugestão consiste em resolver os problemas de acordo com as expectativas das pessoas e a vida que elas pretendem levar, fora do foco do Estado e suas instituições. Portanto, as ações deveriam iniciar-se no indivíduo, em conjunto com uma rede de relacionamentos próximos, como família e amigos. “Beveridge 4.0 não nega as necessidades, mas tampouco define as pessoas apenas pelas suas necessidades. Em vez de partir desse ponto de vista, o projeto Beveridge 4.0 parte da vida das pessoas, que coisas elas querem liderar e quem quer contribuir, fazer e compartilhar” (Ibidem, p.7). A proposição baseia-se em trazer para o jogo da economia as dimensões *simbólicas*, com o intuito de *reformular* a sociedade e a cultura. Nessa visão, cada pessoa deve ser capacitada, mediante o estímulo de *habilidades*, para *moldar* as próprias oportunidades de acordo com o *papel* que se queira ocupar na vida e na relação com os outros. O grupo *Participle* recomenda uma prática assentada em cinco princípios criados com a colaboração da sociedade. O primeiro princípio apresenta um “modelo de recursos”. Trata-se de relacionar os “ativos” dos indivíduos com os da comunidade. Sempre é bom lembrar que, em termos empresariais, consideram-se ativos os *investimentos* capazes de aumentar a lucratividade a longo prazo. Portanto, especificamente nesta proposta, a participação social passa a ser o *melhor* investimento para a obtenção de resultados *satisfatórios*. A base para elaborar tal princípio foi o modelo das dez capacidades desenvolvido pela filósofa estadunidense Martha Nussbaum, parceira de Amartya Sen.

Martha Nussbaum não é pioneira na construção do conceito de capacidade humana. Amartya Sen a precedeu quando afirmou que a avaliação das prerrogativas individuais não estava restrita somente à renda e patrimônio dos cidadãos, mas incluía as oportunidades (impulsionadas por políticas públicas) e capacidades (investimento em capital humano). Ao aferir o *desenvolvimento humano* com base em variáveis múltiplas desvinculadas do Produto Interno Bruto (PIB), Sen determinou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na tentativa de avaliar a qualidade de vida das pessoas, compreendida como *melhorias* nas condições socioeconômicas visando atingir soluções inerentes à chamada justiça social. De acordo com Pompeu e Teixeira (2017), Nussbaum apanha os conceitos de Sen e foca nas capacidades para complementar o IDH e ajustar a teoria da *justiça* liberal contratualista às exigências do capitalismo em escala planetária. As autoras afirmam ainda que as dez capacidades humanas descritas por Nussbaum têm por finalidade promover a cooperação social para assegurar a dignidade humana. O intuito é dispor um conjunto de diretrizes voltadas a políticas públicas e, com isso, positivar os direitos fundamentais que devem ser garantidos e implementados pelos

Estados Democráticos de Direito. Dessa maneira, as dez capacidades são valores morais alicerçados nos direitos humanos cuja finalidade sugere a organização social.

1) Vida. Ter a capacidade de viver uma vida humana de duração normal; não morrer prematuramente. 2) Saúde física. Ser capaz de ter boa saúde, alimentação adequada e um lugar adequado para viver. 3) Integridade física. Proteção contra ataques de violência, agressões sexuais e violência doméstica; dispor de oportunidades para satisfação sexual e para a escolha em questões de reprodução. 4) Sentidos, imaginação e pensamento. Ser capaz de usar os sentidos, a imaginação, o pensamento e o raciocínio. Ter educação adequada, alfabetização, treinamento matemático e científico básico. Ter liberdade de expressão política, artística e religiosa. 5) Emoções. Ser capaz de manter relações afetivas com coisas e pessoas fora de nós mesmos. Não ter o desenvolvimento emocional bloqueado por medo e ansiedade. 6) Razão prática. Ter liberdade de consciência e de prática religiosa. 7) Afiliação. 7-A. Ser capaz de viver com e voltado para outros. Ter liberdade de associação e de expressão política. 7-B. Não ser discriminado em razão do sexo, raça, cor, etnia, orientação sexual, casta, religião e origem nacional. 8) Outras espécies. Ser capaz de viver uma relação próxima e respeitosa com animais, plantas e com a natureza. 9) Lazer. Gozar de atividades recreativas. 10) Controle sobre o próprio ambiente. 10-A. Político. Ser capaz de participar das escolhas políticas que governam sua vida; direito de participação política, expressão e associação. 10-B. Material. Ser capaz de ter propriedade (NUSSBAUM, 2013, p. 91- 93 *apud* POMPEU; TEIXEIRA, 2017, p. 183).

Ora, curiosamente são dez as capacidades elencadas assim como os dez mandamentos, evidenciando o lado ecumênico do desenvolvimento e direitos humanos: cultura da paz inseparável da noção de segurança, tolerância facilitada pela empatia, incitação à participação democrática, inclusão promovida pelos direitos de minoria, desenvolvimento sustentável como redimensionamento do capitalismo equacionado pela racionalidade neoliberal, investimento em capital humano ou estímulo do capital criativo, condutas resilientes, monitoramento permanente de fluxos, liberdade restrita às escolhas ofertadas pelo mercado ou pela política moderada. Contudo, o “modelo de recursos” proposto pelo grupo *Participle* simplifica as dez capacidades concentrando-as em três *ativos*: relacionamentos, trabalho-aprendizado e meio ambiente. Trata-se de um mapeamento das relações englobando o *papel* que o sujeito preenche na *vida* e o *lugar* a ocupar, ou seja, quem é cada um e qual a posição social que assume. Os relacionamentos promovem vínculos adaptáveis e modulares, o trabalho-aprendizado cultiva relações apropriadas às exigências do mercado concorrencial, já o recurso ambiental, avaliado em níveis planetários e locais, serve para controlar as ações dos sujeitos e responsabilizá-los pelos seus ganhos ou perdas (COTTAM, 2008).

O segundo princípio do projeto consiste em atividades preventivas *universais*. O grupo estima que os problemas ambientais devam ser alinhados à prevenção, portanto elaboram-se medidas para evitar reparar qualquer dano e retirar dos serviços públicos o encargo da

responsabilidade. O terceiro princípio destaca como o foco dos recursos deve ser deslocado dos direitos obtidos pelo sistema contributivo da previdência social para o acesso de recursos acessíveis. Trata-se de incitar estilos de vida *ativos*, capacitar sujeitos, realizar orçamentos participativos, incentivar contribuições fiscais voluntárias, enfim, valorizar o voluntariado e mostrar o *esforço* individual apesar das circunstâncias (Ibidem). No quarto princípio, o grupo propõe a distribuição das redes institucionais descentralizadas em contraposição à centralização institucional do Estado de Bem-Estar, fortalecendo abordagens *participativas*, que vão desde a rua até os níveis macros nacional e internacional: novamente explicita-se a fobia de todo liberal ao Estado. O quinto e último princípio é dedicado às redes sociais, pois para os membros do *Participle* as pessoas devem apoiar-se umas às outras e os serviços públicos precisam estar baseados nessas redes, independentemente de serem virtuais ou presenciais. Os membros do grupo *Participle* ressaltam inclusive, tratar-se de uma *reforma social*, na qual o Estado tem a função de fomentar essas relações, para amenizar as dificuldades e reduzir os gastos públicos (Ibidem). Por conseguinte, a descentralização gerada pela participação social seria beneficiada pelo uso das tecnologias de computação/informação com as quais se propiciam interações próximas e auxílios permanentes entre os sujeitos. Mas o que eles não informam é que, com tais tecnologias, reforça-se o monitoramento ininterrupto pelo abastecimento contínuo de dados, provocando-se, assim, a construção de técnicas de controle.

A abordagem para redesenhar os serviços públicos é um exemplo do design na área social. O projeto Beveridge 4.0 ao reunir os *cidadãos* coletivamente com recursos *inovadores* e atividades *criativas*, também salienta como é profícuo investir em capital humano ou incitar o suposto inatismo do capital *criativo* para satisfazer expectativas do empreendedor de si ou compensar as oportunidades que o Estado não ofereceu. Ações como estas produzem reformas sociais que diminuem os gastos públicos e abrem caminho para políticas públicas. E as políticas públicas, tão almejadas na maioria dos setores sociais, decorrem da teoria liberal da escolha pública ou *public choice*. Para James Buchanan, uma sociedade é livre quando os sujeitos reconhecem seus limites em uma interdependência social, na qual se privilegia a autonomia individual dentro da tradição contratualista, portanto, a convivência depende dos acordos estipulados entre parceiros.

A teoria da escolha pública explicita o paradoxo de os sujeitos se oporem a restrições da liberdade e, ao mesmo tempo, terem a necessidade de uma ordem. Contrassenso que aumenta conforme distendidas as garantias individuais, ou quando o Estado assume um poder maior no âmbito social. Assim, aponta-se para dois eixos simultâneos: um pertencente ao contrato

constitucional ou o conjunto de direitos oriundos do Estado, e o outro denominado pós-constitucional, que sugere o fornecimento de *bens públicos* resultantes de ajustes efetuados pela sociedade civil organizada. De acordo com essa estimativa, a proposta consiste na elaboração de qualquer *bem público* na falta do bem privado que os direitos constitucionais não foram capazes de garantir, efetivando a aprovação individual dentro do coletivo (BUCHANAN, 1999). Um propósito de governo com o qual os sujeitos aumentam os níveis de *satisfação* econômica tornando-se mais eficientes para a racionalidade neoliberal. Já o Estado atua como *árbitro* externo para avaliar os acordos contratuais e aferir os índices de *satisfação* em um processo que acomoda as demandas conflitantes com baixo coeficiente orçamental. Em suma, o projeto Beveridge 4.0 modula o Estado de Bem-Estar, a teoria da escolha pública e a teoria das capacidades de Nussbaum.

Edson Passetti analisa como, na contemporaneidade “as *políticas públicas* deixaram de ser obrigação de Estado e passaram a ser compartilhadas com a sociedade civil organizada, engendrando novas relações internacionalistas entre empresas e instituições de assistência, com base nas isenções fiscais, uma nova filantropia”. São especialistas, empreendimentos locais e organizações, todos aglutinados sob a chancela da responsabilidade social. “No fluxo ininterrupto de *políticas públicas* entre Estado e sociedade civil emergiu a ética da responsabilidade social atraindo a população para programas de atendimento e participação, capturando resistências e rebeldias”. Trata-se, mediante uma ampla variedade de dispositivos, de exercer o controle sobre a conduta dos sujeitos com o objetivo de “normalizar o normal”, para “criar o normalizado, crente, responsável e pleno de si, o conservador moderado” (PASSETTI, 2007, p.17, grifo do autor).

Na racionalidade neoliberal os *protagonistas ativos* adeptos das causas conjuntas impulsionam laços *altruístas*, vislumbram a *fraternidade* universal para afastar insatisfações e perigos fundando-se em práticas construídas no ecumenismo: tornar as relações plácidas e palatáveis para diminuir as forças combativas. Cabe salientar que a Revolução Francesa já havia recapturado “a irmandade cristã como fraternidade, formando o vértice de um triângulo que buscou associá-la à igualdade política de direito da liberdade liberal” (PASSETTI, 2003, p. 205). Assim, prefere-se o gerenciamento de conflitos baseado em ações eficientes a enfrentar relações de poder: uma *segurança* generalizada na tentativa de salvaguardar a *qualidade de vida* e *lugar* conciliando bem-estar com *boas intenções*. Trata-se de uma decisão de mercado, na qual os empreendedores de si concentram-se para que a comunicação ou a imagem pessoal não transmitam atributos contraproducentes.

Hoje tudo precisa ser compartilhado para oferecer soluções rápidas. Aceitar ou oferecer ajuda. Tudo é um mistério a ser desvendado pelo novo serviço de inteligência dos novos *protagonistas* sociais. Fala-se muito de política, da própria atuação e da atuação dos outros, das melhores estratégias. Questionamentos intermináveis e respostas inacabáveis: fala-se demais e escuta-se em excesso. Nesse sentido, as atuações dos ativistas mostram-se persistentes em colaborar com demandas consideradas problemas que atingem os seres humanos, o universo e o futuro. “As novas relações exigem mais segurança. A ameaça do inimigo é ininterrupta e onipresente, para o indivíduo, a cidade, o Estado e o planeta ... É preciso estar seguro, não ser audaz” (PASSETTI, 2003, p. 214).

Quanto maior o círculo de conexões, maior a tranquilidade: cada um em seu reduto, no grupo identitário, em sua comunidade virtual ou não, mas todos em *comunhão*. União correlata à irmandade religiosa e quem não *comunga* dessa religiosidade deverá ser paulatinamente introduzido nos circuitos que garantam a segurança comum. As relações estabelecidas devem suavizar tensões, a dedicação com os outros e, por vezes a submissão são praticadas para distanciar o temor. Para tanto, utilizam-se métodos pedagógicos provenientes de instituições de ensino ou culturais, meios de comunicação, programas comunitários, agências governamentais, ONG's, fundações, locais de trabalho, associações, entre tantos outros, no intuito de acertar os desacordos às mesmas finalidades. Esses métodos asseguram os ajustes recíprocos, mediante um conteúdo informativo dirigido aos sujeitos que se quer moldar. Interpretam-se as relações de poder apenas como uma divergência de valor *tolerável*.

No decorrer deste capítulo, constatou-se que o design centrado no humano é uma metodologia eficiente, pois colabora na operacionalização dos objetivos da economia criativa de livre mercado, propõe novas formas de consumo, organiza o desenvolvimento humano ao contribuir com a manutenção das populações em suas localidades, equaciona a implementação da inovação social, fomenta o duplo criatividade/inovação como ferramenta adequada para a concorrência, tanto entre as novas lideranças políticas *ativas* quanto no meio dos empreendedores de si. Isso mostra, portanto, como o design não se limita às questões funcionais ou formais de artefatos. O design de modo algum é tudo, mas perpassa quase tudo. Daí a partir do próprio design ter-se identificado uma possibilidade chave de problematizar as estratégias políticas e as subjetividades que as corroboram no domínio da racionalidade neoliberal, não com o propósito de encontrar uma solução melhor – ou a menos pior –, mas para evidenciar como os procedimentos adotados dentro da chamada nova política favorecem as práticas de governo dirigidas em benefício

da liberdade de mercado, princípio regulador dos programas da ONU, também absorvidos pelos Estados.

No entanto, não há relação de poder sem resistência, sem forças que escapem à racionalidade que faz funcionar a condução de condutas. O confronto direto com as estratégias de poder possibilita limitar ou ultrapassar, mesmo que parcialmente, as múltiplas formas de governo disseminadas nas sociedades. São lutas cujos efeitos não condizem com aspirar ocupar o lugar de vencedor para submeter depois os vencidos, como habitualmente fazem opositores de partidos políticos, sequer consistem em negociações com o adversário a ponto de confundir-se as finalidades, nem tampouco, através delas, se espera compor alianças sórdidas para manter vantagens e prolongar o protagonismo sociopolítico. Para além dos ditames morais e legais aceitos socialmente, as resistências, num constante embate, inventam maneiras de corroer as relações de poder para escancarar o quanto é possível distender a liberdade.

Em seu último curso “A coragem da verdade”, no Collège de France (1983-1984), Michel Foucault apresenta o modo de vida dos filósofos cínicos como uma categoria trans-histórica. Ele assinala três períodos em que se evidenciam as manifestações do cinismo. O primeiro seria na Grécia antiga onde surgiu o cinismo, o qual não se constituiu numa doutrina, “e sim, muito mais, [numa] atitude e maneira de ser” nos modos de buscar e expressar a verdade. Trata-se da coragem da verdade enquanto atitude de arriscar a vida pela própria maneira como se vive. “Quer dizer, mostra-se e arrisca-se a vida. Arrisca-se mostrando-a, e é por mostrá-la que se arrisca. Expõe-se sua vida não por seus discursos, mas por sua própria vida” (FOUCAULT, 2011, p. 206). O dizer-a-verdade do cinismo relaciona-se com a *parresía* (fala franca) que diz respeito à maneira pela qual o parresiasta se liga àquilo que fala fazendo valer sua prática de liberdade com todos seus riscos, não se deixando intimidar pelo medo. O segundo período em que se encontra uma interferência do cinismo é nas práticas religiosas, particularmente Foucault menciona os franciscanos e os dominicanos. Entretanto, diz ele, “houve todo um cinismo cristão, um cinismo anti-institucional, um cinismo que eu diria antieclesiástico, cujas formas e vestígios ainda vivos eram sensíveis à Reforma, durante a Reforma, dentro da própria Reforma protestante, ou mesmo da contrarreforma católica” (Ibidem, p. 160).

Já quanto às práticas políticas, Foucault mostra o cinismo nas práticas revolucionárias ao longo do século XIX e XX. Ele, “por comodidade”, chama de “‘militantismo’ a maneira como foi definida, caracterizada, organizada, regrada a vida como atividade revolucionária, ou atividade revolucionária como vida” (Ibidem, p. 161). Com relação ao militantismo, Foucault

menção a três formas de expressar-se. A primeira refere-se às sociabilidades das sociedades secretas no início do século XIX pautadas em agrupamentos contra a sociedade “presente e visível”. A segunda, a partir da metade do século XIX, alude à organização “visível, reconhecida e instituída que procura impor seus objetivos e sua dinâmica no campo social e político”, reconhecida em sindicatos e partidos políticos. E a terceira configuração, desde o final do século XIX, versa sobre “o militantismo como testemunho pela vida, na forma de um estilo de existência”. Esta última forma de militantismo mencionada por Foucault, rompe “com as convenções, os hábitos, os valores da sociedade” e é explicitada no nihilismo russo, no anarquismo europeu e estadunidense “como prática de vida até a morte pela verdade”, portanto, uma trans-história do cinismo em que a verdade pressupõe a exposição do escândalo e o risco da morte. (Ibidem, pp. 161-162).

Ora, se as resistências se opõem às relações de poder imediatas, como se configura, na contemporaneidade, o exercício de poder? Para não incorrer em considerações apressadas devido ao presente contexto estar em meio à pandemia da covid-19, e que, muito provavelmente, irá modificar a conformação da governamentalidade atual, cabe recorrer às análises efetuadas nesta pesquisa que proporcionam alguns sinais. Com a consolidação da racionalidade neoliberal em nível planetário, constatou-se a maneira pela qual as estratégias de poder assumiram diversas feições, por vezes convergentes. Por um lado, o capitalismo globalizado acirrou a concorrência no mercado internacional e condicionou as regulamentações políticas à lógica capitalista. Tal determinação alterou a equação capital-trabalho em capital-capital humano, exigindo investimentos na formação intelectual das populações. A força de trabalho localizada anteriormente na energia física passará gradualmente a centrar-se nas inteligências humanas. Conforme a competitividade global avançava, no início do século XXI, novas medidas foram adotadas para melhorar a capacidade concorrencial entre os Estados e entre os empreendedores de si, com vistas ao desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano. Nesse cenário, a economia engolfou a criatividade com o desígnio de inovações contínuas em produção, gestões, serviços, consumo, tecnologia, comunicação, bem como rearranjou o capital humano que precisou, desde então, ser criativo e eficaz em resoluções satisfatórias. Acoplou-se, ainda, a noção de capital criativo ao qual se atribui como elementos inatos talento e habilidade, na tentativa de estimular a competência dos classificados de *vulneráveis*.

Por outro lado, o pluralismo democrático, configurado nas últimas décadas a partir da racionalidade neoliberal, propiciou o design das novas lideranças políticas e abriu espaço para

o fortalecimento de forças reacionárias, autoritárias e nacionalistas, que aprenderam a lançar mão do discurso democrático, até esse momento refúgio quase exclusivo da esquerda paladina das instituições governamentais. Durante as duas primeiras décadas do século XXI as forças de esquerda predominaram na política global. Tais forças favoreceram a adesão aos acordos multilaterais e aos programas da ONU para fins de barganha na obtenção de proveitos políticos e/ou econômicos locais. A esquerda, arraigada às técnicas de liderança no campo progressista, contribuiu para a implantação de determinações jurídicas autoritárias e conservadoras acordes à racionalidade neoliberal – a exemplo da lei antiterrorista no Cone Sul –, preparando o terreno para as novas (ou nem tanto) lideranças políticas de direita. Ademais, os países ocidentais, entre 1970 e início de 1990, demonstraram como é possível a alternância de poder entre as forças da esquerda mais próximas da socialdemocracia e as forças de direita, não necessariamente em seu formato fardado, mas também nele. As lideranças políticas de direita nas suas versões mais *centradas* ou *extremas* aproveitaram os frutos econômicos e jurídico-políticos deixados pelos antecessores, assim como explicitaram que a prática democrática é altamente eficiente para consolidar-se no poder. A história confirma que o livre mercado funciona independentemente da forma de governo, democrático ou não. Aliás, hoje, esta força política de direita não é atacada frontalmente por seus adversários, ao contrário, torna-se muitas vezes objeto de disputa para angariar apoio político, em particular, quando os dois polos (esquerda e direita) convergem ao centro.

Outro aspecto saliente das forças de direita é que souberam utilizar os meios digitais como lugar explícito de guerra, ampliando o raio de alcance para veicular hostilidades e notícias falsas, fazer comentários depreciativos, agredir os opositores, a imprensa, o Congresso, o sistema judiciário ou todos aqueles que não comunguem e se dobrem aos seus propósitos. Essa técnica no uso das redes espalha com velocidade a bandeira defendida pela direita: o mercado acima de tudo, a moral reacionária acima de todos, o fuzil apontado para alguns e o iminente extermínio de qualquer um. A oposição reage com enxurradas verborrágicas sem impacto algum. E aqueles situados um pouco mais à esquerda continuam batendo na mesma tecla sob o manual da democracia *social*, apresentam argumentos valorativos, indignam-se moderadamente para manter o comportamento *correto* dentro das disposições jurídicas. O caráter aguerrido da esquerda minguou antes mesmo de findar o século passado, e hoje, perante esse inimigo tão nefasto, tornou-se uma força moderada, fraca no cenário político. Já os acomodados ao centro dentro do Congresso e do poder judiciário usam o mesmo manto

democrático para compor, com a direita, alianças oportunas, assim como, em determinados momentos, alguns setores da imprensa compactuam igualmente.

O ativismo de direita saiu às ruas empunhado também por muitos jovens como os integrantes da instituição “Estudantes pela Liberdade¹³⁷” (*Students for Liberty*) fundada nos EUA, onde se localiza a matriz, com atuação em mais de cem países e financiada por grandes empresários nas áreas do petróleo e do mercado financeiro. O propósito deles consiste em “educar, desenvolver e empoderar a próxima geração de líderes” empresariais e políticos, em prol do livre mercado, da meritocracia, da eficácia, da produtividade, do empreendedorismo, dos relacionamentos empáticos, do desenvolvimento da inteligência emocional, do investimento em capital humano etc. Ou seja, uma atualização dos Garotos de Chicago, agora orientados mais pela teoria econômica de Ludwig von Mises (1881-1973), sem abandonar de todo Friedrich Hayek, Milton Friedman e Theodore Schultz.

Punição e ordem são os lemas-chave da direita, temas fundamentais na conquista de aliados. Assuntos caros tanto ao público da direita quanto ao da esquerda, que defendem, com unhas e dentes, as medidas de segurança. Basta ver como a classe média (de um lado ou de outro) se regozija com a probabilidade de emplacar a redução da maioria penal e a lei de porte de armas, com a guerra ao *crime*, ao narcotráfico, à corrupção, ao terrorismo, islâmico ou não. Produto também da esquerda moderada, a *nova* direita promove o extermínio sob o comando das forças armadas, polícias ou de grupos armados como os milicianos, no caso do Brasil. A título de exemplificação, porquanto discorrer sobre tais temáticas seria uma nova pesquisa, e apenas para mencionar a incongruência de quem apoia essas “guerras”, é suficiente assinalar como o chamado *crime organizado* encontra-se enraizado nos meandros governamentais, idem para o tráfico de drogas/armas, e que a corrupção perene continuará enquanto houver Estado e capitalismo, pois é o resultado de transações partidárias ou de negociações entre os órgãos públicos e as empresas privadas. Curiosamente as forças políticas de esquerda ou direita, velhas ou novas e as ditas apartidárias não questionam a existência do Estado nem do capitalismo, persistem em votar mantendo a permanência do Estado e culpabilizam os *outros* quando perdem na eleição de seu candidato.

Com a economia de livre mercado intacta e com a liberdade liberal garantida, a democracia segue seu curso vitorioso. Assim, as práticas políticas baseiam-se na tônica de estigmatizar o adversário desqualificando-o e atribuindo-lhe uma série de fatores considerados nocivos à população e ao país, o que afiança a noção de um ambiente democrático em bom

¹³⁷ Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/brazil>> Acesso em: 25 de abril de 2020.

funcionamento. Tal demanda democrática produz adequações voltadas ao desenvolvimento econômico e à manutenção de participação política, promovendo, no jogo de disputas, a conciliação de valores que não são, em si, excludentes, mas complementares: eficiência/equidade; competição/cooperação social; esforço individual/políticas públicas; garantias individuais/regulamentações estatais; etc.

As práticas democráticas na contemporaneidade devem ser compreendidas como inerentes à racionalidade neoliberal. Ora, no capitalismo alicerçado na concorrência o procedimento adotado no jogo econômico tem como princípio norteador a desigualdade, ou seja, uma espécie de regulador social com os efeitos desigualitários que todo mercado concorrencial comporta. Além disso, se a economia é um jogo que define as regras com as quais cada um tem de jogar e se a instituição jurídico-política é organizada de acordo ao jogo da economia, então, é possível afirmar que a concorrência prima no jogo da governamentalidade democrática atual. Desse modo, os pilares fundamentais da democracia liberal – liberdade de expressão, igualdade de direitos e liberdade individual – adquiriram outras características.

A liberdade de expressão e a *segurança* de quem a expressa, sustentaram a modalidade que permite os sujeitos correligionários da direita emitirem publicamente opiniões intoleráveis, sem a eventualidade de sofrerem nenhum tipo de afronta, apenas respostas moderadas. Por seu turno, a liberdade individual muito defendida por esses sujeitos é exercida de maneira invertida. No âmbito do liberalismo, as liberdades individuais ou liberdades civis foram produzidas para *proteger* as pessoas do poder do Estado instituindo os limites da interferência estatal na vida privada dos *cidadãos*. Hoje, a vida privada dos mandatários de direita tornou-se projeto político eleitoral e condução do governo estatal com a anuência de seus súditos, que consideram tal prática *transparência* na política. Governa-se como quem governa a própria casa com comandos referenciados segundo convicções pessoais, e gerencia-se o Estado conforme a gestão realizada nos negócios familiares. Ainda dentro da lógica do liberalismo, a igualdade de direitos reconhecida pelos direitos fundamentais também entra no jogo formal entre desigualdades competitivas, na medida em que a concorrência formaliza a atuação governamental. Isso expõe como *democraticamente* nem todos são iguais perante a lei, daí a produção de direitos de minorias, a partir da década de 1990, enquanto instrumentalização compensatória do Estado para conceder certa equidade jurídica com o empoderamento e assegurar a inserção dessas minorias no campo concorrencial. Por fim, outra característica no jogo democrático intrínseco à racionalidade neoliberal é que preponderam as regras conciliatórias como prerrogativa econômica e/ou benefícios políticos, promovidas geralmente

pelas forças conservadoras do centro. Tais fatores explicitam como, numa democracia imersa no jogo de concorrência, se elimina a equivalência de forças, apontando-se para uma única direção, e, nesse jogo da governamentalidade democrática contemporânea, aponta-se para a direita. Um solo bastante fértil para que desponham os traços truculentos e mesquinhos entranhados nas culturas, especificamente, ocidentais e ocidentalizadas.

Desse modo, questões como misoginia, racismo, homofobia, xenofobia, manifestas pela direita, retratam não só uma moral autoritária como legitimam os procedimentos de democratização no jogo concorrencial. A direita é o estrato social composto de ressentidos e vingativos que desprezam a conquista de direitos de minorias, tanto quanto repudiam refugiados e imigrantes. Tais forças aspiram a economia de mercado combinada com o nacionalismo político monocultural cristalizado no macho branco heterossexual. A logística operacional desta direita segue quase todas as características nazistas assinaladas por Jean-Louis Vullierme, basta contabilizar na seguinte lista: “*supremacismo racial, eugenismo, nacionalismo, antissemitismo, propagandismo, militarismo, burocratismo, autoritarismo, antiparlamentarismo, positivismo jurídico, messianismo político, colonialismo, terrorismo do Estado, populismo, juvenilismo, historicismo, escravagismo*” (VULLIERME, 2019, p. 17, grifos do autor). A despeito de alguns desses sujeitos afirmarem que o nazismo é de esquerda. Aliás, para os adeptos dessa evangelização a globalização de mercado deve ser diferenciada do “globalismo” associado ao que chamam de “marxismo cultural”. Um embuste nominal que abre um campo de manobra flexível confundindo propositalmente o uso dos termos ou suas funções. Por exemplo, recentemente o presidente dos EUA, Donald Trump denunciou a OMS, subordinada à ONU, de proteger a China comunista num suposto encobrimento da expansão do atual coronavírus, acusação nas entrelinhas de “globalismo”, que lhe serviu para se dispor a suspender o financiamento à agência e fomentar seus negócios na guerra comercial travada desde sua eleição. Os ministros das Relações Exteriores e da Educação do Brasil, na época, seguiram os passos do mentor, no caso por pura limitação cognitiva e comportamento mimético. Já à presidenciável francesa de extrema-direita Marine Le Pen, o termo globalização serviu para organizar as orientações valorativas da população em oposição aos movimentos migratórios considerados efeitos negativos desse processo. Todavia, em outras circunstâncias, costuma-se apelar à chamada globalização *justa* solicitando às organizações como o Conselho de Segurança da ONU ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a imposição da força para eliminar os reputados inimigos e restaurar a ordem *democrática*. Para os partidários de direita, então, as técnicas ecumênicas servem para justificar o *futuro melhor* deles, isento de todos

aqueles considerados perigosos, que ameaçam o livre mercado e sua sacrossanta segurança. Motivo pelo qual constituem-se alianças com grupos de extermínio ou apoiam-se programas de segurança pública “tolerância zero”, em que se cauciona de igual maneira o extermínio executado pelo Estado.

Na outra ponta, porém nem tão ao extremo, a esquerda não rejeita a globalização, apenas propõe adequações requerendo quer a regulação moderada da economia, nos moldes da socialdemocracia europeia ou do desenvolvimentismo, quer a assistência no modelo de Estado de Bem-Estar. Seus partidários são adeptos do ecumenismo incrustado na cultura de paz, na tolerância passiva-moderada e nas diretrizes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, programas esses que também atendem à racionalidade neoliberal. A esquerda posiciona-se a favor do multiculturalismo desde que sejam mantidos os instrumentos de segurança para assegurar um futuro melhor à humanidade pacificada. Os ativistas de esquerda posicionam-se a favor dos direitos das minorias, mote para o posterior empoderamento de mulheres, negros, pobres, deficientes, indígenas, pessoas LGBTQ+, entre tantos outros segmentos sociais, mesmo porque a solicitação de novos direitos é interminável. Porém, cabe salientar que, em face de tal constatação, de modo algum ratificam-se, aqui, os ditames da direita contrária ao estabelecimento de *novos direitos* das chamadas minorias. Trata-se de mostrar como as estratégias políticas, por vias diferentes e defendendo pontos de vista opostos, às vezes se tangenciam. O que se confirma quando os ativistas de esquerda advogam o empreendedorismo social, os relacionamentos empáticos, a meritocracia, a produtividade/consumo sustentável, o aprimoramento da inteligência emocional, o investimento no capital humano-criativo, em parte, também pleiteado pelos ativistas de direita.

Quase todos os grupos que reivindicam melhorias sociais, projetos de soluções resilientes e/ou planejamentos da cultura de paz agem sempre à sombra do Estado e de diretivas globais. Motivo pelo qual o movimento pendular da democracia se perpetua entre os que estão à esquerda ou os que estão à direita, variando um pouco mais ao centro ou ao extremo. Não faltam especialistas *iluminados* para confirmar tal oscilação, inevitável dentro dessa lógica. Nem sequer consegue-se imaginar fora dela. Para os que assim pensam, qualquer ação fora desse padrão é inaceitável, condenável e precisa ser punida, adequada ou extinta. Não se trata de embarcar no mesmo discurso liberal da fobia do Estado, tanto faz se o Estado aumenta ou diminui seu poder sobre a população, qualquer determinação proveniente desta instituição jurídico-política vai modificar a matéria-prima humana em algo maleável, formatada em subjetividade obediente. Tampouco se quer dizer que o Estado não seja inimigo, tanto é que toda disposição legal ou

resolução emanada de suas estruturas deve ser questionada, problematizada, combatida. Mas enfrentar apenas e tão somente o Estado, como se este fosse o único inimigo, é perpetuar a sua vigência.

Nesse sentido, se no presente contexto essas são as manifestações das relações de poder, como se configuram as resistências contemporâneas enquanto expressão irruptiva da verdade? Como provocar o escândalo perante o capitalismo de livre mercado globalizado equacionado com o exercício de governo em níveis planetários? As resistências que despontam após a pandemia ou as já existentes precisam enfrentar tanto as diretrizes emanadas da ONU e propaladas pelos Estados com a colaboração da sociedade civil organizada, quanto os empreendimentos de grupos reacionários pulverizados na mesma sociedade civil organizada e encravados em empresas, instituições de ensino ou cargos governamentais. Por conseguinte, as resistências precisam considerar ações que desconheçam as fronteiras entre Estados e entre indivíduos, na perspectiva de combater o inimigo imediato. Resistências capazes de agir constantemente nos interstícios do cotidiano, não para esperar ou prometer um futuro melhor, senão para combater aquilo que funciona e se estabelece como verdadeiro. Resistências contrárias à moralidade conservadora e aos hábitos duradouros passíveis de propiciar novos contratos. Resistências singulares, sem autorias, situadas fora da capitalização de vidas, fora do protagonismo sociopolítico ou do destaque intelectual. Aquelas que não se deixam adequar, que recusam conciliações e que se atiram tal qual setas contra o as formas de governos sobre as condutas.

Aqui e ali, repentinamente, têm eclodido, pelos quatro cantos do planeta, indivíduos que se apoiam mutuamente. Eles burlam o sistema de monitoramento e se associam para enfrentar os projetos de segurança multiplicadores de punições e criminalizações. Contudo, é necessário apurar todos os sentidos para não se enredar no ecumenismo promotor de *boas ações*, confundindo-se o apoio mútuo com adaptação, afinal a flexibilidade da racionalidade neoliberal captura os movimentos contrários a seus objetivos e os transforma em novas lideranças políticas. Na luta como escândalo da verdade não cabe agir em nome do outro ou pelo outro e seria autoritário querer “conscientizá-lo”, pois, em outras palavras, isso exprime conduzir condutas. É corajoso afastar-se de organizações e mudar táticas de luta, quando começam a replicar-se suas ações nos domínios da governamentalidade. É corajoso, ainda, saber estar consigo como única voz dissonante em meio a qualquer grupo. Trata-se de um dizer sim à vida, sem atalhos nem dissimulação. Sim, como afirmação da diferença e da própria existência. Sim, às batalhas incessantes que estão na ponta do lápis, na ponta da língua, na ponta dos dedos, no

pontapé e à flor da pele. Sim, aos confrontos que não reformulam universalidades e transcendências. Sim, às lutas inomináveis.

isto não é o fim

estrangeirizar-se

Está na hora de esboçar um até mais. Os anos dedicados a esta pesquisa foram um presente, mas é tempo de partir à procura de outras auroras. Não se trata de uma finalização e, sim, um sem-número de pontas soltas. A proposta primeva assinalava discorrer no último capítulo sobre estrangeirizar-se como uma provocação ou apenas um simples respiradouro. A abordagem implicava o estar estrangeiro na perspectiva de impelir o estranhamento e, em simultâneo, um estranhar-se constantemente com o entorno para impossibilitar habituar o *olhar*. Proveniente do latim *extranĕus* expressa aquele “de fora”. O prefixo *extra* confere ainda o que acontece imprevisivelmente, portanto, o extraordinário, o infrequente ou o incomum. Já no quadro jurídico-político da soberania são estrangeiros: imigrantes, exilados, refugiados, asilados e expatriados, dessa maneira, os não-cidadãos que podem estar em condição legal ou ilegal. Cada uma dessas categorias é balizada sob a ótica do Estado. Em terras *estrangeiras*, o estrangeiro é o estranho e, ao mesmo tempo, aquele que se estranha diante do habitual. Afora as barreiras legais, os *estranhos* enfrentam preconceitos, imposições, xenofobia, nacionalismos, e se alguma vez voltam ao lugar de onde partiram descobrem que também ali se tornaram estrangeiros.

No entanto, o interesse aqui é sinalizar o estrangeirizar-se como uma atitude combativa para além da legalidade, estar ininterruptamente não-cidadão, não-adaptado a quaisquer regras socioculturais. A instauração de fronteiras, sejam elas quais forem, é o inimigo a ser confrontado, e atirar-se contra elas expressa estremecer as formas hierárquicas de governos. Nesse sentido, estrangeirizar-se exige estar de olhos bem abertos sem consentir ser incluído e numa constante situação de exterioridade. Estrangeirizar-se como potência dionisíaca geradora de rupturas e dissolução de fronteiras. Estrangeirizar-se enquanto abalo do que é disseminado como *normal* com o qual se limitam as existências. Estado permanente de ser o de *fora* suscetível de provocar ruído nas linguagens, desconhecer regras preconcebidas e desorganizar hábitos, instituições, leis universais, transcendências. Estar estrangeiro para afirmar-se pela diferença e pelo contínuo dilaceramento de si, sem pretender um sentido fixo para a vida, nem um lugar especialmente reservado, mais tranquilo e estável. O de *fora* com passo errante, tal qual o andarilho de sentidos aguçados para tudo a sua volta, e o prazer colocado exclusivamente na mudança: um convite entusiasmado para a reinvenção.

Estrangeirizar-se não será aprofundado da maneira que havia sido cogitada inicialmente, tornou-se um (a)fundamento nos interstícios de cada página e na experiência de uma escrita

levada até a beira do próprio abismo: uma escrita autotransformadora. Em várias entrevistas e textos, Michel Foucault afirma como seus livros eram experiências das quais ele saía transformado, no sentido de pensar diferentemente do que antes pensava. Uma experiência nem verdadeira nem falsa, mas uma ficção antes inexistente e passível de existir posteriormente. A experiência, dizia Foucault, sempre tem uma implicação pessoal, sem, no entanto, ser unicamente de interesse particular e satisfação própria, mas uma experiência que, de certo modo, chega aos outros e pode ser experimentada numa prática coletiva enquanto desdobramentos, problematizações, transversalidades, reações etc. (FOUCAULT, 2013, pp. 291-295).

Quiçá seja demasiada pretensão dizer que esta tese me conduziu a uma experiência-limite, porém, levou-me à estrangeirização de mim e à constatação de que nada é imutável quando o cotidiano alterou a cadência rotineira da escrita evidenciando a necessidade do perpétuo estrangeirizar-se. A atenção deslocou-se ao ser atravessada pela atual pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (coV) ou Sars-Cov-2 desencadeador da doença covid-19¹³⁸. Das questões analisadas no decorrer da pesquisa, quais seriam posteriormente descontinuadas? Quais poderiam servir de ponte para depois compreender minimamente os efeitos? Aquilo que até agora foi defendido e definido de acordo com as diferentes abordagens será revisto, atualizado, continuado, abandonado, refutado? Impossível ficar incólume em meio às *coisas* que nos chegam, e temos de vivê-las com toda força e perplexidade. Existem os afoitos que medem rapidamente o valor dessas *coisas* segundo o otimismo ou o pessimismo. Estão aqueles que repetem a frase “vai passar e tudo vai voltar ao *normal*” escorados num atavismo conservador. Aliás, voltar à *normalidade* com todos os controles, apaziguamentos, punições? Ou almejar o chamado “novo normal” no qual o mesmo voltaria a ser considerado imprescindível? As próximas páginas traçam um percurso andarilho, acompanhado por poucos autores, às vezes nomeados, em outras se reconhece só a pegada. Pelo caminho colhi notícias, pareceres, regulamentações. Levantei questões, assinalei continuidades, fiz conexões, deixei em aberto, abri mão de caras problematizações... pisei forte, acelerei o passo, tropecei. Afastada de um rumo certo interrompi bruscamente a condução de uma análise, vaguei na superfície de algumas, tateei e farejei tantas outras. Há tanto para pensar! Há tanto ainda para lutar! Como nos tornarmos outros num contexto outro?

¹³⁸ Disponível em: <<https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/q-a-coronaviruses>> Acesso em: 2 de maio de 2020.

isolamentos e distanciamentos

A primeira notícia do mais recente coronavírus chegou de Wuhan, capital da província de Hubei, considerada nesse momento o epicentro da epidemia. Wuhan é uma cidade equiparada ao Vale do Silício pelas características parecidas à região da Califórnia. Ambos os lugares se distinguem pela capacidade de atrair empresas *inovadoras* e pela combinação de trabalho, conhecimento, diversão. São metrópoles no modelo dos chamados *clusters* (aglomerados) *autossustentáveis* planejados para impulsionar estratégias empresariais de produtividade e competitividade. Entre as características distintivas da cidade chinesa encontram-se: alta concentração de capital humano-criativo com elevado grau de especialização passível de conduzir negócios empreendedores; empresas de tecnologia no formato de *startups*; centros financeiros para aplicação de capitais de *risco*; universidades e institutos tecnológicos voltados ao desenvolvimento empresarial; e um vasto quadro de designers com o objetivo de incentivar o engajamento de pessoas em finalidades específicas. Com pequenas variantes, esses traços repetem-se em outras cidades dos cinco continentes também classificadas de criativas. Na tentativa de garantir a eficácia local, estimula-se a criatividade mediante a profusão de cursos, incentiva-se a inovação com o propósito de acirrar a concorrência; incita-se a preservar a qualidade do lugar monitorado constantemente em nome da *segurança*, controle de *suspeitos* e qualidade de vida. As cidades criativas parecem ser, então, espaços geográficos prósperos, promessa de um *futuro melhor e feliz*. Contudo, no dia 23 de janeiro de 2020, o *aglomerado* Wuhan interrompeu a *aglomeração* de pessoas, mas preservou o fluxo de informações, produtos e transações financeiras. Como medida de *segurança* as fronteiras territoriais foram fechadas e instauradas fronteiras entre-corpos ampliando as técnicas de monitoramento. Evidencia-se, assim, como toda a população é *suspeita*. A medida adotada foi o “isolamento social”. O isolamento visa separar as pessoas doentes das não doentes para evitar a propagação do vírus, entretanto, como toda a população é colocada sob *suspeita*, todos precisam seguir as orientações governamentais e ficar em suas casas.

Configuração essa replicada em quase todos os países do planeta, independentemente de serem cidades qualificadas de criativas ou não. E antes que se interprete a questão como parâmetro a favor ou contra o “isolamento social”, já é bom responder que não se trata disso, tampouco se trata de estar deste e muito menos *daquele* lado. Trata-se, sim, de questionar as medidas de *segurança* aplicadas até então e aliadas ao *desenvolvimento humano*. A noção de

segurança nacional espalhou-se para segurança universal em nome da *segurança humana* com o objetivo de barrar os fluxos de pessoas avaliadas como virtuais ameaças. Estratégia esta assimilada pelas condutas individuais que assumem práticas de *cidadão-polícia* e compartilham junto ao Estado o governo das condutas (PASSETTI et al., 2019), no intuito de resguardar seus *ambientes*. Estratégia utilizada também para manter os chamados *vulneráveis* em suas regiões mediante programas de melhorias. Estratégia usada ainda para criminalizar, punir e identificar as possíveis *ameaças*. Ora, o bloqueio de cidades por conta da pandemia expõe como a *segurança humana* segundo os propósitos da ONU, acatados pelos Estados e ovacionados pelos *cidadãos-polícia*, são ações governamentais bem precisas encarregadas de monitorar fluxos, gerir processos, homogeneizar diferenças, forjar condutas resilientes, capturar revoltas em benefício da economia fundada na racionalidade neoliberal. Ademais, o presente contexto mostra como a segurança requerida não passa do empenho em querer eliminar os indivíduos tidos como *risco social responsáveis* por *perturbar* o projeto de um *futuro melhor*, sem se importar com o fato de todos serem controlados, monitorados e considerados em algum momento *suspeitos* com ou sem vírus, por meio de protocolos de prevenção e precaução. Retrata ainda a convivência dos sujeitos em expandir a cultura baseada em obediência, resiliência e punição.

Quando Gilles Deleuze escreveu sobre a sociedade de controle e sua diferença com a sociedade disciplinar, uma das características salientes é que o controle se exerce ao ar livre, a céu aberto, em detrimento dos espaços de confinamento propiciados pela sociedade disciplinar. Deleuze afirma que nos diferentes meios de confinamento pelos quais o indivíduo passava eram “variáveis independentes” onde ele começava sempre “do zero”, já os “modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis formando um sistema de geometria variável”. Na sociedade disciplinar a linguagem era comum a todos os meios de confinamento, na sociedade de controle a “linguagem é numérica” no sentido de cifra ou senha. Isso porque, se as máquinas predominantes na sociedade disciplinar “tinham por equipamento máquinas energéticas”, na de controle preponderam os computadores (DELEUZE, 2004, pp. 220-223), as tecnologias digitais, de informação e comunicação. “O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (Ibidem, p. 224). Para Deleuze, o ser humano não é mais confinado, mas endividado. E, segundo ele, apesar de o capitalismo ter mantido “como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento”, o controle teria que “enfrentar a dissipação das fronteiras”, bem como “a

explosão dos guetos e favelas”. Os “controlatos”, então, tomaram o lugar dos “meios de confinamento disciplinares” como prisões, escolas, hospitais, empresas. Entretanto, disse Deleuze, “pode ser que os meios antigos, tomados de empréstimo às antigas sociedades de soberania, retornem à cena, mas devidamente adaptados” (Ibidem, pp. 224-225).

Não se sabe o que irá acontecer após a pandemia do novo coronavírus, porém, fronteiras começaram a ser demarcadas e, de certo modo, esse movimento estava reorganizando-se antes mesmo da pandemia. Quando Deleuze escreveu em 1990 sobre a sociedade de controle, a União Europeia estava prestes de ser concretizada, o Tratado de Maastricht ocorreu em 1992. A derrubada do Muro de Berlim em 1989 anunciava outra era. “Nesse tempo histórico, para Deleuze, os Estados não são superados, mas reconfigurados diante de muitos fluxos conectados que tomam, por base e referências, novas formas de territorializar e desterritorializar práticas sociais, táticas políticas, conexões econômicas, formas de resistências” (PASSETTI et al., 2019, p. 207). Na década de 1990 até o primeiro decênio dos anos 2000, era certo que as fronteiras estatais se dilatavam com os chamados blocos econômicos e com o avanço da informação-comunicação facilitadas pelos meios eletrônicos.

Não obstante, a saída do Reino Unido da União Europeia denominada Brexit¹³⁹, iniciada em 2015 e formalizada em janeiro de 2020, marca um novo compasso. Na campanha presidencial estadunidense em 2016, uma das principais pautas de Donald Trump foi a ampliação do muro entre México e EUA. A Macedônia ergueu uma cerca na fronteira com a Grécia em 2016, a Grécia já tinha construído seu muro na divisa com a Turquia em 2012; a Hungria blindou fisicamente as fronteiras com a Sérvia, Croácia e Romênia em 2015; a Bulgária no mesmo ano levantou seu muro no limite com a Turquia, e assim por diante, sem mencionar outras cercas e outros muros que não foram derrubados, mas reforçados ou ampliados. Construções essas que têm por objetivo conter o fluxo de pessoas, em particular, as migrações de refugiados. Isso não quer dizer que o Estado volta a controlar as ameaças do inimigo externo e regular, no seu interior, a heterogeneidade para conter o chamado inimigo interno. “Hoje, os Estados e os novos agenciamentos de poder centralizado (ONU e União Europeia, por exemplo), definem ‘inimigos transterritoriais’ que combinam e alteram características dos ‘inimigos externos’ e ‘internos’, pois atravessam fronteiras nacionais, mantêm pontos de apoio e conexão dentro dos Estados e movimentam-se nos fluxos eletrônicos e de pessoas que são acelerados na contemporaneidade” (RODRIGUES, 2012 *apud* PASSETTI et al., 2019, p. 246). Por conseguinte, a atuação transterritorial de grupos e indivíduos “têm simultaneamente

¹³⁹ British (britânico) e exit (saída).

expressão local e transfronteiriça, com grande mobilidade e capacidade de se desterritorializar e se reterritorializar” (Ibidem, grifos dos autores). As fronteiras continuarão sendo igualmente atravessadas, mas o movimento de levantar mais muros e cercas assim como a separação do Reino Unido da União Europeia sinalizam outras acomodações ou mudança de direção que requerem ser problematizadas. Um inglês não será mais um cidadão europeu e sim um imigrante em qualquer lugar fora dos limites do Reino Unido. Não à toa o nacionalismo virulento tem-se restaurado exponencialmente na última década. Tudo indica que os controlatos se manterão vigentes mesmo com o movimento centrípeto dos Estados no seu modo nacionalista, porém, hoje, parece haver um redimensionamento de fronteiras, ou ao menos algumas peças no tabuleiro global foram mexidas.

Seria precipitado dizer que a sociedade de controle esteja minguando ou, talvez, que técnicas da sociedade disciplinar sejam acopladas aos meios de controle por conta da medida sanitária de “isolamento social”. Todavia, não deve ser descartada a possibilidade de alguns “isolamentos sociais” passarem por rearranjos de separação mais ostensiva, principalmente quando conjugados à recomendação de “distanciamento social”. De acordo com as diretrizes sanitárias¹⁴⁰, compreende-se por “distanciamento social” a redução de contato entre as pessoas para amortecer a velocidade de transmissão do vírus. Tal disposição pressupõe precaver-se da contaminação por indivíduos já infectados, ainda assintomáticos, que não se sabem *portadores* da doença e não estão em isolamento. O quanto esse distanciamento vai emplacar no cotidiano das pessoas ainda é incerto, mas provavelmente seus efeitos irão modificar o governo das condutas pós-pandemia.

Basta ver a propensão de distanciar cada vez mais crianças e jovens fixando-os no espaço virtual com a *educação à distância* ou no incentivo de interações via redes sociais. Com isso, evitam-se os toques corporais enquanto dimensão moral e inibe-se a força da revolta de rua característica da juventude. Sem mencionar estarem permanentemente monitorados e persuadidos a trocar atitudes rebeldes por condutas resilientes. A educação à distância promete proporcionar mais autonomia ao estudante, alinhar-se às inovações tecnológicas, introduzir jogos digitais como linguagem próxima do *público-alvo*, gerar para discentes e docentes possibilidades *criativas*. Não obstante, a sua implementação é um negócio rentável para startups ligadas ao lobby de empresas (Microsoft, Google, Facebook etc.) que disponibilizam suas plataformas, ferramentas e programas para ensino remoto. O ensino à distância abastece um

¹⁴⁰ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/> Acesso em: 14 de junho 2020.

vasto banco de dados, convoca à participação, homogeneíza condutas, favorece a politização orientada para a governamentalidade neoliberal. Negócio bem-sucedido para as instituições de ensino públicas e privadas na redução de custos e na ampliação da formação do capital humano-criativo. O único inconveniente é para os pais de crianças que não *toleram* a convivência com os filhos em tempo integral. Para a mulher empoderada é inconcebível cuidar de seus rebentos, para o homem de negócios é ultrajante dedicar-se a serviços domésticos, e ambos sentem-se importunados por esses pequeninos corpos alvoroçados quando precisam dedicar-se a suas responsabilidades laborais, primordiais em suas vidas. Quais serão os recursos *inovadores* a serem utilizados pelos progenitores ou indicados por especialistas, se persistirem as aulas “à distância”?

Isso porque se distanciam também os trabalhadores em suas casas na execução do “trabalho remoto” por meio de seus equipamentos computacionais, *familiarizando* o trabalho e *domesticando* ainda mais o trabalhador. Uma estratégia profícua por vários motivos. As vantagens relacionam-se à redução de custos fixos das empresas, aumento de produtividade, melhores condições para obter feedback, comunicação instantânea com a *equipe* graças aos aplicativos e gestão remota de tarefas. Por seu turno, o empreendedor de si que consegue desempenhar suas atividades desde seu *lar*, sente-se satisfeito pela *oportunidade* de manter seu emprego, pela sua eficácia, pela sua *capacidade* produtiva e pelo bom investimento em si mesmo. Deverá alternar-se o distanciamento social com aproximações nos espaços físicos voltados a estimular a criatividade e o compartilhamento de experiências entre as pessoas? No fim das contas os recursos culturais são considerados fonte de inovações. Os encontros podem servir de requisitos para verificar a adequação ou não às mudanças? Em definitivo, a conformação do distanciamento ligado ao trabalho divide quem permanece detrás das telas e quem precisa trabalhar no espaço físico. Será esta uma nova divisão do trabalho? O que ela acarreta? Vislumbram-se distanciamentos entre-corpos e quiçá perdurem mais tempo do que se espera.

Enfim, o vírus forma parte da natureza e a natureza não obedece a leis, finalidades, controles e muito menos fronteiras. O vírus não é o inimigo assim como não é amigo, por isso os discursos fundados na guerra para combater o “inimigo invisível” não passam de antropomorfismos convenientes para desenvolver novas estratégias de governo ou justificar autoritarismos como prisões, constrangimentos públicos e deportações: o inimigo é sempre bem visível. Vírus do latim: veneno. Sistema biológico muito simples e pequeno formado por uma cápsula proteica que serve de invólucro ao material genético. Parasitas microscópicos sem

célula cuja reprodução só é possível quando invadem o interior das células de seres vivos. Não interessa aqui assinalar se o morcego é o hospedeiro e o pangolim o vetor inicial da contaminação junto aos humanos, nem avaliar que foi uma cepa de vírus criados em algum laboratório da China. Abordar essas duas questões implicaria iniciar uma problematização impossível de dar conta nesta pesquisa, desviar-se completamente do trajeto percorrido e ser uma análise totalmente leviana.

Primeiro seria necessário compreender que a comercialização do pangolim, um dos mamíferos silvestres mais traficados no planeta, deve-se à alta demanda das suas escamas para uso medicinal. Embora haja toda uma rede de proteção destes animais, o governo da China permite o uso das escamas em clínicas e hospitais, bem como a partir de 2016 aproximadamente 200 empresas da indústria farmacêutica receberam a autorização para produzir mais de 60 produtos contendo escamas distribuídas a partir de um estoque do governo, segundo o banco de dados do órgão de Administração de Alimentos e Medicamentos da China¹⁴¹. Confirma-se, assim, que o ilegal é inerente ao legal. Ademais, é bem provável que a comercialização de tais produtos não se limite ao território do Estado chinês nem ao continente asiático, a alta procura pela medicina “alternativa” ou “tradicional” como contraponto à medicina convencional promoveu a indústria de produtos *naturais* liderada, principalmente, pelas áreas farmacêutica e de cosmetologia, entre tantas outras. Trata-se de um novo nicho de mercado que se difundiu no cerne do desenvolvimento sustentável, pois a inclusão de etnias presume o conhecimento do uso de recursos naturais locais. Uma fonte de renda precária para essas etnias e uma fonte de divisas incalculáveis para as indústrias de fitoterápicos capturada pela “tradicional” indústria farmacêutica.

Já a versão da *fabricação* laboratorial do vírus, para além da “teoria da conspiração” deveria ser questionada no interior da manipulação genética amplamente realizada nos grandes laboratórios de pesquisa farmacêutica. O virologista francês Luc Montagnier, um dos vencedores do Nobel de Medicina de 2008 pela descoberta do vírus HIV nos anos de 1980, foi um dos cientistas a levantar essa hipótese¹⁴². Segundo ele, o Laboratório Nacional de Biossegurança de Wuhan estaria realizando pesquisas para produzir uma vacina contra o HIV quando ocorreu um acidente. Proposição esta refutada por outros pesquisadores¹⁴³ e pela

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.cbcdgdf.org/English/NewsShow/5011/6145.html>> Acessos em 12 de maio de 2020.

¹⁴² Disponível em: <<https://www.theweek.in/news/world/2020/04/19/coronavirus-man-made-in-wuhan-lab-says-nobel-laureate.html>> e em: <<https://observador.pt/2020/04/19/nobel-frances-luc-montagnier-causa-polemica-ao-dizer-que-virus-da-covid-19-veio-de-laboratorio-chines/>> Acessos em: 12 de maio de 2020.

¹⁴³ Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41591-020-0820-9>> Acesso em: 12 de maio de 2020.

própria OMS. Tal conjectura, independentemente da veracidade, funda-se nos incidentes relacionados às pesquisas sobre a síndrome respiratória aguda grave (SARS) e ocorridos num laboratório de Pequim em 2004, na ocasião o laboratório foi fechado com a anuência da OMS. Michel Foucault (2016a) alertou, numa conferência sobre a história da medicina, no Instituto de Medicina Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1974, que a manipulação genética gerava ao mesmo tempo proteção e risco, porquanto a intervenção terapêutica poderia deixar exposto o organismo que estava protegido. Talvez hoje pareça descontextualizado esse argumento, pois se espera o quanto antes a produção de uma vacina contra a covid-19, mas o que chama a atenção é ele assinalar como se ignorava (e ainda se ignora) os resultados das manipulações genéticas, principalmente neste momento quando há uma disputa mercadológica para patentear a possível descoberta da vacina ou lucrar com remédios que garantam a cura. Cabe salientar que não se trata de posicionar-se contrário à biologia ou à medicina, porém, como afirma Foucault, a reflexão acerca da bio-história requer um estudo minucioso sobre a interferência das ciências biológicas e médicas nos processos da vida, inseparável da história humana.

Nesse sentido, interessa aqui mencionar a dispersão do novo coronavírus entre os humanos, pois de epidemia passou a pandemia pelo alastramento do vírus em todos os cantos do planeta. Um ligeiro mapeamento salienta como as cidades classificadas de criativas¹⁴⁴ foram predominantemente as primeiras a serem afetadas pelo vírus. Face a tal constatação, continuará a promover a UNESCO a cooperação entre regiões urbanas por meio da “Rede de Cidades Criativas”¹⁴⁵ a fim de transformar as cidades criativas em locais mais inclusivos, *seguros*, resilientes e sustentáveis? Foucault assinala como, desde Darwin, sabia-se “que a evolução das espécies vivas era determinada, até certo ponto, por acidentes que podiam ser de natureza histórica” (FOUCAULT, 2016a, p. 382). Por exemplo, na Inglaterra (século XVI), os cercamentos (*enclosure*) de terras – antes utilizadas para pastagens comunitárias –, com a finalidade de demarcar os campos para a criação de ovelhas visando suprir a nascente indústria têxtil, demonstraram ser uma prática econômica e jurídica que modificou “a fauna e a flora inglesas” (Ibidem). Não é diferente com os impactos ocasionados pelos *clusters* promovidos pelas indústrias criativas. *Ecossistema* de empreendedorismos formado pelo conjunto de setores inovadores. Aglomerados produtivos, amontoado de pessoas criativas. Condições suficientes para alterar o ambiente natural por mais autossustentáveis que se autodesignem. Haja vista a

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/creative-cities-map>> Acesso em 1 de maio de 2020.

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-recebe-inscricoes-para-rede-global-de-cidades-criativas/>> Acesso em 1 de maio de 2020.

quantidade de animais selvagens que saíram de passeio durante o “isolamento social” em diferentes lugares do planeta, até mesmo pelas ruas das grandes metrópoles.

A pandemia é efeito do capitalismo. Desta vez, o capitalismo na sua fase de desenvolvimento sustentável, na qual destaca-se a capacidade de mobilidade do capital humano-criativo para obter melhores posições sociais, aprimorar o conhecimento, aumentar a remuneração, ter *experiências emocionais satisfatórias*. A diferença desta pandemia com outras de contextos históricos anteriores, a exemplo do coronavírus H1N1 chamado de “gripe espanhola” (1918), é que a contaminação e propagação inicial da covid-19 ocorreu pelo deslocamento das pessoas de negócios ou pelos indivíduos em busca do *turismo experiencial*, ou seja, o vírus não infectou primeiro os pobres, famélicos, moradores de lugares insalubres considerados *vulneráveis*, mas as camadas sociais mais abastadas.

A *perturbação* no ambiente gerada pelo vírus aguçou ainda mais a polarização das práticas políticas. Para muitos, os negócios não podem parar sem antes ter a possibilidade imediata de implantar novas estratégias e resguardar o economicamente expressivo para o mercado local, afinal, os negócios não são só da China. São os mesmos em apoiar que não se feche o comércio, que não se pare a economia, assim o Estado não precisa desembolsar tantos recursos. Isso é válido para capitalistas envolvidos em governos democráticos, governos comunistas enredados no capitalismo e para os estados ditatoriais. A enxurrada de opiniões foi de inúmeras nuances. Alguns *instruídos* responsabilizam os pobres alegando que são *ignorantes* e vão espalhar a contaminação, provavelmente pelo medo de serem contagiados por aqueles que continuaram servindo-lhes. Talvez medo de serem igualmente *vulneráveis* ou confundidos com quem tanto desprezam? Continuará a UNESCO a impulsionar nas cidades criativas a elaboração de “políticas públicas e de projetos de base, com a participação de todos os cidadãos¹⁴⁶” para incluir os *vulneráveis*? Quem são agora os *vulneráveis*? Encontram-se também os sujeitos que desacreditam da existência do vírus, outros argumentam ser uma conspiração de mercado ou só manipulação da imprensa. Muito além do negacionismo da ciência, eles estão referenciados na lógica eugenista, por isso não faltam discursos de superioridade biológica ou de melhor organização social. Todas essas posições circunscrevem parâmetros morais com o propósito de avaliar, julgar, estabelecer a medida das coisas. Sujeitos divididos, porém, participativos. Desde suas *janelas virtuais* opinam, hostilizam, lançam

¹⁴⁶ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-recebe-inscricoes-para-rede-global-de-cidades-criativas/>> Acesso em 1 de maio de 2020.

mensagens de esperança. Desde suas janelas físicas convertidas em palcos, com horários marcados, aplaude-se, encena-se e grita-se moderadamente.

caem as máscaras

Eu penso, alardeia o cartesiano, definindo-se pela negação do outro, e sai demarcando fronteiras diante dele. Ante a *dúvida*, elabora *métodos* e separa os infectados numa grade por comorbidades, sexo, idade, condições sociais. Tu deves, proclama o kantiano, apressado em elaborar categorias universais para anunciar o que é imperativo fazer como dever moral de todos. Assim, ocupa-se dos *princípios práticos objetivos* no intuito de imprimir medidas sanitárias a serem tomadas pelos indivíduos enquanto obrigação geral para salvaguardar a saúde global. E juntos, cartesianos e kantianos, planejam durante a pandemia desde regras de higiene, quarentena, uso de equipamentos de proteção individual, isolamento/distanciamento social, até a decisão sobre quem tem mais chances de ser recuperado e quem não. A maleabilidade do extermínio ficou escancarada com a pandemia, nem se precisou esperar o momento *oportuno*, ou melhor, deu-se a oportunidade para que de uma tacada só, mediante *escolhas responsáveis*, se deixasse morrer corpos onerosos aos Estados: os que dependem de saúde pública, previdência social e auxílios assistenciais. De uma única vez os sistemas de saúde mundo afora têm a possibilidade de realizar um *upgrade*, ou seja, uma atualização para uma nova versão *melhorada* de sociedade, suscetível de agregar valor nos corpos saudáveis, reduzir custos e serem mais eficientes no aprimoramento da *espécie humana*.

O sistema privado, embasado no discurso de aplicar recursos em biotecnologia, laboratórios de pesquisa, tecnologia de atendimento virtual, equipamentos especializados no tratamento de doenças imunocontagiosas, aproveita a brecha para aumentar os custos nos serviços. Para tanto, segmenta a *clientela* selecionando os estratos sociais com menor taxa de morbidade para tornar economicamente mais efetivos os negócios da saúde. Os indivíduos *portadores* de velhice e/ou de doenças crônicas não estão impossibilitados de usar os sistemas eficientes ofertados por tais empresas, desde que paguem a mais por suas *deficiências*. A população sem acesso a esta maravilha de *ambiências* saudáveis já foi selecionada antes mesmo de adoecer, uma questão de regulação mercadológica, que responde também à maior demanda de consumidores com capacidade econômica para pagar por produtos e serviços *personalizados*. Portanto, as empresas privadas do setor da saúde investem em *inovações* e em tendências tecnológicas que viabilizem obter eficiência, vantagem competitiva e consolidação

no mercado. A pandemia trouxe à tona como o direito universal à saúde lavrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos passou a ser, no cerne da racionalidade neoliberal, muito mais um cálculo previsto no orçamento individual do que estimativas de receitas estatais. A responsabilidade centra-se na capacidade de cada um arcar com seus riscos de existência, pois as políticas sanitárias adotadas em cada território nacional dependem do quanto os sistemas de seguridade social deixaram de exercer as suas funções.

No intuito de exemplificar como a saúde redundou num amplo mercado e na exoneração da responsabilidade estatal, serão, a seguir, apresentados alguns sistemas de saúde, principalmente nos lugares com maior mortalidade, segundo as notificações divulgadas pelos órgãos oficiais¹⁴⁷. A China¹⁴⁸ comunista conta com quatro tipos de cobertura médica: um deles é o seguro para os trabalhadores urbanos pago pelas empresas contratantes, outro, coberto pelo Estado, destina-se aos desempregados em regiões urbanas, o terceiro é um seguro financiado por cooperativas nas zonas rurais e o quarto, fornecido por empresas privadas, está ao alcance de poucos. No entanto, a cobertura pública não estabelece que o atendimento seja gratuito, os doentes devem pagar em média 30% dos gastos médicos e os elevados preços impedem que boa parte da população chinesa tenha condições de pagar tratamentos ou medicamentos. Na Alemanha existem duas modalidades: a pública e a privada, ambas pagas, nada é gratuito. Todos os cidadãos são obrigados a ter um seguro, que de acordo com o valor aportado corresponde ao atendimento. Nos EUA¹⁴⁹, além da vasta rede privada, quase a metade dos estadunidenses recebe seguro de saúde da empresa na qual trabalha como parte compensatória do salário. Os atendimentos variam segundo a percentagem paga pelo trabalhador, quando o indivíduo é desempregado perde o benefício. Existem outros programas patrocinados pelo Estado como o seguro para maiores de 65 anos em que os aposentados pagam um valor mensal e os custos de procedimentos sem cobertura. Uma outra proposta de seguro, subdividida em mais de duzentas variedades, encaixa quem é deficiente físico, mais ou menos pobre, criança etc., mas muitos médicos e hospitais não aceitam doentes com esse seguro. O único atendimento gratuito, considerado o melhor, é para os militares na ativa ou aposentados. E quase 10 % da população carece de qualquer cobertura médica. Já no Reino Unido, na Espanha, em Portugal, na França, nos países nórdicos, no Brasil entre muitos outros países, principalmente na América do Sul, à exceção do Chile, segue-se o modelo baseado no plano Beveridge criado em 1948.

¹⁴⁷ Disponível em: <<https://covid19.who.int/>> Acesso em: 21 de maio de 2020.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.niusdiario.es/internacional/sistema-sanitario-chino-ni-publico-universal_18_2892495105.html> Acesso em: 12 de maio de 2020.

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://www.ssa.gov/pubs/PE-05-10003.pdf>> e em: <<https://www.ssa.gov/>> Acessos em 13 de maio de 2020.

Este modelo indicava ser de incumbência do Estado a saúde da população, por conseguinte um sistema gratuito e equitativo. Com o plano Beveridge, diz Foucault (2016a), a saúde ou a falta dela começou a formar parte da macroeconomia e parte das despesas estatais. O financiamento desse sistema nacional de saúde é proveniente de impostos e da política orçamentária dos Estados com o objetivo de proporcionar certa paridade nos tratamentos de cura e prevenção de doenças na tentativa de ajustar parcialmente as desigualdades. Não obstante, nos países que adotaram o plano Beveridge, o sistema gratuito e equitativo foi abrindo vantagens para as empresas privadas, levando o Estado a reduzir os investimentos na saúde pública.

Resultou mais proveitoso ao Estado repassar benefícios ou proporcionar incentivos fiscais à rede privada de *prestação de serviços* de saúde e ao setor empresarial, que oferece assistência médica aos seus *colaboradores*, do que comprometer sua receita neste quesito. A saber, no ano de 2019, no Brasil, a pasta de defesa foi a que mais recebeu verbas, a pasta do Ministério da Saúde foi a que menos adquiriu. Isso não é reflexo apenas do governo atual de direita, os governos anteriores de esquerda iniciaram essa empreitada. No entanto, aumentou muito mais a partir de 2019, quando o valor gasto em defesa pelo Brasil representou 1,5% do PIB, quase o mesmo valor desembolsado pelos membros da OTAN, sendo que a Alemanha¹⁵⁰ destinou 1,3% do seu PIB no mesmo ano. A saúde transformou-se num grande negócio, ela passou a designar “um desejo para uns e um luxo para outros. A saúde tornada um objeto de consumo que pode ser produzido por laboratórios farmacêuticos, por médicos etc. – e consumido por doentes possíveis e reais – adquiriu importância econômica e se introduziu no mercado” (FOUCAULT, 2016a, p. 389). E numa economia regida pela concorrência e num modelo de sociedade empresa, aqueles que dispõem de condições econômicas favoráveis conseguem investir na sua saúde e efetuar as *melhores* escolhas neste mercado.

Outrossim, note-se que o financiamento da saúde pública provém de taxas e impostos pagos coletivamente por todos os cidadãos. Isso quer dizer, primeiro, que os planejamentos econômicos apoiados na redução desses tributos, como ocorre no capitalismo vigente, privilegiam duplamente as empresas do setor privado, porquanto elas não repassam para os produtos ou serviços a diminuição tributária, mas aplicam a diferença obtida no capital financeiro e ainda são amparadas pelo Estado quando concedem *planos de saúde* a seus *funcionários*. O segundo aspecto consiste em que a população com menos renda continua pagando os tributos embutidos nos produtos e serviços consumidos sem ter a chance de

¹⁵⁰ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/gastos-militares-globais-têm-maior-aumento-anual-em-uma-década-diz-relatório/a-53260304>> Acesso em: 15 de maio de 2020.

consumir bons serviços de saúde, visto que o abatimento nos impostos junto com o decréscimo da taxa de juros (principal instrumento da política monetária) é diretamente proporcional à restrição de verbas alocadas na saúde pública. O resultado incide, então, nos pobres pagarem com suas contribuições o lucro das empresas. “Vemos assim, que a esperada igualdade de consumo médico mediante a seguridade social é pervertida em favor de um sistema, tendente cada vez mais a reestabelecer as grandes desigualdades da doença e da morte que caracterizavam a sociedade do século XIX. Hoje, o direito a uma saúde igual para todos é capturado em uma grande engrenagem que o transforma em uma desigualdade” (FOUCAULT, 2016a, p. 391).

No presente contexto a política social na racionalidade neoliberal versa em cada um assumir a responsabilidade pelos riscos que venham a (o)correr durante a sua existência, um projeto que é, em si, o próprio crescimento econômico requerido pelo capitalismo, agora na sua fase de desenvolvimento sustentável. Os corpos em *risco* de morte na atual pandemia são os *portadores* de doenças respiratórias, cardíacas, hipertensão, diabetes, câncer e os *portadores* de velhice, gordura, tabagismo, pobreza. Daí ser a grande *oportunidade* para deixar morrer os corpos *onerados* tanto para sistema público quanto privado. No âmbito privado existe toda uma estratificação na expectativa de consumo dos recursos assistenciais referentes às doenças crônicas, acatadas pelas empresas como fatores de *risco* financeiro. Para atenuar as perdas, realiza-se um ajuste do *risco* relativo à estimativa do impacto de gastos, mediante o cálculo antecipado baseado em variáveis demográficas e condições de saúde. Em alguns planos, a negação de coberturas ou a exclusão de procedimentos de alto custo aos *portadores* de doenças crônicas reputadas dispendiosas leva, em muitas ocasiões, ao indivíduo pagar as despesas extras da sua cobertura. Se o doente tem possibilidades de pagar, mais lucratividade terá a rede privada, do contrário, o doente procura outra assistência ou no limite morre. Não por acaso utiliza-se todo um conjunto de medidas preventivas como gerenciamento das doenças tidas como crônicas para reduzir os custos assistenciais, prevenção praticada sobre toda a cobertura médica pública e privada. Por seu turno, os pobres dentro e fora do *risco* de morte que não conseguiram renda suficiente para arcar com o custo de sua saúde perecem ou esperam para ter a chance de ocupar um leito e usufruir dos equipamentos hospitalares. O discurso propagado pelos quatro cantos do planeta é o isolamento e/ou distanciamento social para não *colapsar* o sistema de saúde dos países. Um sistema reservado para poucos, pois ao passo que os quartos de UTIs públicos no Brasil estão lotados há três desocupados no sistema privado, isso quando

os estados divulgam os dados de ocupação na rede privada¹⁵¹. Situação parecida em outros lugares a exemplo dos EUA onde quase 30 milhões de pessoas encontram-se sem nenhuma cobertura médica ou de tantos outros países que omitem informações alusivas ao setor privado.

No século XXI as proliferações virais como os surtos de SARS, dengue, ebola, chikungunya, febre amarela em níveis regionais ou a gripe suína (H1N1) e gripe aviária (H7N9) no plano pandêmico, algumas dessas doenças já estimadas endêmicas, acenavam para uma possível pandemia como a do novo coronavírus. As pesquisas científicas não ignoram a mutação viral e as condições de contágio. Como a OMS recomenda, então, de 10 a 30 leitos de terapia intensiva para cada 100 mil habitantes? Não é necessário destrinchar demasiado para compreender que cidades pequenas carecem desses leitos. No Brasil são 5570 municípios e apenas 324 possuem mais de 100 mil habitantes, o que provoca transferir de cidades menores às maiores os doentes, ocasionando a superlotação de vagas de UTI. Ademais, de acordo com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira¹⁵², enquanto hospitais particulares têm 49 leitos para 100 mil habitantes, o Sistema Único de Saúde no Brasil possui 14. O mercado da saúde age da mesma maneira que qualquer outro mercado, corroborando o jogo de desigualdades. Além disso, nota-se como o chamado desenvolvimento econômico é inversamente proporcional ao consumo de saúde de uma vasta camada da população no planeta, pois a economia de livre mercado na racionalidade neoliberal regula e organiza o Estado em toda a sua espessura. Isso de modo algum infunde a volta do Estado de Bem-Estar, em que a interferência do Estado na saúde expressava manter saudáveis a força de trabalho e a força física nacional, como capacidades militar e de produção. Nesse sentido, tendo em vista o panorama atual e face à mortalidade provocada pelo vírus, os indivíduos precisam optar pelo “isolamento e/ou distanciamento social” como alternativas apropriadas para contar, pelo menos, com assistência médica caso adoeçam.

Sem embargo, grupos de direita clamam pelas suas liberdades civis e pela liberdade econômica, acompanhando com satisfação quais são os corpos que morrem. Por detrás das máscaras protetoras, autodenominam-se *cidadãos-de-bem* e requerem suas *liberdades liberais* garantidas pelas constituições nacionais. Outros até mesmo recusam o uso de máscaras e exigem o *direito* de contagiar-se. E alguns assumem publicamente seus discursos e símbolos nazifascistas, deixando à mostra a intencionalidade de extermínio. Estas manifestações de modo algum devem ser confundidas com resistências, porque elas reforçam a forma de governo

¹⁵¹ Disponível em: <<http://cebes.org.br/2020/05/enquanto-leitos-de-uti-do-sus-chegam-ao-limite-ha-vagas-nos-hospitais-privados/>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹⁵² Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52137553>> Acesso em 15 de maio de 2020.

político e econômico vigente: o capitalismo e a governamentalidade neoliberal. Será que esses são os valores formados pela democracia numa política pluripartidária como indicado por Amartya Sen? É também sob o amparo da democracia que o *nacionalismo-xenofóbico-racista* avança na mesma magnitude do novo coronavírus. Momento *oportuno* para blindar fronteiras sob o pretexto de proteger seus cidadãos e oferecer-lhes *segurança*, escolhendo a dedo os que vão morrer. Basta ver como os princípios democráticos foram pronunciados, solicitados e defendidos pelo supremacista branco presidente dos EUA, Donald Trump, e por seu bajulador o capitão reformado do exército presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Ambos declaradamente racistas, xenofóbicos, nacionalistas, homofóbicos, machistas, autoritários. E ambos apoiados pelos seus respectivos séquitos da mesma estirpe. O capitão reformado chegou a pleitear os direitos democráticos, na porta de um quartel-geral do exército, quando da participação num ato a favor da intervenção militar, em meio à pandemia do novo coronavírus. Também ficou *indignado* ao ver seus correligionários *cidadãos-de-bem* serem investigados por divulgarem notícias falsas, mas, segundo ele, arbitrariamente perseguidos por exercerem o direito da liberdade de expressão. Para quem já elogiou publicamente o coronel Ustra, torturador na ditadura civil-militar no Brasil, a defesa dos princípios democráticos realizada pelo capitão reformado sinaliza alguma contradição? Não, as práticas democráticas adequaram o exercício político a um jogo conciliatório entre adversários, bem como mostraram-se eficientes para as forças de direita se fixarem no governo do Estado.

Os dois presidentes, sustentando que a covid-19 é mais uma *gripezinha*, uma versão alarmista da OMS e da mídia ou uma conspiração chinesa, desde suas superioridades imunológicas, procuram, a todo custo, cumprir com os compromissos empresariais e políticos que os ajudaram a ser eleitos. E para conservar a aprovação da população arrebanhada, apelam, em seus pronunciamentos, em benefício daqueles que *precisam* trabalhar para ganhar o sustento, sem esquecer de enaltecer o princípio liberal de “ir e vir”, prerrogativa chave usada quando convém, sobretudo, quando se mantêm fechadas as fronteiras, curiosamente, para impedir a entrada de pessoas infectadas pelo o novo coronavírus. Portanto, a *gripezinha* passa, nesses termos, à categoria de segurança nacional. Inclusive, o supremacista branco estadunidense não só cancela o ingresso de pessoas como expulsa imigrantes, restringe vistos temporários, suprime bolsas de auxílio para estudantes estrangeiros ou ordena deportá-los sob a justificativa de preservar a saúde e o emprego dos *americanos*. Com seus discursos alinhados, os dois avaliam, desde a moral do protestantismo, que quem fica em casa é porque não quer trabalhar. Eles não desconhecem a falta de vagas hospitalares para os indivíduos de baixa renda

(mas isso pouco importa), nem que seus seguidores mais abastados, além de contar com bom atendimento médico, conseguem permanecer o tempo que quiserem em suas residências e bem servidos pelos seus *funcionários*. O supremacista branco e o capitão reformado ainda se gabam por lidar adequadamente com a atual pandemia.

Em tempo, no dia 7 de julho de 2020 o capitão anunciou estar contaminado pelo vírus, disse também que, poucas horas após ter tomado o fármaco hidroxicloroquina, já se sentia bem. Vale lembrar que Trump figura entre os acionistas da empresa Sanofi, uma das maiores no ramo farmacêutico, a qual detém a patente dessa droga. Um medicamento, segundo a OMS e pesquisadores, sem evidências científicas que comprovem bons resultados contra a doença. Onde iria enfiar o capitão reformado os dois milhões de doses enviadas pelo supremacista branco como demonstração de *solidariedade*? Não é apenas o selo de acordos lavrados entre os dois Estados como a confirmação de que o Estado brasileiro acata as coordenadas políticas oriundas dos EUA. Isto não é nenhuma novidade, só revisitar a subordinação irrestrita dos países latino-americanos aos EUA no período das ditaduras civil-militar nas décadas de 1960 a 1980, quando a América do Sul foi o laboratório para realizar a implementação da racionalidade neoliberal. E, aliás, hoje no Cone Sul predomina a ala da direita, seguidora de preceitos análogos aos do capitão reformado e do supremacista branco. Será esta região novamente eleita para serem processados os experimentos? Já estão sendo aprimoradas as estratégias para, quando a *crise* amainar, transformar as reformas em alterações permanentes? É outra mudança na rota do capitalismo? Afinal o capitalismo para manter sua vigência renova-se constantemente. Como afirmava Milton Friedman proporcionar opções às políticas existentes era transformar o politicamente impraticável em politicamente inevitável (FRIEDMAN, 1982, apud KLEIN, 2008). Por isso, vale reiterar: o inimigo não é invisível, ele é sempre muito visível.

Não faltam os igualmente *cidadãos-de-bem* que, sob o manto ecumênico, conclamam ser preciso pensar na vida e não se ater à morte. Dizia Nietzsche: “guardemo-nos de dizer que a morte se opõe a vida. O que está vivo é apenas uma variedade daquilo que está morto, e uma variedade muito rara” (NIETZSCHE, 2001, p. 136). Morte e não extermínio. O ecumenismo apresenta-se também na adesão da rede privada de saúde ao discurso de “isolamento social” visando desacelerar a disseminação do vírus para que o número de casos se espalhe ao longo do tempo e não haja nenhuma possibilidade de serem ocupados todos os seus leitos, bem como não percam os lucros com cirurgias eletivas, cirurgias plásticas, exames ou terapias pendentes. A pandemia acentuou o ecumenismo dos indivíduos coparticipantes das práticas governamentais e estimulou os valores empáticos dos resilientes. Nesse sentido, iniciativas

inovadoras pululam com a intenção de empresas investirem num futuro vantajoso. Outro ato ecumênico diz respeito às *doações* de empresas e empresários ávidos para viabilizar o abatimento do imposto de renda¹⁵³ pelos seus custos com a saúde e com as populações *carentes*. Algumas dessas empresas no Brasil já tiveram seu momento de extermínio pelo rompimento de barragens¹⁵⁴, outras oriundas de países com notórios índices de *desenvolvimento humano* e políticas ambientais¹⁵⁵, em certas ocasiões, jogaram toneladas de rejeitos em nascentes amazônicas, contaminando as populações locais, a fauna e a flora. Em suma, é necessário questionar tanto as ações dos *cidadãos-de-bem* e das empresas quanto as medidas adotadas pelos Estados e as recomendações da OMS subordinada à ONU, pois a saúde é uma questão política e de governo. É necessário problematizar ainda a produção de saberes que elaboram regimes de verdades encarregados de dizer o que funciona como verdadeiro neste contexto, para compreender as estratégias de poder mediante as quais foram definidos os efeitos desse conhecimento.

Com a pandemia, o extermínio corre solto pelo planeta. Nos EUA, são os pretos e latino-americanos pobres os primeiros a ficarem sem trabalho e morrerem em casa, na rua, na porta do hospital ou apinhados em prisões, algumas construídas especialmente para imigrantes *ilegais*, outras reservadas para o encarceramento em massa, preferencialmente, da população preta. Muitos dos contribuintes estadunidenses devem estar *satisfeitos* pelo destino dado a seus impostos. Também morrem os refugiados abarrotados em campos, assentamentos, abrigos ou barcos aqui e acolá. Enquanto isso, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados¹⁵⁶ (ACNUR) monitora continuamente as fronteiras e os aeroportos para, segundo a ONU, conter potenciais *riscos* adicionais envolvendo a chegada de mais solicitantes de refúgio. As ações *humanitárias* promovidas pela agência consistem em informar aos refugiados sobre a doença e distribuir máscaras, luvas, sabão em lugares onde uma torneira é usada em média por 250 pessoas¹⁵⁷, onde cada indivíduo tem menos de dois metros quadrados de espaço para sobreviver. E, como sempre é bom despertar o interesse pelo trabalho, em determinadas regiões (Ucrânia, Polônia), o ACNUR doou máquinas de costura para produzir máscaras uma vez que esse item não deve faltar nos mercados locais. Morrem os indígenas na América do Sul, no

¹⁵³ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2251954>> Acesso em 18 de maio de 2020.

¹⁵⁴ Vale Canada Limited uma subsidiária da empresa brasileira de mineração Vale.

¹⁵⁵ A mineradora norueguesa Hydro tinha um duto clandestino para lançar os detritos não tratados.

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/coronavirus-e-refugiados-o-que-o-acnur-esta-fazendo-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 19 de maio de 2020.

¹⁵⁷ Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/como-estao-os-campos-de-refugiados-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>> Acesso em: 19 de maio de 2020.

Brasil, o vírus chega a eles pelos perdigotos de garimpeiros, fazendeiros, grileiros, sojeiros, madeireiros, militares e missionários. A pandemia ocupou a atenção da mídia nos centros urbanos ofuscando o desmatamento na região amazônica, que aumentou mais de 60%¹⁵⁸ entre janeiro e abril em comparação com o mesmo período em 2019, expandindo-se com a pandemia o agronegócio. A propósito, como todo momento de *crise*, esta é uma *oportunidade* para dilatar lucros, uma estratégia que cumpre, no mínimo, com um dos três pilares do desenvolvimento sustentável ao tornar-se *economicamente viável*. Nos 54 países do continente africano, as autoridades locais e a OMS dizem estar surpresas pelo baixo impacto da pandemia, falam ainda que são países acostumados com epidemias por isso souberam tomar medidas adequadas, mas não levam em consideração o quase nulo índice de testes aplicados na maior parte dos países do continente. Morrem os pobres sem assistência médica nos confins de regiões e cidades, morrem pelo vírus, morrem pela fome. Atalho próspero para aproximar-se dos dois primeiros e *mirabolantes* objetivos da Agenda 2030: acabar com a pobreza e com a fome do planeta. Que práticas *inovadoras* serão impostas para o cumprimento dos demais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? Quais serão os rearranjos programáticos da ONU e dos Estados pós-pandemia? Haverá uma atualização da racionalidade neoliberal ou esta *nova* crise demarca outro ponto de inflexão do liberalismo?

A morte mais promissora é a dos velhos, velhos pobres principalmente, porque os outros abastecem um largo mercado e não só no âmbito da saúde. Quanto maior o número de velhos mortos menos aposentadorias precisam ser pagas e mais rápido ficam vagos os leitos para serem ocupados por corpos economicamente produtivos. Por vezes, o processo consistiu em sequer permitir que ocupassem lugares nos hospitais, foram abandonados em asilos ou em suas casas. Em muitas circunstâncias são mortes não registradas, ocultas embaixo do tapete (de terra?) para difundir a baixa taxa de letalidade, como na Alemanha que, apesar de ter uma população com 25% acima dos 60 anos, nas estatísticas médicas, essas pessoas são só 20% do total de infectados. Em países como a França, a Espanha, a Grã Bretanha e a Holanda, são contabilizadas apenas as mortes nos hospitais. Assim, em abril de 2020, dos quase 15 mil mortos na França, 5400¹⁵⁹ eram velhos que morreram em asilos. Os números seriam 11% a mais na Grã Bretanha se tivessem incluído esses recintos nas estatísticas, outro tanto na Espanha que opera da mesma forma, sem contar a não realização de testes nessas pessoas. Na Suécia, sequer se tomaram medidas de “isolamento-distanciamento social” e a morte de velhos

¹⁵⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/09/desmatamento-na-amazonia-aumenta-64.htm>> Acesso em 22 de maio de 2020.

¹⁵⁹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-52283394>> Acesso em: 22 de maio de 2020.

constituem 50% do total. Tal decisão para *gerenciar* a disseminação da covid-19 reforça, em concomitância, discursos eugênicos como os suecos possuem níveis de imunidade excepcional. Alguns desses corpos conseguiram escapar da morte nas décadas de 1960 e 1970, quando regimes autoritários, conservadores e/ou ditatoriais tinham o objetivo de aniquilar corpos de jovens revoltados e que agora, com o tempo marcado lentamente no corpo, ouvem a morte bater de novo à porta. Para os que não foram capturados por partidos políticos nem são empreendedores de si, é como se a morte quisesse ter a chance de impedir que continuem atijando. Mas, com um sorriso ferino, estes corpos velhos a espreitam desde um canto e burlam-se dela. Essa é a sina dos livres para a morte e livres na morte, como falava Zaratustra.

o tangível e o intangível das coisas

O design sempre se posicionou em alguma fronteira como design/arte, design/artesão. Acoplou-se a tantas áreas do conhecimento quanto lhe foi de interesse imiscuir-se. Primeiro esteve sob a categoria das artes aplicadas, depois das ciências sociais aplicadas. Utilizou-se das técnicas da arte, da arquitetura, da engenharia e do arcabouço conceitual das ciências humanas. O design dá forma às coisas nos diferentes contextos, produz materialidades e imaterialidades. Para o historiador Rafael Cardoso Denis (2000), a solidificação do exercício profissional do design ocorreu na chamada primeira Revolução Industrial que inseriu, nas indústrias, a cisão entre trabalho intelectual e manual quando da divisão de tarefas. Contexto que pode ser considerado como marco do afastamento do designer com o artesão. No entanto, a profissão consolidou-se no período de entreguerras com o objetivo de acelerar a industrialização e promover o desenvolvimento econômico, instaurando outra delimitação a da arte e do design. Na contemporaneidade, destaca-se por ser uma atividade que se advoga *melhorar* o mundo e colaborar para *melhorar* a humanidade num futuro *melhor*. O design hoje responde à racionalidade neoliberal em toda a sua tessitura e são poucos os designers que conseguem evadir-se.

O estadunidense Christopher Schwarz autodenomina-se um designer independente. Num artigo¹⁶⁰ publicado em junho de 2019, relata que seu trabalho consiste em fabricar móveis domésticos, ferramentas para marcenaria e livros. Segundo ele, recusa-se a trabalhar em grandes corporações, pois prefere contar com amigos ou com quem queira dividir fazer coisas

¹⁶⁰ Disponível em: <<https://www.core77.com/posts/88438/Anarchism-n-Design>> Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

duráveis, sem preocupar-se em ganhar muito dinheiro. Além disso, não contrata funcionários para evitar gerenciar pessoas ou instituir regras. Sua metodologia versa em pesquisar a cultura material do passado, voltar no tempo o mais longe possível, nas palavras dele: “até que a trilha esfrie”. Procura por objetos denominados vernáculos, que foram projetados e fabricados pelo usuário final para uso diário. Segundo ele, a compreensão de um objeto em seu nível primário modifica também o relacionamento com as matérias-primas utilizadas, porquanto conhecer o material viabiliza encontrar, no presente, outro com propriedades análogas e, às vezes, mais duradouro. Sua metodologia diferencia-se do que se conhece na contemporaneidade por design vernacular. A expressão design vernacular é correntemente usada para indicar a forma não acadêmica do design, portanto, a maneira pela qual os indivíduos conseguem garantir a sua sobrevivência e serem incluídos nos cálculos econômicos da racionalidade neoliberal. Trata-se de produzir a partir do hábito cultural em que, por meio do talento e da habilidade considerados inatos – noção de capital criativo –, o sujeito consegue inovar com os recursos do seu ambiente. Ou seja, estimula-se o capital criativo intimamente relacionado ao redimensionamento da eugenia no sentido de que quem não é criativo o suficiente para obter sua própria renda tende ao perecimento. Diferentes dos objetos vernaculares mencionados por Schwarz em que o usuário final produzia o artefato para seu uso prático. Os objetos eram resultado das suas ferramentas e de suas mãos para atender ao seu conforto ou facilitar o cotidiano, não obrigatoriamente para sua *sobrevivência*.

A proposta de Schwarz é incomum no âmbito do design, e ele provavelmente seria classificado como artesão pelos demais designers, pois se coloca contrário à maioria dos atributos requeridos nesta área. Ele, dispensa as técnicas de design thinking, design emocional, experiencial ou atitudinal, alaistradas à gestão de condutas. Ele procura o usuário que projetou e produziu, e não um público-alvo para o qual projete e produza. E isso não quer dizer lançar mão do design participativo ou colaborativo, outra maneira de conhecer o consumidor para, afinal, ampliar oportunidades e otimizar recursos. Schwarz volta-se para o passado, não projeta o futuro e, na sua concepção, a durabilidade do artefato interrompe a lógica de consumo capitalista. Pois bem, com relação à atual pandemia, não foram encontradas declarações de Schwarz, mas muitos outros designers já estão com seus projetos a todo vapor.

A começar pelo incentivo impulsionado pela ONU¹⁶¹ em abril de 2020 em parceria com a plataforma talenthouse¹⁶², que convocou áreas criativas com o objetivo de realizar uma

¹⁶¹ Disponível em: <<https://www.talenthouse.com/i/united-nations-global-call-out-to-creatives-help-stop-the-spread-of-covid-19>> Acesso em 24 de maio de 2020.

¹⁶² Disponível em: <<https://www.talenthouse.com/>> 24 de maio de 2020.

campanha contra a propagação da covid-19. Para tanto, os candidatos deviam produzir mensagens com informações relativas à saúde pública, escolhendo algum tema entre “higiene pessoal, distanciamento físico, conhecer os sintomas, contágio da bondade, quebrar mitos, incentivar doações”. A proposta anunciada era a de selecionar os trabalhos mais “adequados para disponibilizá-los em um site acessível à mídia de suporte, marcas, influenciadores etc., em todo o mundo com a permissão de baixar e usar o trabalho em suas plataformas visando apoiar essa causa”. As diretrizes, regras oficiais, termos e condições alertavam não só como seria atribuída a pontuação, mas que os participantes estavam impedidos de usar qualquer logotipo da ONU ou da OMS. Ao enviar o material, a pessoa concedia à ONU e às empresas apoiadoras a licença livre de royalties até um ano após de aprovado o trabalho. Afora isso, a ONU e as empresas podem usar e adaptar o conteúdo conforme achem necessário ajustar as informações a seus objetivos. Milhares de vídeos, cartazes e adesivos foram elaborados, em troca, os aprovados receberam um carimbo oficial para serem veiculados. A propriedade intelectual tão valorizada na economia criativa, como garantia de vantagens econômicas dos insumos imateriais, ficou nas mãos das empresas parceiras da ONU.

Contudo, interessa mostrar como, tirando dos temas sugeridos aqueles voltados especificamente ao vírus, os demais indicam difundir uma conduta moral e, por conseguinte, uma disposição política. De um lado, reafirma-se a convocação participativa da sociedade para que esta cumpra o papel de melhorar as condições de vida dos mais *vulneráveis*, agora sem o planejamento imediato de políticas públicas, numa modalidade mais perto da caridade, isentando-se novamente o Estado desta função. Nada impede que os resultados dessas ações forneçam dados para, num futuro próximo, produzir novas políticas públicas. Mas valer-se, neste momento, da capacidade empática de tentar sentir pelo outro, caso estivesse na mesma situação, é muito mais eficaz, pois se espera do sujeito empático *ajudar* pessoas desconhecidas que estejam vivenciando algo análogo a ele num mesmo espaço e tempo. Por isso assemelha-se mais à caridade cristã, mediante a qual quem *ajuda* mantém a superioridade diante de quem é *ajudado*. De outro lado, as mensagens sobre distanciamento físico e higiene sugerem uma dimensão política do assim chamado “novo normal” pós-pandemia.

Michel Foucault (2015, 1990a) assinala que, na sociedade disciplinar, os considerados anormais, forjados como perigosos, eram interditados, separados e confinados em espaços de contínua vigilância, com o propósito de corrigi-los e normalizá-los. Por seu turno, na sociedade de controle, monitoram-se as condutas e os ambientes ao ar livre prescindindo dos espaços fechados, não se limitando o monitoramento aos aparelhos eletrônicos, como exposto

anteriormente. Por tratar-se de uma sociedade de inclusão e assimilação, tornou-se o que era anormal em normal, portanto, “não há mais uma vigilância sobre os que são classificados como potencialmente perigosos em vistas de uma normalização, mas uma *normalização do normal*. É esta outra forma de normalização que opera na busca por segurança global que instala, assim, um quadro de suspeição e de cuidados generalizados” (PASSETTI et al., 2019, p. 267, grifos dos autores). O futuro *novo normal* indica, desde agora, que o monitoramento vai acirrar ainda mais denúncias, judicialização, criminalizações, rastreamentos, sob o discurso de *cuidar* da vida dos outros para *proteger* a própria saúde e a da população global. As pessoas já dão indícios de monitorar e delatar reuniões com muita gente, aglomerações em locais públicos, o uso inadequado de equipamentos de proteção individual, a falta de higiene. Para além destas condições, o que parece também aflorar neste *novo normal* é a construção de um distanciamento e isolamento voluntários, ou seja, normalizar a separação progressiva entre os corpos. Em paralelo, pretende-se incutir, com o alastramento da chamada “tecnologia avançada” e a quinta geração de telecomunicação móvel (5G) – mediante a qual os dispositivos irão interconectar-se permanentemente na rede, desde drones até artefatos domésticos –, que as máquinas são indispensáveis porque não instituem um perigo biológico como os humanos. Uma oportunidade para acelerar a automação em todos os âmbitos cotidianos. Para uma parcela da população considerada privilegiada, quase tudo pode ser realizado a partir dos computadores pessoais ou dispositivos móveis, compartilhando, por meio das plataformas digitais interligadas, todo o registro de suas vidas. Para aqueles que inevitavelmente precisam deslocar-se – e são os que estão atendendo quem ficou *seguro* em casa –, a tecnologia também *colabora* para decodificar cada movimento, situar a posição geográfica, ranquear a eficiência. Com isso, facilita-se a centralização de dados sofisticando controle, persuasão e condução de condutas, numa parceria frutífera entre organizações governamentais e empresas de alta tecnologia.

Posto isto, medidas começaram a ser implementadas em equipamentos de espaços públicos, fora os projetos de arquitetos e designers que já vaticinam a redefinição de instalações urbanas e a produção de objetos. A premissa é manter o distanciamento físico, e as diretrizes de um a dois metros de distância entre-corpos apontam para conter, principalmente, as aglomerações nas ruas. E não é qualquer aglomeração, pois os *clusters* criativos são imprescindíveis à inovação, a não ser que modifiquem suas funções. O discurso do distanciamento não se limita a impedir o avanço do vírus, trata-se de um reordenamento político. A organização das manifestações de rua já o anunciava quando aos poucos foi retirada a espontaneidade da revolta. Protestos comportados com prévios acordos de distribuição

espacial, horários, roteiros e *proteção* policial vinham sendo adotados, pelo menos no Brasil. Durante a pandemia, em resposta ao assassinato de um homem preto¹⁶³ por um policial estadunidense branco, pessoas de todos os continentes foram às ruas e parecia que a efervescência das lutas, diante do intolerável, assomava-se de novo. Poucos dias após o primeiro protesto, jovens ajoelhavam-se perante os policiais em posição de subserviência pedindo por justiça e fim do racismo, ou deitavam-se no chão para simbolizar os corpos de pretos e pobres que são exterminados, mas externando, com essa ação, corpos já rendidos. A esquerda, em defesa da democracia e dos direitos, realiza protestos moderados e pede pela não violência nos atos, pois, segundo os manifestantes, prejudica o movimento. E, as autoridades locais aumentam as forças policiais para impedir os chamados *vândalos* de destruir o patrimônio. A mira sempre aponta para os mesmos alvos: anarquistas e quem pratica a tática *black bloc*. Isso não impede jovens com muito mais verve de derrubarem monumentos de figuras escravocratas inaceitáveis e incendiarem delegacias. Ou ocuparem um bairro como no centro da cidade de Seattle nos EUA instaurando a Zona Autônoma de Capitol Hill, onde organizam-se sem líderes e sem necessidade alguma de polícia. Em suma, são aqueles que não fazem acordos sórdidos com potenciais assassinos, nem abaixam a cabeça com medo de serem cortadas e se recusam a denunciar quem quer que seja.

Salvo as raras resistências, o afrouxamento das medidas de “isolamento social” aponta para um “novo normal” configurado num *ambiente* altamente pacificado. Um isolamento elástico capaz de estabelecer, a qualquer momento, barreiras restritivas em cidades, regiões ou bairros com base numa outra “onda viral”. E após a vacina ser descoberta, testada, patenteada produzida e comercializada, os sujeitos já estarão *habitados* a esse “novo normal”. A atual pandemia catalisa sobre os corpos mortos o *futuro melhor* para corpos distanciados. Sistemas de tecnologia chamada *hightech* são testados para restringir o contato humano dando cada vez mais lugar à Inteligência Artificial (IA). Antes da covid-19, essa tecnologia, embutida nos aplicativos de celulares, era oferecida em nome da personalização do serviço ou do produto e da simplificação do dia a dia. Hoje está sendo vendida em defesa de manter a *salvo* as pessoas, protegê-las desta ou de outra potencial pandemia. A expectativa de uma sociedade intermediada mais por vínculos digitais e menos por contato físico vinha gestando-se a largos passos em empreendimentos integrados entre Estados e empresas privadas de tecnologia.

¹⁶³ George Floyd foi morto por um policial ajoelhado no pescoço dele em 25 de maio de 2020 na cidade de Minneapolis nos EUA.

Segundo Naomi Klein, o presidente do Conselho de Inovação em Defesa nos EUA, Eric Schmidt, recomenda ampliar o uso de inteligência artificial nas forças armadas, e como presidente da Comissão de Segurança Nacional para a Inteligência Artificial (*National Security Commission on Artificial Intelligence* – NSCAI) assessora o Congresso do país sobre as vantagens políticas e econômicas desta tecnologia. Tanto o conselho quanto a comissão abrigam executivos de empresas como Amazon, Microsoft, Facebook e Google dispostas a prestar serviço às instâncias governamentais disponibilizando suas tecnologias em escolas, hospitais, empresas, polícia, corporações militares, consultórios médicos. Em meio à pandemia as referidas empresas pressionaram o presidente dos EUA para a realização de investimentos em pesquisas de inteligência artificial e na habilitação da tecnologia 5G, com a finalidade de ganhar a concorrência com a China (KLEIN, 2020). O escopo direciona-se à centralização massiva de dados, afinando cada vez mais o controle individual. Na abertura do relatório enviado pela NSCAI¹⁶⁴ ao Congresso estadunidense, o diretor executivo enuncia:

a crise global iniciada pela pandemia da covid-19 representa uma ameaça única para o segurança nacional e competitividade econômica dos EUA. A turbulência financeira também mostrou lacunas e deficiências nas cadeias de suprimentos e suas implicações na segurança nacional. Durante essa crise, o governo dos EUA deve trabalhar para proteger a integridade, a resiliência e a viabilidade de ambos os sistemas. Esses esforços devem incluir o uso da IA para ajudar a reabrir a economia com segurança, impedindo a exploração estrangeira de elementos-chave de base tecnológica, identificando e corrigindo vulnerabilidades nas cadeias de suprimentos que são críticos para a segurança nacional.

Após a II Guerra Mundial, particularmente depois do lançamento do satélite soviético Sputnik, os EUA identificaram deficiências na produção de um conhecimento específico voltado à formação de *inteligências criativas*. Esse foi o ponto de partida para se organizar o ensino de processos criativos inseridos gradativamente na economia, em programas governamentais e no cotidiano das pessoas. A criatividade, elemento fundamental da inovação, constitui a base dos projetos realizados pelos designers que se debruçam em fazer coisas (produtos físicos ou virtuais) com o objetivo de simplificar o uso e atingir as emoções humanas. O psicólogo Donald Norman forneceu um vasto arcabouço na área do design centrado no humano, valorizando mais a satisfação dos indivíduos bem como o uso do produto do que propriamente a sua forma ou função. Daí, dentro do design centrado no humano, explorar-se a vertente do design emocional. Norman alertou ainda os designers acerca da importância de

¹⁶⁴ Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1vSRRfqV6S4xGoMxueC-CMG0tYYTGa1Ly/view>> Acesso em 25 de maio de 2020.

investir-se em inteligência artificial, para tornar mais eficaz a relação emocional do usuário com o produto ou o serviço procurado por ele. Hoje design emocional e inteligência artificial são inseparáveis em atividades projetuais destinadas à simplificação do uso e à satisfação do usuário. No posfácio do livro *O design do futuro*, Donald Norman forja uma entrevista com uma máquina apelidada de “Archiver”, a qual, segundo ele, por não ter gênero foi nomeada de “A”. De maneira jocosa e numa linguagem estilo ficção científica, o psicólogo, que já foi vice-presidente do grupo de tecnologia avançada da Apple, mostra o que se aspira com a IA. Após perguntar à máquina como iria cuidar dos humanos, a máquina responde:

nós compreendemos o que vocês gostam, muito melhor que vocês. Afinal de contas, temos um registro completo de cada música que vocês já ouviram, cada filme e programa de televisão a que vocês já assistiram, cada livro que leram. Suas roupas, suas fichas médicas, tudo. Sabe, outro dia um grupo nosso se reuniu e percebeu algumas tendências assustadoras em um de nossos humanos: hábitos alimentares realmente ruins, uma queda de peso e ele não estava dormindo direito, então marcamos imediatamente uma consulta com o seu médico, bem, provavelmente salvamos a sua vida (NORMAN, 2010, p. 159).

Apesar disso, os EUA apontam novamente para uma lacuna, preenchida, desta vez, pela China – principal eixo de concorrência nos negócios de tecnologia. O comércio eletrônico chinês Alibaba, por exemplo, movimenta mais produtos do que a Amazon e o Ebay juntos, o aplicativo de pagamentos Alipay funciona como o maior banco digital do planeta. A China ganha também no campo de jogos, portal de serviços concernentes a práticas operacionais para o usuário (redes sociais), plataformas de mídia que veiculam recomendações com o uso de IA, aplicativos de compartilhamento (carros, bicicletas, etc.) e de entregas, sites que promovem os estabelecimentos locais, interação computacional com reconhecimento facial e de fala, gerenciamento de cidades, assistência médica¹⁶⁵. Por conseguinte, a *inteligência criativa* abriu caminho para implantar a *inteligência artificial* que, aliada ao design emocional, procura estimular no consumidor e/ou usuário a *crença* de ser exclusivo, de estar protegido, de ter suas liberdades civis garantidas. Gilles Deleuze, ao sublinhar que na sociedade de controle operava-se por computadores, mostrou como o “perigo passivo [era] a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução do vírus” (DELEUZE, 2004, p. 223). Nesse sentido, se o vírus biológico propiciou a corrida para estender a IA e intensificar o controle, as resistências no chamado futuro *novo normal* talvez consistam em propagar vírus virtuais direcionados a *infectar* os algoritmos da IA para quebrar códigos de segurança, invadir redes operacionais, destruir banco

¹⁶⁵ Disponível em: <<https://epic.org/foia/epic-v-ai-commission/EPIC-19-09-11-NSCAI-FOIA-20200331-3rd-Production-pt9.pdf>> Acesso em: 8 de julho de 2020.

de dados e todos os sistemas utilizados para controlar ininterruptamente cada um: provocar ruído nas linguagens de programação. E por que não pensar também como resistência a redução do uso de aparelhos portáteis ou dos contatos mediados só por telas, e partir ao encontro de amigos? Reunir-se, enfim, corpo a corpo para conspirar de que modo transgredir esta maneira controlada de viver.

Note-se que redesenhar o futuro pós-covid-19 implica investir em IA não apenas para atender a finalidades econômicas e políticas, mas também com o propósito de afirmar o “distanciamento social”. Antes da pandemia, o distanciamento social era, para a psiquiatria e a psicologia, um sintoma de alguma síndrome psicótica ou de um transtorno de ansiedade, especialistas dessas áreas estudam desde já as implicações do distanciamento social pós-pandemia. Entretanto, afora essas considerações, os efeitos do distanciamento social indicam uma governamentalidade em que se busca limitar o contato físico dos indivíduos mediante um conjunto de ações com as quais se sedimenta a conduta de manter proximidade apenas com as pessoas que convivem sob o mesmo teto. Reafirma-se também a instituição família e os relacionamentos monogâmicos? A pandemia tornou-se o laboratório de práticas passíveis de serem prolongadas nos âmbitos de educação, trabalho, telemedicina, comércio e prestação de serviços. O “distanciamento social” aparece mesmo em projetos desprovidos de funcionalidade e ergonomia exigidas num *bom design*. Como é o caso de um capacete gigantesco proposto pela startup canadense VYZR Technologies¹⁶⁶ sob a justificativa de as pessoas precisarem adaptar-se ao “novo normal” para a economia voltar a operar, ou o acessório para restaurantes, destinado a manter os clientes a *salvo* uns dos outros. Não é necessário ser designer para notar a inviabilidade do uso do capacete num ambiente urbano, bem como a proposta projetual para restaurantes encerra questões impraticáveis, uma delas é os comensais estarem impossibilitados de comunicar-se, a não ser aos gritos ou pelos seus dispositivos móveis.

¹⁶⁶Disponível em: <<https://www.vyzrtech.com/blogs/news/to-beat-covid-19-we-need-a-ppe-revolution>> Acesso em: 16 de junho de 2020.



Figura 9: BioVYZR¹⁶⁷, 2020



Figura 10: Plex'eat¹⁶⁸, 2020.

Há projetos ainda mais estapafúrdios. Um escudo com o qual o indivíduo isola-se do ar externo num ambiente esterilizado pela ação ultravioleta e outro que serve para a pessoa blindar-se do novo coronavírus e proteger-se da poluição do ar em espaços públicos.



Figura 11: Escudo bolha, design libero¹⁶⁹



Figura 12: Be a Bat man. Penda¹⁷⁰.

¹⁶⁷ Disponível em <<https://www.indiegogo.com/projects/biovyzr-venture-out-breathe-easy#/>> Acesso em: 16 de junho de 2020.

¹⁶⁸ Disponível em: <<https://www.christophegernigon.com/plex-eat>> Acesso em: 15 de junho de 2020.

¹⁶⁹ Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/plastic-bubble-shield-design-to-stop-coronavirus-spread-2020-4#the-top-and-bottom-are-connected-by-a-zipper-for-an-easy-way-to-put-the-shield-on-and-remove-it-2>> Acesso em: 18 de junho de 2020.

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://www.plasticstoday.com/medical/batman-inspired-shield-would-protect-wearers-coronavirus/144653247562574>> Acesso em: 18 de junho de 2020.

Os dois primeiros projetos foram financiados e desde maio de 2020 já são comercializados, os dois escudos estão em vias de financiamento. Isso mostra como, nessa *nova normalidade*, o imperativo é o distanciamento físico. Qual será o *futuro* dos sujeitos, mendigos, esfarrapados mantidos sempre à distância, mas que agora, com base no discurso da falta de *higiene*, podem ser considerados virtuais transmissores da doença? As diretrizes de distanciamento irão redefinir as instalações públicas, as acomodações das casas, o traçado urbano e enformar uma outra moral. Certamente, não será a primeira vez na história que medidas sanitárias reorganizem as cidades e consolidem o exercício de poder que já estava em curso. Como bem assinalou Michel Foucault na segunda conferência pronunciada na UERJ em 1974 acerca da medicina social, particularmente a análise relacionada ao fenômeno urbano em Paris no final do século XVIII. De modo algum é possível delinear uma comparação entre aquele e este período histórico devido às suas especificidades, contudo a análise de Foucault suscita certos indícios. Ele sublinhou como os conflitos urbanos começaram a ser mais frequentes no final do século XVIII em decorrência da “formação de uma plebe a caminho da proletarização” (FOUCAULT, 2016b, p. 412). Nessa época, disse Foucault, surgiu um medo urbano relacionado à aglomeração da população, à concentração das fábricas, às tensões políticas, às grandes edificações e às epidemias. Assim, o planejamento de Paris na ocasião foi disposto mediante diretivas médicas com objetivos bem definidos para avaliar lugares de “amontoação, desordem, perigos” na zona urbana; o controle da circulação de coisas e de elementos naturais como água e ar; a organização de distribuições concernentes a esgoto, água potável, etc. Em suma, “a medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e, por fim, à análise do próprio organismo” (Ibidem, pp. 415-418).

Hoje, ainda se mantém a preocupação do meio sobre o organismo, haja vista a hipótese levantada pela Universidade de Harvard¹⁷¹ referente à correlação entre a poluição do ar e o aumento de mortalidade por covid-19. Tal pesquisa adere a outras efetuadas na China, na Itália, na Espanha, na França e na Alemanha. Esses estudos já começaram a interferir nos projetos urbanos, com a extensão de ciclovias, o incentivo ao uso de aplicativos para serviços de mobilidade compartilhada, a produção de veículos movidos a energia *limpa*. Além disso, o medo da disseminação da doença mostra uma tendência de jovens entre 18 e 35 anos a se mudarem em busca de maior qualidade de vida e lugar, segundo os dados veiculados pela empresa de pesquisa de mercado e consultoria Harris Interactive¹⁷². As cidades *inteligentes*

¹⁷¹ Disponível em: <<https://www.hsph.harvard.edu/c-change/subtopics/coronavirus-and-pollution/>> Acesso em: 20 de junho de 2020.

¹⁷² Disponível em: <<https://theharrispoll.com/the-harris-poll-covid19-tracker/>> Acesso em: 19 de junho de 2020.

começam a ser uma opção desejada para se viver tranquilo, em paz, sem *violência* e, quem sabe, constituir uma família feliz. São lugares onde se privilegiam redes *inteligentes* de eletricidade e água, coleta *inteligente* de resíduos, iluminação pública *inteligente*, wifi grátis nos espaços públicos, sensores em bancos de praças, semáforos e lixeiras para rastreamento local. Lugares onde o papel-moeda e os cartões (crédito ou débito) não são utilizados, os pagamentos realizam-se mediante aplicativos que decifram códigos de barras bidimensional convertendo-os em recursos disponíveis na rede para identificar qualquer localização georreferenciada, endereço eletrônico, contato etc.

Trata-se de cidades em que a prerrogativa de sustentabilidade ambiental assume proeminência no controle da qualidade de ar, nas áreas verdes, no aproveitamento das águas pluviais, nas hortas compartilhadas. E onde a população consegue, por meio de aplicativos, saber tudo o que acontece na cidade em tempo real, contribuindo com a conduta de *cidadão-polícia*. Ou seja, se algo por acaso escapou do monitoramento efetuado pela tecnologia, o *cidadão-de-bem* encarrega-se de denunciar. Por fim, nesses paraísos terrestres não falta a boa formação de capital humano-criativo. A difusão das cidades inteligentes complementa e rearranja as cidades criativas? Nestas últimas, os equipamentos culturais deverão passar por algumas adequações para dar vazão à economia criativa? Ou será a emergência de uma nova concepção de economia? Em definitivo, a migração anunciada pela empresa de pesquisa e consultoria não quer dizer o deslocamento para localidades pouco movimentadas, nem tampouco afastados dos grandes centros urbanos, pois podem ser enclaves dentro de grandes metrópoles. O que as cidades precisam ofertar é segurança, ordem e a certeza de que todos vão ser *responsáveis* pelas suas vidas e pelo ambiente. Parênteses: os financiadores denominam as cidades inteligentes de “capitalismo de vigilância” (KOFMAN, 2018), porque o monitoramento dos algoritmos numa coleta ilimitada de dados serve para interferir nas condutas individuais de maneira a favorecer novos empreendimentos e intensificar o controle. A proposição é que nenhum fluxo escape de um governo ensimesmado em eliminar revoltas e formar somente condutas resilientes.

Entretanto, se bem as pesquisas ainda se atêm à análise do meio pelos efeitos dele sobre o organismo, hoje prevalecem os discursos direcionados aos efeitos do organismo de um indivíduo sobre o organismo do outro. Motivo pelo qual o distanciamento entre-corpos, aos poucos, vai introjetando o afastamento no cotidiano das pessoas. A empresa Google lançou um aplicativo de realidade aumentada para identificar, por meio da projeção de um círculo em volta do usuário, a distância com os outros. Sem contar as marcações desenhadas para delimitar a

separação entre as pessoas em ruas, parques, praias, escolas... Dentro do espaço *compartilhado*, encontram-se os conhecidos, a família, aqueles ligados por laços estreitos e, claro, *saudáveis*. Aliás, a reorganização de espaços e a produção de objetos sinalizam uma outra configuração da instituição família. É curioso como, em Amsterdã, um restaurante construiu cabines com lugares para três pessoas recomendadas para quem mora junto, sendo que o terceiro lugar tem um acréscimo no valor. De acordo com os planejadores¹⁷³ dessas acomodações, pretende-se incentivar a *experiência* de reinterpretar o conceito de “união”. Já na República Tcheca, um designer lançou uma peça móvel composta por uma mesa e, também, apenas três bancos. Tais concepções projetuais são emblemáticas, pois parecem sugerir a projeção *familiar* de casais sem filhos, ou no máximo com um. As adaptações espaciais ocorrem em todos os lugares e, com elas, torna-se evidente como se formam as subjetividades nesta governamentalidade em curso. Ainda enquanto racionalidade neoliberal ou uma atualização dela?

A profusão de inovações *contra* o novo coronavírus provenientes das áreas criativas é interminável. O design aliado à área da saúde planejou desde protetores de vidro para serem instalados em estabelecimentos comerciais até luminárias de esterilização, passando por máscaras com o rosto do usuário impresso para possibilitar o reconhecimento facial. Apesar disso, a federação de indústrias criativas do Reino Unido¹⁷⁴ anuncia que mais de 400 mil empregos criativos podem deixar de existir pós-pandemia, acarretando para a área uma perda de 74 bilhões de libras só no Reino Unido. Estima-se até que o impacto seja maior para os criativos independentes. Um relatório foi publicado e encaminhado ao governo da Inglaterra pedindo financiamento para o setor, este responsável pelo impulso econômico do país na década de 1980. Cabe lembrar que áreas da economia criativa ligadas ao consumo de equipamentos culturais e moda também indicam alterações. A tecnologia de streaming, capaz de transmitir de maneira instantânea dados de áudio e vídeo pelas redes, tem angariado mercado a ponto de as plataformas de conteúdo *personalizado* como Netflix, Amazon, entre outras, faturarem em 2019 mais que as indústrias cinematográficas tradicionais. Tal tecnologia permite, inclusive, a transmissão ao vivo de eventos proporcionando maior disseminação e interação em tempo real. À semelhança das aulas e do trabalho remotos, a área de consumo cultural certamente irá apresentar mudanças no “novo normal”, aliás, nesses três âmbitos, nem tão novo assim. Será, então, o teatro a expressão cultural capaz de resistir a essas modificações provocadas pela

¹⁷³ Disponível em: <<https://www.archdaily.com/939806/serres-separees-proposes-a-socially-distant-dining-experience-in-amsterdam>> Acesso em: 20 de junho de 2020.

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://www.creativeindustriesfederation.com/news/press-release-cultural-catastrophe-over-400000-creative-jobs-could-be-lost-projected-economic>> Acesso em: 21 de junho de 2020.

tecnologia de streaming? Portanto, o financiamento solicitado pela federação de indústrias criativas provavelmente se relaciona a preparar-se em *tecnologia de ponta* para concorrer no mercado global.

Outras pesquisas veiculadas, no decorrer da atual pandemia, em jornais e revistas especializadas apontam para um crescimento do design de interiores, enquanto planejamento de espaços e objetos domésticos, assim como o design associado às áreas de tecnologia digital e saúde. A propósito, a ligação entre inovações tecnológicas e corpo estavam presentes nos projetos e protótipos de designers desde os anos de 1990. Entre eles, os computadores ou dispositivos vestíveis (*wearables*), remetendo ao design de interação e interface. A “computação onipresente” de pequenos processadores não visíveis ao usuário e sem o uso de interface, voltados a modificar condutas. Os “chamados Cyborgs (Cybernetic Organisms/Organismos Cibernéticos) [que] preenchem antigos sonhos humanos de modificação e ampliação de suas muito limitadas capacidades”. Ou os chips e microprocessadores colocados definitivamente sob a pele, os quais abrem “novas possibilidades médicas, novas formas de comunicação” e controle (BÜRDEK, 2010, pp. 425-431). Uma outra fase do design consolida-se, e não porque se abandonem as concepções funcionais, estéticas e ergonômicas. Muito menos por desprender-se de seu foco voltado ao humano como ser provido de desejos e emoções, gerador de identidades e hábitos, produtor e receptor de linguagens, mas porque o corpo passa a ser o objetivo principal do design. Não tanto no sentido antropométrico e ergonômico, mas na fusão efetiva de objetos e corpos. Em tempo, nesta pesquisa, diferentemente das pesquisas realizadas na área do design, não será apresentado um processo, um método e muito menos um objeto. Tratou-se de mostrar como o design forma subjetividades, compõe com a lógica capitalista neoliberal e interfere no governo de condutas. Vale repetir: o design está longe de ser tudo, porém atravessa quase tudo.

Sim, há tanto para pensar! Há tanto para lutar! Como nos tornarmos outros nesse contexto outro que já se desenha à nossa frente? O distanciamento físico renunciado parece sedimentar-se como algo ordinário, frequente, rotineiro. E apesar de todos termos sido colocados como estranhos uns dos outros, essa condição está longe de suscitar o estranhamento e lentamente *habitu*a-se o olhar. Olhar grudado nas telas dos aparelhos, olhar restrito ao horizonte das janelas. Demarcações instauram-se entre-corpos em nome da vida, enquanto se rearranjam técnicas de controle e se naturaliza desde agora o futuro *novo normal*. Projeção de um estado permanente de estar dentro. Dentro de governamentalidades, do que é recomendado, do decretado, das adaptações, do discurso do modelo universal de humano.

Muitos desejam sair de suas casas com *segurança* para continuarem dentro de todo esse circuito. Não se ignoram aqui as pessoas que precisam amontoar-se nas ruas ou nos transportes coletivos para conseguir o ganha pão diário. Tampouco se omitem os procedimentos apropriados para diminuir o contágio. Muito menos se apaga o querer aproximar-se dos corpos necessários em nossas vidas para um longo abraço e/ou o sexo livre. Contudo, é vital encarar a morte ocupando-se da própria vida. Não se trata de renunciá-la em nome de uma salvação futura, nem deixá-la em mãos de outrem para tomarem conta. Ocupar-se da própria vida requer uma prática constante capaz de limitar o governo de condutas e impedir que alguns tentem conduzir como devemos fazer, pensar, dizer. Cada um precisa agir para que, no final das contas, saibamos o que é a grande saúde: um sim, como atitude afirmativa perante a vida. Uma atitude que nos permita experimentar saltar fora desta ou de qualquer outra condição por nós mesmos. Enfrentar o mais pesado dos pesos: o eterno retorno. E se é necessária a distância, que seja para afirmar a diferença. E se é necessário estar sozinho, que seja a solidude para experimentar estar consigo e se deliciar com o silêncio. Sim, vamos pôr o nariz para fora e no meio “da própria engrenagem” inventar “contra mola que resiste¹⁷⁵”.

Certamente alguém já pensou em tudo isto, escreveu artigos, falou com seus pares, assinou análises, desconsiderou as dos outros, adotou a lógica capitalista de ser a melhor marca, o intelectual profeta ou o pesquisador porreta. Mas o que isso importa afinal? A vida se dá pelo desafio. É tempo de virar a página e deixar um punhado de pontas soltas para possíveis conversas, retomadas ou reviravoltas ... Enfim, isto não é um fim.

¹⁷⁵ Frase retirada da música “Primavera nos dentes” do grupo Secos & Molhados lançada em 1973. Composição João Apolinário e João Ricardo.

bibliografia

ABDALLA, Elias; MORANA, Hilda.; STONE, Michael H. **Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers**. In: Rev. Brasileira de Psiquiatria. São Paulo, vol.28 suppl.2, outubro 2006, pp. 574-579. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000600005>

Acesso em: 4 de janeiro de 2020.

AMARAL, Marília Abrahão; GREIN, Pedro P. Boaventura. **Teoria Crítica da Tecnologia e Design Participativo na Construção de um Repositório de Recursos Educacionais Abertos**. In: Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED), UNICAMP, Cmpinas, dezembro 2015, pp. 79-99. Disponível em: <<https://www.nied.unicamp.br/revista/index.php/tsc/article/download/140/137/>> Acesso em:

28 de outubro de 2019.

AMSTEL, Frederick van. **Design centrado no usuário e design participativo**. Disponível em:

<http://www.usabilidoido.com.br/design_centrado_no_usuario_e_design_participativo.html>

Acesso em: 18 de outubro de 2016.

ARGAN, Giulio Carlo. **El arte moderno: del iluminismo a los movimientos contemporáneos**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

AUGUSTO, Acácio. “Política e antipolítica: revolta, anarquia e diferenças no movimento antiglobalização”. In: RAGO, M., GALLO, S. (orgs). **Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?** São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017, pp. 17-28.

AZEVEDO, Ivete; MORAIS, Maria de Fátima. **Avaliação da criatividade como condição para o seu desenvolvimento: um estudo português do Teste de Pensamento Criativo de Torrance em contexto escolar**. In: Torrance Center Portugal, Universidade do Minho; Portugal, 2014, pp. 41-55. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282441303_Avaliacao_da_Criatividade_como_Condicao_para_o_Seu_Desenvolvimento_Um_Estudo_Portugues_do_Testes_de_Pensamento_Criativo_de_Torrance_em_Contexto_Escolar> Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

BANDEIRA, Moniz. **O Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual**. In: Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan-abr, 2012, pp.173-

187. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>> Acesso em: 5 de dezembro de 2019.

BARLOW, David H. **Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo**. São Paulo: Editora Artmed, 2016.

BARRETO, Luisa Marques. **O avesso da cidade criativa e a emergência de ações coordenadas como novos modos de comunicação urbana**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tese de doutorado em Comunicação e Semiótica, 2016.

BARTHÉLEMY, Françoise. **O crime da esterilização forçada**. In: Le Monde Diplomatique Brasil, edição Junho, 2004. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-crime-da-esterilizacao-forcada/>> Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

BISTAGNINO, Luigi. “Design sistêmico: uma abordagem interdisciplinar para a inovação”. In: MORAES, D.; KRUCKEN, L. (orgs.). **Design e sustentabilidade**. Cadernos de Estudos Avançados em Design: Sustentabilidade II. Barbacena, MG: EdUEMG, 2009, pp. 13-30. Disponível em: <http://eduemg.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2009/2009_CADERNOS_SUSTENTABILIDADE_II.pdf> Acesso em: 3 de dezembro de 2016.

BLAKEMORE, Erin. **Why many married women were banned from working during the Great Depression**. In: History Stories. Matéria atualizada em 21 de julho de 2019, original em 5 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.history.com/news/great-depression-married-women-employment>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

BONSIEPE, Gui. **Design: do material ao digital**. Florianópolis: FIESC/IEL, 1997.

BRANCO Hugo; BRANCO, Rosa. **O papel do designer na nova sinfonia social**. In: Revista brasileira de design, AGITPROP, São Paulo, ano, VII, nº 62, 2015. Disponível em: <http://www.agitprop.com.br/index.cfm?pag=ensaios_det&id=121&titulo=ensaios> Acessado 12 de agosto de 2019.

BRYANT Conant, James; et al. **General Education in a Free Society: Harvard University Report**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1945. Disponível em: <<https://archive.org/details/generaleducation032440mbp/page/n5>> Acesso em: 22 de novembro de 2018.

BUCHANAN, James M. **The limits of liberty: between anarchy and Leviathan**. Indianapolis: Liberty Fund, 1999. Collected Works of James M. Buchanan, vol. 7 [1975]. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/1827>> Acesso em: 8 de agosto de 2018.

BUGARIN, Maurício S. **Teoria dos Contratos, incentivos e o Prêmio Nobel de Economia de 2016: Contribuições de Bengt Holmström e Oliver Hart**. São Paulo: Instituto Braudel, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2016/11/03/teoria-dos-contratos-incentivos-e-o-premio-nobel-de-economia-de-2016-contribicoes-de-bengt-holmstrom-e-oliver-hart/>> Acesso em: 10 janeiro de 2017.

BÜRDEK, Bernhard E. **Design: história, teoria e prática do design de produtos**. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

CHAR, René. **O nu perdido e outros poemas**. São Paulo: Editora Ilumiuras Ltda, 1995.

COGDELL, Christina. **Products or Bodies? Streamline Design and Eugenics as Applied Biology**. In: Massachusetts Institute of Technology. Design Issues. Volume 19 | Issue 1 | Winter 2003, p. 36-53. Posted Online March 13, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1162/074793603762667683>> Acessado 23 de agosto de 2018.

COMISIÓN MUNDIAL sobre el MEDIO AMBIENTE y el DESARROLLO. **Nuestro Futuro Comun**. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/139811?ln=en>> Acesso em: 3 de março de 2017.

CORRADI, Wagner; et al. **Fundamentos de Física I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <<http://www.mat.ufmg.br/ead/acervo/livros/FundamentosdeFisicaI.pdf>> Acesso em: 23 abril de 2018.

COTANDA, Fernando C. **Os 40 anos de Trabalho e capital monopolista, de Harry Braverman: a persistente fragilidade sindical nos assuntos relacionados ao processo de trabalho**. In: Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 46, n. 2, jul/dez, 2015, pp. 173-200. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149152/001004506.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

COTTAM, Hilary. **Beveridge 4.0**. Londres: Participle Limited, 2008. Version 1 Disponível em: <<http://www.participle.net/>> Acesso em: 14 de março de 2019.

CRUZ, Eliana Alves. **O caso Janáina me lembrou que o Brasil já fez esterilizações em massa com apoio dos Estados Unidos**. The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>> Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

DAMÁZIO, Vera; MONT' ALVÃO, Cláudia (orgs.). **Design, ergonomia, emoção**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

- _____. **El Saber: curso sobre Foucault**. Tradução ao espanhol de Pablo Ires e Sebastián Puente. Buenos Aires: Cactus, 2013.
- DENIS, Rafael Cardoso. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgar Blücher, 2000.
- DESIGN RESEARCH SOCIETY. **Congresso Internacional de Pesquisa em Design**. Disponível em: <<http://www.drs2016.org/>> Acesso em: 23 de setembro de 2015.
- DI GIOVANNI, Julia Ruiz. **Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência de ação de rua**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2007. Dissertação de mestrado em Antropologia Social.
- DIVINE, R. A; BREEN, T. H; FREDRICKSON, G; WILLIAMS R.; ROBERTS R. **América passado e presente**. Tradução de Jaime Berneardes e Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.
- DREYFUSS, Henry Associates. **As Medidas do Homem e da Mulher: Fatores Humanos em Design**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
- DROSTE, Magdalena. **La Bauhaus 1919 – 1933: reforma y vanguardia**. Tradução ao espanhol de Diana Lagier de Milani. Madrid: Taschen, 2006.
- DUARTE, João Paulo G. Pinheiro. **Governar a humanidade na guerra e na paz: uma genealogia das organizações não governamentais de direitos humanos na segurança internacional**. São Paulo: PUC-SP. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2019.
- DUNNE, Carey. **The Emperor's New Corsets**. In: The Baffler Newsletter nº 34. March 6, 2017, pp. 146-158. Disponível em: <<https://thebaffler.com/salvos/emperors-new-corsets-dunne>> Acesso em: agosto de 2017.
- EASTON, David (org.). **Modalidades de análise política**. Tradução de Guilherme Velloso, Fani Baratz e Luís Antônio Machado da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- EASTON, D., DENNIS, J. "The Child's Image of Government". In: The annals of the American Academy of Political and Social Science, 361(1), 1965, pp. 40-57. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/000271626536100105>> Acesso em: 26 de maio de 2020.
- EASTON, David. **Esquema para el análisis político**. Buenos Aires. Amorrortu Editores S.A., 1999.
- _____. **Uma teoria de análise política**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- EHRENFRIED L. **Da educação do corpo ao equilíbrio do espírito**. Tradução de Maria Angela dos Santos. São Paulo: Summus, 1991.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2019. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019**. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. Roma: FAO, 2019.

FASTE, Rolf A. **The Role of Visualization in Creative Behavior**. In: Journal Engineering Education 146, November 1972, pp. 124-127. Disponível em: <http://fastefoundation.org/publications/the_role_of_visualization.pdf> Acesso em: 2 de maio de 2017.

FERNANDES de SÁ, Bibiana Gutierrez. **Corpo-arma e corpo-alvo: apontamentos sobre a corporeidade e o Holocausto**. In: Revista Contemporânea do grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Nº 9, 2007, pp. 74-91. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_09/contemporanea_n9_74_bsa.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2019.

FERRY, Luc. **A inovação destruidora: ensaio sobre a lógica das sociedades modernas**. Tradução de Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e o desejável conhecimento do sujeito**. In: Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1999, pp. 39-59. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/55804/33902>> Acesso em: 12 de abril de 2018.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. CARDOSO, Rafael (org.). Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo, Cosac Naify, 2013.

FOGG, Brian J. **A Behavior Model for Persuasive Design**. In: Persuasive '09, Claremont, California, EUA, Abril 2009, pp. 1-17. <https://www.researchgate.net/publication/220962627_A_behavior_model_for_persuasive_design> Acesso em: março de 2017.

FONSECA, Ana Carla. **Economia Criativa – um novo olhar sobre o que faz a diferença**. In: Plano da Secretaria da Economia Criativa, Ministério da Cultura, Brasília, 2011, pp. 81-85. http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2educacao.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

FORD Simon; DAVIS John. **Design Council**. In: Collection, Manchester Metropolitan University, 2018. Disponível em: <<https://vads.ac.uk/learning/dcsc/index.html>> Acesso em: 20 de junho de 2018.

FORTY, Adrian. **O objeto de desejo: design e sociedade desde 1750**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016 – (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. “Crise da medicina ou crise da antimedicina?”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina** (Ditos e Escritos, vol. VII). Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016a, pp. 334-393.

_____. “O nascimento da medicina social”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina** (Ditos e Escritos, vol. VII). Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016b, pp. 402-424.

_____. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972 – 1973). Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015 – (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. “O sujeito e o poder”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade** (Ditos e Escritos, vol. IX). Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp. 118-140.

_____. “Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política de identidade”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade** (Ditos e Escritos, vol. IX). Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, pp. 251-263.

_____. “Conversa com Michel Foucault”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Repensar a política** (Ditos e Escritos, vol. VI). Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, pp. 289-347.

_____. “É importante pensar?”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Repensar a política** (Ditos e Escritos, vol. VI). Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a, pp. 354-359.

- _____. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**: curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 – (Coleção obras de Michel Foucault).
- _____. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978 – 1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 – (Coleção tópicos).
- _____. “É inútil revoltar-se?”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Ética, sexualidade, política** (Ditos e Escritos, vol. V). Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 77-81.
- _____. “Polêmica, política e problematizações”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Ética, sexualidade, política** (Ditos e Escritos, vol. V). Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a, pp. 225-233.
- _____. “Verdade, poder e si mesmo”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Ética, sexualidade, política** (Ditos e Escritos, vol. V). Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, pp. 294-300.
- _____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- _____. “Pierre Boulez, a tela atravessada”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Estética, literatura e pintura, música e cinema** (Ditos e Escritos, vol. III). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp. 387-390.
- _____. “O que são as luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** (Ditos e Escritos, vol. II). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 335-351.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto C. de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.
- _____. **Genealogia del racismo**. Tradução ao espanhol de Alfredo Tzveibel. Montevideo: Editorial Altamira; Editorial Nordan-Comunidad, 1992.
- _____. “Verdade e Poder”. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992a, pp. 1-14.
- _____. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992b, pp. 15-38.
- _____. “Sobre a geografia”. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992c, pp. 153-116.

_____. “O olho do poder”. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992d, pp. 209-228.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

_____. “Los anormales”. In: VARELA, Julio; ALVAREZ URÍA, Fernando. **La vida de los hombres infames**. Tradução ao espanhol de Julio Varela e Fernando Alvarez Uría. Madrid: Las ediciones de la piqueta, 1990a, pp. 83-91 – (Colección “Genealogía del poder” N.º 18).

_____. “La crisis de la medicina o la crisis de la antimedicina”. In: VARELA, Julio; ALVAREZ URÍA, Fernando. **La vida de los hombres infames**. Tradução ao espanhol de Julio Varela e Fernando Alvarez Uría. Madrid: Las ediciones de la piqueta, 1990b, pp. 93-120 – (Colección “Genealogía del poder” N.º 18).

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOLDSTEIN, Harriet; GOLDSTEIN, Vetta. **Art in every day life**. New York: The Macmillan Company, 1929. Disponível em: <<https://archive.org/stream/artineverydaylif008800mbp#page/n5/mode/2up>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

GORMAN, Carma R. **Educating the Eye: Body Mechanics and Streamlining in the United States, 1925-1950**. In: American Quarterly, Volume 58, Number 3, September 2006, pp. 839-868 (Article). Published by Johns Hopkins University Press. DOI: <<https://doi.org/10.1353/aq.2006.0060>> Acesso em: 16 de agosto de 2017.

GUIMARÃES Denise G.; LADIM, Paula da Cruz. **A contemporaneidade da declaração de Ahmedabad: influências nas políticas públicas para o fortalecimento do design**. In: 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design (P&D), Belo Horizonte, 2016, pp. 279-285. Disponível em: <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-contemporaneidade-da-declarao-de-ahmedabad-influencias-nas-politicas-pblicas-para-o-fortalecimento-do-design-24260>> Acesso em: 31 de julho de 2017.

HASAN, Parween; BUTCHER, H. J. **Creativity and Intelligence: a partial replication with Scottish children of Getzels and Jackson's study**. In: British Journal of Psychology. Volume 57, 1966, online abril 2011, pp 129-135. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.2044-8295.1966.tb01013.x>> Acesso em: 4 de setembro de 2019.

HÉBERT Thomas P. et al. **E. Paul Torrance: His Life, Accomplishments, and Legacy**. In: The National Research Center on the Gifted and Talented. University of Connecticut; University of Virginia; Yale University, 2002. Disponível em: <<https://nrcgt.uconn.edu/wp-content/uploads/sites/953/2015/04/rm02152.pdf>> Acesso em: 2 de maio de 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá C. Schuback. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista; Editora Universitária São Francisco, 2008. 5ª ed. – (Coleção Pensamento Humano).

HOMANS, George C. **Conducta social como intercambio**. In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas (Reis), Centro de investigaciones sociológicas (Cis), Madrid, 1999, pp. 297-312. Disponível em: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_085_141208157481957.pdf> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

HOOTON, Earnest Albert. **Up from the ape**. New York: The Macmillan Company, 1959. Disponível em: <<https://archive.org/stream/in.ernet.dli.2015.283953/2015.283953.Up-From#page/n3/mode/2up>> Acesso em: 5 de janeiro de 2017.

INDUSTRIAL DESIGN CENTRE, India Institute of Technology (IIT), Bombay. **Project Findings and Recommendations**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO); United Nations Development Programme (UNDP), 1985. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000649/064990eo.pdf>> Acesso em: 2 maio de 2017.

KERCKHOVE, Derrick. **A pele da cultura**. Tradução de Luís Soares e Catarina Carvalho. São Paulo: AnnaBlume, 2009.

KEVLES, Daniel J. **The History of Eugenics**. In: Issues in Science and Technology 32, nº. 3, 2016. Disponível em: <<http://issues.org/32-3/the-history-of-eugenics/>> Acesso em: 23 de abril de 2018.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo desastre**. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Coronavírus pode construir uma distopia tecnológica**. In: The intercept Brasil, maio. 2020. Disponível em <<https://theintercept.com/2020/05/13/coronavirus-governador-nova-york-bilionarios-vigilancia/>> Acesso em 20 de maio de 2020.

KOFMAN, Ava. **Google's "smart city of surveillance" faces new resistance in Toronto**. In: The intercept, novembro. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/11/13/google-quayside-toronto-smart-city/>> Acesso em: 25 de maio de 2020.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Design centrado no humano: uma necessidade cultural**. Tradução de Gabriela Meirelles. In: Estudos em design, Rio de Janeiro, V.8, nº 3, p.p 87-98, 2000.

KRZNARIC, Roman. **O poder da empatia: a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

LACERDA, André Pedroso de. **Pioneiros dos métodos de projeto (1962-1973): redes na gênese da metodologia do design**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Design. Dissertação de Mestrado, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76117>> Acesso em: 1 de junho de 2018.

LANDIM, Paula da Cruz. **Design e designer**. São Paulo: Rosari, Universidade Anhembi Morumbi, PUC-Rio e UNESP-Bauru, 2008, pp. 21-34.

_____. **Design, empresa, sociedade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

LANG-STANTON, Peter; JACKSON, Steven. **Eugenia: como movimento para criar seres humanos ‘melhores’ nos EUA influenciou Hitler**. In: BBC-Brasil, abril 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39625619>> Acesso em: 20 fevereiro de 2018.

LASCH, Chistopher. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LAZARO, José; MARTINS, Rafael Moro; RIBEIRO, Alexsandro. **Uma silenciosa epidemia mata de fome quase 5 mil idosos por ano no Brasil**. In: The Intercept Brasil, maio 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/05/25/5-mil-idosos-morrem-de-fome/>> Acesso em: 11 de dezembro de 2019.

LEGISLATIVE History. **The Social Security Act of 1935**. Disponível em: <<https://www.ssa.gov/history/35act.html>> Acessada em 29 de outubro de 2018.

LEONTIEF, Wassily. **A economia de insumo-produto**. São Paulo: Nova Cultural, 1988 – (Col. Os economistas).

LINS, Daniel. “Tolerância ou *imagem* de pensamento?” In: **A tolerância e o intempestivo**. PASSETTI E., OLIVEIRA S. (orgs.) Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005, pp. 19-34.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2008 – (Col. Clássicos da Comunicação Social).

LITTLE, Becky. **How border-crossing became a crime in the United States**. In: History Stories, 1º de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.history.com/news/illegal-border-crossing-usa-mexico-section-1325>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

LOEB, Gustaaf F. **A Estrutura do comércio Exterior da América do Norte**. In: Revista Brasileira de Economia - RBE FGV/EPGE - Escola Brasileira de Economia e Finanças, Getulio Vargas Foundation Brazil, São Paulo, 1954, vol. 8, issue 4, pp. 81-97. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/fgvepgrbe/v_3a8_3ay_3a1954_3ai_3a4_3aa_3a2369.htm> Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

LOZANO, Ramón Ortega. **Walter Bradford Cannon: la institucionalización de la fisiología en la universidad de Harvard durante la segunda mitad del siglo XIX y los comienzos del XX**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tese de doutorado na Facultad de Filosofía, Departamento de Filosofía Teorética, 2015. Disponível em: <<https://eprints.ucm.es/29395/>> Acesso em: 12 de setembro de 2016.

LUPTON Ellen; MILLER, Abbott (eds.). **El ABC de la Bauhaus y la teoría del diseño**. México: G.Gili, S.A. de C.V., [s.d.].

MALDONADO, Tomás. **Design Industrial**. Tradução de José Francisco Espadeiro Martins. Lisboa: Edições 70, Ltda, 2009.

MANUAL de OSLO: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Publicação conjunta de OCDE e Eurostat. Tradução sob responsabilidade da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ministério da Ciência e Tecnologia. Terceira edição, 1997.

MARESTONI, Matheus. **No fogo de 2013: ação direta anarquista, autonomismo e a democracia contemporânea**. São Paulo: PUC-SP, 2019. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.

MARGOLIN, Victor. **Las políticas de lo artificial: ensayos y estudios sobre diseño**. Tradução ao espanhol de Gabriela Ubaldini. México: D.R Editorial Desígnio S.A, 2005.

MARTINEZ, Adriana V. F. **MERCOSUL e federalismo**. São Paulo: USP-PROLAM, 1997. Dissertação de mestrado em Integração da América Latina.

MAYER, Paulo César Morales e GONGORA, Maura Alves Nunes. **Duas formulações comportamentais de punição: definição, explicação e algumas implicações**. In: *Acta comport.* [online], Guadalajara, México, 2011, vol.19, n.4, pp. 47-63. ISSN 0188-8145. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452011000400003#2a> Acesso em: 8 de dezembro de 2018.

MERKLE, Luiz Ernesto; KIRA, Gustavo. **O Design Participativo pela Perspectiva da Teoria Crítica da Tecnologia: Um Estudo do Contextual Design**. In: XI Jornadas Latino Americanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Julho, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/28382582/O_Design_Participativo_pela_Perspectiva_da_Teoria_Cr%C3%ADtica_da_Tecnologia_Um_Estudo_do_Contextual_Design> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

MESQUITA, Cristiane. **Políticas do vestir: recortes em viés**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Tese doutorado em psicologia clínica.

MICHETTI, Miqueli. **Da mestiçagem como panaceia à diversidade como (anti) commodity: notas sobre economia criativa no Brasil**. In: Revista Latitude, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, vol. 6, 2012, pp. 175-190. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/877>> Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 4ª edição.

MOLINA, Natalia. **Forced sterilization of Mexican-Americans: when U.S. lawmakers took a page from the nazi playbook**. In: History Stories: Matéria atualizada em 21 de julho de 2019, original 23 outubro 2017. Disponível em: <<https://www.history.com/news/when-american-lawmakers-took-a-page-from-the-nazi-playbook>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

MORAES, Dijon De. “Metaprojeto como modelo projetual”. In: De MORAES, D.; DIAS, R. (orgs.). **Método**, Cadernos de estudos avançados em design, Barbacena, MG: EdUEMG, 2011, pp, 35-52.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NEWBIGIN, John. **A economia criativa: um guia introdutório**. Tradução de Diana Marcela Rey e João Loureiro. Londres: British Council, 2010. Série Economia Criativa e Cultural. Também disponível em: <https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf> Acesso em: 21 de junho de 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. **A gaia ciência.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Assim falava Zaratustra: um livro para todos e para ninguém.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, [s.d.]. – (Coleção grandes obras do pensamento universal 1).

NORMAN, Donald A. **O design do futuro.** Tradução de Talita Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

OI, Mariko. **As cicatrizes do confinamento de descendentes de japoneses nos EUA durante a 2ª Guerra.** In: BBC News: 1 janeiro 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38440118>> Acesso em: 30 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, Salete. **Política e resiliência – apaziguamentos distendidos.** In: Revista eletrônica Ecopolítica 4. São Paulo: PUC-SP, 2012, pp. 105-129. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>> Acesso em: 14 de agosto de 2015.

_____. **Tolerância e conquista, alguns itinerários na declaração universal dos direitos humanos.** In: Revista VERVE, nº 9. São Paulo: Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-SOL) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, pp. 150-168.

PAIVA, Rodrigo da Silva. **Análise dos discursos sobre o conceito de boa forma no âmbito do Design Industrial na Suíça e na Alemanha entre 1948 e 1968.** In: Strategic Design Research Journal, 6(3). September-December 2013, pp. 137-146. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/sdrj/article/download/sdrj.2013.63.05/4242>> Acesso em: 29 de abril de 2019.

PAPANEK, Victor. **Diseñar para el mundo real: ecología humana y cambio social.** Tradução ao espanhol de Raquel Pelta Resano. Barcelona: Pol·len edicions, 2014.

PARSONS, Talcott. **El sistema social.** Madrid: Alianza editorial, 1999.

PASSETTI, E. (coord.); AUGUSTO, A.; CARNEIRO, B.; OLIVEIRA, S.; RODRIGUES, T. **Ecopolítica.** São Paulo: Editora Hedra Ltda, 2019.

PASSETTI, Edson. **Ativismo e militatismo anarquista.** In: Actas del II Congreso Internacional de Investigadorxs sobre Anarquismo(s). Mesa 19: Práticas anarquistas I. Montevideo, 2019a, pp. 807-826. Disponível em:

<<https://segundocongresoanarquismos.blogspot.com/2020/03/blog-post.html?m=1>> Acesso em: 15 de março de 2020.

_____. **Mortos e mortificações: da política das condutas à atitude vital.** In: Revista Transversos “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”, nº. 12., ano 05, Rio de Janeiro, 2018, pp. 372-395. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>> Acesso em: 11 de novembro de 2019.

PASSETTI, Edson; SIMÕES, Gustavo. **68 e os andarilhos.** In: Revista Direito & Práxis, Vol. 9, N. 2. Rio de Janeiro, 2018a, pp. 992-1015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000200992&script=sci_abstract&tlng=pt)

89662018000200992&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12 de março de 2020.

PASSETTI, Edson. **Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica.** In: Revista eletrônica Ecopolítica 5. São Paulo: PUC-SP, 2012, pp. 2-37. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/15120>> Acesso em: 26 de março de 2016.

_____. **Poder e anarquia: apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado.** In: VERVE – Revista semestral do NU-SOL. PEPG em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº12. São Paulo, 2007, pp. 11-43.

_____. “Segurança, confiança e tolerância comandos na sociedade de controle”. In: Revista São Paulo em Perspectiva. Vol.18, no.1. **Controle Social: Segurança e Cidadania.** São Paulo, 2004, pp. 151-160. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-883920040001&lng=en&nrm=iso)

883920040001&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 8 de abril de 2020.

_____. **Ética dos amigos: invenções libertárias da vida.** São Paulo: Imaginário; CAPES, 2003.

_____. **Política e massa: o impasse liberal por Ludwig Von Mises.** São Paulo: PUCSP, 1994. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

PESSEGUEIRO, Mário. **Projetar para todos.** Porto, Portugal: Vida Económica Editorial, 2014.

PINHEIRO I. R.; MERINO E. A. D; GONTIJO L. A. **Sobre a definição de inovação em design: o uso da análise de redes para explorar conceitos complexos.** In: Infodesign Revista Brasileira de Design da Informação/ *Brazilian Journal of Information Design*. V. 12, nº. 3, São Paulo, 2015, pp. 357-375. Disponível em:

<<https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/viewFile/362/251>> Acesso em: 26 de novembro de 2016.

PINTO, Hélio Pinheiro. **Teoria da anomia segundo Robert King Merton e a sociedade criminógena: seria o delito uma resposta à frustração de não ser bem-sucedido na vida?**

In: Revista da ESMAL n.º 6, Alagoas, 2017, pp. 39-51. Disponível em: <<http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/78>> 1/09> Acesso em: 1 de setembro de 2019.

POMPEU Gina M.; TEIXEIRA Ana A. Ximenes. **A teoria da justiça de Martha Nussbaum e os direitos humanos.** In: Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas. Ano XVIII, Nº 29 Santo Ângelo (RS), 2017, pp 177-196. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/2365>

Acesso em: 17 de abril de 2020.

QUEVEDO E, CORTÉS C. **El concepto de “sistema”: de la Química y la Fisiología a la salud pública y las Ciencias Sociales. Bases para una investigación futura.** In: Revista Ciencia y Salud 13 (especial), 2015, pp. 105-125 Disponível em: <goo.gl/iMiZ0e> Acesso em: 20 de novembro de 2016.

REID, Margaret G. **Economics of household production.** New York: J. Wiley & Sons, 1934. Disponível em: < <https://archive.org/details/economicsofhouse00reid>> Acesso em: 1 de novembro de 2018.

RIESMAN, David. **La muchedumbre solitaria: un estudio sobre la transformación del carácter norteamericano.** Tradução ao espanhol de Noemí Rosemblat. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1964.

RODRIGUES, Léo Peixoto. **Da fisiologia à sociologia? Elementos para uma revisão da história teórica da sociologia sistêmica.** In: Revista brasileira de Ciências Sociais, vol.28, nº 82, São Paulo, 2013, pp. 165-178. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200010>> Acesso em: 3 de agosto de 2016.

SANTANA, Héctor Valverde. **Proteção internacional do consumidor: necessidade de harmonização da legislação.** In: Revista de direito internacional, Vol. 11, nº 1, Brasília, 2014, pp. 54-64. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/79125014.pdf>> Acesso em: 29 de fevereiro de 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. “Terminologia sobre deficiência na era da inclusão”. In: VIVARTA, Veet (coord.). **Mídia e deficiência.** Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003, pp. 160-165. Série Diversidade. Disponível em:

<http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf> Acesso em: 12 de junho de 2019.

SCHUMACHER, E.F. **O negócio é ser pequeno (*Small is Beautiful*): um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. Tradução de Octávio Alves Filho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 4ª ed., 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARZ, Christopher. **The (Mostly Forgotten) Power of Vernacular Design**. In: Revista Core77, março de 2019. Disponível em: <<https://www.core77.com/posts/84846/The-Mostly-Forgotten-Power-of-Vernacular-Design>> Acesso em: 4 de setembro de 2019.

_____. **Anarchism & Design**. In: Revista Core77, junho de 2019a. Disponível em: <<https://www.core77.com/posts/88438/Anarchism-n-Design>> Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEPÚLVEDA, Luis. **Chile, o oásis seco**. In: Le Monde diplomatique Brasil. Edição 149, 3 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/chile-o-oasis-seco/>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SILVA, Jorge A. Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em *cluster***. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutorado na Escola de Comunicações e Artes, 2004. Disponível em: <<http://www.eumed.net/tesis-doctorales/jass/29.htm>> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

SILVA, Silvio; ROBLES Jr., Antônio. **Os ativos intangíveis e sua influência no valor econômico e de mercado da empresa**. In: XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), Rio de Janeiro, 2007, pp. 1-12. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-B2059.pdf>> 9/06> Acesso em: 10 de junho de 2019.

- SIMON, Herbert Alexander. **The Sciences of the Artificial**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology (MIT), 1996.
- SKINNER, B.F. **Tecnologia do ensino**. Tradução de Rodolpho Azzi. São Paulo: Herder e Edusp, 1972.
- SOROKIN, Pitirim. **Social and Cultural Mobility**. Illinois: The Free Press of Glencoe, 1959. 1ª ed., 1927.
- STERN, Scott W. **America's Forgotten Mass Imprisonment of Women Believed to Be Sexually Immoral**. In: History Stories: Matéria atualizada em 21 de julho de 2019, original 27 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.history.com/news/chamberlain-kahn-act-std-venereal-disease-imprisonment-women>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.
- THORPE, Ann. **Design as Activism: to resist or to generate?** In: Current journal and Emily Carr University of Art & Design, Canada, 2014. Disponível em: <<http://current.ecuad.ca/design-as-activism-to-resist-or-to-generate>> Acesso em: 16 de maio de 2019.
- TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TÓTORA, Silvana. **Genealogia da velhice**. In: Revista Ecopolítica, n. 6, São Paulo, maio-agosto 2013, pp. 2-18. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/16754/12536>> Acessado 3 de abril de 2019.
- VEDER, Robin. **The Expressive Efficiencies of American Delsarte and Mensendieck Body Culture**. In: Modernism/modernity, vol. 17 no. 4. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010, pp. 819-838. Project MUSE, doi:10.1353/mod.2010.0037. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/416306/summary>> Acesso em: 02 de novembro de 2018.
- VIANNA, M.; VIANNA, Y.; ALDER, I.; LUCENA, B.; RUSSO, B. **Design Thinking: inovação nos negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.
- VULLIERME, Jean-Louis. **Espelho do Ocidente: o nazismo e a civilização ocidental**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Difel, 2019.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Editora Pioneira, 1989.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- WECHSLER, Solange M. **Criatividade: descobrindo e encorajando**. Campinas: Editora Psy, 1998.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. 2.^a edição. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Editora CULTRIX, 1968.

WILKE, Helena C. B. Bruno. **Política e PNUD: resiliência, desenvolvimento humano e vulnerabilidades**. São Paulo: PUC-SP, 2017. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.